

Vandersí Sant'Ana Castro



1150073345



T/UNICAMP C279r

A Resistência de Traços do Dialeto Caipira: Estudo com Base em
Atlas Lingüísticos Regionais Brasileiros

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do
Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas como
requisito parcial para obtenção do título de
doutor em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Ataliba Teixeira de
Castilho.

Universidade Estadual de Campinas

Campinas – 2006

UNIDADE IEL \$
Nº CHAMADA:
TIUNICAMP C279r
V. _____ EX. _____
TOMBO BCCL 73345
PROC 16.145-07
C D X
PREÇO 11,00
DATA 17/05/07
BIB-ID 430167

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

C279r	<p>Castro, Vandersí Sant'Ana. A resistência de traços do dialeto caipira: estudo com base em atlas lingüísticos regionais brasileiros / Vandersí Sant'Ana Castro. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.</p> <p>Orientador : Ataliba Teixeira de Castilho. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Dialeto caipira. 2. Atlas lingüístico - Minas Gerais. 3. Atlas lingüístico - Paraná. 4. Dialectologia. I. Castilho, Ataliba Teixeira de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p> <p>tjj/iel</p>
-------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Título em inglês: The Resistance of Features of Brazilian "Caipira" Dialect: Study Based on Brazilian Regional Linguistic Atlases.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Brazilian "caipira" dialect; Linguistic atlas - Minas Gerais; Linguistic atlas - Paraná; Dialectology.

Área de concentração: Lingüística.

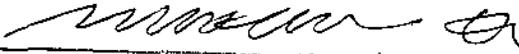
Titulação: Doutor em Lingüística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho (orientador), Profa. Dra. Vanderci de Andrade Aguilera, Prof. Dr. Mário Eduardo Viário, Profa. Dra. Maria Bernadete Marques Abaurre e Profa. Dra. Tânia Maria Alkmim.

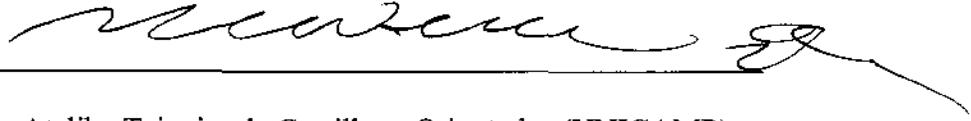
Data da defesa: 01/12/2006.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

Este exemplar é a redação final da
tese / dissertação e aprovada pela
Comissão Julgadora em:

26/10/2007


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho – Orientador (UNICAMP)

Profa. Dra. Vandercj de Andrade Aguilera (UEL)

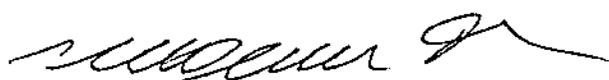
Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro (USP)

Profa. Dra. Maria Bernadete Marques Abaurre (UNICAMP)

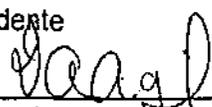
Profa. Dra. Tânia Maria Alkmim (UNICAMP)

200730559

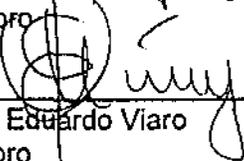
BANCA EXAMINADORA:



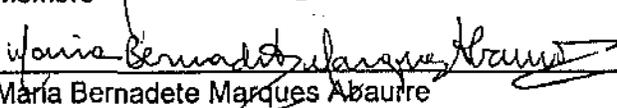
Ataliba Teixeira de Castilho (matr. 962753)
Presidente



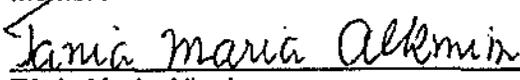
Vanderci de Andrade Aguilera
Membro



Mário Eduardo Viaro
Membro



Maria Bernadete Marques Abaurre
Membro



Tania Maria Alkmim
Membro



Claudio Pereira Platero
Secretário

Meus agradecimentos

ao professor Ataliba Teixeira de Castilho, meu orientador, por suas observações sempre pertinentes, pelo apoio e sobretudo pela paciência;

aos professores Vanderci de Andrade Aguilera, Maria Bernadete Marques Abaurre, Tânia Maria Alkmim e Mário Eduardo Viaro, membros da banca examinadora, pelas sugestões valiosas;

aos meus colegas do IEL, pelo apoio e pelo estímulo constantes;

à Elza, particularmente, pela amizade e pelo incentivo;

à Leandra, pela ajuda na elaboração dos mapas;

à Beatriz, Heloísa e Laura, pelo afeto de todo dia;

e sobretudo a Deus, minha sustentação em todas as horas.

RESUMO

O dialeto caipira, descrito por Amadeu Amaral em 1920, era falado na antiga província de São Paulo até por volta do final do século XIX. Conforme Amaral, o dialeto, que teve grande vigor, vai perdendo terreno a partir das últimas décadas do século XIX, em consequência das profundas alterações que se verificam no meio social, estando “condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve” (Amaral 1920 / 1982: 42).

A previsão de Amaral, todavia, não parece ter se concretizado. Em 1974, Rodrigues (1974) atesta a vitalidade do dialeto na região de Piracicaba. Retomando essa linha de investigação, nosso estudo procura verificar a presença de traços fonéticos e lexicais do dialeto caipira em Minas Gerais e no Paraná, com base nos dados do *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais* (Ribeiro et alii 1977) e do *Atlas lingüístico do Paraná* (Aguilera 1994). As duas áreas são relevantes para essa investigação pela sua proximidade geográfica com São Paulo e pelas relações históricas que envolvem os paulistas no processo de povoamento desses dois Estados vizinhos.

Quanto ao nível fonético, nosso estudo se concentrou em cinco variantes: o “r caipira” ou retroflexo em final de sílaba e em posição intervocálica; o rotacismo da lateral em final de sílaba e em encontro consonantal; o apagamento do /r/ em final de palavra; a iotização da lateral palatal; a redução da proparoxítone. Quanto ao nível lexical, foram exploradas as possibilidades específicas de cada um dos atlas examinados (ex.: *cambota*, *cuitelo*, *arco-da-velha*).

Analisado o *corpus*, constatamos a ocorrência das cinco variantes fonéticas mencionadas, tanto em Minas como no Paraná. Quatro dessas variantes – o rotacismo, a apócope do /r/, a iotização da lateral palatal e a redução da proparoxítone – mostraram uma distribuição mais geral nas áreas estudadas. Somente o “r caipira” exhibe o caráter de uma variante mais propriamente geográfica no interior de cada território estudado, ocorrendo em áreas que refletem a influência paulista, ou por se encontrarem próximas a São Paulo, e/ou porque historicamente correspondem a áreas de penetração dos paulistas. A ocorrência simultânea das outras variantes fonéticas estudadas e de variantes lexicais nessas áreas contribui para caracterizá-las de forma mais consistente como possíveis áreas de resistência

do dialeto caipira. Pesquisas complementares focalizando outras variantes do dialeto caipira poderão verificar a consistência dessa caracterização.

ABSTRACT

The Brazilian “Caipira” dialect, described by Amadeu Amaral in 1920, was spoken in what used to be the province of São Paulo until around the end of the XIX century. According to Amaral, this dialect, which was once quite wide-spread, started losing ground in the final decades of the XIX century, due to the profound changes that occurred in the social milieu, and was “condemned to disappear in a relatively short time” (Amaral 1920 / 1982: 42).

Amaral’s prediction, however, does not seem to have been fulfilled. In 1974, Rodrigues (1974) verified the vitality of the dialect in the area of Piracicaba (SP). Continuing with this line of research, the present study investigates the presence of some phonetic and lexical features of the “Caipira” dialect in the Portuguese spoken in the states of Minas Gerais and Paraná (Brazil), based on the data of the *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais* (Ribeiro et alii 1977) and of the *Atlas lingüístico do Paraná* (Aguilera 1994). These two areas are relevant due to their geographic vicinity to the state of São Paulo, as well as the historic relations, during the process of settlement, of these two neighbouring States with the “Paulistas”.

On the phonetic level, our study concentrated on five variants: the “caipira r” (or retroflex r) in intervocalic position and in coda; the replacement of the palatal lateral for a rhotic in coda and in consonant cluster; the deletion of /r/ in word endings; the replacement of [ʌ] for [j]; the reduction of words that bear antepenultimate stress. On the lexical level, we explored the specific possibilities of each one of the atlases under examination (ex.: *cambota*, *cuitelo*, *arco-da-velha*).

In our corpus analysis, we have attested the occurrence of all of the five phonetic variants mentioned, both in the states of Minas and Paraná. The last four of these variants have shown a more general distribution in the areas under study. Only the “caipira r” seems to be a true geographic variant in the interior of both territories analysed. It occurs in areas which reflect the influence of the “Paulistas”, because these areas are close to the state of São Paulo and/or because historically they are areas where the “Paulistas” had been. The simultaneous occurrence of the other phonetic variants under study as well as of lexical variants in these areas suggests that these are areas of resistance of the “Caipira” dialect.

Additional research on other features of the “Caipira” dialect may verify the consistency of this characterization.

Índice

Resumo	9
Abstract	11
Introdução	17
1. O tema	17
2. Objetivos	21
3. O <i>corpus</i>	21
3.1. O atlas lingüístico de Minas Gerais	23
3.2. O atlas lingüístico do Paraná	26
3.3. As cartas estudadas	28
4. O dialeto caipira e o português popular brasileiro	28
5. A organização do trabalho	31
I. A formação da cultura caipira	33
1. Os paulistas e o povoamento do território brasileiro	33
2. O caipira	39
II. A caracterização lingüística do caipira	51
1. Amadeu Amaral e o dialeto caipira	51
1.1. Amadeu Amaral – um pioneiro	51
1.1.1. Amadeu Amaral – autodidata	51
1.1.2. Amadeu Amaral e a dialetologia no Brasil	54
1.1.3. Amadeu Amaral - o cuidado metodológico	58
1.2. A descrição do dialeto caipira	59
1.2.1. Localização: área, época, usuários	59
1.2.2. Peculiaridades fonéticas	60
1.2.3. Peculiaridades morfológicas	65
1.2.4. Peculiaridades sintáticas	67
1.2.5. O léxico	69
1.2.6. O futuro do dialeto caipira	72
2. A dialetologia no Brasil, hoje	72
3. As variantes fonéticas consideradas neste estudo	80

III. Traços do dialeto caipira em Minas Gerais	99
1. Nível fonético	99
1.1. O “r caipira”	99
1.1.1. O contexto final de sílaba	100
1.1.2. O contexto intervocálico	106
1.1.3. Comentário	107
1.2. A queda do /r/ em final de palavra	116
1.2.1. As cartas relevantes	116
1.2.2. Comentário	118
1.3. A troca de líquida – rotacismo	123
1.3.1. Rotacismo no encontro consonantal	123
1.3.2. O rotacismo em posição pós-vocálica	129
1.3.3. Comentário	130
1.4. A iotização da lateral palatal	135
1.4.1. Cartas relevantes	135
1.4.2. Comentário	139
1.5. Redução da proparoxítona a paroxítona	143
1.5.1. Cartas relevantes	143
1.5.2. Comentário	145
1.6. Conclusão	149
2. Nível lexical	151
2.1. Cartas relevantes	152
2.2. Conclusão	163
IV. Traços do dialeto caipira no Paraná	167
1. Nível fonético	167
1.1. O “r caipira”	167
1.1.1. Contexto final de sílaba	168
1.1.2. Contexto intervocálico	181
1.1.3. Comentário	184
1.2. Queda do /r/ em final de palavra	203
1.2.1. Cartas relevantes	203

1.2.2. Comentário	204
1.3. Troca de líquidas – rotacismo	207
1.3.1. Rotacismo no encontro consonantal	211
1.3.2. Rotacismo em final de sílaba	214
1.3.3. Comentário	215
1.4. A iotização da lateral palatal	221
1.4.1. As cartas relevantes	221
1.4.2. Comentário	228
1.5. A redução da proparoxítona a paroxítona	231
1.5.1. As cartas relevantes	231
1.5.2. Comentário	239
1.6. Conclusão	243
2. Nível lexical	247
2.1. As cartas	248
2.2. Conclusão	264
Conclusão	269
Referências bibliográficas	279

INTRODUÇÃO

1. O tema

O ponto de partida deste estudo é *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral (1920)¹. O trabalho de Amaral é a primeira descrição ampla de uma variedade regional do português do Brasil. Por seu pioneirismo e cuidado metodológico, é considerado um marco na história da dialetologia brasileira e na renovação de nossos estudos lingüísticos (Mendonça 1936, Rossi 1967, Pinto 1981, Brandão 1991, Ferreira & Cardoso 1994, Cardoso 2002). A obra, reconhecidamente, abre caminho e se constitui em incentivo e modelo para o estudo dos falares regionais brasileiros (Nascentes 1923, Marroquim 1934).

O dialeto caipira, que Amaral (1920) descreve com riqueza de pormenores e exemplificação pertinente, era falado no território da antiga província de São Paulo até por volta do final do século XIX, conforme nos afirma o Autor. Marcado por notáveis peculiaridades fonéticas, morfológicas, sintáticas e lexicais, que o caracterizam como um “sistema distinto e inconfundível”², esse dialeto paulista exibia grande vigor: era falado pela grande maioria da população e sua influência se estendia à própria minoria culta³. De

¹ As obras são indicadas sempre pela data da 1ª edição. Nas citações, nos casos em que a referência traz duas datas, a primeira corresponde à 1ª edição, e a segunda corresponde à edição consultada, sendo seguida do número da página concernente.

² Maiores informações sobre as características do dialeto serão apresentadas no capítulo II.

³ Cunha (1968 / 1972: 90) relembra o conhecido episódio (Amaral 1920 / 1982: 41) ocorrido na Assembléia Constituinte de 1823, em que se registra uma objeção à implantação de curso superior em São Paulo com a alegação de que os jovens estudantes contrairiam “pronúncia mui desagradável”. Conforme Cunha, o episódio documenta o importante fato de que, “na época, estendiam-se à própria capital de São Paulo os traços típicos” do dialeto caipira. Já em referência ao século XX, Bueno (1958) relata episódios (anedóticos, é verdade) em que paulistas cultos mostram o falar caipira. E comenta: “na capital de S. Paulo, é comum ouvir-se o Prof. W. F. a dar aula de direito comercial em pura acentuação caipira de Bragança. Na medicina, vários médicos falam como se estivessem em Itapetininga ou Piracicaba. (...) Os políticos notáveis como foram Júlio Prestes, Fernando Costa, quando discursavam, serviam de modelo da fala rústica de S. Paulo”. (Bueno 1958: 1 – 2)

resto, o “caipirismo” não se limitava a esse falar característico, mas se imprimia nas diversas manifestações da vida provinciana de então. (Amaral 1920 / 1982: 41)⁴.

Todavia, a partir das últimas décadas do século XIX, alterações profundas que passam a se verificar no meio social determinariam uma mudança nessa situação, interferindo na continuidade do processo de dialeção. A abolição do trabalho escravo diminui o contato cotidiano do branco com o negro, alterando, assim, um fator de diferenciação dialetal; a população cresce e recebe imigrantes, que começam a infiltrar sua influência; a instrução, antes limitadíssima, se incrementa de forma extraordinária; ampliam-se as vias de comunicação e o comércio, intensificando o contato no interior da província e da província com áreas externas. Nesse quadro, continua Amaral (1920 / 1982: 41), “os genuínos caipiras, os roceiros ignorantes e atrasados”, e o “caipirismo” vão sendo marginalizados e sua interferência vai se tornando cada vez menor na nova ordem das coisas. Assim, por volta de 1920, segundo Amaral (1920), o dialeto se acha restrito a pequenas localidades que ficaram à margem do progresso geral, ou subsiste na fala dos mais velhos, observando-se, entretanto, que certos remanescentes do dialeto permanecem na linguagem corrente de todo o Estado, em disputa com outras tendências. Nesse sentido, o prognóstico de Amaral é pessimista: no seu entender, o dialeto caipira “acha-se condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve”, tendo em vista a concorrência com as outras tendências já atuantes e as que se prenunciam no cenário paulista (Amaral 1920 / 1982: 42).

⁴ A indicação de páginas se faz pela edição de 1982, reprodução fac-similada da 2ª edição (1955). A 2ª edição é importante porque traz como prefácio um estudo de Paulo Duarte sobre o dialeto caipira e a língua brasileira. (Esse ensaio de Duarte integra seu livro *Amadeu Amaral*, publicado em 1976, pela HUCITEC/Secretaria de Cultura e Tecnologia.)

A previsão do Autor, todavia, não parece ter se concretizado, e é esse, justamente, o nosso ponto de interesse. Cerca de cinquenta anos após a publicação do estudo de Amadeu Amaral, Rodrigues (1974) atesta a vitalidade do dialeto caipira na região de Piracicaba. Dados morfossintáticos e fonético-fonológicos recolhidos por Rodrigues (1974), através de entrevistas e inquéritos fonéticos realizados junto a moradores da zona rural dessa região, demonstram o pleno vigor do dialeto⁵.

Passados já vários anos dessa pesquisa, interessou-nos prosseguir na linha de indagação de Rodrigues sobre a resistência do dialeto caipira, direcionando a investigação para outra área geográfica e utilizando, desta vez, materiais de dois atlas lingüísticos regionais brasileiros: o *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais* – EALMG (Ribeiro et alii 1977), e o *Atlas lingüístico do Paraná* - ALPR (Aguilera 1994). Incursões nas cartas fonéticas desses dois atlas nos mostram a presença de variantes identificadas por Amaral (1920) como características do dialeto caipira. É o caso, por exemplo, do “r caipira”, em coda silábica e em posição intervocálica (cf. carta 2 do EALMG e carta 156 do ALPR, referentes a *arco-iris*); do rotacismo da lateral em coda silábica (cf. carta 29 – *salto mortal*, do EALMG e carta 141 – *calcanhar*, do ALPR).

A escolha desses atlas lingüísticos para nossa investigação se justifica. Por um lado, não dispomos ainda de um atlas lingüístico do Estado de São Paulo⁶, o que nos impede de,

⁵ Também no início dos anos 70, Penha (1972) descreve a linguagem do bairro rural de S. Domingos, sul de Minas (região de penetração das bandeiras paulistas, reconhecida como área de uso do dialeto caipira), e em seu registro se observam muitos dos traços apontados por Amaral. Antes disso, Bueno (1958: 2 - 3) já observava: “Os característicos deste nosso falar continuam, (...) ainda hoje, e muito vivos e persistentes até entre as pessoas mais cultas (cf. nota 3), desmentindo a afirmação de Amadeu Amaral (...). Existem áreas onde tais características são mais vivas que em outras e, de um modo geral, podemos afirmar que são aquelas cidades de fundação bandeirante: Itu, Porto Feliz, Atibaia, Bragança, Piracicaba, Tatui, Limeira, Taubaté.” Segundo Bueno, os bandeirantes teriam disseminado por essas áreas sua maneira de falar, assim como a teriam levado aos Estados que surgiram dos descobrimentos das minas, “especialmente, Mato Grosso, Goiás, sul de Minas, norte do Paraná.”

⁶ O projeto do Atlas lingüístico do Estado de São Paulo - ALESP, de iniciativa de Pedro Caruso (v. Caruso 1982, 1983, 1998), ainda não está concluído. O projeto do Atlas lingüístico do Brasil – ALiB (v. Comitê

no momento, e com material dessa natureza, investigarmos a própria área estudada por Amadeu Amaral. Por outro lado, Minas e o Paraná constituem áreas relevantes para essa investigação, pela sua *proximidade geográfica* com São Paulo e pelas *relações históricas* que envolvem os paulistas no processo de povoamento desses Estados vizinhos, dois fatores favoráveis à difusão de usos lingüísticos.

Dada a natureza do material disponível nos atlas em questão, cartas fonéticas e cartas lexicais, voltamos nossa observação para esses níveis de análise, concentrando nosso trabalho sobretudo no rastreamento de cinco variantes fonéticas do dialeto caipira nos materiais dos atlas lingüísticos do Paraná e de Minas Gerais: i) o “r caipira”, em coda silábica e em posição intervocálica; ii) o rotacismo da lateral em coda silábica e em encontro consonantal antes da vogal da sílaba; iii) o apagamento do /r/ em final de palavra; iv) a iotização da lateral palatal; v) a redução de proparoxítonas a paroxítonas. Trata-se de variantes de uso acentuado no dialeto caipira, segundo Amaral (1920), daí o interesse em estudá-las. Além disso, são reconhecidas, ainda hoje, como marcas de um falar “caipira” - isso é patente quanto ao “r caipira”, que tem o atributo incorporado na própria denominação, mas também se verifica nas outras variantes: realizações como [miw] para *milho*⁷, [kaɹkã'ɲa] para *calcanhar*⁸ e [ka'lipi] para *eucalipto* são associadas a um falante “caipira”. No que diz respeito à perspectiva lexical, nosso interesse, muito mais fluido,

Nacional do ALiB 2001), que evidentemente recobre o território paulista, também não está concluído, encontrando-se na fase de realização dos inquéritos.

⁷ Em investigação que realizou em Brazlândia (perto de Brasília), Bortoni (1989) constatou que migrantes mineiros alteram certas características de seu dialeto original por influência de sua integração social no novo *habitat*. Uma das regras alteradas é justamente a da iotização da lateral palatal, visto tratar-se de variante que “tem certamente o caráter de um *estereótipo do dialeto caipira*, identificado em todos os segmentos da sociedade nacional”. (Destacamos.) (Bortoni 1989: 117)

⁸ Não é aleatório que um vocabulário piracicabano (Elias Netto 2001) tenha como subtítulo *Arco, tarco, verva* (álcool, talco, velva), representando a imagem do falar dessa cidade, “considerada uma das regiões onde o dialeto caipira, mesmo na área urbana, teria grande vigor” (Rodrigues 1974: 22).

consiste em identificar, nos materiais reunidos nos atlas de Minas e do Paraná, remanescentes do léxico registrado por Amaral (1920).

2. Objetivos

O objetivo geral do trabalho é verificar se características fonéticas e lexicais do dialeto caipira, documentado no Estado de São Paulo por Amaral (1920) há cerca de 80 anos, manifestam algum vigor em áreas próximas a São Paulo, precisamente, em Minas Gerais e no Paraná, conforme prenunciam dados atestados nesses dois Estados. Quanto às características fonéticas, nossa análise se restringe às cinco variantes já mencionadas. Quanto aos itens lexicais, a investigação se faz em aberto, considerando as possibilidades oferecidas pelo material lexical dos dois atlas em exame.

Considerando que o *corpus* em análise é constituído de dados cartografados, propícios ao estudo da variação diatópica, é também nosso objetivo procurar delimitar as áreas em que se atestam as variantes do falar caipira encontradas.

Além disso, é de nosso interesse procurar explorar os dados buscando induções de caráter histórico, que apontem a relação dos fatos em estudo com a presença dos paulistas na área em questão.

3. O corpus

Para verificar a resistência de traços do dialeto caipira, propusemo-nos examinar os dados do *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais - EALMG* (Ribeiro *et alii* 1977) e do *Atlas lingüístico do Paraná - ALPR* (Aguilera 1994).

Além das justificativas de caráter histórico-geográfico para a utilização desse *corpus*, devemos lembrar a conveniência desse tipo de material para a investigação em

causa. Pela sua própria metodologia, a investigação geolingüística pode se estender por uma área ampla (o que representa uma dificuldade para o trabalho monográfico, pela exigência de um tempo dilatado ou do sacrifício do aprofundamento da pesquisa). Pelo uso de questionário para a eliciação de dados, a coleta do material é feita de maneira sistemática, assegurando dados comparáveis. A apresentação dos dados em cartas permite uma visualização imediata e clara dos fenômenos. Acrescente-se que os atlas apresentam dados em transcrição fonética, forma objetiva de representar os sons da fala. Por sua natureza, o material dos atlas lingüísticos abre amplas possibilidades de interpretação⁹, consistindo em contribuição importante para o estudo da língua tanto na perspectiva sincrônica como diacrônica (Coseriu 1982). Referindo-se ao que um atlas lingüístico permite ver através de seus dados lexicais, assim se expressa Celso Cunha (1968 / 1972: 57):

“(...) o inventário, embora incompleto, torna possível ampla visão dos traços essenciais do léxico: sua repartição geográfica, sua vitalidade, história dos termos, viagens de palavras, evolução das formas gramaticais, diferenças de pronúncias, relações dos dialetos e falares com a língua. E, como a palavra está estreitamente ligada à coisa, o Atlas permite também o aferimento da vivência de formas e complexos culturais.”

Desta forma, a utilização dos atlas lingüísticos em nossa investigação, abre-nos a possibilidade de rastrear características fonéticas e lexicais do falar caipira em toda a extensão de Minas e do Paraná, através de uma rede de pontos densa, contando com o registro de dados comparáveis. Para a consideração das variantes fonéticas podemos contar com dados transcritos foneticamente. O exame do material nos permitirá verificar a

⁹ Sobre essa vocação dos atlas, lembra-nos Rossi (1965: 48) que “as cartas lingüísticas valem menos pelo que dizem propriamente do que pelo que permitem se venha a dizer a partir delas”.

resistência de traços do falar caipira, bem como delinear sua penetração no interior de Minas e do Paraná. Acresce o fato de que os informantes dos dois atlas que utilizamos são analfabetos ou têm pouca escolaridade, e são ligados ao meio rural (sobretudo no caso do Paraná¹⁰), características que os aproximam do caipira “genuíno”- “roceiros ignorantes e atrasados”, conforme Amaral (1920 / 1982: 41).

Alinhamos, a seguir, algumas informações sobre o EALMG e o ALPR, para uma visão geral desses trabalhos.

3.1. O atlas lingüístico de Minas Gerais

O projeto do atlas lingüístico de Minas Gerais foi desenvolvido na década de 70 por uma equipe de professores da Universidade Federal de Juiz de Fora (José Ribeiro, Mário Roberto Lobuglio Zágari, José Passini e Antônio Pereira Caio), com o objetivo de registrar o português popular de Minas nos seus diferentes níveis – fonético, fonológico, lexical e morfossintático. O EALMG (Ribeiro *et alii* 1977) é o primeiro volume publicado dos quatro previstos no projeto.

Desse primeiro volume constam: um Plano da Obra, que antecipa o conteúdo de cada um dos quatro volumes previstos no projeto; uma Introdução, em que se faz um breve histórico do projeto; um capítulo sobre a Metodologia adotada no trabalho; um capítulo sobre as Localidades, que inclui a relação das localidades investigadas, um breve histórico do povoamento de Minas, e as fichas referentes aos 50 primeiros pontos investigados. Nos Apêndices, constam: o material usado no inquérito por correspondência, a ficha para cadastro dos informantes, e os dados referentes aos informantes das 50 primeiras localidades investigadas. Após essas seções e precedendo as cartas propriamente

¹⁰ Entre os informantes, principalmente os de sexo masculino, predomina a profissão de agricultor.

lingüísticas, figura um conjunto de cinco cartas introdutórias, que apresentam, respectivamente, a localização de Minas Gerais no Brasil, os principais acidentes geográficos do Estado, as zonas de Minas, as localidades investigadas, os inquiridores por localidade. Seguem-se as 73 cartas lingüísticas: são 24 cartas fonéticas, 21 lexicais, 25 cartas isoléxicas e 3 isófonas. Essas cartas foram elaboradas com base no levantamento referente a dois campos semânticos – *tempo* e *folgedos infantis de rua*. Fecha o atlas um Glossário que reúne os vocábulos encontrados na investigação e que não estão dicionarizados ou estão dicionarizados em outra acepção.

As localidades

Foram investigadas 116 localidades, “desde grandes centros (...) até povoados de algumas dezenas de casas” (Ribeiro *et alii* 1977: 18). O trabalho de campo se desenvolveu em três etapas:

1ª etapa: foram investigados os primeiros 50 pontos, selecionados por critério histórico aliado ao critério geográfico de recobrir todas as regiões de Minas, levando em conta a densidade demográfica do Estado. Com base nos dados colhidos nessa fase, encerrada em setembro de 1973, levantaram-se as hipóteses relativas a isoglossas fonéticas e lexicais, hipóteses que determinaram a segunda etapa do trabalho de campo.

2ª etapa: foram investigados mais 51 pontos (a partir de 1974), selecionados por um critério puramente lingüístico – rastrear determinados fatos fonéticos ou acompanhar o uso de certos vocábulos.

3ª etapa: foram investigados os últimos 15 pontos da pesquisa, definidos em função de alguma dúvida que persistia ou em razão de resultados do inquérito por correspondência, de que trataremos mais adiante.

Os informantes

Foram inquiridos informantes dos dois sexos¹¹, de uma única faixa etária (30 a 50 anos), iletrados (analfabetos ou tendo no máximo o primário incompleto), tendo nascido e sempre vivido na localidade, assim como o cônjuge, no caso de informantes casados. Foi realizado um inquérito por localidade. Sempre que possível, o entrevistador conversou ao mesmo tempo com vários informantes, sendo um principal, atuando os outros na confirmação ou enriquecimento das informações.

A pesquisa direta – o questionário

O levantamento de dados foi feito por *pesquisa direta* nas 116 localidades, com a aplicação de um questionário não muito longo, centralizado em algumas áreas semânticas relativas a experiências diárias. Na aplicação do questionário, único para todas as regiões e todos os informantes, adotou-se, todavia, a medida de se evitar “assunto que escapasse à vivência do entrevistado” – não se indagava, por exemplo, sobre o plantio e colheita de fumo, em zonas exclusivas de cultura de milho (Ribeiro *et alii* 1977: 26).

A pesquisa indireta

Realizados os primeiros 50 inquéritos, que permitiram a formulação das primeiras hipóteses relativas a isófonas e isoléxicas no território mineiro, iniciou-se, paralelamente à pesquisa direta, uma *pesquisa indireta*, por correspondência, “com a finalidade de comprovar, no domínio do léxico, a validade ou não da isoléxica [em questão], na precisão de seu limite” (Ribeiro *et alii* 1977: 30). Essa pesquisa indireta, que atingiu 302 localidades, usando questionário próprio e variado, era feita ao longo de uma isoléxica, em pontos situados em seu limite externo e interno. Os resultados eram confrontados com os

¹¹ Devemos observar que, nos 50 primeiros pontos investigados (cf. fichas dos informantes em Ribeiro *et alii* 1977: 76-80), apenas 3 mulheres foram inquiridas como informante única ou principal (pontos 47, 53 e 68), e somente uma como informante auxiliar (ponto 88).

obtidos na pesquisa direta, confirmando-os ou não. As cartas analíticas do final do atlas tiveram essa confirmação.

3.2. O atlas lingüístico do Paraná

O *Atlas lingüístico do Paraná* – ALPR (Aguilera 1994) é resultado da tese de doutorado da Autora, apresentada na Universidade Estadual Paulista (UNESP – Assis), em 1990.

Sem contar o Prefácio e a breve Apresentação, o ALPR se constitui exclusivamente de cartas, visto que as informações sobre a metodologia, as localidades e os informantes integram um pequeno volume publicado posteriormente (Aguilera 1996). As seis cartas introdutórias apresentam, respectivamente, a localização do Paraná no Brasil, as microrregiões do Paraná, os pontos lingüísticos sugeridos por Nascentes para a área, os pontos lingüísticos do ALPR, a população dos municípios em 1960 e 1980, os entrevistadores por localidade. Segue-se o conjunto das cartas lingüísticas, que é numeroso. São 191 cartas: 92 lexicais, 70 fonéticas, e 29 cartas sintéticas ou isoglóssicas - 19 isolexicais e 10 isofônicas. Nas cartas lingüísticas, a disposição dos dados ou os ícones utilizados permitem identificar o informante que deu a resposta registrada. Cada carta lexical ou fonética é acompanhada de Notas explicativas que esclarecem dados registrados ou omitidos na carta, reproduzem o contexto de ocorrência das formas, permitindo muitas vezes surpreender na fala do entrevistado informações de caráter etnográfico, sobre costumes e crenças da região, bem como informações sobre a atitude do(s) falante(s) em relação às variantes. Fechando o volume, figura uma seção de Anexos com seis cartas que apresentam progressivamente os núcleos de povoamento do Paraná ao longo da história do Estado.

Um volume distinto – *Atlas lingüístico do Paraná; Apresentação* (Aguilera 1996) reúne informações relevantes que complementam o atlas. Em seus diferentes capítulos, esse volume apresenta: um esboço da história da colonização paranaense; as fichas das localidades investigadas; as fichas dos informantes por localidade; o questionário lingüístico aplicado na coleta dos dados; a notação fonética adotada na transcrição dos dados; informações sobre a apresentação das cartas; e sobre as notas explicativas que acompanham cada carta lexical ou fonética.

As localidades

A definição da rede de pontos do ALPR partiu da sugestão de Nascentes (1958: 21), que previa 24 localidades paranaenses a serem investigadas para o então projetado Atlas lingüístico do Brasil. Considerando o desenvolvimento do oeste e do sudoeste do Paraná após a data da sugestão de Nascentes, e atendendo ao objetivo de adensamento da rede de pontos, Aguilera ampliou para 65 o número de localidades. Características etno-geo-históricas de cada município, inclusive a data de sua fundação, foram levadas em conta na seleção dos pontos. Também se levou em conta a inclusão de pelo menos uma localidade de cada uma das 24 microrregiões fisiográficas paranaenses. Dessa forma, a rede incluiu “municípios com menos de cinquenta e com mais de trezentos anos (...), de grande, pequena ou média extensão territorial, densamente habitados ou não, com grande ou pequena expressividade econômica e política, buscando espelhar ao máximo a realidade lingüística” (Aguilera 1998: 108).

Os informantes

Foram inquiridos dois informantes por localidade, um de cada sexo, com idade entre 27 e 62 anos, analfabetos ou com baixa escolaridade (Mobral, primário incompleto, no máximo primário completo, caso de apenas quatro entrevistados), tendo nascido ou passado

pelo menos três quartos de sua vida na localidade, sendo o cônjuge também da localidade, no caso de informantes casados.

O questionário

Foi adotado o questionário do Atlas lingüístico do Estado de São Paulo – ALESP (Caruso 1983), com algumas supressões e acréscimos sugeridos pela experiência inicial em campo. São 325 perguntas, relativas a dois campos semânticos (I. Terra e II. Homem), que se organizam em diversas esferas semânticas: I. a) natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo; b) flora: árvores, frutos etc.; c) plantas medicinais; d) fauna: aves, pássaros, outros animais; II. a) partes do corpo, funções, doenças, etc.; b) vestuário e calçados; c) agricultura, instrumentos agrícolas, etc.; d) brinquedos e jogos infantis; e) lendas e superstições. O questionário é de natureza semântico-lexical, mas inclui, no final, sete questões destinadas à obtenção de narrativas sobre lendas e superstições, e um relato de experiência pessoal (elicitado conforme as sugestões de Labov). O questionário completo consta em Aguilera 1996. Não se inclui aí a formulação das perguntas, mas em outro trabalho (Aguilera 1998b) a Autora esclarece como foram feitas as indagações. O trabalho de campo do ALPR foi desenvolvido na segunda metade da década de 80.

3.3. As cartas estudadas

Nos dois atlas selecionamos as cartas fonéticas e lexicais pertinentes para o rastreamento das variantes caipiras que constituíram objeto de nosso estudo. Essas cartas serão devidamente indicadas nos capítulos específicos.

4. O dialeto caipira e o português popular brasileiro

Dado que este trabalho se volta para o dialeto caipira, uma questão preliminar pode ser colocada: em que medida o dialeto caipira constitui uma variedade diferenciada no quadro do português popular brasileiro? Como nos interessa particularmente o aspecto fonético, direcionamos a questão para esse domínio.

Muitos dos traços do dialeto caipira refletem, como nos mostra a história da língua, acentuadas derivas do português ou mesmo derivas românicas, e são comuns a outras variedades populares regionais e mesmo à variedade culta. Trabalhos que têm se preocupado em apresentar uma visão geral de nossa realidade lingüística têm apontado características mais gerais do português popular brasileiro, salientando os traços mais claramente regionais (Vasconcelos 1901, Silva Neto 1950, Elia 1963, Cunha 1986, Castilho 1992). No elenco dos traços fonéticos mais gerais são mencionados:

- a) A redução dos ditongos ou, ei, ai (*roupa* > *ropa*, *queijo* > *quejo*, *caixa* > *caxa*), os dois últimos casos restritos a contextos específicos (ej / __ r, ʃ, ʒ; aj / __ ʃ). Tem-se assinalado a ocorrência dessa redução também entre os falantes cultos, o que podemos testemunhar hoje.
- b) A ditongação da vogal tônica seguida de sibilante em final de palavra (*rapaz* > *rapaiz*; *vez* > *veiz*; *pôs* > *pois*), o que também observamos na variedade culta hoje.
- c) A desnasalação e redução dos ditongos nasais átonos em final de palavra (*homem* > *home*; *virgem* > *virge*; *andaram* > *andaro*).
- d) A iotização da lateral palatal (*orelha* > *oreia*), em alternância com a realização lateral¹².

¹² Cunha (1986) questiona a generalidade do *ieísmo*, outra denominação do processo, com base em dados de atlas lingüísticos regionais brasileiros. Elia (1963) e Castilho (1992) também ressaltam a presença da lateral palatal na Bahia, conforme Rossi (1958).

- e) A queda da vogal postônica nas proparoxítonas, eventualmente acompanhada de outros segmentos (*abóbora* > *abobra*; *ridículo* > *ridico*).
- f) O rotacismo (troca da líquida /l/ por /r/), em posição pós-vocálica e (/l/ por /r/) como segundo membro de encontro consonantal (*maldito* > *mardito*; *planta* > *pranta*).
- g) O apagamento do /r/ pós-vocálico em final de palavra (*falar* > *falá*; *mulher* > *muié*).
- h) A queda do /l/ pós-vocálico em final de palavra (*cafezal* > *cafezá*).
- i) Transformação de *nd* em *n* (*andando* > *andano*)¹³, e de *mb* em *m* (*também* > *tamém*), por assimilação da oclusiva à nasal.
- j) Introdução de uma vogal epentética desfazendo grupos consonantais (*admira* > *adimira*; *abnegado* > *abinegado*), que Câmara Jr. (1970) também acusa no registro informal da língua culta.

Todos esses traços são registrados por Amaral (1920) em sua descrição do dialeto caipira, com exceção da desnasalação em formas como *andaram* > *andaro* (mas o processo é acusado no *em* final: *home*, *virge*), e da epêntese descrita no item *j* acima.

Em contraste com esses fatos de ocorrência mais geral, algumas características têm sido consideradas específicas do dialeto caipira (apontando-se, em geral, como áreas de uso da variedade, São Paulo, Minas Gerais (sul, sudoeste), Paraná, Mato Grosso e Goiás, sem definição precisa de limites). Essas características são:

- a) o “*r retroflexo*”;
- b) a realização africada [tʃ] - *chave* > [tʃ]ave;
- c) a realização africada [dʒ] - *gente* > [dʒ]ente.

¹³ Elia (1963 / 1975: 194) observa que Monteiro (1933) não registra o fato no Ceará; nem Paes (1938) no Rio Grande do Sul; tampouco Nascentes (1923) no linguajar carioca, o que “não exclui a possibilidade de *nd* > *n* no interior do Estado do Rio”.

5. A organização do trabalho

Seguem-se a esta introdução quatro capítulos. No capítulo I, procuramos delinear a formação da cultura caipira, lembrando a atuação dos paulistas no povoamento do território brasileiro e reunindo elementos para a caracterização sociológica do caipira.

No capítulo II, tratamos da caracterização lingüística do caipira: apresentamos o dialeto caipira segundo a descrição de Amaral (1920), e focalizamos as cinco variantes fonéticas que constituem objeto de análise em nosso *corpus*.

No capítulo III, são apresentados os resultados da análise dos dados do atlas lingüístico mineiro.

No capítulo IV, apresentamos os resultados da análise dos dados do atlas paranaense.

Finalizando, apresentamos a Conclusão do trabalho e as referências bibliográficas.

I. A FORMAÇÃO DA CULTURA CAIPIRA

1. Os paulistas e o povoamento do território brasileiro

De início, é importante lembrar, em linhas gerais, a atuação dos paulistas no povoamento do interior brasileiro.

Só com o estabelecimento das Capitânicas (1532) começa de fato a colonização no Brasil. Ultrapassada a serra que acompanha a orla, instalam-se os vicentinos¹⁴ no planalto de Piratininga. Não floresceu aí a cultura canavieira, que trouxe a riqueza ao Nordeste. A pobreza foi um dos fatores que impeliram esses primeiros habitantes do Planalto ao sertão, ocorrendo as primeiras incursões ainda no século XVI. Essas expedições buscavam o apresamento dos índios, que iriam, em primeiro lugar, aliviar a vida dura dos planaltinos¹⁵, servindo-lhes de “braços e pernas” nos trabalhos domésticos e da roça, e no transporte, nas idas e vindas no caminho para o mar; depois, as presas iriam constituir mercadoria no comércio de escravos fornecidos aos engenhos de São Vicente e do Rio de Janeiro e às “capitânicas de cima”. (As reduções jesuíticas se tornariam um alvo atraente, pela facilidade do apresamento do índio desarmado.) A intrepidez e a experiência desenvolvida nessas atividades valeram aos primeiros paulistas a fama que justificava a contratação de seus serviços para a busca de índios e escravos evadidos em distantes regiões brasileiras.

Ainda que a busca do índio fosse o objetivo inicial das incursões bandeirantes, o sonho da descoberta de riquezas minerais, ostentadas pela colonização espanhola, nunca fugiu dos horizontes desses desbravadores. E o espírito aventureiro dos primeiros paulistas, que assim se forjava, seguidamente os levava a se embrenharem pelo mato em grandes

¹⁴ Habitantes da Capitania de S. Vicente.

¹⁵ Habitantes do Planalto de Piratininga.

expedições em que era numeroso o contingente de índios, úteis pelo conhecimento das trilhas e das formas de sobrevivência na selva, e de mamelucos, que constituíam o resultado do usual casamento do branco com as índias. No século XVII, o século das bandeiras, intensifica-se esse movimento. Descobertos os primeiros aluviões (Taubaté), ainda que uma mineração pobre, estimulam a penetração além da Mantiqueira, levando às grandes descobertas no território mineiro no alvorecer do século XVIII (1698). Afluindo à região gente de toda parte, começam os conflitos sociais, bem como as dificuldades de infraestrutura (falta de provimentos de todo tipo). Julgando-se os legítimos donos da área, os paulistas entram em choque com os adventícios, sendo o principal conflito a Guerra dos Emboabas. Perdedores, e pressionados pela situação, buscam os paulistas outras plagas, onde as descobertas se renovam - Mato Grosso (1719) e Goiás (1725). Instaura-se assim o movimento das monções, que utilizam sobretudo o caminho dos rios. Por outro lado, passam os paulistas a explorar as possibilidades comerciais que as atividades nas minas propiciam: dedicam-se ao transporte de bens e de muares cuja demanda a região aurífera instalara, marcando, então sua presença no tropeirismo. A última atividade determina a penetração dos paulistas nos territórios do sul, onde há a criação de gado e de muares que abasteceria os tropeiros - estabelece-se notável movimento nas rotas que ligam Viamão e Sorocaba, importante feira de muares.

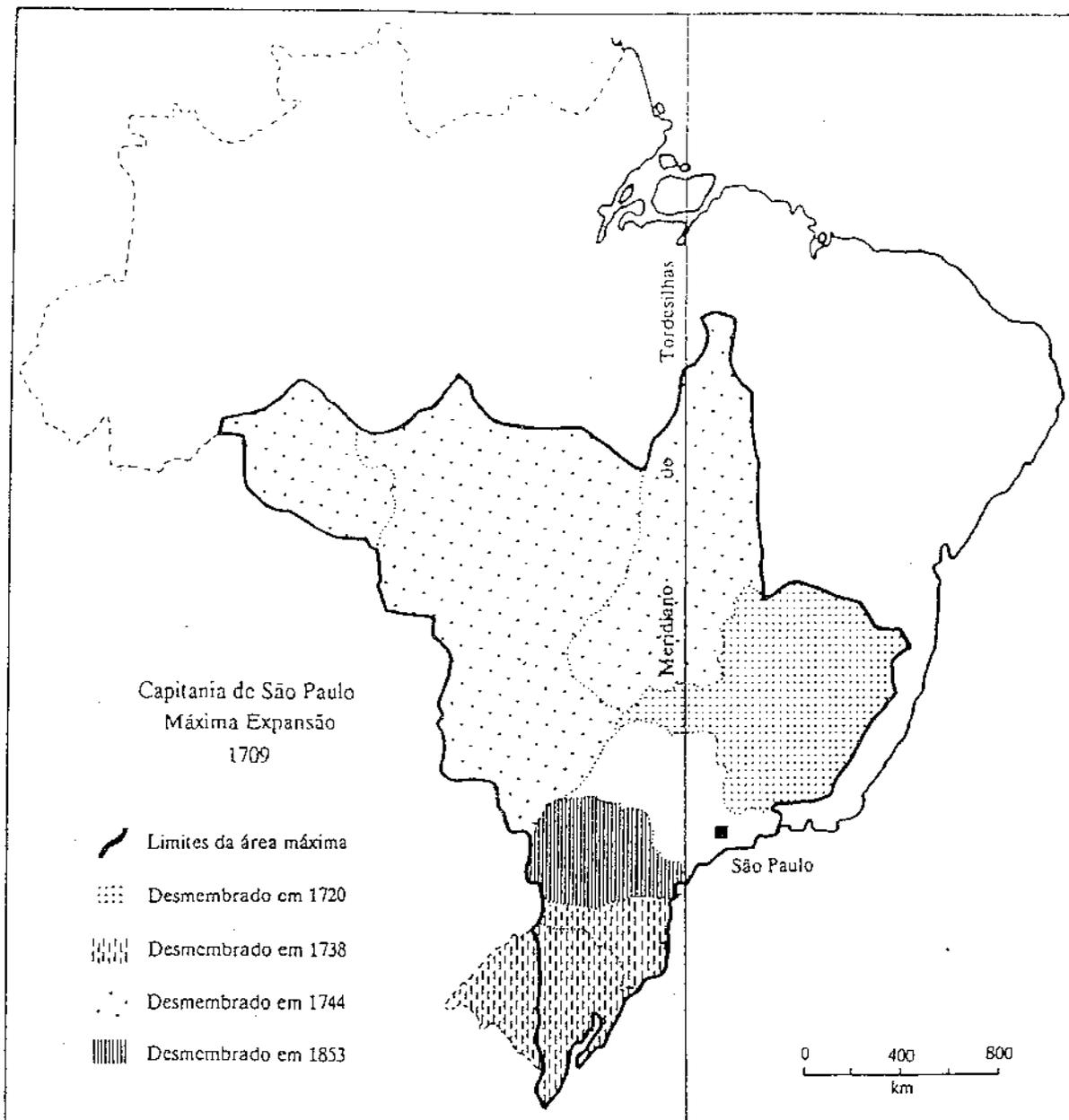
Do século XVI ao XVIII, movimenta-se, pois, o habitante do Planalto Piratininga em incursões que resultam na expansão do território da coroa portuguesa pelo interior. Avança em áreas de São Paulo, Minas, Mato Grosso, Goiás, atravessa a região sul nas viagens com as tropas muares. Como nos lembra Castilho (2000:39), “o ponto máximo da expansão territorial ocorre em 1709, com a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro”. Ocorrem, a partir daí, sucessivos desmembramentos desse vasto território: em 1720,

separação de Minas; em 1738, de Ilha de Santa Catarina e Rio Grande; em 1748, de Goiás e Mato Grosso; em 1763, o Rio de Janeiro, tornando-se a capital da Colônia, incorpora territórios antes pertencentes a São Paulo. A propósito, Castilho reproduz um mapa de Petrone (1995: 49), que apresentamos a seguir, em que se registra a extensão máxima da Capitania de São Paulo e sua redução progressiva, em consequência dos desmembramentos sucessivos.

Com o fim dos ciclos bandeirantes a população se sedentariza, definindo um modo de subsistência vital e social que se reconhece como a cultura caipira. E, conforme Ribeiro (1995: 383),

“Acaba por esparramar-se, falando afinal a língua portuguesa, por toda a área florestal e campos naturais do Centro-Sul do país, desde São Paulo, Espírito Santo e estado do Rio de Janeiro, na costa, até Minas Gerais e Mato Grosso, estendendo-se ainda sobre áreas vizinhas do Paraná.”

Fica, assim, patente o vínculo histórico dos paulistas com Minas e Paraná, áreas a que se referem os atlas que focalizamos em nosso estudo. No que diz respeito ao Paraná, especificamente, deve-se ressaltar, seguindo Aguilera (1996), que nos séculos XVI e XVII, registraram-se tentativas de posse do território por parte dos bandeirantes, em choques constantes com os jesuítas das missões espanholas, mas os povoamentos surgidos não vingam. Nessa época, o povoamento do litoral se verifica, iniciado provavelmente pelas buscas de ouro, e avança em direção ao interior. Em 1727, a abertura da estrada de Viamão RS para o transporte dos muare em direção a São Paulo “vai determinar o surgimento de povoações em torno das fazendas de pouso, no sudeste paranaense, na direção sul-norte” (Aguilera 1996: 5), região suscetível, portanto, à influência paulista; de 1840 a 1860,

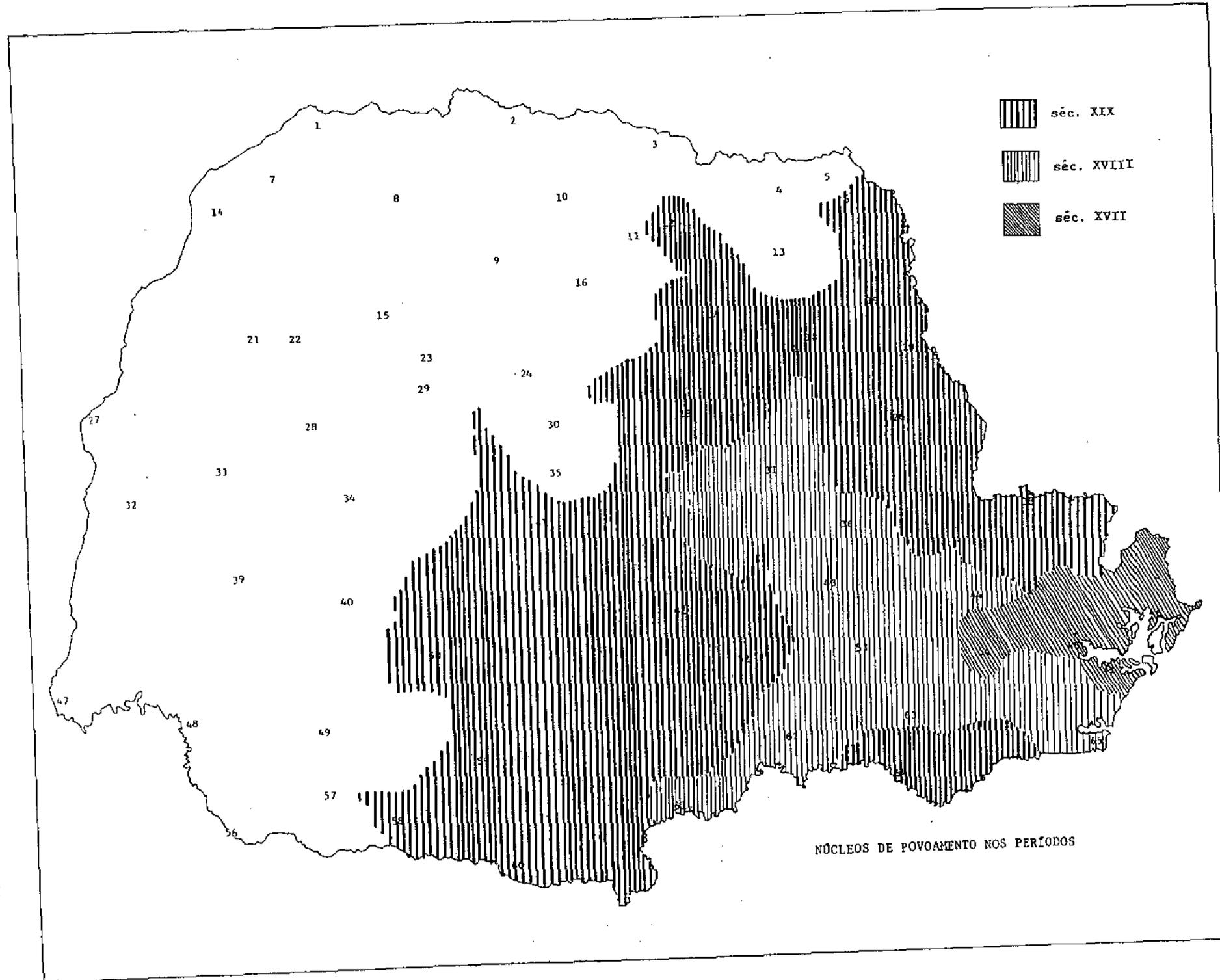


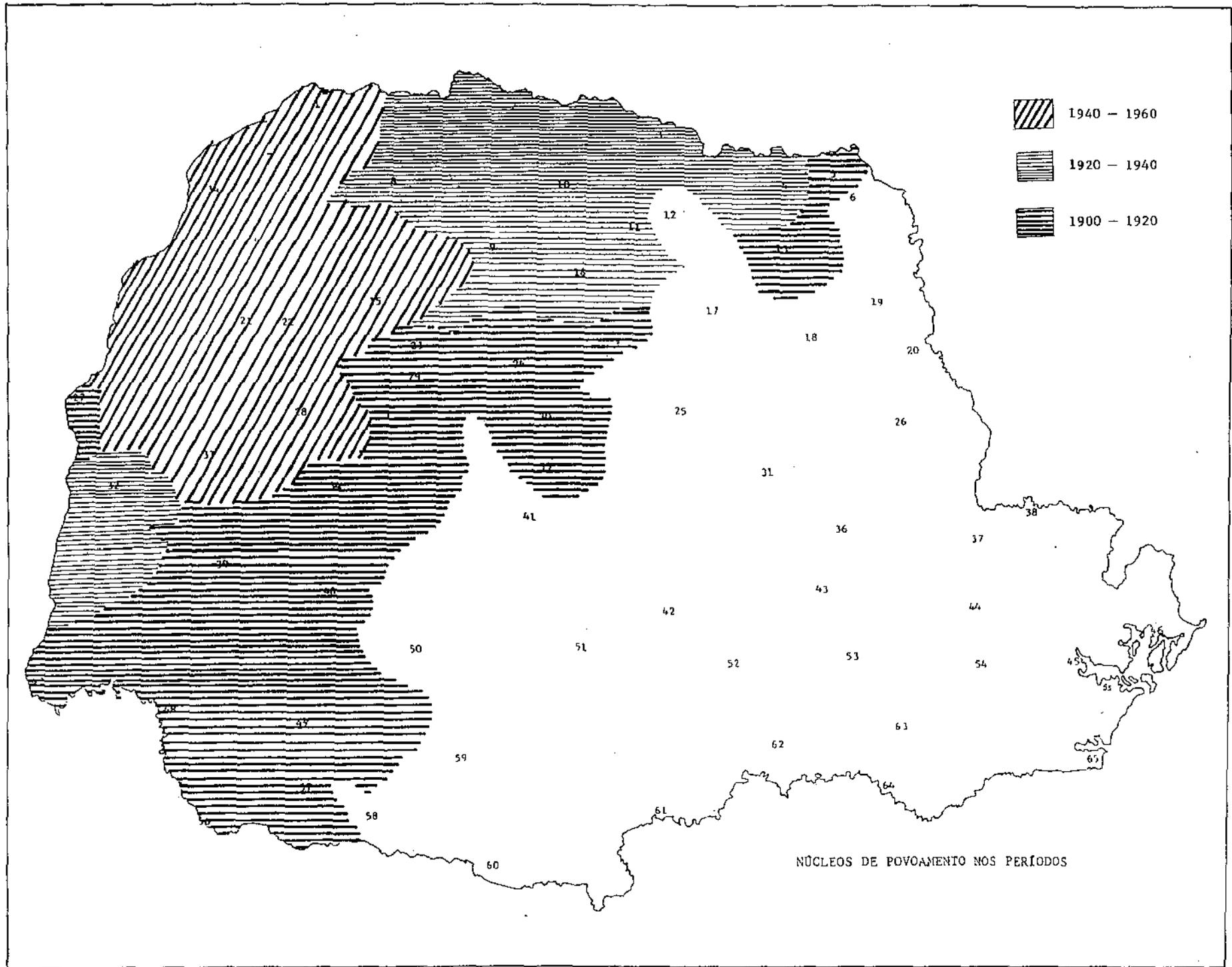
registra-se o apogeu do comércio de tropas de mulas. Toda essa área já ocupada constitui o que se chama de Paraná tradicional. Na década de 1860, fazendeiros paulistas (e mineiros) se estabelecem no Norte Pioneiro para a plantação de café. De 1900 a 1940, o governo do Estado faz concessões de terra em várias regiões paranaenses, atraindo paulistas ao lado de mineiros e nordestinos. A presença e influência dos paulistas dedicados ao cultivo do café está associada ao povoamento do Paraná moderno do Norte, já no século XX (Aguilera 1996). Reproduzimos, a seguir, duas cartas elaboradas por Aguilera (1994), em que se representam as diversas fases de povoamento do Paraná e onde se poderão observar as regiões em que o paulista penetrou. (Nas áreas em que o paulista não penetrou, verifica-se a presença de imigrantes – poloneses, italianos, alemães, ucranianos, sírios e libaneses, e de sulistas.)

2. O caipira

Também nos parecem oportunas algumas palavras sobre o *falante* do dialeto caipira. Amadeu Amaral não se detém muito na caracterização do *caipira*. Limita-se a informar que os “genuínos caipiras” são “os roceiros ignorantes e atrasados”¹⁶. Ao tratar do léxico do dialeto caipira, afirma que “é, naturalmente, bastante restrito, de acordo com a *simplicidade de vida e de espírito*, e portanto com as exíguas necessidades de expressão dos que o falam”. (Destacamos.) Amaral menciona, ainda, que havia toda uma cultura caipira, que estendia sua influência à minoria culta. (Amaral 1920 / 1982: 41, 55)

¹⁶ A palavra *caipira* é usada no próprio dialeto, com o sentido apontado, figurando no léxico reunido por Amaral (1920 / 1982: 106) como substantivo (“habitante da roça, rústico”) e como adjetivo (“próprio de matuto, digno de gente rústica”). Amaral acusa o uso do termo em Portugal, com sentidos diferentes, desde o século XIX, pelo menos, com base em Cândido de Figueiredo, Leite de Vasconcelos e Camilo. Sobre a origem da palavra, comenta: “Uns derivam-na de ‘curupira’, sem se dar ao trabalho de explicar a transformação; outros, de ‘caapora’, o que é ainda mais extravagante, se é possível”. Para Cunha (1982 / 1997), a se admitir uma origem indígena para *caipira*, poderia se pensar em uma “corruptela de caipora, com intercorrência de *curupira*”. Marly G. Percin (apud Francisco 2004) liga o termo à língua geral, em que o vicentino do litoral era identificado como *kai-ñ-çará* e o do interior, como *kai-ñ-pirá*, formas que teriam dado origem a *caičara* e *caipira*, respectivamente.





Acentua-se nessas breves referências, que o *caipira*, cujo falar Amaral descreve, era o típico habitante da zona rural paulista, envolvido nas lides do campo, sem instrução, e de hábitos simples.¹⁷

Silva Neto (1960: 76, 77) acrescenta alguns elementos na caracterização do caipira, identificando-o como “o descendente e continuador do mameluco”. As comunidades caipiras, continua Silva Neto, constituiriam “o desenvolvimento e a sobrevivência de antigos aldeamentos indígenas, (...) de antigos povoados de mamelucos e mestiços de toda a sorte”. Silva Neto também salienta que se pode falar na existência de uma *cultura* ou *subcultura caipira*, e menciona usos e costumes que lhe são típicos e que se aproximariam das tradições indígenas.

Mas é Antonio Candido (1964) quem nos apresenta uma caracterização mais precisa desse tipo brasileiro, a partir de um enfoque sociológico, histórico e antropológico. Candido não usa *caipira* em referência a um tipo racial. (Para esse sentido reserva o termo *caboclo*, que designa “o mestiço próximo ou remoto de branco e índio, que em São Paulo forma talvez a maioria da população tradicional”.) Usa *caipira* em referência aos aspectos culturais, exprimindo “um modo-de-ser, um tipo de vida”. É nesse sentido que ocorrem em sua obra as expressões “cultura (e sociedade) caipira”, “cultura (e sociedade) rústica”. (Candido 1964: 8)

¹⁷ Lembramos que essa era, de resto, a situação da maioria da população brasileira de então – rural e iletrada. Como tem sido destacado em vários trabalhos (Cunha 1968, Bortoni 1989, Castilho 1992, Callou 1995), nossa população foi predominantemente rural até os anos 1960. Em 1890, apenas 6,8% da população viviam nas cidades. Em 1940, nossa população rural ainda representava 70% do total. Só a partir dos anos 1970 é que a população rural é superada pela população urbana no Brasil. Quanto à escolaridade, Houaiss (1985 / 1988: 137) comenta que “o ensino das primeiras letras foi precário até (...) 1920”, estimando-se que, “por 1800, os letrados (...) seriam 0,5% da população”, índice que cresceria para 20-30% até 1920.

Na primeira parte de seu estudo sobre os meios de vida de um agrupamento de caipiras (Bofete – 1948-1954), Candido procura “esboçar um panorama retrospectivo” da cultura caipira. Em suas origens, essa cultura se liga aos bandeirantes. Citamos:

“Da expansão geográfica dos paulistas, nos séculos XVI, XVII e XVIII, resultou não apenas incorporação de território às terras da Coroa portuguesa na América, mas a definição de certos tipos de cultura e vida social condicionados em grande parte por aquele grande fenômeno de mobilidade. (...) em certas porções do grande território devassado pelas bandeiras e entradas – já denominado significativamente Paulistânia – as características iniciais do vicentino se desdobraram numa variedade subcultural do tronco português, que se pode chamar de ‘cultura caipira’.” (Candido 1964: 18)

A sociedade que se constituiu do século XVI ao XVIII na área paulista de expansão assimila traços culturais indígenas e portugueses. Marcada pelo “ritmo nômade” dos bandeirantes, pelas práticas indígenas de presa e coleta, a exigir mobilidade, iria se caracterizar pelo ajustamento ao meio, com a exploração dos recursos naturais e uma economia de sobrevivência, o que lhe garantiria a produção de um mínimo vital e social. Com o fim dos ciclos das bandeiras, o homem vai se fixando ao solo, e espalhando pelo interior paulista essa cultura.

“Um lençol de cultura caipira, com variações locais, que abrangia partes das Capitânicas de Minas, Goiás e mesmo Mato Grosso. Cultura ligada a formas de sociabilidade e de subsistência que se apoiavam, por assim dizer, em soluções mínimas, apenas suficientes para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros.” (Candido 1964: 57)

Para esse mínimo vital, os caipiras desenvolvem uma agricultura que se restringe ao feijão, milho, mandioca, triângulo básico de sua alimentação. A dieta se complementa com

a caça, pesca e coleta. Quase não havia negócios. Faziam tudo em casa (utensílios, roupas, calçado, munição, açúcar, rapadura), indo ao comércio raramente para comprar sal. Caracterizam, assim, uma economia fechada, com base no trabalho isolado ou na cooperação ocasional.

A esse mínimo para a subsistência corresponde um mínimo social. O morador da fazenda, do sítio ou do casebre distante vai ao povoado periodicamente, “em ritmos variáveis, que vão da semana ao ano, e criam uma dependência (...) social também variável” (Candido 1964: 40). Entre a família e o povoado, porém, é no bairro, estrutura intermediária de agrupamento, que os caipiras desenvolvem suas relações sociais básicas, as relações de vizinhança. Nos grupos sociais de vizinhança, denominados “bairros” na área paulista, desenvolvem-se formas de solidariedade, em que se destaca o “mutirão”, trabalho coletivo acionado para várias atividades da lavoura e da indústria doméstica (derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, construção da casa, fiação). Os mutirões, que solucionam na vizinhança os problemas de mão-de-obra, suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar, incluem um aspecto festivo, um dos pontos importantes da cultura caipira.

Outro elemento da sociabilidade vicinal são os festejos religiosos, que se desenvolvem no âmbito do bairro – mais amplos e organizados, são promovidos com base na capela de algum santo; mais informais, têm caráter doméstico.

Em resumo, as características principais da cultura caipira seriam, segundo Candido (1964: 61): “1) isolamento; 2) posse de terras; 3) trabalho doméstico; 4) auxílio vicinal; 5) disponibilidade de terras; 6) margem de lazer.”

Rompendo esse estado de coisas, surgiam as vilas e as fazendas, quebrando a economia fechada e criando novas formas de ajuste ao meio, em nível cultural mais alto. A

relativa indiferenciação do começo é substituída por uma estratificação social: fazendeiros/ sitiantes/ agregados (sem estabilidade). Nas três camadas há a presença da cultura caipira, mas é na intermediária que se encontram as manifestações mais típicas (a camada superior tende a acompanhar a evolução dos núcleos urbanos, e a camada inferior nem sempre tem estabilidade que lhe permita desenvolver adequadamente o ajustamento social).

O caipira típico foi o que formou essa camada de cultivadores fechados em sua vida cultural, sujeitos a deslocamentos em função da posse irregular da terra e do avanço dos latifundiários. Apegado a sua forma de vida, não se adaptou às formas mais produtivas e exaustivas de trabalho:

“... senhor de seu destino graças à independência precária da miséria, refugou o enquadramento do salário e do patrão, como eles lhe foram apresentados, em moldes traçados para o trabalho servil. O escravo e o colono europeu foram chamados, sucessivamente, a desempenhar o papel que ele não pôde, não soube ou não quis encarnar. E, quando não se fez cidadão, foi progressivamente marginalizado (...). Expulso da sua posse, nunca legalizada; despojado da sua propriedade, cujos títulos não existiam, por grileiros e capangas – persistia como agregado, ou buscava sertão novo, onde tudo recomeçaria. Apenas recentemente se tornou apreciável a sua incorporação à vida das cidades, sobretudo como operário.” (Candido 1964: 60-61)

Completando esse traçado do perfil do caipira, mencionamos o estudo de Oliveira e Kewitz (2002) sobre a representação do *caipira* na imprensa paulista do século XIX. A partir dessa investigação, as Autoras apontam três imagens que se destacam: o caipira como bandeirante (imagem associada ao seu falar “rústico”, “franco”, “direto”), o caipira como homem do campo (em oposição ao cidadão), e o caipira como sujeito preguiçoso (por oposição ao colono europeu).

E o que se poderia dizer da noção de *caipira*, hoje? O termo continuou a ser usado, mas parece-nos que encerra certa opacidade. A denominação é usada tanto em referência a um tipo social como a sua maneira de falar, que se supõe uma continuidade da variedade descrita por Amaral, sem que se tenha, no entanto, uma visão mais precisa de suas peculiaridades. Costuma-se atribuir a designação de caipira ao interiorano, particularmente o de zona rural (tocando-se, portanto, em um fator geográfico), inculto e que tem hábitos diversos dos que se vêem nos grandes centros (e aqui se toca em um fator cultural). A linguagem, indiscutivelmente, é um fator relevante no reconhecimento do caipira.

II. A CARACTERIZAÇÃO LINGÜÍSTICA DO CAIPIRA

1. Amadeu Amaral e o dialeto caipira

1.1. Amadeu Amaral – um pioneiro

Em 1920 Amadeu Amaral publica *O dialeto caipira*¹⁸, referência obrigatória não só na história da dialetologia de São Paulo, mas também na história da dialetologia brasileira. Que caminhos teriam levado esse paulista de Capivari à elaboração de trabalho tão importante pelo seu pioneirismo e pela seriedade e rigor com que foi executado? Dados de sua biografia, recolhidos em Leite (1964) e Duarte (1976), podem lançar alguma luz sobre a questão.

1.1.1. Amadeu Amaral – autodidata

Amadeu Ataliba Arruda Amaral Leite Penteado (6/11/1875 –24/10/1929) não teve formação acadêmica. Nem mesmo completou o curso secundário. Nasceu em uma fazenda de sua família, nas proximidades de Capivari, cidade onde passou a infância e fez o curso primário. Com 12 anos muda-se para São Paulo para trabalhar e estudar. Frequentou o antigo Curso Anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, mas o abandonou, ingressando no jornalismo. O fato de não ter tido uma formação escolar institucional “não pesou ao autodidata severo”, na expressão de Leite (1964/1973:18) - teve uma vida intelectual rica e

¹⁸ Na verdade, a introdução da obra e o primeiro capítulo (sobre a fonética do dialeto) já tinham sido publicados anteriormente, na *Revista do Brasil*, vol. III, fasc. 9, set. 1916. Logo em seguida, no mesmo periódico (vol. III, fasc. 10, out. 1916), também foi publicada a “Formação do vocabulário”, que veio a constituir, no livro, o capítulo “Lexicologia”.

A edição de 1920 saiu pela Casa Editora “O Livro” (São Paulo). A segunda edição, de 1955, é da Editora Anhembi (São Paulo), e traz um ensaio introdutório de Paulo Duarte: “Dialeto caipira e língua brasileira”. As edições que se seguem (São Paulo: HUCITEC / Brasília: INL, 1976, 1981, 1982) são reproduções fac-similadas da segunda. Em nossas referências, usamos a edição de 1982.

diversificada, atuando no jornalismo, na literatura, na crítica literária, na dialetologia, no folclore, na educação.

A veia jornalística herdou do pai, que foi fazendeiro e depois dono de um semanário em Capivari (*Gazeta de Capivari*), e também de um jornal em São Carlos (*O Popular*), por volta do final de 1889, tendo ainda fundado e dirigido o diário *Lavoura e Comércio*, em São Paulo, para onde teria se mudado em 1891. Amadeu Amaral desde muito novo ajudava o pai na elaboração da *Gazeta de Capivari*; em 1893 já publicava versos no jornal de seu pai em São Carlos; e com a vinda da família para São Paulo, trabalhou no *Lavoura e Comércio*, ajudando o pai e os irmãos mais velhos. Atuou ainda em diversos jornais, entre os quais se mencionam: o *Correio Paulistano*, onde se iniciou, ao que parece, em 1892; o *São Paulo*, fundado por volta de 1905, em que trabalhou ao lado de um grupo de intelectuais até por volta de 1907; o *Correio de São Carlos*, de que foi redator no período em que morou nessa cidade (1907-1908); o *Comércio de S. Paulo* (1909/1910), onde reencontra quase todo o grupo do *São Paulo*; *O Estado de S. Paulo*, em que se fixou em 1910; a *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro), em 1923, continuando a colaborar no jornal paulista; o *Diário da Noite*, em que ingressou em 1928. Em 1929, quando foi acometido da enfermidade que o levou à morte, ainda exercia suas funções em *O Estado de São Paulo*, era redator-chefe do *Diário da Noite* e presidente da S. A. *Diário de S. Paulo*.

Colaborou também em diversas revistas: *A Farpa* (1910 – 1915), fundada por Mário Sampaio Ferraz; *A Vida Moderna*, dirigida por Simões Neto, onde colaborou de 1915 a 1918; *O Queixoso* (1915 – 1916), revista satírica fundada por jovens jornalistas do *Estado*; a *Revista do Brasil*, de que foi um dos fundadores em 1916 e que dirigiu por cerca de 6 meses em 1921; *Pallas*, de breve duração, que dirigiu por volta de 1921.

Ao lado dessa atividade em jornais e revistas, publicou, de 1899 a 1929, várias obras que incluem poesia, ficção, ensaios e conferências sobre temas literários e de educação, sem contar seu trabalho em dialetologia e no folclore. Sua obra poética é objeto de análise de Leite (1964)¹⁹. Foi membro da Academia Paulista de Letras e da Academia Brasileira de Letras. Atuou ainda na área de educação, tendo sido diretor e professor de colégio em São Carlos (1907 – 1908) e em São Paulo (1927 – 1928).

Essa resumida descrição das atividades de Amadeu Amaral deixa patente que “lidar com palavras” era seu *métier*, podendo-se deduzir seu gosto pela linguagem, sua sensibilidade em relação à língua. Esse perfil combina com seu interesse em realizar a pesquisa sobre o dialeto caipira e com sua percepção clara da necessidade de se desenvolverem “estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões” para se saber ao certo em que consistiria o “dialeto brasileiro”, tão mencionado na época (Amaral 1920 / 1982: 43). As referências bibliográficas que aparecem em seu texto revelam sua familiaridade com os estudos da língua, inclusive com os temas de dialetologia (cf. referências a Leite de Vasconcelos), bem como com escritores regionalistas que expressam o universo caipira (Cornélio Pires, Valdomiro Silveira).

Um outro fator que aproximaria Amadeu Amaral do tema dialetológico que estudou são suas raízes interioranas. Leite (1964) identifica na poesia de Amadeu Amaral a expressão desse vínculo, pela presença de temas que, por um lado revelam a dor do poeta pelo distanciamento da terra natal (Capivari) e, por outro lado, retomam valores e elementos do interior, numa forma de superação pela arte, constituindo o que Leite chamou

¹⁹ Sobre o poeta Amadeu Amaral, diz-nos Leite: “Foi, de fato, um sincrético: renovou o clássico; trabalhou como os parnasianos; sugeriu como os simbolistas; e, poeta embora de realização acabada, defrontou-se com a perplexidade moderna da impotência expressional, do mistério, na poesia”. (Leite 1964 / 1972:141).

de “poesia compensatória de Amadeu Amaral”. Uma manifestação de seu apego à vida do interior pode ainda ser vista em seu interesse pelo folclore (ressalte-se que seu interesse pelo falar caipira era um aspecto de seu interesse mais geral pelo estudo da cultura popular). Conforme nos informa Paulo Duarte (1976), a biblioteca de Amadeu Amaral voltada para essa área contava com pelo menos duas ou três centenas de livros. E seus trabalhos na área tiveram o reconhecimento de Florestan Fernandes e Roger Bastide (Duarte 1976: 106-107)

Pode-se perceber por esses breves dados biográficos que, com espírito inquieto, empenho pessoal e grande capacidade de trabalho, Amadeu Amaral construiu sua riqueza intelectual. Considerando o rigor de seu trabalho e a solidez de sua formação (quando ainda não tínhamos pesquisa universitária institucional - a Universidade de São Paulo foi criada em 1934), diz-nos Paulo Duarte a seu respeito: “foi o primeiro grande universitário de S. Paulo esse grande autodidata de Capivari” (Duarte 1976:112).

1.1.2. Amadeu Amaral e a dialetologia no Brasil

As reconstituições históricas dos estudos dialetais no Brasil costumam se iniciar com uma referência a Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, que, em 1826, contribuiu para o livro *Introduction à l'atlas ethnographique du globe*, do geógrafo vêneta Adrien Balbi, com um breve capítulo em que aponta diferenças entre o português do Brasil e o português continental (Pinto 1978, Castilho 1992, Ferreira & Cardoso 1994, Cardoso 2002, Cardoso & Mota 2003). Em referência ao aspecto fonológico, o Visconde de Pedra Branca menciona o falar mais doce, mais ameno como característico do Brasil. Considerando o aspecto lexical, apresenta, a título de exemplificação, um grupo de 8 palavras que adquiriram novos sentidos no Brasil, diferenciando-se do uso dos termos em

Portugal, e um outro grupo de itens lexicais, que reúne 50 nomes atestados na colônia e desconhecidos na metrópole. (O texto de Pedra Branca está reproduzido em Pinto 1978: 5 - 7).

A partir desse marco, que coloca a questão das peculiaridades do português falado no Brasil, identifica-se na história da dialetologia no Brasil, conforme periodização proposta por Ferreira e Cardoso (1994), uma fase inicial que se caracteriza pela predominância de estudos voltados basicamente para o léxico²⁰. Dicionários, vocabulários, léxicos regionais, produzidos nesse período, procuram registrar peculiaridades do léxico do português do Brasil, em âmbito geral ou regional. Ferreira e Cardoso (1994: 38 – 39) fazem referência a vários trabalhos dessa natureza, entre os quais incluem: *Dicionário da língua brasileira*, 1832, de Luís Maria Silva Pinto, *Popularium sulriograndense e o dialeto nacional*, 1872, de Apolinário Porto Alegre, *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*, 1888, de Macedo Soares, *O tupi na geografia nacional*, 1901, de Theodoro Sampaio. Com uma abordagem mais ampla, que não se restringe ao estudo do léxico, registra-se nesse período o trabalho de José Jorge Paranhos da Silva, *O idioma hodierno de Portugal comparado com o do Brasil*, de 1879.

A publicação de *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, em 1920, constitui, ainda segundo as Autoras mencionadas (Ferreira e Cardoso 1994, Cardoso 2002), o marco inicial de uma nova fase da pesquisa dialetológica brasileira. Apesar de se constatar ainda o interesse pelo enfoque lexicográfico, manifestado em numerosos trabalhos, nessa fase se

²⁰ Ferreira e Cardoso (1994) estabelecem três fases nos estudos dialetológicos brasileiros, com base na orientação predominante em cada período:

1ª fase: estudos lexicais – de 1826 (publicação de Pedra Branca) a 1920 (*O dialeto caipira* de Amaral);

2ª fase: estudos gramaticais – de 1920 (*O dialeto caipira*) a 1952 (Casa de Rui Barbosa – surge o propósito de se elaborar o atlas lingüístico do Brasil);

3ª fase: interesse pela geografia lingüística – desde 1952 até nossos dias.

inauguram os estudos que se voltam para a observação da língua em uma determinada área, procurando caracterizá-la não só em termos léxico-semânticos, mas também do ponto de vista fonético-fonológico e morfossintático. É essa inovação que Amadeu Amaral representa, constituindo-se em incentivo e modelo para o estudo dos falares regionais. Seu estudo de caráter monográfico revela uma preocupação com a observação dos dados *in loco*, e com o exame dos diferentes aspectos da realidade observada. Na mesma linha de Amadeu Amaral, destacam-se também, no início dessa fase, Antenor Nascentes, com *O linguajar carioca em 1922*, publicado em 1923, e Mário Marroquim, com *A língua do Nordeste*, de 1934, em que descreve o português de Pernambuco e Alagoas. Significativamente, Nascentes dedica *O linguajar carioca* a Amadeu Amaral, afirmando que o paulista “mostrou [em seu trabalho] a verdadeira diretriz dos estudos dialetológicos no Brasil” (Nascentes 1923 / 1953: 3). Da mesma forma, Marroquim, acentuando a necessidade do estudo de nossas tendências dialetais, ressalta que, com *O dialeto caipira*, Amadeu Amaral “abriu resolutamente o caminho, dando um exemplo que deve ser imitado” (Marroquim 1934 / 1945: 7).

Em um balanço que faz da dialetologia brasileira, Rossi (1967) também menciona Amadeu Amaral, situando-o no estágio inicial da área, ao lado de outros que também fizeram estudos parciais, como Marroquim (1934), José Aparecida Teixeira (1938, 1944)²¹, Aires da Mata Machado Filho (1933)²².

Por sua vez, Brandão (1991), relembando a história dos estudos dialetológicos no Brasil, acentua a importância de *O dialeto caipira*, reconhecendo seu autor como “o

²¹ *O falar mineiro*, separata da *Revista do Arquivo Municipal*, nº 45, São Paulo, 1938 e *Estudos de Dialectologia Portuguesa, Linguagem de Goiás*, São Paulo: Ed. Anchieta, 1944 (*apud* Rossi 1967).

²² *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1934; 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1944 (*apud* Rossi 1967).

primeiro dialetólogo brasileiro”. Segundo a Autora, a partir dessa primeira tentativa de descrever um falar regional brasileiro, ganha corpo o interesse pelo estudo da variante brasileira do português em sua modalidade falada. Mais que isso, para Brandão (1991:43), Amadeu Amaral lança “a semente da geografia lingüística” ao reconhecer a necessidade de pesquisa séria e imparcial voltada para as ‘modalidades locais e regionais’, condição para se saber ‘com segurança quais os caracteres gerais do dialeto brasileiro, ou dos dialetos brasileiros, quantos e quais os subdialetos, o grau de vitalidade, as ramificações, o domínio geográfico de cada um’ (Amaral 1920 / 1982: 44).

Pinto (1981) também aponta o caráter inovador de Amadeu Amaral no quadro da reflexão sobre a língua portuguesa no Brasil. Para a Autora, ele é um dos “grandes pioneiros” da renovação dos nossos estudos lingüísticos observada no período de 1920 a 1945, renovação que assinala uma “opção pelo enfoque dialetológico, em detrimento do filológico, até então predominante” (Pinto 1981: XVIII).

Resumindo as avaliações expostas, dois aspectos inovadores devem ser destacados no estudo de Amadeu Amaral, que justificam a importância que lhe é atribuída: por um lado, o enfoque da variedade regional em questão em seus diferentes aspectos – fonético, lexical, morfológico e sintático -, indo além do levantamento lexical, a que se limitavam basicamente os estudos dialetológicos até então, e, por outro lado, o cuidado metodológico revelado pelo Autor, conferindo confiabilidade à descrição. Ao apresentar, com modéstia, seu trabalho, Amadeu Amaral aponta esses dois aspectos, ao afirmar que sua contribuição é apenas um começo, e que se dará por satisfeito se tiver “conseguido fixar duas ou três idéias e duas ou três observações aproveitáveis, neste assunto, por enquanto, quase virgem de **vistas de conjunto, sob critérios objetivos**” (Amaral 1920 / 1982: 43). (Destacamos.) Esse último aspecto merece nossa atenção. Afinal, o que significaria para Amaral a adoção

de “critérios objetivos” em um estudo dialetológico? Como se verá na seção seguinte, o Autor não se omite sobre o tema. Ao contrário, chega a pormenores em suas observações e recomendações quanto ao cuidado metodológico que, no seu entender, a pesquisa dialetológica requer.

1.1.3. Amadeu Amaral – o cuidado metodológico

Amadeu Amaral revela, nas considerações que faz em sua Introdução e no próprio desenvolvimento de seu trabalho, uma grande preocupação com o rigor metodológico, que julga indispensável na investigação dialetológica. Dirigindo-se àqueles que eventualmente se disponham a auxiliá-lo na ampliação e aperfeiçoamento de seu trabalho²³, acentua a necessidade da pesquisa *in loco*; recomenda, no que se refere aos dados, a rejeição total de tudo que seja “hipotético, incerto, não verificado pessoalmente”; e, na descrição dos fatos, recomenda a clareza, a objetividade e a precisão (Amaral 1920 / 1982: 43, 44). Entrando em pormenores e usando exemplificação, recomenda cuidados especiais no registro das formas, como: indicar se são de uso freqüente ou não, se são de uso geral ou restrito a determinado grupo social; grafá-las conforme a pronúncia ouvida; descrever eventuais pronúncias alternativas atestadas; descrever com especial cuidado os sons peculiares à fonética regional, explicando o valor dos símbolos gráficos adotados na transcrição; usar sinais complementares (equivalentes a diacríticos) para distinguir pronúncias.²⁴

A explicitação dessas “normas” corresponde a uma verdadeira profissão de fé de Amadeu Amaral quanto aos critérios que considera relevantes para a obtenção de dados

²³ Fica patente a intenção que tinha, então, o Autor de preparar uma nova edição de seu estudo, em que levaria em conta as sugestões e as críticas que a obra pudesse ter suscitado. Este propósito é confirmado por Duarte (1976: 88).

²⁴ Sobre essas considerações metodológicas, comenta Sousa da Silveira (1921:26): “Amadeu Amaral (...) ministra (...) conselhos tão salutares e rigorosos, que por si sós constituem cabal fiança e penhor do escrúpulo e segura orientação com que ele mesmo fez o seu notável trabalho.”

seguros e para uma apresentação clara e precisa dos resultados da pesquisa. Sua preocupação com o rigor científico se manifesta ainda em um artigo, de 1925, sobre o padre Rousselot²⁵, em que aponta as limitações das letras do alfabeto usual para representar os sons da linguagem e acentua a importância de “um sistema de notação mais completo e mais fiel que melhor abarcasse a realidade e por aí evitasse um infundável enredamento de equívocos” (Amaral 1920 / 1981: 9).

1.2. A descrição do dialeto caipira

1.2.1. Localização: área, época, usuários

Situando a variedade que descreve, o “falar caipira”, brevemente nos diz Amadeu Amaral que até o final do século 19, tivemos “um dialeto bem pronunciado, no território da antiga província de S. Paulo”, dominando “em absoluto a grande maioria da população” e estendendo “sua influência à própria minoria culta” (Amaral 1920 / 1982: 41). Por atuação de fatores que alteraram o meio social (libertação dos escravos, crescimento da população, imigração, ampliação das vias de comunicação e intensificação do comércio, extraordinário incremento da educação), os “genuínos caipiras” (“os roceiros ignorantes e atrasados”) e o “caipirismo” vão perdendo seu espaço de influência. De tal forma que, em referência ao momento em que faz seu estudo, diz-nos o Autor que o falar caipira se acha “acantado em pequenas localidades” que ficaram à margem do progresso, subsistindo “na boca de pessoas idosas”, observando-se, entretanto, que “certos remanescentes de seu domínio de outrora ainda flutuam na linguagem corrente de todo o Estado, em luta com outras tendências, criadas pelas novas condições” (Amaral 1920 / 1982: 42).

²⁵ O artigo está reproduzido em Pinto 1981: 8 – 11.

Como se pode observar, a localização do falar no momento da coleta de dados de Amadeu Amaral não é muito explícita ou precisa, tendo merecido o seguinte comentário de Rodrigues (1974: 22)²⁶:

“Amadeu Amaral não delimita a área de suas investigações. Diz apenas que ‘O falar do Norte do país não é o mesmo que o do Centro ou do Sul. O de São Paulo não é igual ao de Minas. No próprio interior deste Estado se pode distinguir, sem grande esforço, zonas de diferente matiz dialetal – o Litoral, o chamado “Norte”, o Sul, a parte confinante com o Triângulo Mineiro’ (Amaral, 1920, p. 14 – 15).”

Duarte (1976) traz informações que conferem maior precisão à área investigada em *O dialeto caipira*. Referindo-se à idoneidade intelectual de Amadeu Amaral, diz-nos Duarte (1976: 91-92):

“(…) Amadeu (...) só argumentava baseado em documentos confirmados pela observação própria, deixando escapar portanto fatos que apenas revelariam a comparação com fenômenos peculiares a outras regiões que ele não conhecia, restringindo-se até então seus estudos às **zonas de Capivari, Piracicaba, Tietê, Itu, Sorocaba e São Carlos, onde fez suas observações e de onde se originavam muitos do seus poucos informantes.**” (Destacamos.)

1.2.2. Peculiaridades fonéticas

Na descrição dos aspectos fonéticos do dialeto caipira, Amadeu Amaral focaliza não só o nível segmental, mas faz também considerações sobre a prosódia. Neste aspecto,

²⁶ Não se conclua daí que a Autora não valorize o trabalho de Amadeu Amaral. Ao contrário, sua pesquisa em Piracicaba mostrando a resistência do dialeto caipira na região é uma demonstração do valor que atribui a essa obra. A Autora julga oportuno uma nova investigação sobre o tema, 50 anos após a “publicação do estudo de Amadeu Amaral, considerado ainda **uma das mais valiosas contribuições para a dialetologia brasileira**” (Rodrigues 1974: 21). (Destacamos.)

estabelecendo diferenças em relação ao português lusitano, destaca como características do dialeto caipira:

- a) “o frasear lento, plano e igual, sem a variedade de inflexões, de andamento e esfumaturas” da pronúncia portuguesa (Amaral 1920 / 1982: 45), associando-se à lentidão mencionada:
- b) maior duração das vogais, sendo fenômeno relativamente raro a elisão das átonas;
- c) mais pausas na realização do grupo de palavras.

Reflexos desses fatos se observariam na sintaxe: os pronomes oblíquos ganham maior amplitude na pronúncia em decorrência do alongamento das vogais e do ritmo lento, o que explicaria, em parte, sua colocação peculiar no Brasil. (Na pronúncia portuguesa, átonos, eles se incorporam às palavras a que se antepõem ou pospõem.)

Quanto aos segmentos, resumimos a seguir as peculiaridades do dialeto que são apontadas, considerando o tipo e a distribuição dos fonemas. Na descrição dessas peculiaridades, supomos que por não dominar, na época, um sistema de notação mais adequado para representar os sons da linguagem²⁷, Amadeu Amaral identifica pela forma escrita o(s) fonema(s) e seus contextos de ocorrência, e recorre ao alfabeto usual da língua escrita para representar, de forma aproximada, a pronúncia dialetal que põe em foco. Na exposição que se segue manteremos as transcrições adotadas pelo Autor para maior fidelidade a sua descrição.

VOGAIS

- TÔNICAS:

²⁷ Em artigo de 1925, sobre o padre Rousselot, Amaral acentua a necessidade de um sistema eficiente de representação dos sons da linguagem, que supere as limitações do alfabeto usado na língua escrita.

a) ditongação das tônicas seguidas de ciciante (s ou z), no final de palavras. Ex.: *méis*,
luiz.

- ÁTONAS:

b) átonas finais (*e*, *o*) conservam seu valor típico, diferentemente do que ocorre em outras regiões do país (onde se realizam, por exemplo, *ésti* e *povu*. Em Portugal o fenômeno se manifestou a partir do século 18, observa o Autor.);

c) tendência à supressão da vogal da penúltima sílaba (ou da sílaba toda) da proparoxítona (*cosca* = cócega, *ridico* = ridículo);

d) *e* pretônico inicial passa a *i* nasal em *inzame* < exame, *ingúá* < igual, *inzempro* < exemplo - o Autor remete à história da língua: cf. *enxame* < examen; “*enxempro* encontra-se nos escritores antigos” e “do mesmo modo *inliçõn* (eleição)” (Amaral 1920 / 1982: 49);

e) *e* pretônico medial > *i* freqüentemente (*Tiodoro*, *piqueno*), sobretudo se ocorre *i* na sílaba seguinte: *pirigo*, *minino* (assimilação regressiva). (Diferentemente, na pronúncia normal portuguesa o processo inverso (dissimilação) se observa: menino, preguiça, vezinho). O fenômeno não se verifica nas formas derivadas ou flexionadas quando o *e* é tônico nas palavras originárias (*pretura*, *medroso*);

f) *o* pretônico medial > *u* muitas vezes (*tabuleta*, *cuzinha*, *dumingo*), sobretudo nos infinitivos dos verbos em *ir*: *inguli(r)*, *tussi(r)*. Conserva-se, no entanto, nas formas derivadas e flexionadas que têm *o* tônico nas palavras originárias (*boquêra*, *mortinho*);

g) *õ* (on, om) pretônico medial > *u* em *amuntá(r)*, *cumpadre*, *curversa* “e em geral nos vocábulos cuja sílaba inicial é *cõ*” (Amaral 1920 / 1982:50).

GRUPOS VOCÁLICOS:

h) ditongos:

- *ai* > *a* antes da palatal *x* (*baxo, paxão*). (O Autor registra dois exemplos de *ai* > *êi* : *téipa, réiva*.);

- *ei* > *e* quando seguido de *r*, *x* ou *j* (*chêro, péxe, quêjo*). Se é seguido de *o* ou *a* (*cheio, veia*) também ocorre a redução - *chêo, véa* (cf. a evolução das palavras no português);

- *ou* > *ô* (*pôco, rôpa*). E não há sincretismo no uso de *ou* e *oi* (como em Portugal)

- o Autor identifica um condicionamento fonético para a ocorrência de *ô* ou *oi*, sendo o fator determinante a consoante seguinte. Assim, por exemplo, *ôro, tôca, frôxa*, mas, *coisa, foice, moita* (Amaral 1920 / 1982: 50, 51);

- *ou* > *ó*, às vezes, quando a tônica recai sobre o *ou*. Ex.: *róba, afróxa*;

- *ou* > *u* em *truxe e sube* (*trouxe e soube*);

- *ein* (em) > *e* em final de vocábulo. Ex.: *viaje*;

- *õu* (om) reduz-se à vogal nasal *ũ* na preposição *com*, se a preposição é seguida de palavra começada por consoante (*cum vacê*); e se há elipse, reduz-se a *o* (*cos diabo(s), co ele*);

- *õu* (om) > *ão* em *bom, tom, som*: *bão, tão, são*.

i) *io* (hiato) ditonga-se sempre em final de palavra: *paviú, tíu*.

CONSOANTES

Quanto à pronúncia das consoantes, Amadeu Amaral identifica no dialeto caipira, ao lado de “modificações isoladas”, algumas “alterações francamente normais”. Integram o último grupo os casos abaixo arrolados.

a) *r* inter e pós-vocálico (*arara, carta*): “é línguo-palatal e guturalizado” (Amaral 1920 / 1982: 47);

- b) *g*, antes da semivogal *u*, “torna-se quase imperceptível, vocalizando-se freqüentemente em *u*. Neste caso, esse *u* ditonga-se com a vogal anterior (...)”: *áu-ua* (água), *tiu-uéra* (tiguera) (Amaral 1920 / 1982: 52);
- c) “*ch* e *j* palatais são *explosivos* [referência ao elemento oclusivo da realização africada], como ainda se conservam entre o povo em certas regiões de Portugal, no inglês (*chief, majesty*) e no italiano (*cielo, genere*)”. Ex. chave (tchave), gente – o *g* ‘soa aproximadamente *dg*” (Amaral 1920 / 1982: 48, 44);
- d) a palatal *lh* vocaliza-se em *i*: *muié, espaiado* (mulher, espalhado);
- e) às vezes há alternância entre *b* e *v*. Ex.: *vassora / bassora*;
- f) *d* cai quase sempre, nas formas verbais de gerúndio (*veno, pôno, caíno*) e, às vezes, no advérbio *quando*;
- g) *l > r* em encontro consonantal: *craro* e em final de sílaba: *mér, arma* (em *malemá, talequá*, conserva-se o *l* que se tornou intervocálico; em final de palavra, freqüentemente há mudança do *l > r* e, depois, o *r* cai, como em *jorná, má*);
- h) *r* cai em final de palavra: *andá, Artú, muié*.
 “Conserva-se, entretanto, geralmente em alguns monossílabos acentuados (...): *dôr, cór, côr, par*, (...) assim como, raras vezes, em palavras de mais de uma sílaba: *amor, suôr*. Nos verbos, ainda que monossilábicos cai sempre (...): *vê, i, pô*.” (Amaral 1920 / 1982: 52);
- i) *s* cai em final de palavra paroxítona e proparoxítona: *pire* (pires), *bamo* (vamos). Conserva-se nos vocábulos átonos *os, as, nos, nas* (contração e pronome), havendo “pronunciada tendência para tornar tônicos esses vocábulos pela ditongação: *ois, ais, etc.*” (Amaral 1920 / 1982: 70). Conserva-se também nos oxítonos, salvo quando indica pluralidade: *cruiz, retróis, veiz, faiz, três*. Como sinal de pluralidade, cai

inclusive nos oxítonos, só se conservando no determinante do grupo nominal: *os nó, os ermão, os papé*;

- j) *s* antes e depois de vogal (*sapato, castigo*) “é uma línguo-dental ciciante (...); *s* propriamente *sibilante*, assobiado, e bem assim *chiante*, são aqui desconhecidos. Para produzir este som a língua projeta a sua ponta contra os dentes da arcada inferior e encurva-se de modo que os bordos laterais toquem os dentes da arcada superior, só deixando uma pequena abertura sob os incisivos”²⁸. (Amaral 1920 / 1982: 47).

1.2.3. Peculiaridades morfológicas

No que diz respeito à morfologia, Amadeu Amaral registra as peculiaridades que resumimos a seguir.

a) REDUPLICAÇÃO:

“curiosíssimo processo de reduplicação verbal, corrente não só entre ao caipiras de S. Paulo, mas em todo o país, ou grande parte dele”, usado “para exprimir ação *muito repetida*”: auxiliar (vir, ir, estar, andar) + infinitivo e gerúndio de outro verbo. Ex.: *Vinha pulá(r)-pulando; andava chorá(r)-chorando*. (Amaral 1920 / 1982: 68). Amaral rejeita a associação ao tupi como explicação do caso. Explica como uma combinação da perífrase com gerúndio (*anda cantando*), atestada em autores quinhentistas, e a que se tornou preferida dos portugueses (*anda a cantar*).

²⁸ Essa pronúncia seria diferente da portuguesa (referente ao /s/ intervocálico e em início de palavra: *passo, sapato*), em que o som é produzido “com o ápice da língua nas gengivas dos incisivos superiores”, conforme descrição de Ribeiro de Vasconcelos, reproduzida por Amaral (1920 / 1982: 47). Pode-se deduzir pelas observações de Amaral que a pronúncia portuguesa descrita corresponderia à realização *sibilante*. Assim, conforme Amaral, na *sibilante*, o ápice da língua é colocado nas gengivas dos incisivos superiores, enquanto na *ciciante* (caipira) a ponta da língua se coloca contra os dentes da arcada inferior e suas bordas laterais tocam os dentes da arcada superior. Embora a diferença seja sutil, podemos perceber que a primeira posição favorece, mais que a segunda, o assobio (resultando em um efeito mais agudo).

b) FLEXÕES VERBAIS:

- 2ª pessoa do singular: (pouco usada) assimila-se às formas da 3ª pessoa. Ex.: *Tu vai?*
- a 2ª pessoa do plural ocorre “de quando em quando com suas formas próprias, no imperativo: *oiai, cumei*” (Amaral 1920 / 1982: 72);
- o plural da 1ª pessoa perde o *s*. Ex.: *bamo, fômo* (cf. item *i* da seção precedente);
- perfeito do indicativo dos verbos em -ar: a tônica *a > e*. Ex.: *caminhêmo*;
- futuro do presente (“fut. imperf.”) do indicativo exprime-se com as formas do presente: *ele manda* por “ele mandará”. Usam-se as formas próprias, às vezes modificadas, na expressão de dúvida. Ex.: *Será verdade? Fazerêmo*;
- futuro do pretérito do indicativo (“condicional”) é correntemente expresso pelas formas do imperfeito do indicativo – *eu dizia, ele era capaiç*.. Mas, na expressão da dúvida, como no caso anterior, ocorrem as formas próprias: *Seria verdade? Dizeria?*

c) PRONOMES

- *tu*: uso puramente enfático, associado a formas verbais de 3ª pessoa: *tu vai, tu bem sabia*;
- *vóis* (vós): “já não se ouve, senão, talvez, excepcionalmente” (Amaral 1920 / 1982: 73);
- *vos* e *nos* (obliquos): em geral, substituídos por formas analíticas – *pra nóis, pra você*. “*Vos* já não corresponde a *vós*, mas a *vacê*: _ *v. já deve de sabê, porque eu vos disse muntas vêis*” (Amaral 1920 / 1982: 73);
- formas pronominais muito usadas: a gente, uma pessoa, você e suas variantes (*vacê, vancê, vossuncê, vassuncê, mecê, ocê*).
- d) NÚMERO:
 - queda do *s* de plural, como já foi apontado na descrição das consoantes (*i*).

e) GRAU:

- flexões quase que se limitam a *ãõ, ona* para o aumentativo, e *inho, inha, ico, ica* para o diminutivo. O uso estende-se aos adjetivos e aos advérbios;
- comparação: freqüentemente as formas analíticas substituem as sintéticas – *mais grande, mais bõõ, e até mais mió, mais pió*;
- superlativo: quase totalmente limitado às formas analíticas.

f) GÊNERO:

- adjetivo e particípio passado, freqüentemente, sem flexão: *essas coisarada bunito; as criação ficarum pestiado*;

g) DERIVAÇÃO:

- derivação regressiva: dá origem a novos termos – *paixão > paixa; satisfação > sastifa*, com metátese do *s*.

1.2.4. Peculiaridades sintáticas

Ao abrir a seção sobre sintaxe, Amadeu Amaral (1920 / 1982: 74) observa:

“A complexidade dos fenômenos sintáticos, ainda pouco estudados no dialeto, - apenas enumerados às vezes, - não permite por ora sequer tentativas de sistematização. (...)

O material que conseguimos reunir é pouco, e ainda não está livre de incertezas e dúvidas; mas foi colhido da própria realidade viva do dialeto, e tão conscienciosamente como o mais que vai exposto nas outras partes deste trabalho.”

Resumimos a seguir os fatos que o Autor apresenta.

a) SUJEITO:

- O “sujeito vagamente determinado, isto é, um indivíduo qualquer de uma classe”, é indicado pelo uso do substantivo no singular sem artigo. Ex.: *cavalo tava rinchando* (= um cavalo rinchava). Porém, “a supressão do artigo definido antes do sujeito, mesmo determinado, não é rara”. Ex.: *Pai qué que eu vá*. (Amaral 1920 / 1982: 74)

- Com sujeitos como “*gente, família*” (coletivos) é freqüente o uso do verbo no plural. Ex.: *Aquela gente são muito bão*.

- Mim + infinitivo, como é uso geral no país: *Ele troxe u^{as} fruta pra mim cumê(r)*.

b) PRONOMES:

- *ele, ela* como objeto direto. Ex.: *Peguei ele, enxerguei elas*. A ocorrência do pronome oblíquo *o / a* só se verifica em frases cristalizadas;

- *lhe*: só usado em referência à pessoa com quem se fala. Ex.: *Eu já le falei* (ao senhor, a você). “Aludindo a um terceiro indivíduo, o caipira dirá: *Eu já decrarei pr’a ele*.” (Amaral 1920 / 1982: 75)

c) VERBOS:

- preferência pela perífrase com gerúndio (como os quinhentistas e seiscentistas) em vez da perífrase com *a + infinitivo* (usada em Portugal): *Anda viajando, ia caindo*;

- para expressar reiteração, uso da reduplicação verbal (ex.: *véve chorá-chorano*) já comentada na morfologia;

- *ter* como impessoal (por haver): *Tem home que não gosta de caçada*;

- na expressão de tempo: é mais geral o uso com *fazer* em vez de *haver*. Ex.: *Estive na sua casa faiz quinze dia*;

- *chamar*, na acepção de “qualificar”: invariavelmente com a preposição *de*. Ex.: *Le chamava de ladrão*.

d) ORAÇÕES RELATIVAS:

- usa-se exclusivamente o *que*: *A casa que eu morei* ou *A casa que eu morei nela*, em que se desloca a preposição, “empregando-a no fim da frase com um pronome pessoal”. (Amaral 1920 / 1982: 78)

e) NEGATIVAS:

- nas orações negativas, uso (geral no país) de *mais em vez do já* usado em Portugal. Ex.: *num vem mais* (em vez de: *já não vem*);

- uso da dupla negativa: *ninguém não, nem não* – “vulgar na sintaxe portuguesa quinhentista, mas hoje desusado na língua popular de Portugal, e na língua culta tanto lá como cá” (Amaral 1920 / 1982:79). Ex.: *Ninguém num viu*;

- repetição do *não* depois do verbo. Ex.: *não quero não*.

f) CIRCUNSTÂNCIAS:

- lugar *para onde* indicado com a preposição *em* (fato comum a todo o Brasil). Ex.: *Eu fui em casa. Chegô na janela*;

- complemento de tempo sem preposição. Ex.: *Dia 5 ele vem* , em vez de: *No dia 5 ele vem*;

- circunstância de causa: é muito usada a expressão *por amor de*. Ex.: *pramor de vê, mór de vê, mó de vê*. Também se usa *por caso de* com valor de *por causa de*.

1.2.5. O léxico

No último capítulo de seu livro, Amaral reuniu um extenso vocabulário (1675 verbetes), observando que só registrou “vocábulo em uso entre roceiros, ou caipiras”. Nos verbetes, o Autor indica a forma dialetal mais freqüente, e outras formas e pronúncias, quando existem, bem como faz considerações sobre a extensão do uso dos vocábulos mencionados. Muitos verbetes incluem observações sobre a etimologia das formas.

Abonações esclarecem o uso em questão. Quanto às abonações seguidas de indicação de autor, Amaral esclarece que isto não quer dizer que se trata de exemplos “colhidos em tais escritores”, mas que “tais vocábulos foram aí usados com o verdadeiro valor que lhes dão os roceiros paulistas” (Amaral 1920 / 1982: 83).

No segundo capítulo do livro (II Lexicologia), Amaral trata da formação do vocabulário do dialeto caipira, identificando como suas fontes mais importantes: o português do século 16, usado pelo primitivo colonizador; o tupi, falado pela população autóctone; e as formações do próprio dialeto. (O Autor acusa a pouca receptividade do dialeto a empréstimos de línguas estrangeiras que teriam modernamente entrado no português. Registra, no entanto, a presença de vocábulos do guarani, do quíchua, do castelhano, dos dialetos ibero-sul-americanos e do vocabulário sul-rio-grandense, que são aquisições que “pertencem ao dialeto geral do Brasil” ou “resultaram da própria atividade paulista” (Amaral 1920 / 1982: 63). Em grande parte, essas aquisições vieram por intermédio do Rio Grande do Sul, em decorrência das viagens dos tropeiros. O Autor registra, ainda, a presença de africanismos, observando que a influência do negro, “por mais estranho que o pareça, limitou-se à fonética”. Os vocábulos africanos que se registram no dialeto “não são aquisições próprias”, mas “termos correntes no país inteiro e até em Portugal” (Amaral 1920 / 1982: 64).)

Sobre os elementos do português do século 16, o Autor observa que “não se limitam ao léxico. Todo o dialeto está impregnado deles, desde a fonética até a sintaxe.” (Amaral 1920 / 1982: 55). Com muita pertinência, aponta a importância de se estudar esse aspecto do dialeto, não só pelo interesse puramente lingüístico mas também pelo que se poderia esclarecer da história da língua. Amaral enfatiza a presença significativa dos arcaísmos no vocabulário do dialeto e os classifica em: arcaísmos de forma (como: *agardecê*, *premero*,

saluço), arcaísmos de sentido (como *dona* = senhora, *função* = baile, *reiná(r)* = fazer travessura) e arcaísmos de forma e sentido (como *contia* = quantidade qualquer, *cuca* = ente fantástico). Destaca, ainda, a presença abundante de locuções arcaicas ou de “sabor arcaico bem pronunciado”, como: *a par de, de verdade, de primeiro*.

Quanto aos elementos indígenas que integram o vocabulário caipira, Amaral observa que sua quantidade é muito grande, lembrando, a propósito, a extensão do uso da língua dos aborígenes no três primeiros séculos da colonização. A presença de elementos indígenas é abundante nos topônimos (como *Butantan, Caçapava, Canindé, Ipiranga, Poá, Uberaba*), nos nomes de animais (como *araponga, cutia, cupim, pacu, sucuri*), nos nomes de vegetais (como *abacate, abacaxi, ipê, cipó*), além de se registrar em nomes de diferentes fenômenos, acidentes, produtos da natureza, doenças (*bossoroça, piracema, pororoça, catapora*), nomes de utensílios, alimentos (*jacá, pamonha*), nomes referentes a usos, costumes (*caipira, catira, saci*).

Com os elementos dessa procedência, formaram-se no Brasil numerosos vocábulos – ou na área dos paulistas, que os teriam levado a regiões bem distantes, ou em outras áreas, de onde teriam sido trazidos para cá. Essas formações próprias se deram sobretudo por derivação e, em menor escala, por composição. Amaral registra, também, vocábulos portugueses que aqui tiveram mudança de sentido (como *fruta* = jabuticaba, *sítio* = propriedade agrícola menor que fazenda, *família* = no plural, filhos) ou acréscimo de sentidos (como *vapo(r)* = locomotiva).

Encerrando estas anotações sobre *O dialeto caipira*, lembramos que a descrição de Amaral se torna modelo para Nascentes (1923) e Marroquim (1934), o que constitui um atestado de sua pertinência. Pode-se observar, ainda, que muitos dos fatos documentados

por Amaral passaram a freqüentar a agenda da sintaxe diacrônica dos anos 90. (Devo este último comentário ao Prof. Ataliba T. de Castilho.)

1.2.6. O futuro do dialeto caipira

Na Introdução de seu livro, depois de descrever os efeitos que as mudanças sociais determinaram no “caipirismo” e no dialeto caipira, Amaral (1920 / 1982: 42) faz uma previsão pessimista quanto ao futuro do dialeto, tendo em vista sua concorrência com as outras tendências já atuantes e com as que se prenunciam no cenário paulista:

“Este (o dialeto) **acha-se condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve.** Legará, sem dúvida, alguma bagagem ao seu substituo, mas o processo novo se guiará por outras determinantes e por outras leis particulares.” (Destacamos.)

Contrariando essa previsão, Rodrigues (1974), cinqüenta anos após a publicação do estudo de Amadeu Amaral, atestou a vitalidade do dialeto caipira na região de Piracicaba, considerando dados recolhidos junto a moradores da zona rural dessa área. Decorridos mais 30 anos, orientamos este trabalho na mesma direção, realizando a investigação em outra área geográfica - Minas Gerais e Paraná - e utilizando dados de atlas lingüísticos referentes a essas áreas (Ribeiro *et alii* 1977; Aguilera 1994).

2. A dialetologia no Brasil, hoje

Tendo-se destacado, anteriormente, a importância da obra de Amadeu Amaral em nossa dialetologia, pode-se indagar, agora, que rumos teriam tomado nossos estudos dialetológicos a partir de então, e que inovações metodológicas se registram na área .

Como já foi apontado, Amadeu Amaral abre caminho para uma fase de trabalhos que se caracterizam pela observação da língua em uma determinada área, procurando descrevê-la em perspectivas amplas, que alcançam, além do aspecto lexical, a que se limitavam basicamente os estudos até então, também os aspectos fônico, morfológico e sintático. É essa a natureza da investigação de Amadeu Amaral (1920) sobre o falar de São Paulo, que se reencontra no estudo de Nascentes (1923) sobre o linguajar carioca, no de Marroquim (1934) sobre a língua de Pernambuco e Alagoas, nos de Teixeira (1938, 1944) sobre os falares de Minas Gerais e Goiás.²⁹

Por outro lado, já se prenuncia em Amadeu Amaral, como bem aponta Brandão (1991: 43), “a semente da geografia lingüística”, pela consciência que o Autor revela quanto à necessidade de uma investigação sistemática e imparcial de nossas variedades regionais, orientada por uma metodologia rigorosa. Foi essa, justamente, a direção que seguiu, então, nossa dialetologia, e é essa a vertente predominante no estágio atual da área. Essa nova fase, que se poderia identificar como a da implementação e do desenvolvimento da geografia lingüística em nosso meio, caracteriza-se pela preocupação em orientar nossa pesquisa para a elaboração de atlas lingüísticos, a exemplo do que ocorre na Europa a partir da publicação do *Atlas linguistique de la France* (1902 – 1910), por Gilliéron. Nas palavras de Rossi (1967: 92), conquanto a dialetologia não se resuma aos atlas lingüísticos, eles se “tornaram (...), desde a empresa épica de Gilliéron, a aspiração máxima dos

²⁹ Essa fase da dialetologia brasileira, iniciada, portanto, em 1920, e em que se destacam os estudos regionais gramaticais, como os mencionados, não esgota nesse veio sua produção, registrando também, como apontam Ferreira & Cardoso (1994), vocabulários regionais, que dão continuidade à linha dominante na fase anterior (- citam-se, entre outros, o *Vocabulário gaúcho*, 1926, de Roque Callage, *O vocabulário pernambucano*, 1937, de Pereira da Costa); estudos de caráter geral sobre o português do Brasil (como *O português do Brasil*, 1936, de Renato Mendonça; *O problema da língua brasileira*, 1940, de Sílvio Elia; *A língua do Brasil*, 1946, de Gladstone Chaves de Melo); e trabalhos sobre a contribuição das línguas africanas no português do Brasil (como: *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, 1933, de Jacques Raimundo; *A influência africana no português do Brasil*, 1933, de Renato Mendonça).

dialetólogos, e um instrumento de trabalho indispensável". Os atlas lingüísticos consistem em coleções de mapas de determinada área que registram a distribuição espacial de dados lingüísticos (de caráter fonético, lexical, morfossintático), coletados *in loco*, de forma sistemática. O levantamento de dados para os atlas lingüísticos é feito através de um questionário preestabelecido (e devidamente testado), aplicado por inquiridores preparados para a tarefa³⁰ a informantes representativos das diferentes localidades a serem investigadas na área em estudo.

A orientação para a geografia lingüística, como se pode constatar, implica inovações metodológicas significativas em relação aos estudos dialetológicos monográficos como os de Amaral (1920), Nascentes (1923), Marroquim (1934) e Teixeira (1938, 1944), no que diz respeito à forma de eliciação dos dados, à abrangência da investigação (em termos geográficos e lingüísticos), e à forma de apresentação dos resultados da pesquisa. Quanto ao primeiro aspecto, pode-se destacar que o uso de questionários vai permitir certo controle do *corpus*, no bom sentido, favorecendo a obtenção de dados comparáveis, colhidos em condições semelhantes (junto a diferentes informantes, de diferentes localidades), e concentrados em questões da língua previamente definidas em função de seu interesse em termos de variação e de mudança lingüística. Quanto ao segundo aspecto, observa-se que a investigação de caráter geolingüístico, em comparação com os estudos monográficos, favorece a incidência da pesquisa sobre áreas mais extensas, mas tem, por outro lado, limitações naturais quanto ao volume de fatos

³⁰ É hoje consensual entre os geolingüistas que o inquiridor deve ter formação na área. Diferentemente pensava Gilliéron, para quem um especialista poderia, ao registrar os dados, deixar-se influenciar por idéias pré-concebidas de caráter histórico ou teórico. Tanto assim que a coleta de dados do *Atlas linguistique de la France* foi integralmente realizada por Edmond Edmont, que, como afirma Gilliéron, "não era nem lingüista nem filólogo", mas cujo ouvido dava "todas as garantias desejáveis". (apud Pop 1950: 120). Deve-se lembrar que Edmont, um comerciante de Saint-Pol (Pas-de-Calais), já tinha realizado um valioso estudo do léxico de sua cidade, no qual dera provas de sua notável capacidade para perceber nuances fonéticas e para transcrevê-las com grande precisão.

lingüísticos estudados, levando em conta o tempo necessário para a realização do inquérito. Quanto à forma de apresentação dos resultados da pesquisa, a exposição do material em cartas, adotada na abordagem geolingüística, facilita a apreensão e a comparação dos dados atestados na área em estudo. De modo geral, constata-se que, não obstante sua necessária limitação no que se refere à quantidade de materiais coletados, os atlas lingüísticos apresentam “vantagens de clareza e evidência imediata dos fenômenos e garantias de unidade técnica, de homogeneidade de material, e de densidade de pontos estudados, que as simples investigações pontuais não podem reunir”. (Coseriu 1982: 92 – 93)³¹. Considerando sua importância para a pesquisa dialetológica, era natural que em nosso meio surgisse também o interesse por essa vertente metodológica.

Em que pesem as limitações das balizas cronológicas estabelecidas nas periodizações, poderíamos, com Ferreira e Cardoso (1994, Cardoso 2002), tomar o ano de 1952 como marco inicial dessa fase geolingüística de nossa dialetologia. Nesse ano, por ato do governo federal, estabelece-se como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, centro de pesquisas que então se cria, a “elaboração do atlas lingüístico do Brasil” (Decreto 30.643, de 20/março/1952; Portaria 536, de 26/maio/1952). Evidentemente, um gesto oficial não desencadearia por si só o desenvolvimento das pesquisas de caráter geolingüístico. Antes que surgissem os primeiros resultados concretos nessa direção, todo um trabalho de preparação do terreno seria desenvolvido por pioneiros comprometidos com a visão de que seria necessária essa abordagem da variação lingüística

³¹ Não se conclua daí que os estudos dialetológicos monográficos e os léxicos regionais tenham se tornado dispensáveis com o advento dos atlas lingüísticos. Na verdade, essas diferentes abordagens dialetológicas se complementam – os estudos pontuais permitem aprofundar o conhecimento e adensar o inventário de dados em referência a dialetos específicos, enquanto a geografia lingüística se ocupa “da extensão e distribuição espacial de fenômenos lingüísticos particulares (...) e dos limites entre as áreas ocupadas por esses fenômenos”, e, “oferecendo para cada fenômeno uma visão espacial simultânea, (...) permite importantes deduções de ordem histórica, geral e comparativa” (Coseriu 1982: 82, 93).

no Brasil. Destacam-se nessa batalha Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Nelson Rossi.

Nascentes publica as *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*, em dois volumes (1958, 1961), pela Casa de Rui Barbosa. Nas palavras com que abre o 1º volume, reconhece a dificuldade de se fazer um atlas lingüístico nacional de uma só empreitada, tendo em vista sobretudo a extensão de nosso território e as limitações de nossas vias de comunicação, e sugere a realização de atlas regionais que se juntariam depois em um atlas geral. Nesse volume, fornecendo subsídios relativos a quatro pontos básicos da investigação dialetal, Nascentes apresenta: um **questionário** geral, organizado em 15 áreas semânticas (a ser completado por questionário específico de cada região); uma sugestão de 606 **pontos** de inquéritos (arrolados por estado/território), sujeitos, conforme o Autor, a parecer do pesquisador “encarregado de dirigir os trabalhos em cada região”, o qual conheceria melhor a área (Nascentes 1958:19); um roteiro de **notas** a serem colhidas **sobre o informante**; e outro de **notas sobre a localidade**. O 2º volume traz um questionário proposto como “complemento do questionário geral” publicado no 1º volume. Consiste em um elenco de 236 tópicos para investigação, referentes a pronúncia e aspectos morfosintáticos; e uma extensa lista de itens lexicais, (em ordem alfabética, trazendo cada entrada suas eventuais variantes), apresentados como “especificações do questionário geral”³².

Serafim da Silva Neto enfatizou a necessidade de se criar entre nós a “mentalidade dialetológica”, para se preparar um ambiente propício ao desenvolvimento da pesquisa de campo em nosso país. Empenhado nessa tarefa, desenvolveu, nas palavras de Rossi (1967:

³² Com a obra de Nascentes, foram, efetivamente, lançadas as “bases” para nossa geolingüística, bases jamais negligenciadas pelos investigadores que vieram a seguir essa direção de pesquisa.

106), um “verdadeiro apostolado”, através de seus livros, da *Revista Brasileira de Filologia*, que fundou e dirigiu até sua morte, dos cursos e conferências que realizou em diversos pontos do país. Dessa última atividade resultou o *Guia para estudos dialetológicos* (1955), em que o Autor reúne informações teóricas e orientações metodológicas fundamentais para a pesquisa geolingüística, incluindo, no final, um esboço de questionário.

A Nelson Rossi coube o papel pioneiro de conduzir a elaboração do primeiro atlas lingüístico brasileiro. Entusiasta e tenaz, combinando sua atividade didática e sua dedicação à dialetologia, constituiu, na Universidade Federal da Bahia, uma equipe que com ele desenvolveu um programa de pesquisa cuidadoso e metódico que culminou com a publicação do *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB), em 1963. A experiência desse primeiro atlas permitiu a continuação da investigação em área contígua, Sergipe, ainda sob a orientação de Nelson Rossi. Com “os originais prontos desde 1973”, segundo relato de Ferreira e Cardoso (1994: 57), “por dificuldade de custeio editorial”, o *Atlas lingüístico de Sergipe* (ALS) só veio a ser publicado em 1987 (Ferreira *et alii* 1987).

Confirmando o caminho viável apontado por Serafim e Celso Cunha (1957)³³ e por Nascentes (1958), ante as dificuldades maiores para a realização de um atlas nacional, os pesquisadores brasileiros se voltam para a elaboração de atlas regionais. Além dos dois já mencionados, são publicados: o *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais* (Ribeiro *et alii* 1977), o *Atlas lingüístico da Paraíba* (Aragão & Menezes 1984), o *Atlas lingüístico do Paraná* (Aguilera 1994) e, mais recentemente, o *Atlas lingüístico-etnográfico da região sul do Brasil* (Koch, Klassmann & Altenhofen 2002), o *Atlas lingüístico sonoro do Pará*

³³ No 3º Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Lisboa, 1957), Serafim e Celso Cunha apresentam a proposta do *Atlas Lingüístico-Etnográfico Brasileiro*, por regiões (apud Brandão 1991).

(ALiSPA), que, já se valendo dos recursos da informática, foi lançado em CD-room (Rasky 2004)³⁴ e, a última produção na área, o *Atlas lingüístico de Sergipe II* (Cardoso 2005). Registre-se, também, que foi concluído (e apresentado com tese de doutorado na UFRJ, em 2004) o Atlas lingüístico do Estado do Amazonas, de Maria Luíza de Carvalho Cruz. Como se constata, uma porção razoável do território nacional já foi investigada da perspectiva geolingüística e projetos em andamento prometem a ampliação dessa área. Entre esses projetos, que se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento (- alguns deles foram iniciados há muitos anos, evidenciando as dificuldades próprias desse tipo de investigação e as dificuldades para se obter financiamento para a pesquisa -), mencionamos: o Atlas etnolingüístico dos pescadores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), iniciado sob a coordenação de Celso Cunha e posteriormente coordenado por Sílvia Brandão; o Atlas lingüístico do Ceará (ALECE), coordenado por José Rogério Fontenele Bessa; o Atlas lingüístico do Estado de São Paulo (ALESP), de iniciativa de Pedro Caruso; o Atlas lingüístico do Mato Grosso do Sul, atualmente sob a responsabilidade de Dercir de Oliveira, Aparecida Negri Isquerdo e Auri Frubel; o Atlas lingüístico do Mato Grosso, conduzido por José Leonildo Lima, Judith Albuquerque, Antônio Tadeu de Azevedo, Cássia Regina Tomanin, Liliane Batista Barros; O Atlas lingüístico do Acre, coordenado por Luíza Galvão Lessa; o Atlas lingüístico do Maranhão, coordenado por Conceição de M. de Araújo Ramos; o Atlas lingüístico do Rio Grande do Norte, coordenado Maria do Socorro Aragão.³⁵

³⁴ Para informações sobre o ALiSPA, ver Rasky (2005, 2003).

³⁵ Informações sobre a maioria desses projetos podem ser encontradas em Aguilera (2005, 1998), Cardoso (2002), Brandão (1991).

Merece destaque especial um projeto que, finalmente, vem realizar o velho sonho do atlas lingüístico nacional. Trata-se do Projeto Atlas lingüístico do Brasil (ALiB)³⁶. Coordenado por um comitê nacional integrado por Suzana Cardoso (UFBA), diretora presidente, Jacyra Mota (UFBA), Maria do Socorro Aragão (UFPb/UFC), Mário Roberto Zágari (UFJF), Vanderci Aguilera (UEL), Walter Koch (UFRS), Maria Aparecida Negri (UFMS) e Abdelhak Rasky (UFPA)³⁷, e envolvendo pesquisadores de diversas universidades brasileiras, o projeto ALiB, cujos primeiros passos foram dados em novembro de 1996, por ocasião do Seminário *Caminhos e perspectivas para a geolingüística no Brasil*, realizado na UFBA, já ultrapassou suas etapas iniciais e se encontra, atualmente, na fase da coleta de dados.³⁸ A pesquisa, voltada para a zona urbana, prevê a realização de inquéritos em 250 localidades, incluindo as capitais (à exceção de Brasília, de fundação recente, e Palmas (TO), ainda em formação); em cada localidade serão inquiridos quatro informantes, dois homens e duas mulheres, distribuídos igualmente em duas faixas etárias (de 18 a 30; e de 50 a 65 anos), com escolaridade de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, sendo que, nas capitais, também serão inquiridos quatro informantes com nível universitário (dos dois sexos e das suas faixas etárias). O questionário definitivo comporta um Questionário Fonético-Fonológico (QFF), constituído de 159 perguntas, a que se acrescentam algumas questões de prosódia (referentes a tipos de frases: interrogativa, afirmativa e imperativa); um questionário semântico-lexical (QSL), composto de 202 questões, organizadas em 14 campos semânticos; um questionário morfossintático (QMS), com 49 perguntas; e ainda: um módulo com algumas questões de

³⁶ Uma descrição resumida do Projeto ALiB encontra-se em Cardoso & Mota (2003), Cardoso (2002) e Comitê Nacional do ALiB (2001).

³⁷ Sete dos membros do comitê são autores de atlas regionais já publicados, e um membro representa os projetos de atlas em andamento.

³⁸ Uma visão do andamento do Projeto ALiB e informações sobre sua metodologia podem ser encontradas em Cardoso (2005b), Cardoso & Mota (2003), Aguilera *et alii* (2004) e em www.alib.ufba.br.

pragmática; outro com alguns temas para discursos semidirigidos; um outro com algumas questões de natureza metalingüística; e, finalmente, um texto para leitura, que põe em foco aspectos fonéticos já contemplados no QFF (Comitê Nacional do Projeto ALiB 2001).

Os atlas já publicados encerram dados valiosos para o conhecimento do português do Brasil; esses dados têm sido objeto de estudo de numerosos trabalhos, divulgados em encontros científicos e em publicações especializadas, ou mesmo aparecendo de forma concentrada em volumes especiais dedicados a temas dialetológicos, como exemplificam Ferreira *et alii* (1988), *Estudos 5*, Rasky (2003). Não obstante o aproveitamento já feito, a riqueza dos materiais estimula a uma utilização mais ampla de nossos atlas lingüísticos, não só por dialetólogos, mas também por estudiosos da língua de um modo geral, da história da língua e da cultura popular. No presente trabalho, recorreremos aos atlas lingüísticos de Minas Gerais e do Paraná para verificar a resistência de traços do dialeto caipira em áreas vizinhas ao Estado de São Paulo, no qual Amadeu Amaral originalmente atestou o uso dessa variedade. Além da pertinência do material para a finalidade desse estudo, acresce um efeito paralelo, que esperamos alcançar - o de contribuir para a divulgação da pesquisa geolingüística já realizada em nosso país, procurando dar visibilidade a esforços tão valiosos e nem sempre conhecidos ou reconhecidos fora dos limites estritos da dialetologia.

3. As variantes fonéticas consideradas neste estudo

Como já foi anunciado na Introdução, no presente trabalho vamos nos ocupar de cinco variantes fonéticas de acentuada presença no dialeto caipira conforme a descrição de Amadeu Amaral. Essas variantes são, a seguir, mais detidamente consideradas.

O “r caipira”

Uma das peculiaridades mais marcantes do dialeto descrito por Amaral (1920) é o “r retroflexo”, também chamado “r caipira”, expressão tomada do próprio Amaral. Em referência à pronúncia dessa variante, Amaral (1920 / 1982: 47 – 48) faz uma descrição minuciosa:

“r inter e post-vocálico (*arara, carta*) possui um valor peculiar: é *linguo-palatal* e guturalizado. Na sua prolação, em vez de projetar a ponta da língua contra a arcada dentária superior, movimento este que produz a modalidade portuguesa, a língua leva os bordos laterais mais ou menos até os pequenos molares da arcada superior e vira a extremidade para cima, sem tocá-la na abóbada palatal. Não há quase nenhuma vibração tremulante. Para o ouvido, este r caipira assemelha-se bastante ao r inglês post-vocálico. É, muito provavelmente, o mesmo r brando dos autóctones. Estes não possuíam o rr forte ou vibrante, sendo de notar que com o modo de produção acima descrito é impossível obter a vibração desse último fonema.”

Head (1973, 1987) observa que a descrição de Amaral (“a língua... vira a extremidade para cima, sem tocá-la na abóbada palatal”) permite classificar esse “r” como *retroflexo*³⁹, articulação cujo correlato acústico é *rebaixado* ou *bemolizado*. Observa, ainda, que o levantamento do dorso da língua (uma articulação posterior, ou velarizada) produz o mesmo efeito acústico (bemolizado). Essa articulação posterior explicaria o termo *guturalizado*, usado por Amaral, expressão que seria, então, entendida como uma

³⁹ Também Silva Neto (1950 / 1963: 194), citando a descrição de Amaral, conclui: “Trata-se, pois, de um r retroflexo.”

articulação na “garganta”, com o dorso da língua⁴⁰. Em investigação que desenvolveu junto a falantes urbanos de Franca (SP), Head (1973) atestou os dois tipos de articulação (com a retroflexão e com a velarização mencionada), identificando ambos como “r caipira”⁴¹. Nos dados levantados em Franca (Head 1973), o “r caipira” só ocorreu em posição pós-vocálica (final de palavra e final de sílaba interna).

Nos dados recolhidos por Penha (1972), em seu estudo sobre o falar rural de São Domingos, sul de Minas, registra-se a variante retroflexa em final de sílaba interna (*lanterna*) e em final de palavra (*carreter*). O Autor a descreve como “vibrante linguopalatal velarizada múltipla”⁴², identificando-a como “o [r] caipira peculiar ao Sul (parte do sudoeste) de Minas, norte de São Paulo, às regiões de Piracicaba, Itu, Tietê no chamado Sul Paulista” (Penha 1972 / 1975: 87).

Na investigação que realizou na zona rural de Piracicaba, Rodrigues (1974) registrou a ocorrência do “r caipira”, que descreve como “líquida vibrante retroflexa (ou

⁴⁰ Aprofundando essas observações, Head (1987) acrescenta que a lateral /l/ velarizada, que ocorre em final de palavra, também apresenta a propriedade acústica *rebaixada*, o que permite ao Autor relacioná-la com o retroflexo. Do ponto de vista articulatório, a semelhança entre a retroflexa e a lateral velarizada poderia ser designada pelos termos *velarizada* ou *recuada*, que descrevem a posição retraída da língua, comum às duas variantes. Com base nessa aproximação, e considerando a semelhança de distribuição das duas variantes, Head (1987: 21) formula uma hipótese para a origem do “r retroflexo”: ele seria o “resultado de um processo de variação e mudança que abrange as consoantes líquidas anteriores”. Conforme Head, sua hipótese propõe uma explicação interna à língua, diferentemente de hipóteses freqüentemente apresentadas, que explicam o retroflexo pela influência de contato com línguas indígenas ou africanas.

⁴¹ Cagliari (1981: 31) descreve o “R-caipira” como uma constrictiva retroflexa palatoalveolar. Mas, como Head (1973, 1987), também menciona a possibilidade de se realizar o retroflexo com uma articulação posterior, que se faria com “uma retração da parte da frente da língua, formando um monte com a concentração de um grande volume da massa da língua junto aos dentes molares”, observando que essa maneira de articular não é rara no “dialeto caipira”, o que quer que o Autor esteja assim denominando. Segundo Cagliari, no “dialeto paulista”, objeto de sua descrição, ocorrem tanto a retroflexa palatoalveolar como uma constrictiva ou fricativa retroflexa alveodental, também identificadas, respectivamente, como retroflexa posterior e retroflexa anterior.

⁴² Cunha (1969 / 1971: 30) também classifica assim o “r caipira”, que considera “característico da região norte de São Paulo e sul de Minas Gerais”. Reencontra-se nessa classificação de Cunha e de Penha (1972) a articulação “velarizada” comentada por Head (1987) e a que já aludimos. Por outro lado, a classificação inclui a propriedade *vibrante (múltipla)*, o que contraria a descrição de Amaral acima reproduzida (1920). Head (1987) demonstrou a incompatibilidade articulatória da *vibração* com a *retroflexão*, confirmando a impossibilidade apontada na descrição de Amaral (1920). Head (1987: 25) pondera, no entanto, que, dado que já é convencional essa classificação entre nossos estudiosos, deve-se aceitar a terminologia, “tecnicamente contraditória”, tendo em mente que *vibrante*, no caso da retroflexa, corresponde a uma “consoante líquida não lateral”, ou seja, não indica vibração.

cacuminal)⁴³, em final de palavra (*despertador*), em final de sílaba interna (*terça*), em posição intervocálica (*arara*), e como segundo membro de grupo de consoantes antes da vogal da sílaba (*livro*). Head (1978: 27) constatou nos dados de Rodrigues (1974) as seguintes frequências de ocorrência do “r caipira”: em final de sílaba interna - 91,5 %; em final de palavra - 67,7 %; em posição intervocálica - 89,8 %; como segundo membro de grupo de consoantes - 26,9 %⁴⁴.

No Vale do Cuiabá, Almeida (2004: 159) observou que, em final de sílaba interna, “a tendência é a realização da retroflexa”: [ˈpɛɾtu] *perto*, [ˈkuɾva] *curva*. Essa realização também ocorre em posição intervocálica, mas é menos freqüente nesse contexto: [ˈnoɾa] *nora*, [aˈgoɾa] *agora*. Em final de vocábulo, “a tendência é ocorrer o apagamento da consoante”: [kiˈzɛ] *quiser*, [muˈe] *moer*, [praˈzɛ] *prazer*, mas se a fala for mais lenta, ocorre o retroflexo nesse contexto.

Realizações retroflexas em final de sílaba interna também foram atestadas na fala espontânea de informantes de São José do Rio Preto–SP por Leite (2004), que identificou a variante aproximante retroflexa [ɹ] (cf. IPA), como a pronúncia típica da cidade. (Embora não tenha feito sua pesquisa *in loco*, Leite (2004) coletou seus dados junto a estudantes de São José do Rio Preto que fazem graduação na Unicamp.) Como essa variante é estigmatizada (fato atestado pela pesquisa) e os informantes se dão conta disso, “os mesmos informantes manifestam o desejo de alterar a pronúncia do /r/ típico de sua cidade natal (...) no sentido de atingir um padrão ‘intermediário’, apontado como típico do dialeto campineiro” (Leite 2004: 131). Esse padrão intermediário se manifestaria pelas variantes

⁴³ Sobre a classificação *vibrante*, v. nota anterior.

⁴⁴ Os dados considerados (de 7 informantes) foram elicitados por inquérito fonético, e constam como anexo em Rodrigues (1974: 186 - 198).

aproximante alveolar e vogal colorida ou rotacizada⁴⁵. Nesse sentido, Leite (2004: 131 - 132) atestou que os estudantes em início da graduação “realizam em maior número a aproximante retroflexa”, enquanto os que estão no final do curso (e, portanto, há quatro anos em Campinas) “realizam com maior frequência as variantes aproximante alveolar e vogal colorida”.

No estudo que realizou em Franca, em que adotou a perspectiva sociolingüística, Head (1973: 47) também constatou que o “r caipira” é marcado socialmente: “A maior frequência de ocorrência entre membros da classe popular do que entre membros da classe favorecida indica que se trata de uma variante estigmatizada”. A estigmatização se confirma no fato de que “o acréscimo do grau de reflexão na atividade verbal resulta num decréscimo da frequência de ocorrência” da variante, o que Head verificou comparando diferentes estilos de fala dos informantes.

No que diz respeito à extensão geográfica do “r caipira”, além das áreas já apontadas – interior de São Paulo: Franca (Head 1973), Piracicaba (Rodrigues 1974), São José do Rio Preto (Leite 2004) e sul de Minas (Penha 1972) -, lembramos que, desde o estudo de Amaral (1920), vários estudiosos, sobretudo em descrições gerais do português do Brasil, têm mencionado a ocorrência do “r caipira” em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Goiás (com maior ou menor precisão de área), fato em geral associado à presença dos bandeirantes nessas regiões (Bueno 1958, Silva Neto 1950, Cunha 1968, 1986, Castilho 1992). Quanto aos Estados do sul do país, a ocorrência do retroflexo já foi comprovada no Paraná, em Santa Catarina e mesmo no Rio Grande do Sul, conforme dados do *Atlas lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS* (Koch

⁴⁵ Nessa variante “parece haver uma coarticulação entre a vogal e o /r/” retroflexo, entendendo-se por coarticulação o “fenômeno (...) no qual os atributos de sucessivas unidades de fala se sobrepõem em padrões acústicos ou articulatórios” (Leite 2004: 90).

et alii 2002; v. cartas 48-53). Já se apontou também a presença mais discreta dessa variante em áreas mais distantes - Bahia, Sergipe e Paraíba -, conforme dados dos respectivos atlas lingüísticos regionais, ou em áreas menos esperadas, como o norte fluminense (Head 1978, 1987, Leite 2004, Cardoso 2005a, Brandão 1991).

Quanto à vitalidade do “r caipira”, a avaliação de Cunha (1968 / 1972: 83) é que a variante “está em vias de desaparecimento”⁴⁶. Da mesma forma, Head (1973: 47) observa, a propósito de seus dados de Franca, que a maior freqüência da variante “entre informantes de maior idade que entre os de menor idade indica que essa variante está em vias de desaparecimento”. Os estudos até aqui mencionados têm, todavia, atestado a presença do retroflexo em várias áreas. A questão continua, pois, a desafiar os investigadores à verificação da resistência da variante, à definição de sua área de ocorrência, à descrição de suas realizações. Nosso propósito é estudar a ocorrência do retroflexo em Minas e no Paraná com base nos dados dos atlas lingüísticos dessas áreas, contando, no caso do último Estado, com um *corpus* mais amplo do que o que figura no ALERS.

O rotacismo da lateral alveolar

O rotacismo consiste na troca da lateral alveolar por uma vibrante (*claro* > *c/r/aro*, *papel* > *pape/r/*)⁴⁷. Sobre a ocorrência desse processo em São Paulo, a avaliação de Amaral (1920 / 1982: 52) é incisiva:

⁴⁶ Cunha revê, assim, a avaliação mais radical que figura na primeira edição de sua obra (Cunha 1968: 76): o “r chamado *caipira* (...), praticamente desapareceu. É hoje uma variante fonêmica mais folclórica do que lingüística”.

⁴⁷ Originalmente o termo *rotacismo* se aplicou à “mudança de /s/ entre vogais para /r/ dental”, uma “lei fonética em latim vulgar” – cf. *corpus - corporis* (Câmara Jr. 1956 / 1968).

“Esta troca é um dos *vícios* de pronúncia mais radicados no falar dos paulistas, sendo mesmo freqüente entre muitos dos que se acham, por educação ou posição social, menos em contacto com o povo rude.” (Grifamos)

O rotacismo se verifica, no dialeto, em dois contextos: final de sílaba e em encontro consonantal. Assim o descreve Amaral (1920 / 1982: 52):

- “1 – a) Em final de sílaba, muda-se em *r*: *quarquér, papér, mér, arma.* (...)
b) Quando subjuntivo de um grupo, igualmente se muda em *r*: *craro, cumpreto cramô(r), frô(r).*”

Quanto ao primeiro caso, Amaral (1920 / 1982: 52) faz algumas ressalvas:

- “As palavras terminadas em *al, el, il...* freqüentemente aparecem apocopadas: *má, só, jorná = mal, sol, jornal.*” Mas, conforme Amaral, o rotacismo ocorre também neste caso: “Esse *l* mudou-se primeiro em *r*, e depois caiu este fonema”.
- Na locução **tal qual**, conserva-se o primeiro *l*, “porque (...) se tornou intervocálico: *talequá.*”
- A “locução adverbial *malemá* (grafada como se pronuncia)” também conserva o primeiro *l* (provavelmente pela mesma razão apontada por Amaral no caso anterior).

Os dados documentados por Rodrigues (1974) na zona rural de Piracicaba, confirmando a descrição de Amaral, mostram uma ocorrência significativa do rotacismo. Considerando os registros obtidos no inquérito fonético, constatamos a presença do processo nos seguintes índices: encontro consonantal – 91%⁴⁸; final de sílaba interna – 85%⁴⁹; e final de palavra – 49%. O índice menor em final de palavra se verifica porque,

⁴⁸ Há apenas um registro da lateral [l] e uma ocorrência de síncope.

⁴⁹ Nesse contexto o rotacismo concorre com a vocalização da lateral (10%), não mencionada por Amaral (1920), e a síncope da consoante (5%).

nesse contexto, o rotacismo alterna com a vocalização da lateral (22%), não mencionada na descrição de Amaral (1920), e a apócope da consoante (16%), ambas de presença significativa⁵⁰.

Da mesma forma, os dados registrados por Penha (1972) em São Domingos, sul de Minas, também atestam o rotacismo tanto no encontro consonantal (*clara* > *c[r]ara*, *gleba* > *g[r]eba*) como em final de sílaba interna (*balde* > *ba[ɹ]de*, *polvilho* > *po[ɹ]vilho*) e em final de palavra (*carretel* > *carrete[ɹ]*; *igual* > *igua[ɹ]*). Quanto ao final de palavra, Penha (1972 / 1975: 102) observa que, “entre os mais incultos” a lateral desaparece (*azu(l)*).

Em investigação que realizou entre falantes incultos do Vale do Cuiabá, Almeida (2004: 157) atestou a ocorrência sistemática do rotacismo nos encontros consonantais /pl/, /bl/, /tl/, /kl/, /gl/: [*ˈdupra*] *dupla*, [*ˈgreba*] *gleba*.⁵¹ No final de sílaba interna ou em final de palavra, “a tendência é pela realização da retroflexa”: [*aɹˈmosu*] *almoço*, [*iˈgwaɹ*] *igual*, registrando-se também apócope da consoante ([*pesuˈa*] *pessoal*, [*diˈfisi*] *difícil*) e, esporadicamente, a vocalização da lateral: [*kuˈxaw*] *curral*.

Não só nessas áreas se documenta a troca das líquidas. Analisando os dados do APFB (Rossi 1963), Head (1985) constatou, na linguagem popular rural da Bahia, a alternância entre a lateral e a vibrante em encontro consonantal (*plantação*), com ocorrência equilibrada de uma ou outra variante e “sem condicionamento geográfico

⁵⁰ Registra-se também, nesse contexto (na frequência de 10%), uma aspiração [h, fi], que nos parece próxima do zero fonético (apócope). Ocorre um único caso de lateral velarizada [ɰ].

⁵¹ Em um estudo sobre o rotacismo no falar cuiabano (encontro consonantal), Cox (2005: 107) comenta sua ocorrência mesmo entre falantes cultos: “Continua a ser um fenômeno notável entre todos aqueles que têm o dialeto cuiabano como língua materna, independentemente de variáveis como classe social, escolaridade, nível de letramento e grau de formalidade. Está presente nas solenidades de formatura, nas assembleias universitárias, nos discursos de políticos e autoridades, nas salas de aulas, nos atendimentos de balcão, nos anúncios publicitários, principalmente na oralidade, mas também na escrita.”

apreciável” (p. 148). Por outro lado, constatou que as formas com a lateral “foram registradas com maior frequência entre informantes do sexo feminino e não analfabetos”; já as realizações com rotacismo “foram manifestadas com maior frequência por analfabetos e por homens” Head (1985: 156). No contexto final de sílaba interna (*rescaído*), Head (1985: 155) também atestou a alternância entre as líquidas⁵², concluindo que “a distribuição geográfica dos diversos tipos de consoante líquida e das outras variantes demonstra o caráter conservador da linguagem do interior, visto que as realizações com lateral se encontram longe da área da capital”. Em final de palavra a alternância praticamente não ocorre, “devido à vocalização da lateral e à queda da vibrante nessa posição” (Head 1985: 155).

Quanto à região sul do Brasil, conforme os dados do ALERS (Koch *et alii* 2002 – cartas 37 – 39), o rotacismo é atestado em final de sílaba interna (*calção*, *revólver*) no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em índices decrescentes de ocorrência⁵³. No encontro consonantal (*clara*), o rotacismo é também documentado no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em índices de ocorrência mais marcadamente decrescentes, chegando a ser pouco significativa a presença do processo em Santa Catarina e quase nula no Rio Grande do Sul. Nos dois contextos predominam as realizações com laterais [l, ʎ] atestadas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em ordem crescente de ocorrência.

Como observa Head (1985: 154), a troca da lateral por vibrante (como em “prantação”) e a vocalização da lateral (“rescaudo”) são atestadas na história da língua em

⁵² Nesse contexto a alternância inclui, além da lateral [l], diversas realizações de vibrantes, a lateral velarizada, a vogal posterior assilábica e zero fonético.

⁵³ Ocorre também, nesse contexto, a vocalização da lateral.

sua evolução a partir do latim (cf. *clavu* > *cravo*; *palpare* > *poupar*). A manutenção da lateral nesses contextos é típica de palavras que entraram na língua em épocas posteriores ou por via erudita, sendo a preservação da lateral, bem como sua vocalização, características de variedades cultas no Brasil, “enquanto a evolução da lateral para ‘vibrante’ pode ser considerada típica de linguagem popular e regional”, sendo atestada em diferentes regiões brasileiras, em diferentes índices de ocorrência, como evidenciam os estudos até aqui mencionados⁵⁴.

Apagamento do /r/ final de palavra

A apócope do /r/ é considerada por Amaral (1920 / 1982: 52) uma das “leis mais rígidas, e mais facilmente verificáveis, da fonética dialetal” caipira. Os exemplos citados pelo Autor incluem formas verbais de infinitivo e nomes: “*andá, muié, esquecê, subi, vapô, Artú*”. Amaral faz uma ressalva: o fonema, entretanto, se conserva, “geralmente, em alguns monossílabos acentuados, tendo por certo influído nisso a posição proclítica habitual: *dôr, cór, cór, par*”⁵⁵; e também no monossílabo átono *por*, “pela mesma razão, assim como, raras vezes, em palavras de mais de uma sílaba: *amor, suôr*”. Como observa Amaral (1920 / 1982: 52), a ressalva não alcança os verbos - mesmo que monossilábicos, neles a apócope sempre ocorre, “provavelmente pela influência niveladora da analogia: *vê, í, pô*”.

⁵⁴ Além dos casos já comentados, acrescentamos o registro do rotacismo na fala popular carioca (Nascentes 1923), em encontro consonantal (*afrição*) e em final de sílaba interna (*marrito*), e na linguagem popular de Alagoas e Pernambuco (Marroquim 1934), nos mesmos contextos.

⁵⁵ Em sua arguição, a Profa. Bernadete Abaurre observou que o domínio ou posição do vocábulo constitui uma variável interessante para a investigação da apócope do rótico no monossílabo. A propósito, levantou a hipótese de que a apócope possivelmente seria favorecida pela ocorrência do monossílabo em posição mais fraca (como em *dor de barriga*, diferentemente de, por exemplo, *muita dor*).

A propósito dessa descrição, Duarte (1976) contesta os exemplos de monossílabos em que não ocorreria a apócope, identificando aí um “erro de observação” de Amaral. Assim argumenta Duarte (1976: 91):

“Ora, eu conheço malemal a região que serviu de campo às suas [de Amaral] indagações, mas conheço profundamente muitas outras regiões do Estado, onde ouvi, invariavelmente a pronúncia *dô, có, cò, um pá* e nunca a prosódia registrada em ‘O Dialeto Caipira’.”

Na seqüência de seu texto, Duarte atenua a crítica, reconhecendo que o “senão” apontado e outros que identificou constituem, na verdade, uma

“demonstração da idoneidade intelectual de Amadeu [,] que só argumentava baseado em documentos confirmados pela observação própria, deixando escapar portanto fatos que apenas revelariam a comparação com fenômenos peculiares a outras regiões que ele não conhecia, restringindo-se até então seus estudos às zonas de Capivari, Piracicaba, Tietê, Itu, Sorocaba e São Carlos, onde fez suas observações e de onde se originavam muitos dos seus poucos informantes. E é preciso não esquecer que a vida difícil de Amadeu só lhe permitia ausências rápidas de S. Paulo” (Duarte 1976: 91 - 92).

Em primeiro lugar, deve-se destacar, na própria argumentação de Duarte, que seu conhecimento da região observada por Amaral não era profundo (“conheço malemal”), o que poderia explicar sua pouca familiaridade com a pronúncia atestada pelo estudioso, cuja seriedade intelectual não só reconhece como acentua. Em contraposição, é sabido que Amaral nasceu e passou a infância na região de Capivari, tendo também vivido em São Carlos, o que faz supor sua familiaridade com o falar da região. Deve-se considerar, ainda,

que a diferença de observação pode refletir um caso de alternância de pronúncia no interior da própria região observada, ou na comparação entre ela e outras áreas do Estado, sendo a última possibilidade, inclusive, sugerida por Duarte. Pode-se acrescentar ainda que as variáveis apontadas por Amaral – extensão do vocábulo e classe gramatical – têm se mostrado relevantes para o tratamento da questão, ainda que em outro momento e em referência a outro tipo de falante (cf. Callou *et alii* 1996, sobre as realizações do /r/ no desempenho de falantes cultos).

O apagamento do /r/ final, segundo Amaral (1920 / 1982: 52), aplica-se também a um outro caso, conforme a descrição abaixo reproduzida.

“As palavras terminadas em *al, el, il...* freqüentemente aparecem apocopadas: *má, só, jorná* = **mal, sol, jornal**. Não inferir daí que houve queda do *l*. Esse *l* mudou-se primeiro em *r*, e depois caiu esse fonema (...).

É de notar-se ainda que a pronúncia em questão (*má, só*) é mais comum entre os negros, que, submetidos, em geral, ao império das mesmas leis, quando no mesmo meio, não deixam entretanto de diferir dos caboclos e brancos em mais de um ponto.”

Também a essa análise Duarte (1976) faz reparos. Observa que, na verdade, as palavras terminadas em *l* *geralmente* (e não *freqüentemente*) aparecem apocopadas, afirmação que fundamenta em sua “observação de outras regiões mais segregadas, mas que Amadeu não conheceu”. Amaral teria encontrado “em alguns pontos mais penetrados de gente culta essa pronúncia com ‘r’ final” (Duarte 1976: 90 - 91). Duarte lembra comentário de Otoniel Mota, para quem a existência desse “r” final seria influência do homem culto ou semiculto. Poderíamos observar que as constatações de Amaral, de quem não se discute a seriedade, obrigam a pensar em alternância de variantes (situação que de resto não é negada

pelo “geralmente” retificador de Duarte), sobretudo porque ele relaciona o uso mais comum da apócope a um tipo de falante socialmente identificado. Em seu comentário, Duarte faz menção a “outras regiões”, que caracteriza como “mais segregadas”, o que parece estabelecer um contraponto com locais “mais penetrados de gente culta”, podendo-se perceber aí um viés diastrático, que aponta um fator social além do geográfico, assim como fez Amaral.

Duarte também não endossa a explicação de que ocorreria primeiramente a mudança do *l* em *r* e depois a queda do *r*, doutrina que Amaral teria adotado de Leite de Vasconcelos, cuja obra conhecia. Com base em sua observação, alinha-se, antes, com Nascentes, que argumenta que a precariedade da posição de consoante final basta para explicar a apócope.

O apagamento do /r/ final é registrado por Penha (1972 / 1975: 102) na linguagem rural de São Domingos, sul de Minas (ex.: *alta(r)*, *senho(r)*, *Artu(r)*). Quanto à apócope do /l/ - *cafeza(l)*, *cascave(l)*, Penha a acusa entre os falantes “mais incultos”, observando, entretanto, que a lateral “(depois de *e*, *i* gráficos) desaparece em palavras paroxítonas, mesmo entre pessoas menos rústicas” (ex.: *difici(l)*).

Nos dados de Rodrigues (1974) referentes à zona rural de Piracicaba, constata-se o apagamento do /r/ em final de palavra, mas não é muito freqüente (25%), predominando a ocorrência da retroflexa nesse contexto (59%).⁵⁶ (Confirmando a observação de Amaral (1920) sobre os monossílabos, para *flor* não se registra nenhuma realização com apócope; mas o mesmo se verifica em relação a *trator*.) Quanto ao /l/ em final de palavra, também se

⁵⁶ Para o estabelecimento dessas porcentagens consideramos os dados do inquérito fonético (7 informantes), que figuram como anexo em Rodrigues (1974).

constata a ocorrência da apócope, mas novamente a frequência não é alta (19%), sendo mais expressivo o registro do retroflexo (39%), e da vocalização da lateral (21%).⁵⁷

Como já mencionamos, no Vale do Cuiabá, conforme os dados de Almeida (2004), a tendência é ocorrer o apagamento da vibrante em final de vocábulo ([ki'ze] *quiser*, [mu'e] *moer*, [pra 'ze] *praze*), mantendo-se a consoante na fala mais lenta - nesse caso, ocorre a retroflexa. Quanto à lateral em final de palavra, conforme Almeida (2004: 157), “a tendência é pela realização da retroflexa” ([aɫ'mosu] *almoço*, [i'gwaɫ] *igual*), ocorrendo também o apagamento da lateral ([pesu'a] *pessoal*, [di'fisi] *difícil*). Já a vocalização da lateral ([ku'xaw] *curral*) é esporádica.

Na linguagem popular de Alagoas e Pernambuco, conforme Marroquim (1934 / 1945: 77), o /r/ e o /l/, em posição final de palavra, “caem invariavelmente: *lugá, corrê, andá, alugé, animá, papé, currá*.” Ainda em referência ao nordeste, na carta 23 (*trabalhador de enxada*) do APFB, registra-se a apócope em todas as ocorrências de *lavrador* e *ganhador*. O mesmo se verifica em Sergipe, em relação a *feitor*, conforme os dados das cartas 66 do *Atlas lingüístico de Sergipe II – ALS-II* (Cardoso 2005a).

Na região sul, conforme dados do ALERS, a apócope tem baixo registro na realização de *calor* (carta 53). Já em relação a *revólver* (carta 54), a ocorrência da apócope é alta no Paraná e atinge cerca de metade das ocorrências em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, apontando a paroxítone como fator que favorece o apagamento da consoante, como Penha (1972) já tinha observado em relação à lateral.

⁵⁷ Registra-se também no contexto, com frequência de 9%, a ocorrência de uma aspirada (fi, h), uma variante próxima do zero fonético (apócope).

Com base em várias descrições de falares regionais brasileiros, Elia (1963 / 1975: 203) observa que o /r/ final “cai sistematicamente” e o /l/ final “cai geralmente” em nossa linguagem popular. Os dados até aqui comentados sugerem que, embora a apócope das líquidas tenha uma distribuição ampla, os índices de ocorrência do processo variam conforme fatores geográficos, sociais e lingüísticos.

A iotização da lateral palatal

Sobre a ocorrência dessa variante no dialeto caipira, Amaral (1920 / 1982: 48, 53) é bastante categórico:

“A consonância palatal molhada *lh* não existe no dialeto, como na maioria dos dialetos port. de África e Ásia, e como em vários dialetos castelhanos da América.”

“**lb** – Vocaliza-se em *i*: *espaiado, maio, muié, fio* = **espalhado, malho, mulher, filho.**”

Nos dados de Rodrigues (1974) referentes à zona rural de Piracicaba, constatamos que a lateral palatal, com efeito, tem baixa ocorrência (3%). A iotização, contudo, não é sistemática – manifesta-se em 53% das ocorrências, alternando sobretudo com a seqüência lateral alveolar + iode [lj], atestada em 39% das formas.

Penha (1972) também registrou a iotização da lateral palatal no bairro rural de São Domingos, sul de Minas - não só em casos como *velho* > *ve[j]o*, *palha* > *pa[j]a*, mas também em casos de [ʎ] “secundário” (*sandália* > *sandalha* > *sanda[j]a*). Em seus dados também se observa a despalatalização da lateral, ou seja, a passagem do [ʎ] a [l]: *valho* > *va[l]o*, *lhe* > [li].

No Vale do Cuiabá, conforme Almeida (2004), observa-se, igualmente, entre falantes com pouco ou nenhum grau de instrução, a tendência à iotização da lateral palatal ([oj'ẽnu] *olhando*, [mu'jɛ] *mulher*), mas também são numerosas as ocorrências com [ʎ] ([ˈmiʎu] *milho*, [traˈbaʎu] *trabalho*).

Pontes (1999) estudou a variação [ʎ] ~ [j]⁵⁸ no falar rural do norte do Paraná e constatou a relevância de fatores lingüísticos e sociais na alternância. Observou, de início, maior índice de ocorrência do [j] em um determinado grupo de palavras, em relação às quais “os falantes têm muito menos consciência da estigmatização da variante [j]” (Pontes 199: 144). Para o Autor, o fato se deve, possivelmente, a algum fator de ordem histórica ou sócio-cultural – algumas dessas palavras, por exemplo, referem-se a objetos que “pertencem a um universo cultural bem restrito: geralmente são conhecidos por pessoas idosas, rurais ou rurbanas e quase não são mais usados”, caso de *cangalha*, *relho* (Pontes 199: 145)⁵⁹. Pontes constatou, ainda, que a vogal seguinte [- ant] favorece a ocorrência da iotização (*melhorou*, *espelho*). Em relação aos fatores sociais, o fator escolaridade se mostrou relevante – o falante sem nenhuma escolaridade apresentou a iotização em maior frequência; por outro lado, a fala da mulher está mais próxima da pronúncia padrão.

Aguilera (1999) estudou a iotização da lateral palatal no português popular brasileiro, com base nos atlas lingüísticos do Paraná (Aguilera 1994), Bahia (Rossi 1963), Minas Gerais (Ribeiro *et alii* 1977), Paraíba (Aragão & Menezes 1984) e Sergipe (Ferreira

⁵⁸ Substituímos o símbolo usado por Pontes (1999) pelo símbolo correspondente que estamos utilizando em nosso texto.

⁵⁹ Confirmando a hipótese de que o falante não tem consciência da estigmatização da variante [j] nesse grupo de palavras, em um teste realizado por Pontes com estudantes da Universidade Estadual de Londrina, a maioria dos universitários afirmou não conhecer o objeto “relho”, mas aqueles que o conheciam identificaram-no como *reio*.

et alii 1987). Concluiu que não se trata de uma variante marcadamente regional, mas de variante de fundo social, predominante na fala rural ou inculta, atestada nas diversas regiões brasileiras consideradas. Desta forma, endossa observações semelhantes de Cardoso (1995)⁶⁰, para quem a realização [j] não se caracteriza como uma variante de natureza diatópica, mas como um traço de natureza diastrática. Em seu trabalho, Aguilera procura mostrar a vitalidade da variante no meio rural dos cinco estados contemplados pelos atlas lingüísticos mencionados. No *corpus examinado*, identificou as variantes [j], [ʎ] e ø, a última, em palavras que têm [i] (tônico ou átono), o que resulta em uma seqüência de palatais, favorecendo a exclusão da lateral ([ˈmiw] *milho* [siˈãw] *silhão*). Aguilera observa que, na alternância [j] ~ [ʎ], é mais freqüente a ocorrência da variante padrão em itens lexicais que não são específicos do meio rural (*folha, ilha*), em oposição a itens que são mais tipicamente “rurais” e mesmo arcaicos (*cangalha, silhão, sarolha*), observação que se harmoniza com as de Pontes (1999), já referidas.

Como se pode observar pelas descrições mencionadas, a iotização da lateral palatal tem amplo alcance no território nacional, e, em geral, alterna com outras variantes, inclusive o próprio [ʎ].

A redução da proparoxítona a paroxítona

Na seção em que descreve as vogais do dialeto caipira, Amaral (1920 / 1982: 49) faz a seguinte observação relativa à redução das proparoxítonas:

⁶⁰ Cardoso, Suzana Alice Marcelino. 1995. Inovação e conservadorismo no léxico rural brasileiro. *Atti de XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*. Centro di studi filologici e linguistici siciliani. Università di Palermo, 18-24 settembre. (apud Aguilera 1999)

“Nos vocábulos esdrúxulos, a tendência é para suprimir a vogal da penúltima sílaba e mesmo toda esta, fazendo grave o vocábulo (*ridico* = ridículo, *legite* = legítimo, *cosca* = cócega, *musga* = música. Exceção: *lático* < látigo (...), *sumítico*, *náfico*, etc.”

Sobre a descrição apresentada, deve-se observar que a síncope da vogal da penúltima sílaba é um dos processos mais freqüentes na redução da proparoxítota, mas não é o único usado, o que se pode verificar na própria exemplificação de Amaral: em *ridico* (< ridículo) e *legite* (< legítimo), com a penúltima vogal, cai também a consoante seguinte.

Dentre as investigações que já mencionamos, a redução da proparoxítota é atestada na zona rural de Piracicaba (Rodrigues 1974); no bairro rural de São Domingos - sul de Minas (Penha 1972); em Pernambuco e Alagoas⁶¹ (Marroquim 1934); na Bahia (cf. cartas 47 – *cálice*; 65 – *óculos*; 66 – *pérola*; 67 - *verônica*, Rossi 1963); em Sergipe (cf. carta 10 – *estômago*, Cardoso 2005a), no linguajar carioca (Nascentes 1923)⁶², o que evidencia o caráter geral do fenômeno no português do Brasil, fato já acentuado por Castilho (1992) e Elia (1963).

A exemplificação colhida nesses trabalhos mostra a diversidade dos processos que resultam na redução das proparoxítonas, envolvendo, quase sempre, a sílaba que se segue à tônica. Ilustramos:

- síncope da penúltima vogal: *córrego* > *corgo*;
- síncope da penúltima vogal e da consoante seguinte: *árvore* > *arve*;
- síncope da consoante da penúltima sílaba: *pílula* > *piula*;
- queda da última sílaba: *legítimo* > *legite*.

⁶¹ Marroquim (1934) faz ressalva semelhante à de Amaral : *sumítico* e *náfico* não se reduzem.

⁶² Nascentes se refere ao “horror ao proparoxítono”, que acarreta a síncope da vogal seguinte à tônica.

A redução da proparoxítona é um processo que se verificou na história da língua e constitui, portanto, uma mudança natural (deriva da língua). Embora seja uma pronúncia característica da linguagem popular, não é incomum ouvirmos (sem reações adversas), no estilo informal da variedade culta, proparoxítonas de uso freqüente realizadas com a redução em questão: *óc(u)los*, *xíc(a)ra*, *chác(r)a*, *fós(f)o*, *abób(o)ra*. Também não nos chamam a atenção os diminutivos *xicrinha*, *chacrinha*, *abobrinha*, em que desapareceu a vogal postônica da forma original.

III. TRAÇOS DO DIALETO CAIPIRA EM MINAS GERAIS

O *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais - EALMG* (Ribeiro *et alii*. 1977) contém cartas lexicais e fonéticas, material que nos permite verificar a presença de traços do dialeto caipira em território mineiro no que se refere a esses dois níveis lingüísticos.

1. NÍVEL FONÉTICO

Analisamos, nesta seção, os dados do EALMG relevantes para o estudo das cinco variantes fonéticas do dialeto caipira que focalizamos em nosso estudo – o “r caipira”, a queda do /r/ em final de palavra, o rotacismo (l > r , r), a iotização da lateral palatal (ʎ > j), a redução da proparoxítona a paroxítona.⁶³

1.1. O “r caipira”

Conforme a descrição de Amaral (1920), o “r caipira” ocorre, no dialeto, em posição intervocálica (*arara*) e em posição pós-vocálica (*carta*). Para o estudo dessa variante em Minas Gerais examinamos todas as cartas fonéticas do EALMG que registram formas em que, teoricamente, há possibilidade de ocorrência da variante em um ou outro desses contextos. (Uma observação preliminar deve ser feita: dado que o questionário do EALMG tem por objetivo coletar material de caráter semântico-lexical, as cartas fonéticas

⁶³ Adotamos os símbolos do IPA em nossas representações fonéticas e fonológicas. (Esses símbolos nem sempre coincidem com os que foram utilizados no EALMG.)

apresentadas no atlas focalizam variantes lexicais, que quase nunca têm uma distribuição ampla, extensiva a todo o Estado. Por essa razão, no que diz respeito à variante fonética em questão, há cartas com dados bem pouco numerosos.) Listamos a seguir as cartas selecionadas e as respectivas formas relevantes para a análise, agrupando o material conforme os dois contextos mencionados.

Possibilidade de ocorrência do retroflexo [ɺ] em final de sílaba (alguns casos por rotacismo): *arco-íris* (carta 2); *arco-da-velha* (carta 3); *orvalho* (carta 5); *mormaço* (carta 8); *chuva-de-flor* (carta 13); *temporal* (carta 14); *estrela dalva* (carta 26); *salto mortal* (carta 29); *pegador* (carta 35); *brincar de esconder* (carta 35); *brinquedo-de-esconder* (carta 35).

Também foi considerada a carta analítica 47, que apresenta a isófona do retroflexo conforme os dados referentes às formas *carta*, *porta*, *esquerda* e *arco*, das quais as três primeiras não figuram nas cartas fonéticas do atlas.

Possibilidade de ocorrência do retroflexo em posição intervocálica: *arco-íris* (carta 2); *orvalho* - por epêntese de uma vogal após o /r/ (carta 5); *sereno* (carta 6); *saraiva* (carta 13); *chuva de flores* (carta 13); *temporal* (carta 14); *veranico* (carta 15); *corisco* (carta 20); *mãe-do-ouro* (carta 23); *búrica* (carta 33); *birosca* (carta 33); *atiradeira* (carta 44).

1.1.1. O contexto final de sílaba

Carta 2: *arco-íris* / Carta 3: *arco-da-velha*

Os dados das cartas 2 e 3, referentes às variantes lexicais *arco-íris* e *arco-da-velha*, foram tratados em conjunto, visto que a variante fonética que interessa observar ocorre no constituinte *arco*, comum aos dois compostos.

A ocorrência do retroflexo em *arco* é atestada em 28 localidades (5A, 5B, 5C, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 51, 71, 73, 79, 80, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 7A). Esses pontos configuram uma área contínua no sul do Estado, em região limítrofe com o leste de São Paulo, e outra no extremo oeste, na região do Triângulo Mineiro, contígua ao norte de São Paulo; próximas a essas duas áreas, encontram-se, no centro-oeste mineiro, as localidades 33 e 34, em que também foi atestada a retroflexão. (Veja-se, a propósito, a CARTA I, apresentada a seguir, em que assinalamos as localidades em que o retroflexo foi atestado na realização de *arco*.⁶⁴)

Deve-se observar que, nas localidades próximas à fronteira com São Paulo e/ou situadas no Triângulo Mineiro que não apresentam o retroflexo (29, 30, 45 e 78), ou se registram casos de hipercorreção ($r > w, \text{f}$), ou não ocorre variante lexical com *arco*, configurando-se, portanto, em toda essa área, lacuna de dados.

Carta 5: orvalho

Só se registrou, nessa carta, uma ocorrência de retroflexo, na localidade 6A, a sudeste de Minas. Deve-se observar que, no conjunto das variantes documentadas, predominam as realizações em que o /r/ é seguido de uma vogal epentética [a, i, o, u], com a qual forma sílaba. (Esses casos serão tratados em seção referente ao contexto intervocálico.) As formas com /r/ intervocálico constituem 51 ocorrências contra 28 com

⁶⁴ Adotamos a numeração em romanos para as cartas que elaboramos (e conservamos a numeração arábica na referência às cartas do EALMG).

CARTA I

MINAS GERAIS

RETROFLEXO EM FINAL DE SÍLABA

arco

(cf. dados das cartas 2 e 3 do EALMG)



/r/ pós-vocálico⁶⁵. No Triângulo Mineiro e no sul, áreas em que se verificou uma ocorrência consistente de retroflexo na realização de *arco* (cf. seção anterior), constatou-se uma presença quase absoluta de formas com /r/ intervocálico, explicando-se, assim, a ausência, nessas áreas, do esperado retroflexo pós-vocálico.

Carta 8: mormaço

Essa carta registra 26 realizações com retroflexo, todas elas atestadas em localidades que se situam no Triângulo Mineiro ou no sul do Estado (5A, 5B, 5C, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 50, 51, 62, 72, 78, 79, 80, 85, 87, 90, 7A), verificando-se que a variante ocorre em uma área compacta contígua a São Paulo. Uma única dissonância, nessa área, é constituída pela localidade 45 (Uberaba), em que se registra uma realização velar.

Carta 13: chuva-de-flor

A variante lexical *chuva-de-flor* tem baixa ocorrência: é atestada em apenas duas localidades (3 e 4), a oeste e a noroeste do Estado, não se registrando nos dados nenhuma realização retroflexa.

Carta 14: temporal

A variante lexical *temporal* é atestada em 24 localidades, mas em nenhuma delas se registra o rotacismo, e nem o retroflexo, portanto.

⁶⁵ Estamos considerando a existência fonológica de dois “erres” em português (cf. *ca[x]o* - *ca[r]o*), fonemas que, tradicionalmente, têm sido chamados de “erre forte / erre fraco, brando”, ou “vibrante múltipla / vibrante simples” (Câmara Jr. 1970, Callou & Leite 1990, Silva 1998). (Não discutiremos aqui o fato de que essa terminologia já não reflete bem a realização mais freqüente do chamado “erre forte”.)

Carta 26: estrela dalva

Os dados dessa carta são pouco numerosos (14 registros). Entre eles se inclui uma única forma com rotacismo ($l > r$), em que ocorre a realização retroflexa [ɻ]. Essa variante é documentada na localidade 80 (Muzambinho), no sul do Estado, na fronteira com o leste paulista.

Carta 29: salto mortal

Considerando-se que, além do /r/ pós-vocálico de *mortal*, há possibilidade de rotacismo nas duas sílabas que terminam na lateral (*salto mortal*), a variante lexical exposta nessa carta apresenta três contextos relevantes para nossa análise. Os dados são, no entanto, pouco numerosos (16 registros). Entre eles se atestam 4 ocorrências que apresentam duas ou três realizações retroflexas cada uma (sa[ɻ]to mo[ɻ]tal, sa[ɻ]to mo[ɻ]ta[ɻ]). Todas essas ocorrências são atestadas no Triângulo Mineiro (nos pontos 25 e 28), ou no sul, nas localidades 79 e 80, próximas à fronteira leste paulista).

Carta 35: pegador, brincar de esconder, brinquedo-de-esconder

Nas variantes lexicais acima indicadas, o /r/ pós-vocálico ocorre em final de palavra (nome e infinito verbal), não se registrando entre os dados nenhuma realização retroflexa – em todas as ocorrências houve apócope da consoante final.

1.1.2. O contexto intervocálico

Foram examinadas todas as cartas do EALMG relevantes para a observação do /r/ intervocálico: *arco-íris* (carta 2); *or[V]valho* (carta 5); *sereno* (carta 6); *saraiva*, *chuva de flores* (carta 13); *temporal* (carta 14); *veranico* (carta 15); *corisco* (carta 20); *mãe-do-ouro* (carta 23); *búrica*, *birosca* (carta 33); *atiradeira* (carta 44). Não se constatou nenhum registro do retroflexo nessa posição, em nenhuma localidade. Os dados são totalmente homogêneos, mas talvez por isso mesmo seja conveniente lembrar que, conforme observação dos Autores na Introdução do atlas, no registro dos dados adotou-se “uma transcrição ampla” (Ribeiro *et alii* 1977: 34).

1.1.3. Comentário

O exame das cartas revelou a ocorrência do retroflexo somente na posição pós-vocálica, em localidades que se concentram no Triângulo Mineiro e no sul de Minas, ou seja, em áreas contíguas ao Estado de São Paulo. Como na maioria das cartas examinadas os dados são pouco numerosos, eles foram considerados em conjunto para a elaboração da CARTA II, apresentada a seguir, em que podem ser identificadas:

- as localidades nas quais só ocorreu a realização retroflexa;
- as localidades nas quais o retroflexo alternou com uma vibrante velar [ʀ] , ou com uma vibrante alveolar [r], ou com ambas.

A propósito dessa carta analítica, seguem-se algumas observações que nos parecem oportunas.

⁶⁶ É essa a classificação que consta no EALMG (Ribeiro *et alii* 1977: 35): vibrante velar sonora. Idêntica descrição se encontra no ALPR (Aguilera 1996: 155). Acreditamos que o som em questão corresponde à vibrante uvular [ʀ], prevista no IPA., e assim o interpretamos. (Câmara Jr. (1970: 39), todavia, afirma que nosso / r/ forte pode ser realizado por “vibrações da parte dorsal [da língua] junto ao véu palatino”, o que poderíamos identificar como uma vibrante velar.)

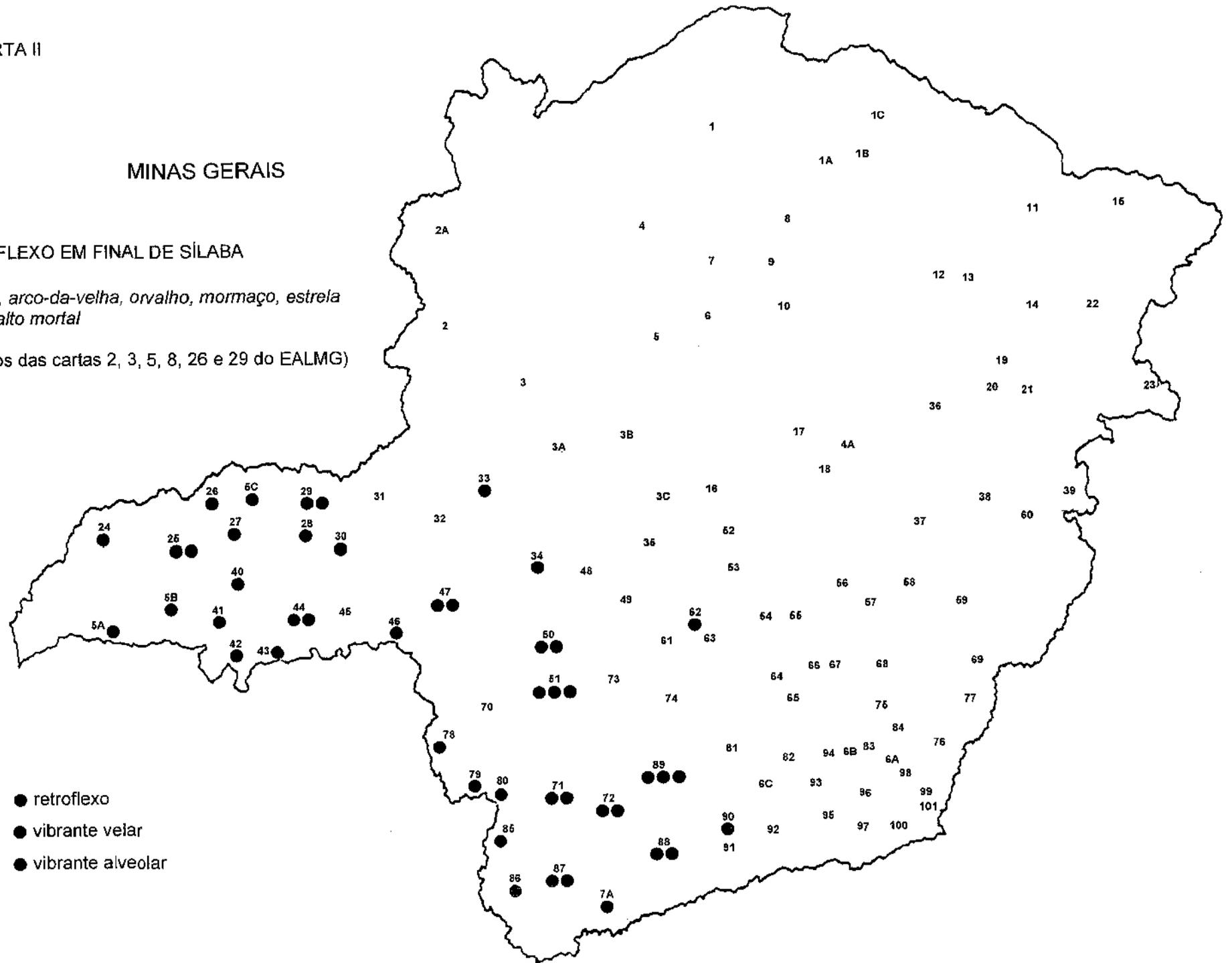
1) As localidades 45 (Uberaba) e 70 (Passos) configuram uma descontinuidade na área compacta de retroflexo que acompanha a fronteira com São Paulo e preenche o Triângulo Mineiro. A lacuna de dados pode ser uma explicação para o fato de não se documentar a retroflexão nessas localidades: em Uberaba, considerando-se todas as cartas analisadas, só ocorreu uma variante lexical pertinente (*mormaço*), em que se registrou uma vibrante velar [R] para o /r/; em referência a Passos, só contamos com três dados pertinentes (*arco-iris*, *arco-da-velha* e *mormaço*), nos quais também se atestou a vibrante velar.

MINAS GERAIS

RETROFLEXO EM FINAL DE SÍLABA

*arco-íris, arco-da-velha, orvalho, mormaço, estrela
dalva, salto mortal*

(cf. dados das cartas 2, 3, 5, 8, 26 e 29 do EALMG)



2) A alternância entre o retroflexo e uma vibrante velar ou alveolar, atestada em algumas localidades (25, 29, 44, 47, 50, 51, 71, 72, 87, 88, 89), sinaliza uma inconsistência no uso do retroflexo nesses pontos, caracterizando uma área de transição.

3) À medida que nos distanciamos da fronteira paulista em direção ao interior mineiro, a área de ocorrência do retroflexo se torna menos densa não só em termos da distribuição geográfica da variante, como em termos de sua alternância com outras realizações, os dois fatores apontando os limites da área de vigência da variante.

A carta 47 do EALMG, reproduzida a seguir, delimita a área de ocorrência do retroflexo pós-vocálico, tomando por base as realizações atestadas para as formas *arco* (documentada nas cartas 2 e 3), *carta*, *porta* e *esquerda*, as três últimas não tendo sido expostas no atlas em cartas fonéticas específicas. Nessa carta, a linha contínua identifica a área em que só se usa o retroflexo, e a linha descontínua delimita uma área em que a retroflexa alterna com outras realizações, ou seja, uma área de transição⁶⁷.

Deve-se observar, inicialmente, que a carta 47 não explora a totalidade das cartas pertinentes do atlas e, por outro lado, utiliza dados não cartografados no atlas. Decorrem daí certas discrepâncias que se revelam na comparação dessa carta analítica com nossa CARTA II, conforme apontamos a seguir.

⁶⁷ O valor dos símbolos usados nas cartas analíticas do EALMG está exposto na Introdução da obra (Ribeiro *et alii* 1977: 32).

ESBOÇO DE UM ATLAS
LINGÜÍSTICO DE
MINAS GERAIS

CARTA 47

ISÓGONA DO [ʃ]



[ˈkaɪt^a]
[osɪt^a]
[isˈkɛɪd^a]
[ˈaɪk^u]

- a) Várias localidades em que não acusamos a ocorrência de retroflexo figuram, na representação da carta 47, na área de transição (caso dos pontos 31, 32, 48, 49, 61, 63, 73, 74 e 81), ou na área de uso exclusivo do retroflexo (caso dos pontos 45 e 70). Isso pode ser explicado: por um lado, em grande parte desses pontos houve lacuna de dados nas cartas que analisamos, como já foi assinalado; por outro lado, essas lacunas devem ter sido supridas, na carta 47, por dados complementares, referentes a *carta, porta e esquerda*, que não estão disponíveis no EALMG em cartas específicas⁶⁸.
- b) Observe-se, também, que as localidades 25, 29, 44, 71, 72 e 87, que na carta 47 estão incluídas na área de uso exclusivo do retroflexo, apresentam, conforme os dados das cartas que examinamos, outras realizações em alternância com o retroflexo⁶⁹. Isso faz pensar que a instabilidade do retroflexo talvez alcance mais do que a área de transição retratada na carta 47. (Ainda a propósito dessa questão, não fica claro o critério que levou os Autores do EALMG a não registrarem alternância de variantes no ponto 44, uma vez que ela está atestada na carta 2 (*arco-iris*), e que *arco* foi uma das bases para a elaboração da carta 47.)

Apesar dessas observações, o que se constata é que, de um modo geral, tanto a carta 47 como a CARTA II mostram que a realização retroflexa se concentra na área próxima ao Estado de São Paulo, perdendo densidade à medida que avança para o interior de Minas. No todo, a zona de ocorrência do retroflexo (atestado em maior ou menor consistência)

⁶⁸ Seria desejável que os dados referentes a *carta, porta e esquerda* figurassem em cartas fonéticas específicas no EALMG, o que permitiria ao investigador que consulta o Atlas verificar a representação desses dados na carta analítica.

⁶⁹ As realizações a que nos referimos são as seguintes:

- localidade 25: vibrante velar em *orvalho* (carta 5);
- localidade 29: vibrante alveolar em *orvalho* (carta 5);
- localidade 44: vibrante velar em *arco-iris* (carta 2);
- localidade 71: vibrante velar em *mormaço* (carta 8);
- localidade 72: vibrante velar em *salto mortal* (carta 29);
- localidade 87: vibrante velar em *salto mortal* (carta 29).

constitui uma faixa de razoável largura que acompanha a fronteira paulista, e que não chega à metade do território mineiro.

1.2. A queda do /r/ em final de palavra

Conforme a descrição de Amadeu Amaral (1982:52), a queda do /r/ em final de palavra é uma das “leis mais rígidas (...) da fonética” do dialeto caipira e se verifica tanto em verbos como em nomes – nos verbos, de forma sistemática; nos nomes, com uma ressalva, a saber: o /r/ se conserva, “geralmente”, em alguns monossílabos acentuados (*dor, cor, (de) cor, par*) e no monossílabo átono *por*, e, “raras vezes, em palavras de mais de uma sílaba (*amor, suor*)”.

O Autor (Amaral 1920 / 1982: 52) trata como o mesmo caso “as palavras terminadas em *al, el, il...*” (como *mal, sol, jornal*), que “freqüentemente aparecem apocopadas”. Conforme sua explicação, ocorreria primeiramente o rotacismo e depois a apócope.

1.2.1. As cartas relevantes

Para verificar a apócope do /r/ em final de palavra em Minas Gerais, examinamos todas as cartas relevantes do EALMG, conforme relacionamos a seguir, identificando as formas consideradas: *chuva-de-flor* (carta 13); *temporal*, considerando o possível rotacismo (carta 14); *salto mortal*, considerando o possível rotacismo (carta 29); *pegador, brincar de esconder, brinquedo de esconder* (carta 35).

Carta 13: *chuva-de-flor*

Essa variante lexical é atestada em apenas 5 localidades (1B, 1C, 3, 4, 6), situadas do centro-oeste para o norte do Estado. Em 3 dessas ocorrências verifica-se a apócope do /r/ de *flor* (1B, 1C e 6), conservado, por outro lado, nos pontos 3 e 4, onde se realiza como vibrante alveolar.

Carta 14: temporal (possibilidade de rotacismo e apócope)

Essa variante lexical ocorre em 24 localidades, em sua maioria espalhadas pelo território mineiro (1, 1A, 1B, 2A, 5, 6, 7, 17, 36, 38, 39, 41, 44, 49, 69, 85), e 8 delas (6C, 65, 81, 90, 91, 92, 93, 100) constituindo discreta concentração a sudeste. A lateral final se realiza predominantemente como a semivogal [w], registrada em 21 localidades, ou como uma lateral velarizada [ɮ], atestada em 3 pontos mais ao norte (1B, 1C, 6)⁷⁰. Não se constata, portanto, nenhum caso de rotacismo nos dados (como já foi observado em 2.1.1.1.), nem tampouco de apagamento da consoante final.

Carta 29: salto mortal (possibilidade de rotacismo e apócope)

Essa variante lexical foi documentada em 16 localidades, 9 das quais se situam no sul do Estado (6A, 65, 72, 73, 79, 80, 87, 89, 95); duas, no Triângulo Mineiro (25, 28); duas, a oeste (2, 3); duas, no leste mineiro (23, 39); e uma, no centro-norte (10). Nas 16 ocorrências, registra-se, predominantemente, a vocalização do /r/, atestada em 10 localidades. Além dessa variante, ocorrem: em uma localidade, a lateral velarizada (V. nota 69); em outra, o rotacismo, realizado pelo retroflexo (caso já comentado em 1.1.1.); e, em

⁷⁰ Estamos interpretando como [ɮ] velarizado a lateral identificada no EALMG como retroflexa (Ribeiro *et alii* 1977: 35).

4 localidades, a apócope da consoante final da palavra. Os casos de apócope se verificam no Triângulo Mineiro (ponto 25), e no sul, em área próxima à fronteira leste paulista (pontos 72, 80, 87) – em sobreposição, portanto, a áreas características do retroflexo.

Carta 35: pegador, brincar de esconder, brinquedo de esconder

A variante lexical *pegador* foi documentada em 21 localidades (1A, 1B, 1C, 3A, 3B, 3C, 4A, 7, 8, 9, 16, 17, 18, 36, 39, 52, 53, 54, 56, 64, 66), do centro para o norte do Estado, registrando-se a apócope da consoante final em todas as ocorrências.

Brincar de esconder ocorreu em 4 localidades (17, 61, 68, 84), do centro para o sudeste do Estado – em todas as ocorrências há queda da consoante final nos dois infinitivos. *Brinquedo de esconder* foi atestado uma única vez (localidade 70, próxima à fronteira leste paulista), também com apócope do /r/ do infinitivo.

1.2.2. Comentário

Os dados analisados, embora pouco numerosos, revelam que, em termos de frequência, a apócope alcança índices bastante significativos, tendo sido atestada em:

100% das ocorrências de *brincar de esconder* e *brinquedo de esconder* (5/5),

100% das ocorrências de *pegador* (21/21),

60% das ocorrências de *chuva de flor* (3/5),

25% das ocorrências de *salto mortal* (4/16),

ainda que não tenha sido registrada em nenhuma ocorrência de *temporal* (0/24).

Podemos observar que a queda do /r/ em final de palavra: é sistemática nos verbos; é sistemática no nome *pegador*, que conta com três sílabas, e ocorre em menor índice em

(*chuva-de-flor*, monossílabo (- embora seja constituinte de um nome composto, tem autonomia fonológica⁷¹), em concordância com as constatações de Amaral no dialeto caipira. A apócope tem menor incidência em (*salto mortal*, que, por um lado, talvez não seja uma forma do uso cotidiano (estando por isso mais preservada da atuação de processos de redução do significante) e, por outro lado, envolve a concorrência de outro processo fonológico (vocalização da lateral), na verdade, bastante presente nos dados (62% das ocorrências). A última observação pode ser estendida a *temporal*, em cuja realização ocorre predominantemente a vocalização (87% dos casos), não se registrando nunca a apócope da consoante final. Os dados mostram, de qualquer modo, que a apócope é muito mais freqüente nas formas que terminam em /r/ que nos nomes que terminam em /l/.

Em termos geográficos, a apócope apresenta uma distribuição bastante ampla no território mineiro, ocorrendo em localidades situadas ao norte, no sul, no centro, a leste e a oeste, no Triângulo Mineiro, como se pode verificar na CARTA III, apresentada a seguir, em que assinalamos todas as localidades em que o processo é atestado, conforme os dados reunidos das cartas examinadas. Quanto às áreas em que não se constata a ocorrência da apócope, devemos observar que, em sua maior parte, correspondem a localidades em que acusamos lacuna de dados (pela ocorrência de variantes lexicais não pertinentes para a questão examinada)⁷²; não é o caso de 26 localidades, de distribuição variada (1, 2, 2A, 3, 4, 5, 6A, 10, 23, 28, 36, 41, 44, 49, 65, 69, 73, 79, 81, 85,

⁷¹ Cf. Câmara Jr. (1970: 60) sobre conflito entre “vocábulo formal” e “vocábulo fonológico”.

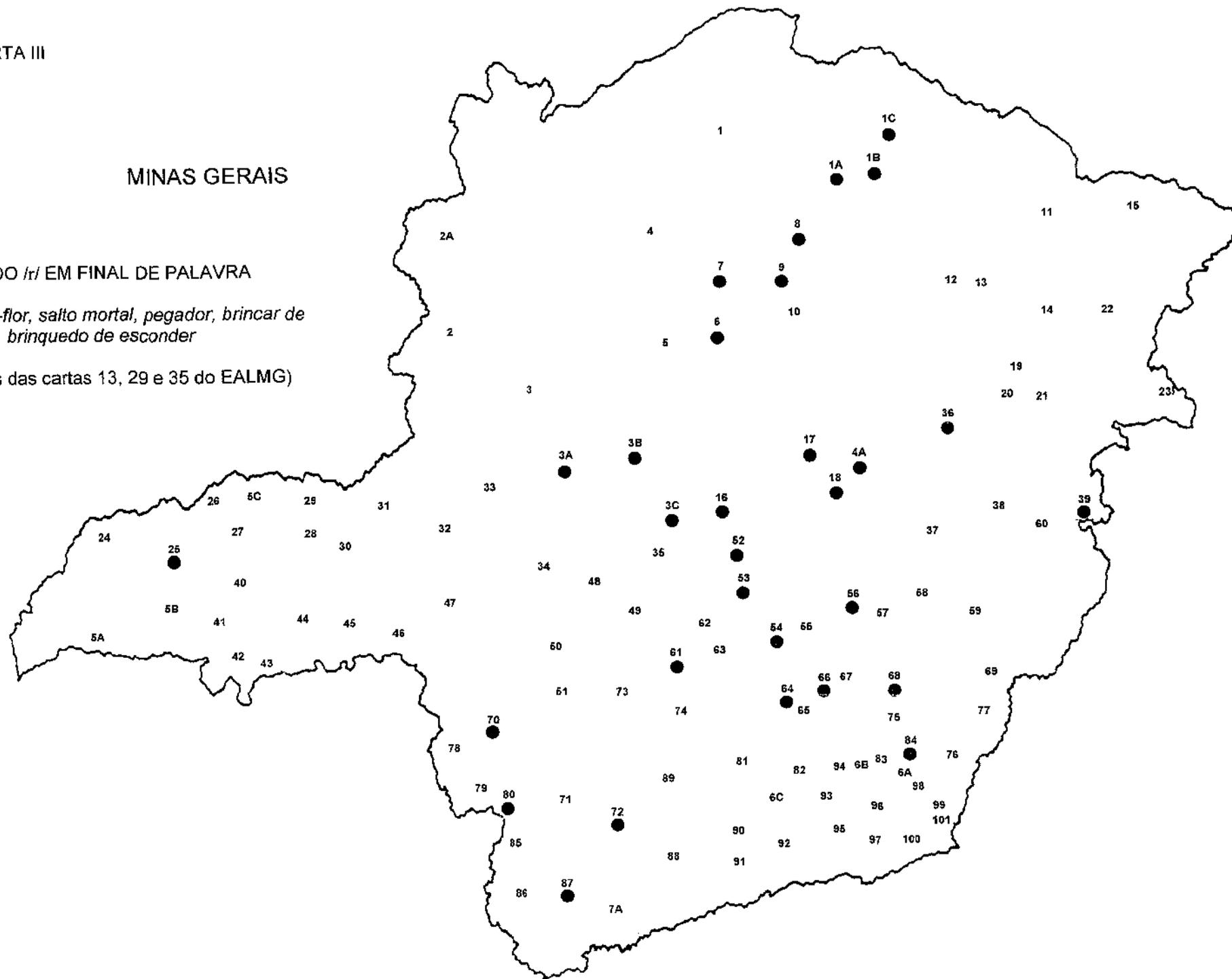
⁷² São 55 as localidades em que há lacuna de dados: 5A, 5B, 5C, 7A, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 55, 58, 59, 60, 62, 63, 67, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 86, 88, 94, 96, 97, 98, 99, 101.

MINAS GERAIS

QUEDA DO /r/ EM FINAL DE PALAVRA

chuva-de-flor, salto mortal, pegador, brincar de esconder, brinquedo de esconder

(cf. dados das cartas 13, 29 e 35 do EALMG)



89, 90, 92, 93, 95, 100), em que ocorreram realizações alternativas à apócope, o que se deu sobretudo com as formas *mortal* e *temporal*, já comentadas.

1.3. A troca de líquida - rotacismo

No dialeto caipira (Amaral 1920), são dois os contextos em que pode ocorrer o rotacismo (l > r, r): em encontro consonantal que precede a vogal da sílaba, e em posição pós-vocálica. Para verificar a ocorrência do primeiro caso em Minas Gerais, examinamos as seguintes cartas do EALMG: *neblina* (carta 11); *chuva-de-flor* (carta 13); *planeta* (carta 23).

Quanto à posição pós-vocálica, foram consideradas as três cartas relevantes: *temporal* (carta 14); *estrela dalva* (carta 26); *salto mortal* (carta 29).

1.3.1. Rotacismo no encontro consonantal

Carta 11: neblina

A forma *neblina* ocorre como variante lexical na carta 9 – *garoa* e na carta 10 – *cerração*, correspondendo, portanto, a dois referentes diferentes⁷³. Na primeira carta,

⁷³ Embora não conste do EALMG o questionário utilizado na pesquisa direta, as informações sobre o inquérito por correspondência incluem um exemplo de questionário em que ocorrem as perguntas relativas a esses referentes (Ribeiro *et alii* 1977: 72). Elas são reproduzidas a seguir.

“2. Uma chuva fininha, contínua, enjoada:

GAROA NEBLINA SERENO INVERNO CHUVISCO CHUVISQUEIRO NEVE JERERÉ NORUEGA

Outro:

(...)

5. Conforme o tempo, vez ou outra, principalmente ao amanhecer ou entardecer, a gente não consegue ver longe, porque, mesmo não estando chovendo, parece que uma nuvem encobre tudo. Que é isso?

CERRAÇÃO NEBLINA NEVOEIRO NÉVOA NEVE RUÇO FUMAÇA NORUEGA BRUSCO

Outro: ”

(O informante deveria assinalar o vocábulo usado em sua região.)

neblina concorre com outras 9 variantes – *garoa, sereno, inverno, chuvisco, jereré, molhobobo, corrubiana, noruega, chuva miúda* – e é registrada em 33 localidades (1A, 1B, 3C, 4A, 5, 6, 7, 9, 11, 14, 15, 22, 23, 24, 32, 36, 37, 38, 43, 52, 58, 64, 65, 82, 83, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 99, 101). Essas localidades configuram uma pequena concentração a sudeste e pontilham o centro e o nordeste do Estado; três delas se situam no Triângulo Mineiro.

Em referência a ‘cerração’ (carta 10), *neblina* concorre com outras 10 variantes – *cerração, nevoeiro, neve, fumaça, ruço, noruega, piracema, névoa, mormaço-da-terra, cerrado* – e é atestada em 53 localidades (2, 2A, 3, 3A, 3B, 3C, 5, 6A, 6C, 19, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 56, 61, 62, 63, 65, 70, 72, 73, 74, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 89, 92, 95).⁷⁴ Observando a localização desses pontos, constata-se que o uso se concentra no sul e no Triângulo Mineiro, atinge o centro do Estado e avança a noroeste; no nordeste registra-se em apenas duas localidades.

A carta 11, que apresenta as variantes fonéticas de *neblina*, reúne as ocorrências registradas nas cartas 9 e 10, e indica as realizações atestadas em 73 localidades⁷⁵.

Com a reunião dos dados de *neblina* das cartas 9 e 10, é possível observar a pronúncia do vocábulo em uma ampla área de Minas Gerais, já que as localidades em questão encontram-se espalhadas no território mineiro, ainda que apresentem uma concentração do centro para o sul.

A carta 11 registra 13 variantes fonéticas para *neblina*, sendo pontos de variação: a primeira consoante [n ~ l], a vogal pretônica [e ~ ε ~ i ~ o ~ u], a líquida do encontro consonantal [l ~ r], a vogal tônica (com ou sem nasalidade). O ponto que nos interessa é a

⁷⁴ Há localidades em que *neblina* foi documentada nos dois sentidos (3C, 5, 24, 32, 43, 65, 92, 95).

⁷⁵ Algumas ocorrências indicadas nas cartas lexicais 9 (pontos 3C, 91, 101) e 10 (pontos 2A, 3A, 3C, 6C, 21, 46) não têm o correspondente registro fonético na carta 11. (Uma possível explicação seria o descarte dos dados por condições desfavoráveis da gravação.) Por outro lado, as variantes fonéticas anotadas nos pontos 20, 66 e 75 não têm o correspondente registro como variante lexical nas cartas 9 e 10.

realização da líquida no encontro consonantal: nas diferentes variantes documentadas predomina a troca [l > r], atestada em 59 das 73 localidades (80%), sendo que em 4 dessas localidades há alternância *ne[br]ina* ~ *ne[bl]ina*. Ocorrência exclusiva de formas com [bl] foi documentada em 14 localidades (19%), que não constituem uma área contínua, mas se distribuem em pequenas ilhas por todo o Estado. As variantes com [br] são encontradas em praticamente toda a extensão do Estado, observando-se sua presença mais compacta do centro para o sul – é a área de concentração da variante lexical *neblina* tanto em referência a ‘garoa’ como a ‘cerração’. Como os registros fonéticos correspondem à realização de uma variante lexical, há lacuna de dados em algumas áreas (a noroeste e a leste, por exemplo), onde ocorrem outras variantes lexicais. Na CARTA IV, apresentada a seguir, é possível visualizar a distribuição espacial do rotacismo atestado em *neblina*, em contraponto com a ocorrência da lateral no encontro consonantal.

Carta 13: chuva-de-flor / chuva-de-flores

Chuva-de-flor(es) é uma das variantes lexicais usadas em Minas Gerais para ‘chuva de pedra’ (carta 12). Conforme os dados da carta fonética 13, essa variante só ocorre em 8 localidades (1B, 1C, 3, 4, 5, 6, 8, 10), situadas no norte e a noroeste do Estado⁷⁶. Em nenhuma das ocorrências se registra o rotacismo.

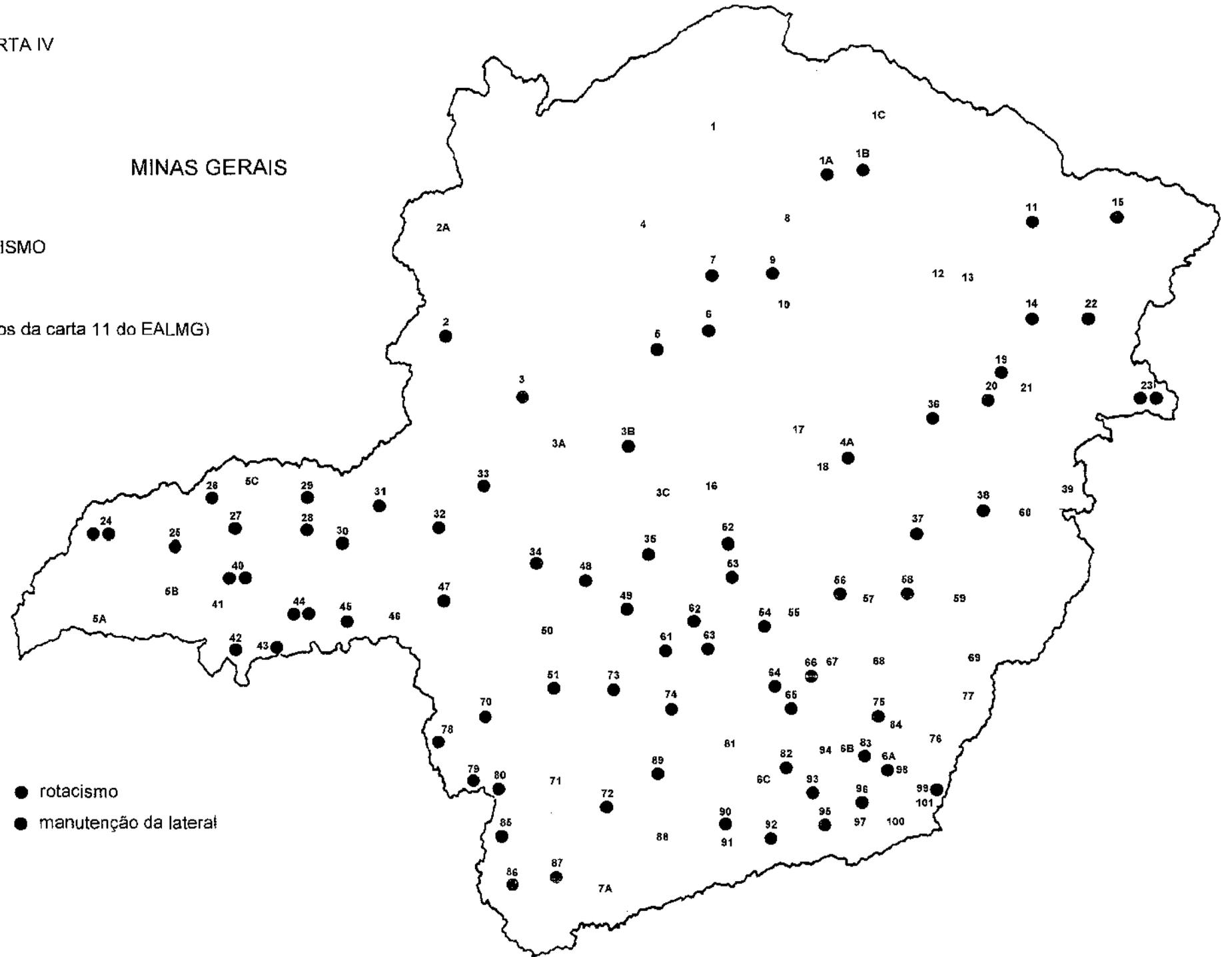
⁷⁶ A localidade 3, que figura com um dado na carta fonética 13, não tem o registro correspondente na carta lexical 12 (chuva de pedra). Por outro lado, a localidade 1A, que consta na carta lexical 12 com uma ocorrência de *chuva-de-flor*, não tem registro fonético na carta 13.

MINAS GERAIS

ROTACISMO

neblina

(cf. dados da carta 11 do EALMG)



Carta 23 - planeta

Planeta é uma das variantes lexicais atestadas em Minas em referência a ‘estrela cadente’ (carta 22). A carta 23 registra as realizações fonéticas dessa variante lexical, documentadas em 12 localidades (4A, 15, 19, 20, 23, 29, 31, 38, 39, 40, 51, 85)⁷⁷. Em 4 dessas localidades atestou-se o rotacismo: duas, situadas em áreas próximas a São Paulo – uma no Triângulo Mineiro (40) e uma no sul do Estado (51); e duas, no nordeste de Minas (19, 39).

1.3.2. O rotacismo em posição pós-vocálica

Carta 14 – temporal

A carta 14 registra as realizações fonéticas de *temporal*, uma variante lexical atestada em 24 localidades mineiras, em referência a ‘tempestade’. Em nenhum desses registros ocorreu o rotacismo.

Carta 26 – estrela dalva

Conforme a carta 26, *estrela dalva* foi atestada em 14 localidades (14, 25, 28, 40, 47, 52, 54, 56, 58, 65, 73, 76, 80, 90), que se distribuem no Triângulo Mineiro e no sul, avançando para o centro do Estado; apenas uma localidade se situa no nordeste mineiro. O rotacismo se registra somente em duas localidades: uma no sul, na fronteira com o leste paulista (ponto 80 – Muzambinho), onde ocorre a realização retroflexa [ɺ], e outra no centro-leste (localidade 58), onde ocorre a realização velar [R].

⁷⁷ Na carta 23 não consta, no ponto 32, registro fonético correspondente à variante lexical *planeta* indicada na carta 22.

Carta 29 – salto mortal

Salto mortal figura na carta 27 como uma das 7 variantes lexicais referentes a ‘cambalhota’. A designação é atestada em 15 localidades, das quais 9 se situam no sul de Minas (6A, 65, 72, 73, 79, 80, 87, 89, 95), duas no Triângulo Mineiro (25, 28), duas a oeste (2, 3) e duas no leste do Estado (23, 39). A carta 29 apresenta os registros fonéticos correspondentes a esses dados⁷⁸. Como em *salto mortal* há duas ocorrências de /l/ pós-vocálico – uma, em final de palavra e outra, em sílaba interna -, é conveniente observá-las separadamente. Conforme os dados da carta 29, predomina a vocalização do /l/ em final de palavra (*mortal*), registrando-se o rotacismo, nesse contexto, em uma única localidade, (79 – Guaxupé), na fronteira com o leste de São Paulo. No final de sílaba interna (*salto*), a vocalização também predomina (10 ocorrências), mas o rotacismo tem uma presença mais significativa que a observada no final de palavra⁷⁹, registrando-se em 5 localidades: 4 próximas a São Paulo - duas no sul, na fronteira com o leste paulista (79, 80), e duas no Triângulo Mineiro (25, 28) -; e uma no centro-norte (10).

1.3.3. Comentário

A primeira observação a ser feita é que, com exceção de *neblina* (carta 11), as variantes lexicais relevantes para o estudo do rotacismo têm ocorrência relativamente restrita (*chuva-de-flor* ocorre em 8 das 116 localidades do EALMG; *planeta*, em 12; *estrela dalva*, em 14; *salto mortal*, em 16; e *temporal*, em 24), o que prejudica a obtenção de dados comparáveis em toda a extensão do Estado. Uma atenuante, todavia, nos levou a

⁷⁸ Além das 15 ocorrências apontadas na carta 27, a carta fonética 29 inclui um registro na localidade 10, que não consta como variante lexical na carta 27.

⁷⁹ Talvez não seja apenas ou principalmente o contexto fonético (final de palavra) que preserve *mortal* do rotacismo, mas, como já foi observado, pesaria o fator lexical de se tratar de uma forma cujo uso pode não ser corriqueiro, o que favoreceria a manutenção do significante (cf. 1.2.2.).

utilizar esse material, ainda que não corresponda ao ideal desejado – é o fato de que *neblina* tem uma distribuição ampla, uma vez que ocorre em 73 localidades (62% do total), e, mais importante, localidades espalhadas em praticamente todo o território mineiro (cf. CARTA IV), complementando, assim, os dados das outras cartas.

Considerando o conjunto dos dados, pode-se afirmar que, de um modo geral, o rotacismo foi acusado em índices mais significativos no encontro consonantal que na posição pós-vocálica: foi atestado em 80% das ocorrências de *neblina* e em 33% das ocorrências de *planeta* (embora não tenha nenhum registro nas 8 ocorrências de *chuva-de-flor*); por outro lado, foi constatado em 31% das ocorrências de *salto (mortal)*, em 14% dos registros de *(estrela) dalva*, 6% das ocorrências de *(salto) mortal* e não ocorreu em nenhum dos 24 registros de *temporal*.

Para uma visão geral do alcance geográfico do rotacismo em Minas Gerais, reunimos os dados de todas as cartas examinadas. Eles estão representados na CARTA V, apresentada a seguir, em que assinalamos as localidades em que ocorreu rotacismo: - em encontro consonantal; - em final de sílaba interna; - em final de palavra.

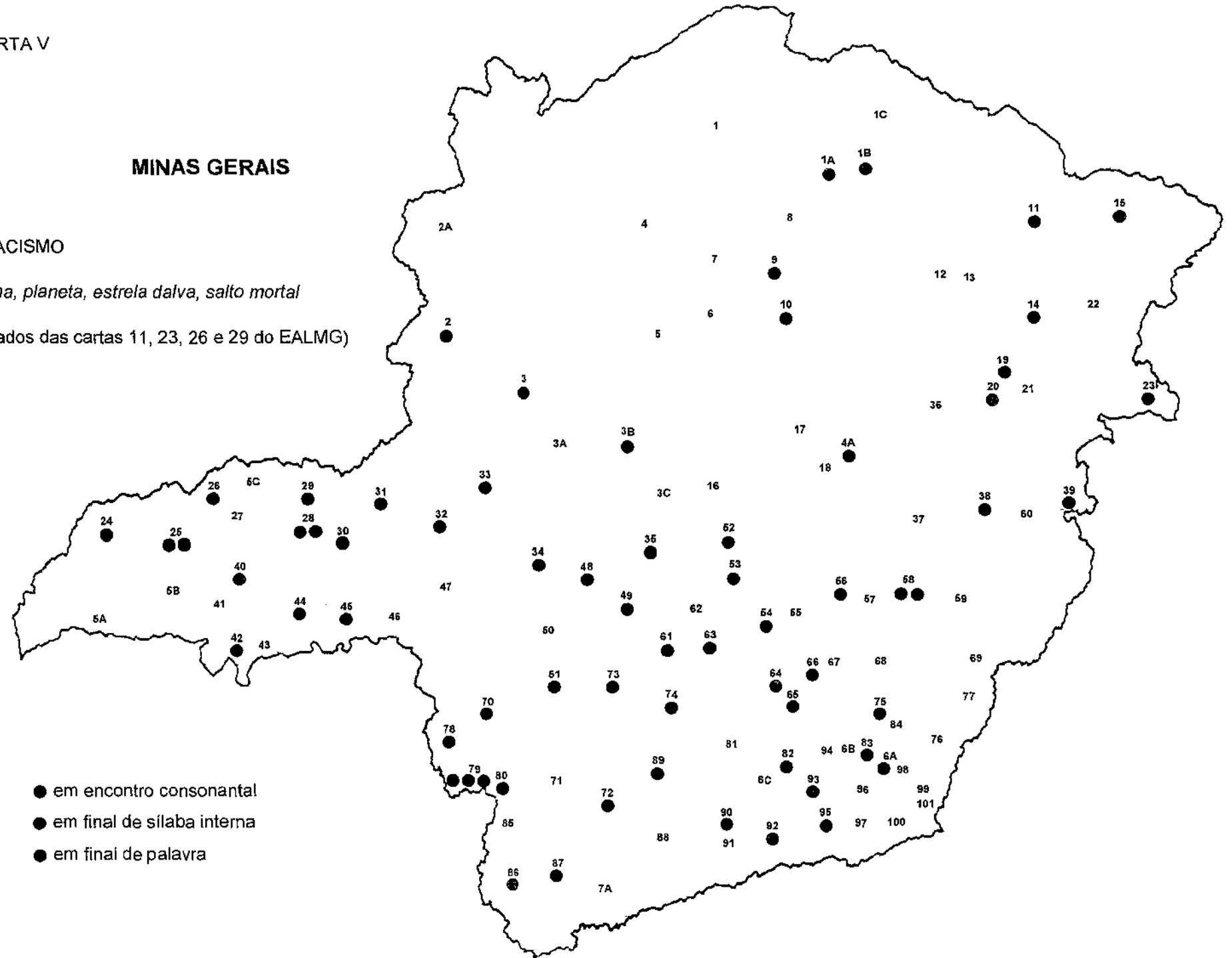
Como se pode verificar na carta, o rotacismo é registrado em praticamente todo o Estado. A área contínua a noroeste, em que ele não é documentado, corresponde em grande parte a localidades em que há lacuna de dados: em 1, 2A e 7, por exemplo, há uma única ocorrência de *temporal*, com vocalização da lateral, e lacuna de dados em todas as demais cartas pertinentes; em 4 e 1C, há uma única ocorrência de *chuva-de-flor*, com a realização da lateral, e lacuna de dados nas demais cartas relevantes. De modo semelhante, na área constituída pelas localidades 12, 13, 17, 18, 3C, 16, 36 e 37, há total falta de dados nas cartas examinadas, com exceção do ponto 17, em que se registra uma única ocorrência de

MINAS GERAIS

ROTACISMO

neblina, planeta, estrela dalva, salto mortal

(cf. dados das cartas 11, 23, 26 e 29 do EALMG)



- em encontro consonantal
- em final de sílaba interna
- em final de palavra

temporal, com vocalização da lateral. Uma outra área contínua em que não se documenta o rotacismo é constituída pelos pontos 59, 60, 67, 68, 69, 76, 77, 84, 96, 97, 98, 99, 100, 101. Na maioria dessas localidades há total falta de dados pertinentes nas cartas examinadas, constituindo exceção os pontos 69 e 100, em que se registrou uma única ocorrência de *temporal*, com vocalização da lateral; 76, em que houve uma ocorrência de (*estrela*) *dalva*, com vocalização da lateral; e 96 e 99, em que se documentou uma realização de *neblina* com a lateral.

1.4. A iotização da lateral palatal

A lateral palatal, conforme Amadeu Amaral (1920 / 1982: 48, 53), “não existe no dialeto” caipira – “vocaliza-se em *i*”.

1.4.1. Cartas relevantes

No EALMG há somente duas cartas relevantes para verificarmos a iotização da lateral palatal em Minas Gerais: *arco-da-velha* (carta 3), e *orvalho* (carta 5).

Carta 3: arco-da-velha

A carta 3 registra a realização fonética de *arco-da-velha* em 57 localidades mineiras (duas das quais - 61 e 98 – não figuram na carta lexical (1) correspondente). Esses dados, que representamos na CARTA VI, exposta a seguir, mostram a alternância de três variantes na realização do /*ʎ*/: a lateral palatal [ʎ], que ocorre em 31 localidades; a semivogal [j], atestada em 24 pontos; e a seqüência lateral alveolar + semivogal [lj], registrada em duas localidades.

Como se pode observar na CARTA VI, a ocorrência da iotização da lateral palatal não é predominante e tem distribuição bastante variada – é atestada tanto a oeste quanto a leste, no norte e no sul, apresentando discreta concentração no extremo oeste (Triângulo Mineiro) e a sudeste. Não tem presença significativa no eixo central de Minas, área em que, por um lado, a realização lateral palatal [ʎ] ocorre de forma mais consistente, e, por outro lado, há um número importante de localidades com lacuna de dados.

Carta 5: orvalho

Na carta 5 do EALMG, temos o registro da realização fonética de *orvalho* em 78 localidades mineiras (nesse número se incluindo os pontos 36, 42, 55 e 73, que não constam na carta lexical (4) correspondente).

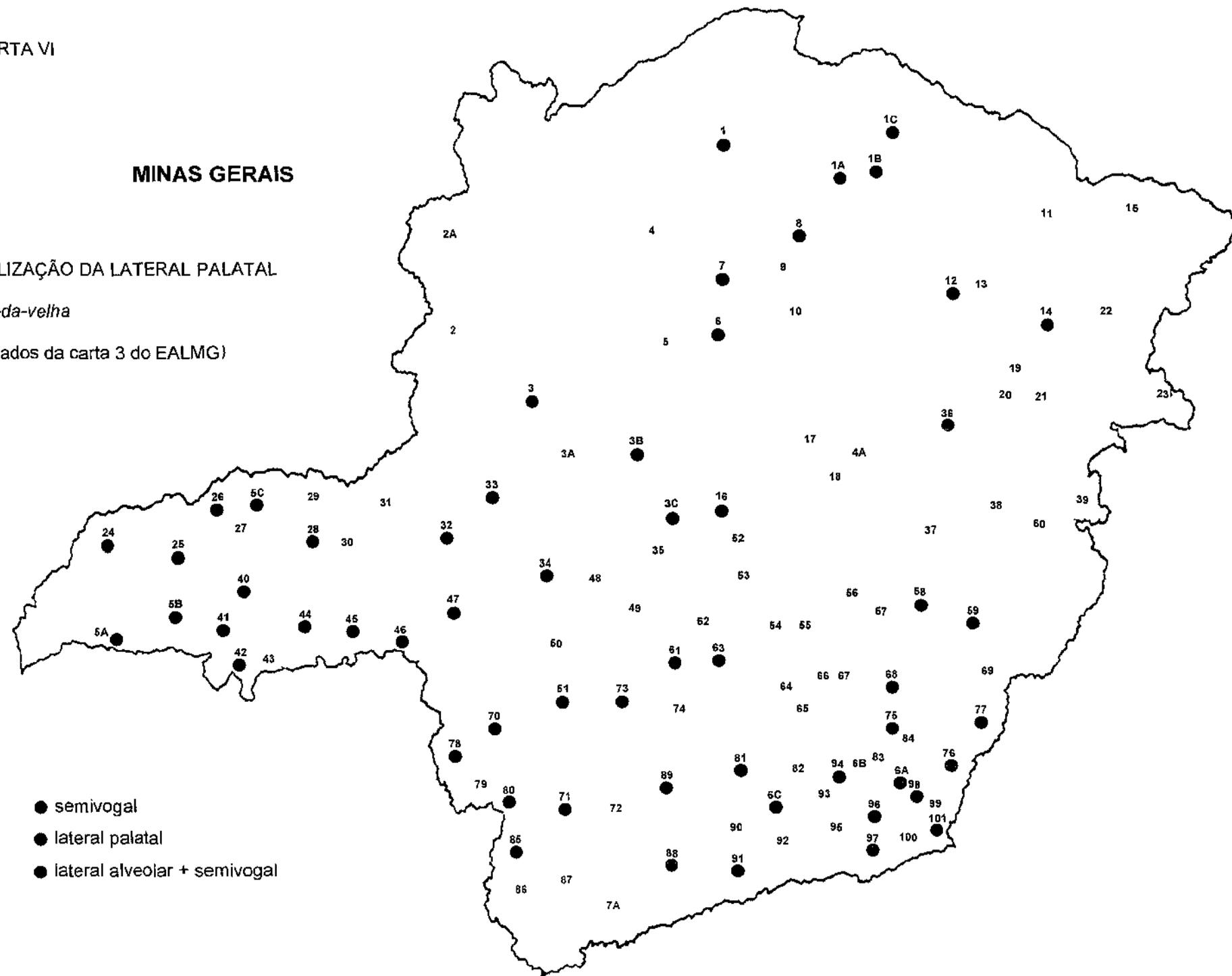
Como nos dados da carta 3, também aqui alternam a lateral palatal [ʎ], a semivogal [j] e a seqüência lateral alveolar + semivogal [lj] na realização do /ʎ/. A variante

MINAS GERAIS

REALIZAÇÃO DA LATERAL PALATAL

arco-da-velha

(cf. dados da carta 3 do EALMG)



predominante, atestada em 54 localidades, é a seqüência [lj], que ocorre em praticamente todo o Estado, apresentando-se de modo mais maciço na metade inferior do território mineiro. Segue-se, em índice de ocorrência, a variante [ʎ], registrada em 15 pontos, situados sobretudo na metade superior do Estado. A iotização da lateral palatal ocorre em índice pouco expressivo, sendo registrada em 10 localidades – uma no Triângulo Mineiro, três para o norte, e as demais espalhadas do centro para o leste do Estado, sem constituir, propriamente, uma área de concentração.

1.4.2. Comentário

Conforme os dados analisados, em termos de freqüência, a iotização da lateral palatal em Minas Gerais não é predominante em relação às outras variantes atestadas – [ʎ] é a realização mais freqüente nos dados referentes a *(arco-da-)velha*, e a seqüência [lj] predomina nas ocorrências de *orvalho*.

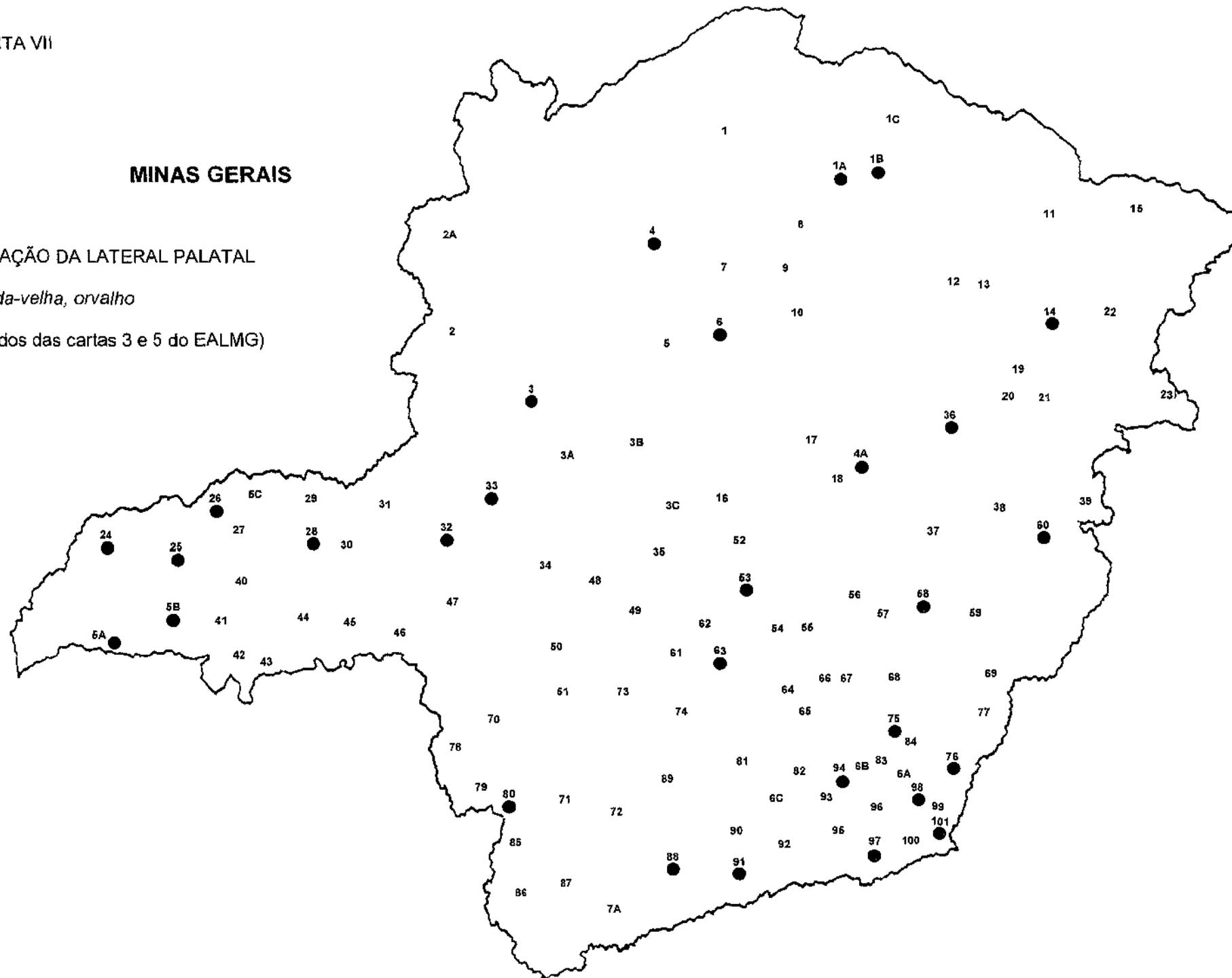
Para uma visualização da ocorrência da iotização em termos diatópicos, reunimos, na CARTA VII, apresentada a seguir, os dados pertinentes das cartas 3 e 5. Na carta que elaboramos, estão indicadas as localidades em que a lateral palatal foi realizada como semivogal [j] em *(arco-da-)velha* e/ou em *orvalho*. Como se pode observar, essa variante alcança pontos variados do território mineiro, sem definir grandes áreas de concentração. (Deve-se acrescentar que há lacunas de dados em várias localidades situadas nas áreas em que a variante não é atestada - é o caso dos pontos 2, 2A, 15, 20, 21, 35, 39, 48, 49, 50, 54, 56, 62, 64, 65, 67, 86, 87, 92, 95, 99.)

MINAS GERAIS

IOTIZAÇÃO DA LATERAL PALATAL

arco-da-velha, orvalho

(cf. dados das cartas 3 e 5 do EALMG)



1.5. Redução de proparoxítona a paroxítona

Amaral (1920 / 1982: 49, 53) identifica, no falante caipira, a tendência a tornar paroxítono o vocábulo proparoxítono, pela supressão da vogal da penúltima sílaba ou mesmo da sílaba toda. (Note-se que essa explicação geral não seria suficiente para dar conta de exemplos como *esp(i)rito*, *ridíc(ul)o*, mencionados pelo Autor.)

1.5.1. Cartas relevantes

O EALMG traz duas cartas relevantes para verificarmos a redução de proparoxítonas a paroxítonas em Minas Gerais: *relâmpago* (carta 19), e *búrica* (carta 33).

Carta 19: relâmpago

Relâmpago é uma variante lexical de uso bastante difundido em Minas Gerais, atestada, conforme os dados da carta lexical 18, em 101 das 116 localidades focalizadas no EALMG. (Para o mesmo referente são também documentadas, no território mineiro, *corisco*, em 22 localidades, *raio*, em 11 pontos e *faisca*, em 8 pontos.)

A carta fonética 19 registra a pronúncia de *relâmpago* em 103 localidades (duas das quais – 6A e 75 – não têm o registro da correspondente variante lexical na carta 18). A realização proparoxítona é atestada em 69 dessas localidades e se efetiva através de variantes que apresentam grande diversidade nas sílabas finais da palavra: *relâm[pagu]*, *relâm[pigu]*, *relâm[padu]*, *relâm[pidu]*, *relâm[pitu]*, *relâm[padzi]*, *relâm[page]*⁸⁰.

⁸⁰ Lembramos que os símbolos adotados no EALMG não coincidem totalmente com os que estamos utilizando.

A realização paroxítona, por sua vez, foi documentada em 35 localidades⁸¹, e também se concretiza através de variantes em que se observa diversidade na sílaba final da palavra: *relâm[pu]*, *relâm[ɸju]*, *relâm[pi]*. A redução da proparoxítona se faz pela síncope da vogal da penúltima sílaba e da consoante seguinte (caso não previsto por Amaral)

Numericamente, as variantes proparoxítonas predominam sobre as paroxítonas (ocorrem em 66% das 103 localidades, e as paroxítonas em 33%), mas em termos de distribuição geográfica as duas realizações se misturam bastante, sendo atestada a presença de ambas nas diversas regiões do Estado.

Carta 33: búrica

Diferentemente do caso anterior, *búrica* é uma variante lexical de pouca presença em Minas Gerais: conforme a carta lexical 32, a variante ocorre em 12 localidades mineiras, enquanto *bolinha-de-gude*, por exemplo, é atestada em 73 pontos, *bilosca*, em 39, e *bolinha-de-vidro*, em 27.

A carta fonética 33 apresenta as realizações de *búrica* referentes a 12 localidades (duas delas - 79 e 90 – não têm o registro da correspondente variante lexical na carta 32; por outro lado, a variante lexical *búrica* de duas localidades - 2A e 37 -, registrada na carta 32, não tem a correspondente representação fonética na carta 33). Essas 12 localidades estão distribuídas a leste do Estado, com exceção do ponto 79, que se situa na fronteira com o leste paulista.

Nas ocorrências de *búrica* predomina a realização paroxítona, registrada em 8 das 12 localidades, enquanto a realização proparoxítona ocorre em 4 localidades. As variantes

⁸¹ Em uma dessas localidades coexistem a realização paroxítona e a proparoxítona.

paroxítonas apresentam notável diversidade na realização das sílabas finais da forma original *búrica*: bú[ʀka], bú[ʔka], bú[ra], bú[ru], bú[la]. Na redução da proparoxítona, observa-se a síncope da vogal da penúltima sílaba, sistematicamente, e, em algumas variantes, também o apagamento da consoante da sílaba final e/ou a realização do tepe original [r] como outra líquida: [R] vibrante velar, [l] lateral alveolar ou [ʔ] lateral velarizada⁸².

Em termos geográficos, a realização paroxítona se distribui pela limitada área de ocorrência da variante lexical em questão.

1.5.2. Comentário

Embora *búrica* tenha presença restrita no território mineiro, tanto em número de ocorrências como em distribuição geográfica, *relâmpago* tem presença notável e distribuição ampla. Assim, a escassez de dados pertinentes da carta 33 (*búrica*) é contrabalançada pelo volume de dados da carta 19 (*relâmpago*), o que nos levou a utilizar esse material para estudar a redução da proparoxítona em Minas Gerais.

Considerando-se o conjunto de dados das cartas 19 e 33, a realização paroxítona, em termos gerais, não predomina sobre a proparoxítona. Em termos geográficos, as variantes paroxítonas se distribuem pelas várias regiões do Estado, sem nítidas áreas de concentração, como se pode verificar na CARTA VIII, apresentada a seguir, em que assinalamos as localidades em que se documenta a realização paroxítona para *relâmpago* e/ou *búrica*. (É sempre importante lembrar que parte das áreas em que não ocorrem as

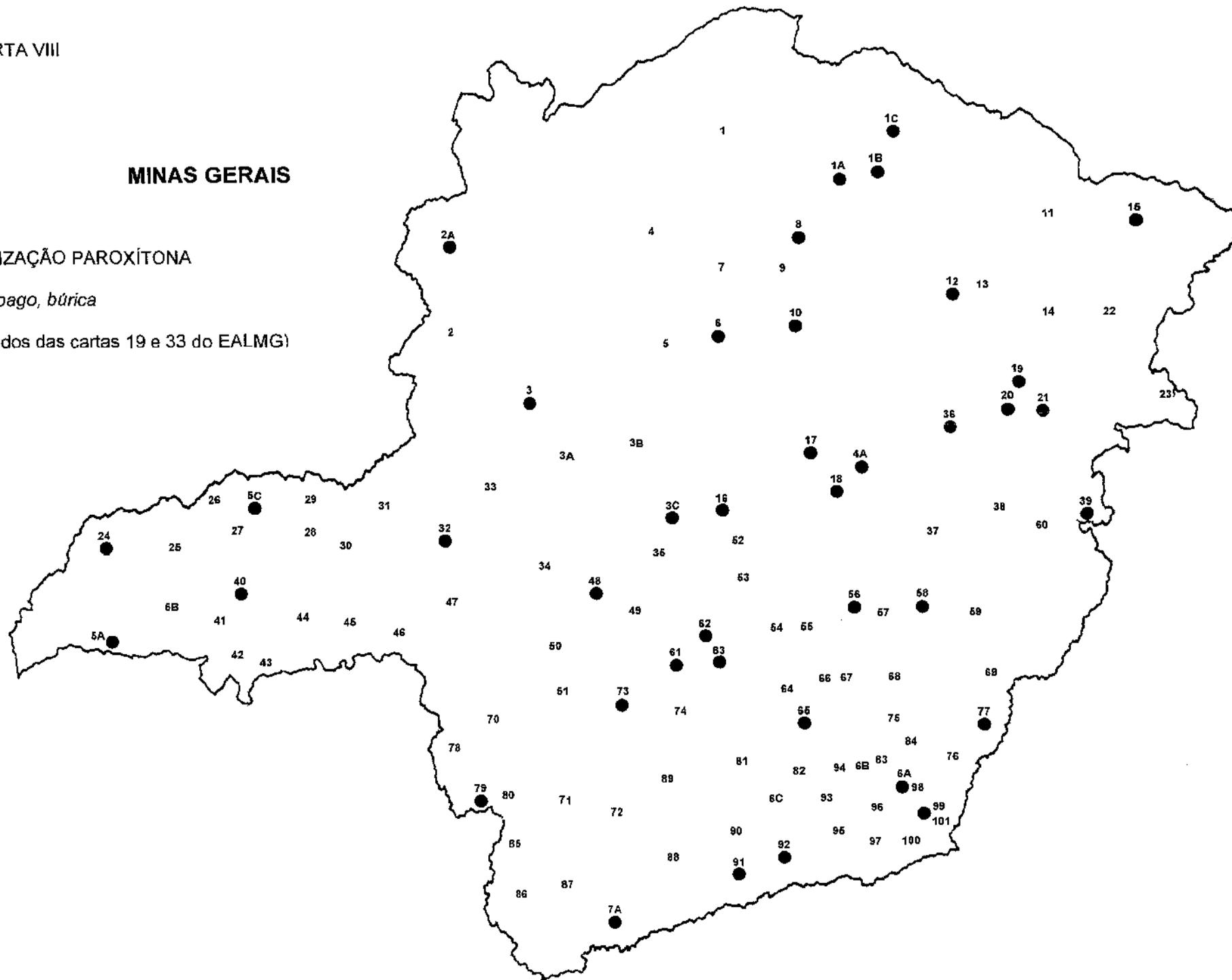
⁸² Estamos interpretando assim a lateral descrita no EALMG como retroflexa (Ribeiro *et alii* 1977: 35).

MINAS GERAIS

REALIZAÇÃO PAROXÍTONA

relâmpago, búrica

(cf. dados das cartas 19 e 33 do EALMG)



variantes paroxítonas corresponde às 13 localidades - 2, 3A, 3B, 26, 29, 33, 35, 41, 55, 80, 81, 86, 94 - em que há lacuna de dados.)

1.6. Conclusão

Tendo rastreado nos materiais do EALMG as cinco variantes fonéticas selecionadas para nosso estudo, podemos, resumidamente, apontar as seguintes conclusões:

- 1) Em Minas Gerais, o retroflexo, só atestado em coda silábica, ocorre exclusivamente em uma larga faixa que cruza o Estado de oeste (Triângulo Mineiro) a sudeste, acompanhando toda a extensão da fronteira paulista. Em largura, essa faixa não alcança a metade do território mineiro. (Cf. CARTA II e carta 47 do EALMG, já apresentadas.) Na região assim definida, a realização retroflexa apresenta uma nítida concentração nas áreas mais próximas à fronteira paulista, perdendo densidade (em termos de distribuição geográfica e em termos de alternância com outras variantes) à medida que avança para o interior de Minas.

É importante destacar, aqui, a contigüidade (que faz supor continuidade lingüística) entre o território paulista e a área de domínio do retroflexo em Minas Gerais, e também o fato de que a direção do movimento concentração / rarefação do retroflexo aponta São Paulo como local de procedência da variante, na medida em que a franja da área de um determinado uso se opõe ao foco irradiador desse uso.

- 2) As demais variantes consideradas – apagamento do /r/ final de palavra; rotacismo (l > r, r); iotização da lateral palatal; e redução da proparoxítona – não apresentam distribuição semelhante. De inegável presença em Minas Gerais, em maior ou menor

grau, todas elas acusam uma distribuição mais geral, que não sugere nem autoriza a delimitação de áreas exclusivas de ocorrência, vale dizer, de isoglossas, no interior do território mineiro, como se explicita a seguir.

- a) A apócope do /r/ final de palavra, conforme os dados analisados, foi sistemática no infinitivo (*brincar de esconder; brinquedo de esconder*) e em *pegador* (trissílabo), indicando a relevância do processo nesses contextos. (Em nome monossilábico o índice de ocorrência da apócope cai, como descreve Amaral (1920 / 1982: 52), e mais ainda em palavras com /l/ final, tratadas pelo Autor como o mesmo caso de apagamento, considerando a ocorrência preliminar de rotacismo.) Em termos geográficos (cf. CARTA III – 1.2.2.), o apagamento do /r/ final se verifica tanto no centro de Minas como em pontos periféricos – as áreas em que não se registra a variante correspondem, em sua maior parte, a localidades em que se acusou lacuna de dados.
- b) O rotacismo (l > r, r), ocorrendo em maior índice no encontro consonantal que na coda silábica, foi atestado em praticamente todo o território mineiro (cf. CARTAS IV e V, 1.3.1. e 1.3.3., respectivamente) - em grande parte das áreas em que não foi registrado, acusamos lacuna de dados.
- c) A iotização da lateral palatal, que seria sistemática no dialeto caipira conforme Amaral (1920 / 1982: 48), não ocorre de forma predominante em Minas Gerais, alternando com as realizações [ʎ] e [lj]. Embora não seja muito numerosa, a variante em questão [j] se distribui pelas diversas regiões do território mineiro, sem constituir grandes áreas de concentração (cf. CARTA VII, 1.4.2.). Deve-se lembrar que há lacuna de dados em numerosas localidades em que a realização não foi registrada, sobretudo na área central do Estado.

d) De modo semelhante, a redução da proparoxítona, apontada por Amaral (1920 / 1982: 49) como uma tendência no dialeto caipira, embora não mostre uma ocorrência maciça em Minas Gerais, tem presença significativa, sendo atestada em 40 localidades, distribuídas pelas diversas regiões do Estado (cf. CARTA VIII, 1.5.2.).

Assim, por um lado, as constatações referentes ao retroflexo em Minas Gerais apontam a penetração do falar paulista e a permanência dessa sua característica em determinada área do território mineiro. Por outro lado, o comportamento das outras variantes fonéticas estudadas, cuja ocorrência não se restringe à área de incidência do retroflexo, não indica uma procedência única para tais variantes – elas seriam, antes, partilhadas pelo português popular de outras áreas, na medida em que se encontram disseminadas por todo o território mineiro.

2. NÍVEL LEXICAL

O EALMG apresenta 21 cartas lexicais, relativas a referentes que pertencem a dois campos semânticos: **tempo** (atmosférico) e **folgedos infantis de rua**.⁸³ Dada a limitação própria dos atlas lingüísticos, o conjunto de itens lexicais reunido no EALMG é restrito. Por outro lado, o alentado léxico colhido por Amadeu Amaral (1920), coletado por metodologia diferente, não converge particularmente para os campos semânticos privilegiados no atlas mineiro. Disso resulta uma grande dificuldade em encontrar dados comparáveis nos dois *corpora*, limitando, assim, nossas possibilidades de rastrear no

⁸³ As cartas lexicais do EALMG são: *arco-íris* (carta 1); *orvalho* (4); *mormaço* (7); *garoa* (9); *cerração* (10); *chuva-de-pedra* (12); *trovão* (15); *relâmpago* (18); *tromba-d'água* (21); *estrela cadente* (22); *ante-ontem* (24); *cambalhota* (27); *bolinha-de-gude* (30); *búrca* (32); *pique* (34); *chicotinho-queimado*; *cabra-cega* (38); *porrinha* (39); *pular carniça* (40); *papagaio* (41); *atiradeira* (43).

EALMG itens lexicais elencados por Amaral. Examinadas todas as cartas lexicais do atlas, o resultado não foi muito animador – somente em 5 das 21 cartas acusamos a presença de variantes que também integram o léxico reunido por Amaral (1920). Esses casos são tratados a seguir.

2.1. Cartas relevantes

Carta 1: arco-íris

O EALMG registra, em território mineiro, 9 variantes lexicais para o referente ‘arco-íris’: *arco-íris* (em 92 localidades), *arco-da-velha* (55 localidades), *rabo-de-galo* (5 localidades), *arco-da-aliança* (3 localidades), *arco-de-sol* (3 localidades), e 4 formas – *mãe-d’água*, *olho-de-boi*, *rabo-de-pavão* e *navio* – que tiveram uma única ocorrência. Uma dessas variantes, *arco-da-velha*, consta do léxico reunido por Amaral (1920 / 1982: 90), aí figurando como *arco-da-véia*, conforme a pronúncia característica do dialeto, assim representada pelo Autor. É de interesse, portanto, verificar se a distribuição dessa variante em Minas sugere, de algum modo, ter sido a forma introduzida a partir de São Paulo.

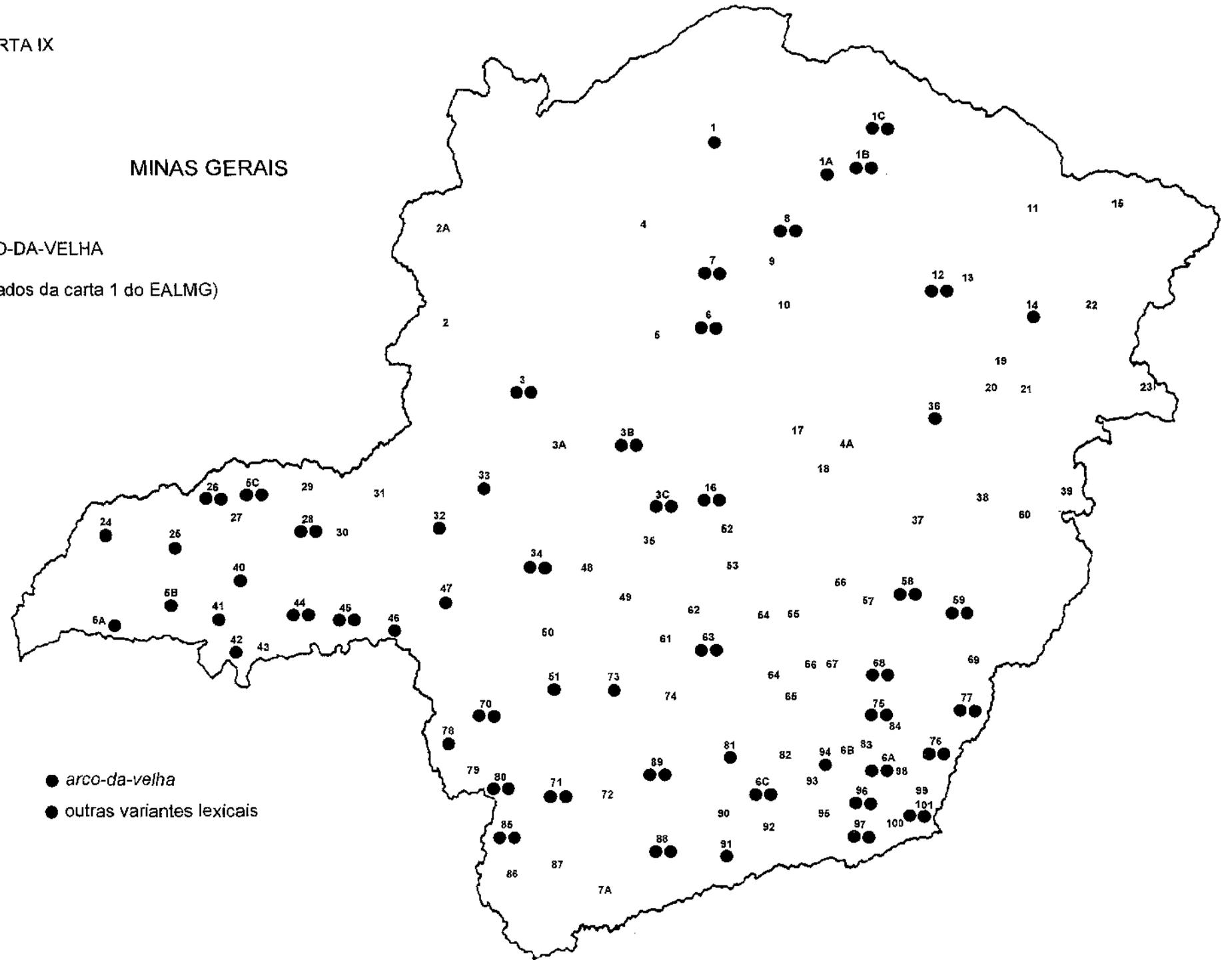
Conforme os dados da carta 1, *arco-da-velha* tem uma ocorrência significativa em Minas Gerais, tendo sido atestada em 55 (47%) das localidades focalizadas no EALMG, como já foi mencionado. Em termos geográficos, a variante apresenta uma distribuição bastante ampla, que se mostra mais densa no Triângulo Mineiro e, em continuidade, no sul e no sudeste; e se mostra mais rarefeita à medida que avança pelo território mineiro, passando pelo centro, em direção ao norte e ao nordeste. Veja-se, a propósito, a CARTA IX, apresentada a seguir, em que assinalamos as localidades em que a variante ocorre. Deve-se mencionar que *arco-da-velha* só ocorre como forma exclusiva em 21 localidades;

CARTA IX

MINAS GERAIS

ARCO-DA-VELHA

(cf. dados da carta 1 do EALMG)



nos outros 34 pontos a variante concorre com outras denominações: com *arco-íris*, sobretudo (em 32 pontos), e/ou com *arco-da-aliança* (em 3 pontos), *arco-do-sol* (em 2 localidades), *rabo-de-galo* (em 1 localidade). Na CARTA IX é possível identificar as localidades em que *arco-da-velha* ocorre com exclusividade – elas se situam sobretudo na área em que a distribuição da variante lexical é mais densa, podendo-se notar, inclusive, certa concentração dessas localidades na região do Triângulo Mineiro.

Essa distribuição pode sugerir que a forma *arco-da-velha* teria se introduzido no território mineiro a partir de São Paulo ou, pelo menos, que essa variante teria um uso mais consistente em áreas próximas ao Estado paulista. A segunda hipótese parece mais provável, visto que *arco-da-velha* é também amplamente atestada na Bahia, conforme a carta 4 do *Atlas prévio dos falares baianos* – APFB (Rossi 1963); e ainda em Sergipe, conforme dados da carta 4 do atlas lingüístico desse Estado (Ferreira *et alii* 1987), evidências de que a variante não se restringe ao dialeto caipira, mas teria um uso mais amplo no território nacional. Houaiss e Villar (2001) registram a forma como variante *informal* de *arco-íris* (destacamos), sem nenhuma indicação de regionalismo; também Ferreira (1975) não a identifica como regionalismo, reconhecendo-a como uma variante popular – esses registros (com a ressalva de que os lexicógrafos nem sempre se valem dos estudos dialetológicos) endossam a idéia de que a variante teria um uso mais geral no Brasil. Permanece, todavia, a hipótese de que a influência paulista teria favorecido um uso mais consistente da variante em áreas do território mineiro mais próximas do Estado de São Paulo.

Carta 18 – relâmpago

A carta 18 do EALMG registra 4 variantes lexicais para o referente ‘relâmpago’: *relâmpago* (em 101 localidades), *corisco* (em 22 localidades), *raio* (em 11 pontos) e *faisca* (em 9 pontos). A primeira variante consta do léxico levantado por Amaral (1920 / 1982: 175) – *relampo*, conforme a pronúncia caipira, assim representada pelo Autor. Amaral observa que se trata de forma popular, registrada tanto no Brasil como em Portugal (cf. verbete *relampeá(r)*, Amaral (1920 / 1982: 175), indicando que a variante não se restringe ao dialeto caipira. Os dados do EALMG confirmam essa indicação: *relâmpago* é a variante lexical de maior ocorrência em Minas, com ampla distribuição – é atestada em 87% das localidades, alcançando praticamente todo o Estado.

Cartas 24 e 25 – ante-ontem

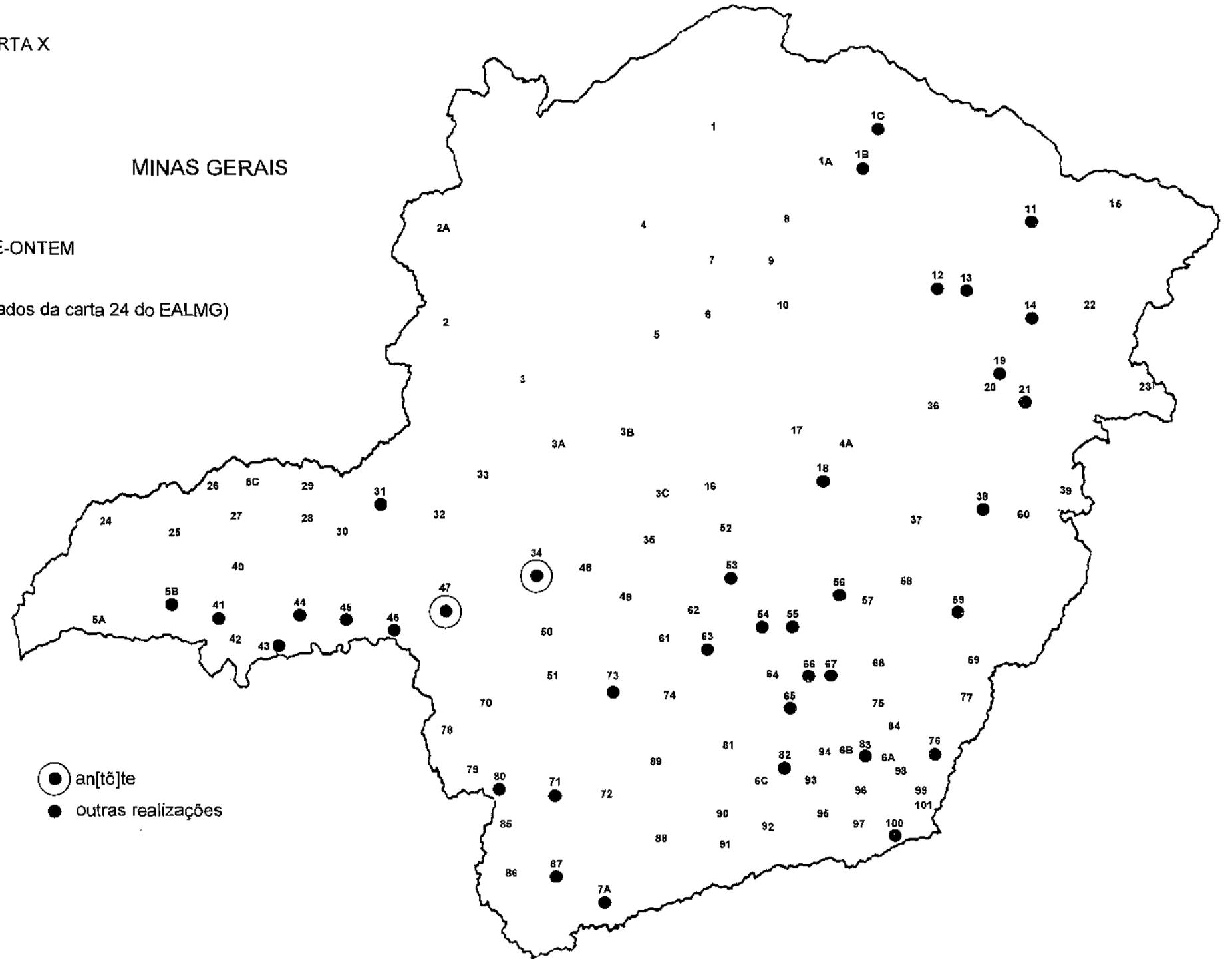
A carta 24 registra, em Minas Gerais, 3 variantes lexicais para o referente em questão: *antes-de-ontem* (em 62 localidades), *ante-ontem* (37 localidades) e *ontem-ontem* (6 localidades). Amaral (1920 / 1982:88) registra *antonte* como correspondente à forma *ante-ontem*, chamando, assim, a atenção para a pronúncia diferenciada do falar caipira. A carta 24, exclusivamente lexical, não registra a variação na pronúncia; indica-nos, simplesmente, as 37 localidades em que a variante lexical *ante-ontem* é atestada. Essas localidades, que assinalamos na CARTA X, apresentada a seguir, ocupam grande parte de Minas: situam-se no Triângulo Mineiro, junto à fronteira com São Paulo; um pouco ao sul,

CARTA X

MINAS GERAIS

ANTE-ONTEM

(cf. dados da carta 24 do EALMG)



- an[tô]te
- outras realizações

também em área próxima a São Paulo; e se distribuem, ainda, em larga faixa ao leste do território mineiro até o norte do Estado. Já a carta 25 do atlas registra as realizações fonéticas correspondentes às variantes lexicais da carta 24.⁸⁴ No que se refere a *ante-ontem*, apenas duas localidades (também assinaladas em nossa CARTA X) apresentam uma pronúncia próxima à apontada por Amaral, *an[tõ]te*.

Embora a variante lexical *ante-ontem* tenha uma distribuição relativamente ampla em Minas Gerais, que não autoriza associá-la estritamente à influência paulista, não deixa de ser significativo que a variante seja documentada em localidades próximas à fronteira com São Paulo, como é significativo que as únicas ocorrências de pronúncia semelhante à caipira também sejam atestadas em área não distante do território paulista.

Carta 27 – cambalhota

Conforme dados da carta 27, foram documentadas em Minas Gerais 7 variantes lexicais para o referente ‘cambalhota’: *cambota* (59 ocorrências), *cambalhota* (40 ocorrências), *salto mortal* (15), *carambota* (4), *pirueta* (4), *escambota* (3) e *camarote* (1). Em Amaral (1920 / 1982: 107) encontramos o registro de *cambote* (*virá(r) cambote*) com o significado em questão – “brinquedo que consiste em pôr a cabeça no chão e virar o corpo até que os pés toquem o solo”. *Cambota* figura no léxico coletado por Amaral (1920 / 1982: 107) com outro sentido: “cada uma das duas peças, em figura de segmento de círculo, que, com o meão, formam a roda do carro de bois”. Duarte (1976: 97) faz um reparo a Amaral por *cambota* figurar em seu léxico “só com o sentido da peça da roda do

⁸⁴ Para algumas localidades (1B, 5B, 12, 21, 38, 53, 54) não consta, na carta 25, o registro da realização fonética correspondente à variante lexical *ante-ontem* indicada na carta 24.

carro de bois, sem o sentido de salto com as mãos no chão”, sendo esse sentido aí registrado apenas para *cambote*, “menos usado que *cambota*”.

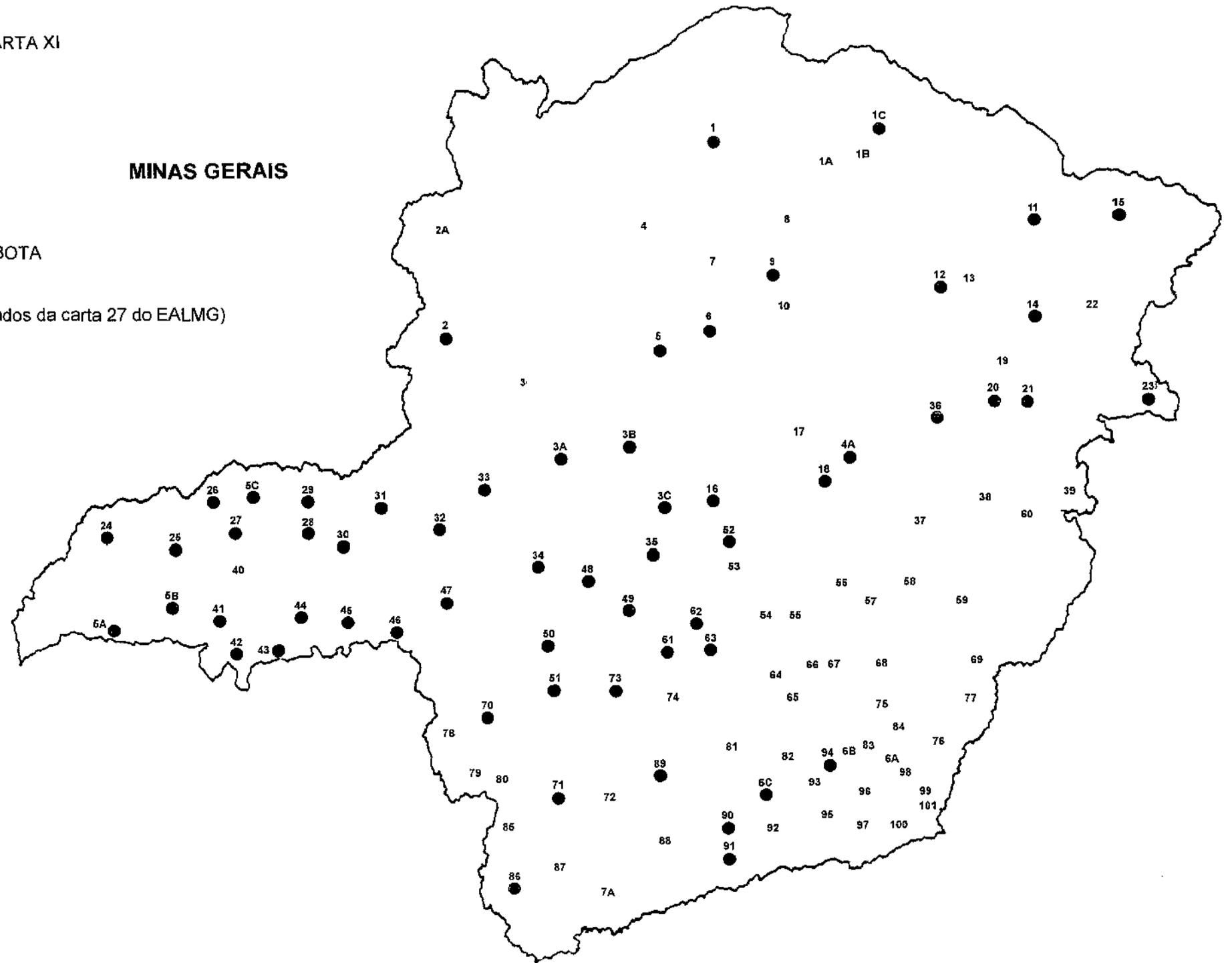
Tendo em vista essas considerações, parece de interesse observar a distribuição de *cambota* em Minas. Conforme os dados do EALMG, *cambota* tem uma ocorrência bastante ampla no território mineiro, como se pode observar na CARTA XI, apresentada a seguir, em que assinalamos as localidades em que a forma foi documentada. Apesar da ampla distribuição, pode-se notar uma concentração da ocorrência da variante no Triângulo Mineiro alcançando o centro do Estado, e uma ocorrência não tão compacta no sul, adensando-se na direção do centro. Deve-se lembrar, todavia, que *cambota* não ocorre exclusivamente nessa área mais próxima a São Paulo. É também atestada na direção do norte e do nordeste do Estado. Lembramos ainda que, para além de Minas Gerais, a forma foi documentada na Bahia, conforme a carta 109 do APFB (Rossi 1963), e em Sergipe, conforme a carta 113 do *Atlas lingüístico de Sergipe – ALS* (Ferreira *et alii* 1987). Apesar desse uso extenso, é inegável que um uso mais concentrado é observado em área próxima ao Estado de São Paulo, podendo ser associado a uma influência paulista.

CARTA XI

MINAS GERAIS

CAMBOTA

(cf. dados da carta 27 do EALMG)



Carta 36 – chicotinho-queimado

Conforme os dados do EALMG, na designação dessa brincadeira infantil, foram atestadas, em Minas Gerais, numerosas variantes: *chicotinho-queimado*, com 67 ocorrências; *esconde-varinha*, com 15 ocorrências; *boca-de-forno*, com 9 registros; *biscoitinho-queimado*, com 8 registros; *queimadinho*, com 3 ocorrências; e 9 formas com uma ocorrência cada uma – *correirinha*, *biscoitinho-quente*, *biscoitinho-assado*, *pacotinho-queimado*, *garrafão-quente*, *esconde-esconde*, *escondidinha*, *tico-tico furado* e *maria-condeira*. Uma forma semelhante à última variante mencionada foi coligida por Amaral (1920 / 1982:152), *Maria-condê*, vagamente definida como “um brinquedo de crianças”. No verbete, Amaral menciona as variantes *Maria-mucumbé*, no Rio Grande do Sul, e *Maria-mocangué*, no Rio. E ainda observa: “Em Goiás, C. Ramos colheu ‘*Maria-longuê*’ num estribilho de ‘congado’. É muito possível que, se não o brinquedo, ao menos a palavra tenha ligação com esse divertimento de pretos”.

Levando em conta que *Maria-condeira* só ocorre em uma localidade de Minas (101), que sua semelhança fonética com o termo registrado por Amaral não é total, e que nem mesmo há evidência segura de que se trata do mesmo referente nos dois casos, não consideramos o dado pertinente para os nossos objetivos.

2.2. Conclusão

Não foi volumoso o material lexical colhido no EALMG tendo em vista os objetivos de nosso estudo. Isso se deve em parte à já aludida escassez de dados – são poucas as cartas lexicais do atlas mineiro que contêm variantes comuns ao léxico

arrolado por Amaral. Por outro lado, as cartas analisadas não nos levaram a resultados contundentes, em termos da delimitação de usos exclusivos de uma área “caipira”.

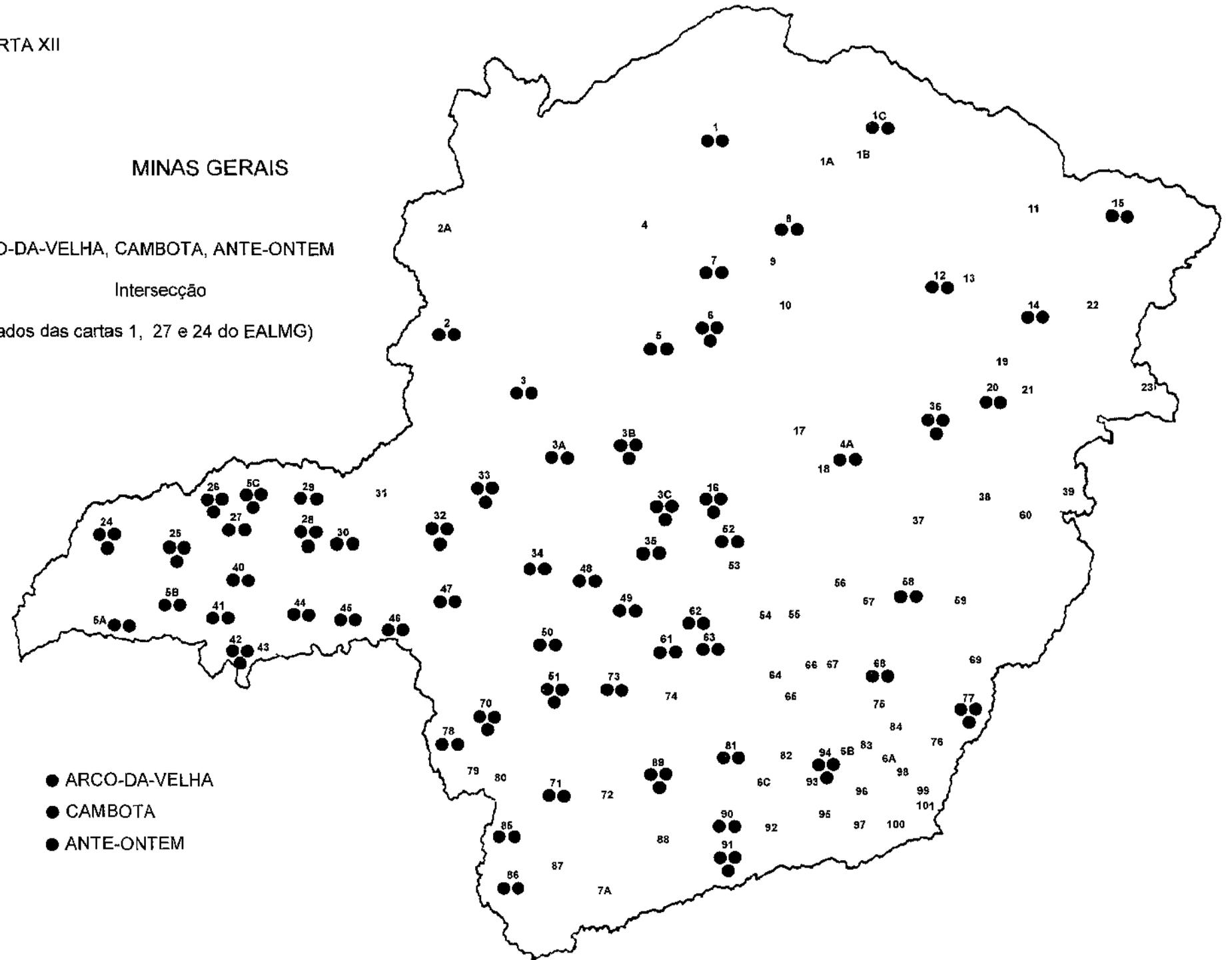
Não obstante, se os dados não mostram variantes associadas ao dialeto caipira circunscritas a áreas que se situam num possível âmbito de influência paulista, já identificadas pelo uso do retroflexo, eles nos indicam, todavia, que, nessas áreas, essas variantes são atestadas de forma mais compacta, o que poderia ser explicado pela proximidade com São Paulo e o falar paulista. Isso se verificou na distribuição das variantes *cambota* (cf. CARTA XI) e *arco-da-velha* (cf. CARTA IX) e, não tão marcadamente, nos dados referentes a *ante-ontem* (CARTA X). No cruzamento dos dados das diferentes cartas, constata-se uma sobreposição de variantes relevantes em grande parte das localidades dessas áreas, caracterizando uma consistência, não apenas espacial, mas também qualitativa na identificação com o falar caipira. Veja-se, a propósito, a CARTA XII, apresentada a seguir, em que assinalamos todas as localidades em que há intersecção na ocorrência das variantes *cambota*, e/ou *arco-da-velha*, e/ou *ante-ontem*. Os dados lexicais nos mostram, assim, no sul e no Triângulo Mineiro, uma concentração de formas que podem ser explicadas pela penetração da cultura caipira em sua expansão territorial.

MINAS GERAIS

ARCO-DA-VELHA, CAMBOTA, ANTE-ONTEM

Intersecção

(cf. dados das cartas 1, 27 e 24 do EALMG)



IV. TRAÇOS DO DIALETO CAIPIRA NO PARANÁ

Adotando o mesmo procedimento usado na abordagem do atlas lingüístico mineiro, analisamos, neste capítulo, cartas fonéticas e lexicais do *Atlas lingüístico do Paraná* – ALPR (Aguilera 1994), para verificar a presença de traços do dialeto caipira em território paranaense, no que se refere a esses dois níveis lingüísticos.

1. NÍVEL FONÉTICO

Focalizamos, no nível fonético, as cinco variantes selecionadas para este estudo e já tratadas na análise dos dados de Minas Gerais – o “r caipira”, a queda do /r/ em final de palavra, o rotacismo (l > r, r), a iotização da lateral palatal (ʎ > j), a redução da proparoxítona a paroxítona⁸⁵.

1.1. O “r caipira”

Lembramos que são dois os contextos em que ocorre o “r caipira” no dialeto descrito por Amadeu Amaral – final de sílaba e posição intervocálica. Para verificar a presença dessa variante no Paraná, examinamos, portanto, as cartas fonéticas relevantes do ALPR tendo em vista os dois contextos. Quanto à posição pós-vocálica, foram examinadas as seguintes cartas: *surtiã* (carta 94); *terça* (102); *árvore* (104); *pernilongo* (109); *hortelã* (111); *borboleta* (112); *alçapão* (por rotacismo - carta 118); *coador* (131); *sol* (por

⁸⁵ Como fizemos no capítulo anterior, adotamos os símbolos do IPA em nossas representações fonéticas e fonológicas. Esses símbolos nem sempre coincidem com os que foram utilizados no ALPR.

rotacismo - carta 138); *girassol* (por rotacismo - carta 139); *anzol* (por rotacismo - carta 140); *calcanhar* (o 1º caso, por rotacismo - carta 141); *flor* (carta 153); *arco-íris* (156); *lagarto* (157); *parteira* (158); *tuberculose* (160); *garnisé* (162); e a carta analítica 187 – isófona do /r/ em *parteira*.

No que se refere à posição intervocálica, foram analisadas 9 cartas: *garapa* (carta 93); *árvore* (104); *útero* (108); *baixeiro* (117); *girassol* (139); *clara* (154); *arco-íris* (156); *parteira* (158); *erisipela* (161).

1.1.1. Contexto final de sílaba

Carta 102: terça

Conforme os dados da carta, a realização retroflexa do /r/ pós-vocálico em *terça* teve alto índice de ocorrência no Paraná. Foi registrada em 60 (92%) das 65 localidades investigadas, ocorrendo, em 90% dos casos (54 localidades), como realização exclusiva, atestada nos dois informantes. A alternância com o tepe [r] foi documentada em 6 localidades (16, 48, 49, 57, 58, 61), situadas, predominantemente, no sudoeste do Estado. A ocorrência exclusiva do tepe foi observada em poucas localidades: uma a sudoeste (ponto 56), área em que já acusamos a alternância [ɺ ~ r]; duas a oeste (pontos 27 e 32); e duas mais isoladas (pontos 1 e 29), respectivamente no norte e no centro-oeste do Estado.

Em termos de distribuição geográfica, portanto, a realização retroflexa do /r/ em *terça* se estende por quase todo o Estado (como se pode observar na CARTA XIII, apresentada a seguir), identificando-se no sudoeste e a oeste uma área contínua em que a variante não ocorre ou não ocorre com exclusividade.

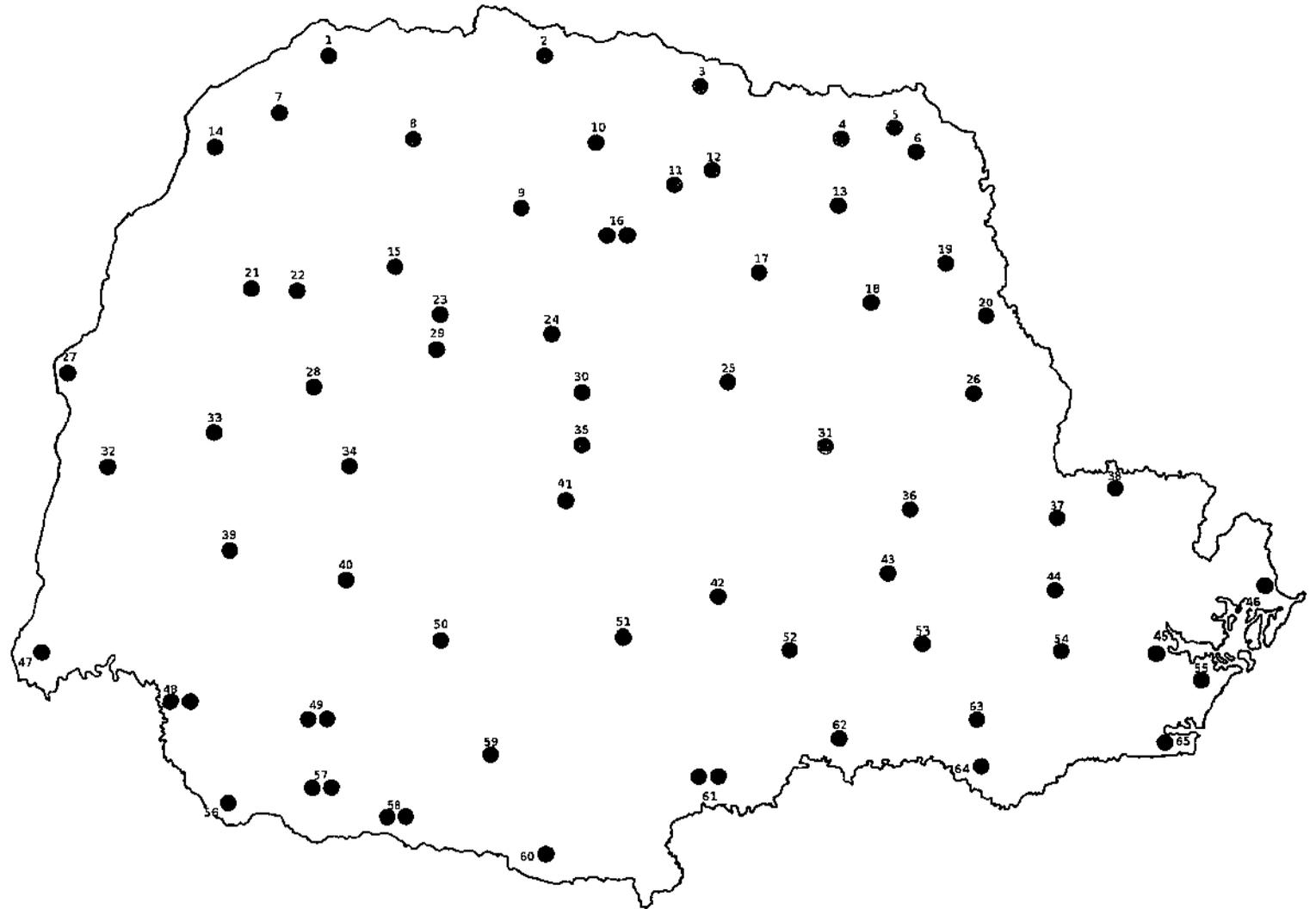
CARTA XIII

PARANÁ

RETROFLEXO EM FINAL DE SÍLABA

terça

(cf. dados da carta 102 do ALPR)



● retroflexo

● tepe

Carta 104: árvore

Na realização de *árvore*, a ocorrência do retroflexo em coda sílabica também foi muito freqüente⁸⁶. A variante foi documentada em 59 pontos (90% das localidades estudadas), e no desempenho dos dois informantes, na maioria dos casos (46 pontos). Em 7 localidades a retroflexa alternou com o tepe [r]; e, em 8 pontos, com a semivogal [w], casos de hipercorreção. A ocorrência do tepe sem a alternância com o retroflexo foi observada em 6 localidades (32, 49, 54, 55, 56 e 60).

Em termos de distribuição geográfica, a não-ocorrência do retroflexo se restringe a pontos situados ao sul e a oeste do Estado.

Carta 109: pernilongo

A ocorrência da retroflexa em *pernilongo* foi muito significativa: a variante foi atestada em 55 localidades, em 44 delas como a única realização do /r/ ⁸⁷. A alternância com o tepe foi documentada em 10 localidades (36, 39, 47, 48, 49, 55, 60, 61, 62 e 63) e com a vibrante alveolar, em uma localidade (58).

A realização retroflexa se estende, assim, por todo o Estado, observando-se sua ausência em poucas localidades, situadas a oeste (27, 32) e a sudeste e a sudoeste (54, 56, 57, e 65), e, fora dessa área, em um ponto isolado, no norte (10).

Carta 111: hortelã

⁸⁶ Destacamos que, em 4 ocorrências, a retroflexão foi mais acentuada, conforme o registro da carta, que identifica a variante como “retroflexa médio-palatal”. (Nos demais casos o retroflexo é representado como pré-palatal.)

⁸⁷ Incluem-se nesse número 8 localidades (35, 43, 44, 46, 51, 52, 53, 64) em que concorrem uma realização com /r/ e uma realização em que o fonema sofre síncope – *pe(r)nilongo*; nos casos em que o /r/ ocorre, ele se realiza sistematicamente como retroflexo.

O retroflexo ocorreu em 51 localidades (78% do total), sendo atestado no desempenho dos dois informantes na maioria dos casos (40 localidades). A alternância com o tepe foi documentada em 11 pontos (31, 37, 38, 40, 44, 45, 53, 58, 59, 61, 63). Em 14 localidades o retroflexo não foi registrado, acusando-se, nesses pontos, a ocorrência do tepe (27, 36, 39, 42, 49, 51, 52, 54, 56, 57, 60, 62), da alternância tepe/vibrante alveolar (57), ou a ausência de dados (32, 47).

Em termos geográficos, a distribuição do retroflexo é bastante ampla, observando-se que as localidades em que a variante alterna com o tepe ou não é registrada se distribuem em uma larga faixa que ocupa o sul do Estado de leste a oeste, atingindo, em alguns pontos, até a metade do Estado.

Carta 112: borboleta

A ocorrência do retroflexo é significativa – a variante foi atestada em 58 localidades (89% do total), com ampla distribuição no Estado. Em 18 dessas localidades o retroflexo alternou com o tepe (4, 5, 36, 39, 46, 47, 52, 53, 55, 57, 60, 61, 62, 65) ou com a vibrante alveolar (31, 42, 49, 58). Sua ausência foi acusada em apenas 7 localidades (7, 27, 32, 35, 48, 54, 56). As localidades em que o retroflexo não ocorre ou alterna com outra realização do /r/ concentram-se sobretudo no sul, avançando a oeste e a leste; alguns pontos mais distantes (4, 5, 7, 35) se situam no centro e no norte do Estado.

Carta 118: alçapão

Na realização de *alçapão*, o rotacismo, registrado na coda da primeira sílaba (*arçapão*), ou deslocado para o final da segunda sílaba (*açarpão*), ou ocorrendo nas duas

posições (*arçarpão*), foi documentado em 61 localidades. Em 48 dessas localidades ocorreu o retroflexo no desempenho de um dos informantes ou no desempenho dos dois informantes. A alternância com o tepe foi observada em 8 localidades (4, 14, 23, 30, 34, 36, 39, 53) e com a vibrante alveolar, em uma (55). Nas 13 localidades em que o retroflexo não ocorreu, a realização foi o tepe (1, 29, 31, 47, 49, 50, 54, 57, 59, 62, 63, 65) ou a vibrante (48). Essas localidades se situam a sudoeste e a sudeste do Estado, com exceção de duas, que ficam na região central (29, 31), e de uma, localizada ao norte (1).

Carta 141: calcanhar

Os dados da carta mostram a queda sistemática do /r/ no final da palavra. Por outro lado, o rotacismo no final da primeira sílaba é quase sistemático – foi registrado em todas as localidades onde a variante lexical ocorreu e em apenas 5 dessas localidades (4, 7, 15, 23 e 32) alternou com a semivogal [w].

Nas 62 localidades em que é atestado, o rotacismo se manifesta predominantemente pela retroflexa, registrada como única realização do /r/ em 50 localidades, e em alternância com o tepe em 6 pontos (2, 31, 42, 44, 55, 62), e com a vibrante alveolar em 1 ponto (61). Em 12 localidades, em vez do retroflexo ocorre o tepe (22, 27, 32, 34, 36, 40, 52, 65) ou a vibrante (48, 54, 58, 61). A vibrante e o tepe ocorrem em localidades situadas sobretudo ao sul, avançando a leste e a oeste, o que confirma dados de cartas já analisadas. Menos esperado é o registro do tepe nos pontos 2, 22, 34, porque se situam em área em que o retroflexo é comum, e porque exibem realização retroflexa em outras cartas.

Carta 153: flor

A apócope do /r/ não foi freqüente. Em todas as localidades registrou-se a ocorrência de pelo menos uma variante sem a apócope. Em 54 dessas localidades o fonema se realizou como retroflexa – em 11 desses pontos em alternância com o tepe (15, 31, 39, 42, 43, 46, 61) ou com a vibrante alveolar (27, 48, 49, 58). Em 11 localidades não se registrou a retroflexa, ocorrendo, então, o tepe (3, 28, 29, 32, 55, 60), ou a vibrante (54, 56) ou essas duas variantes (27, 48, 49). Tais localidades se situam a sudoeste, a oeste e no sudeste, confirmando dados de outras cartas. Há a ocorrência inesperada do tepe em dois pontos (3 e 15, no último caso, contudo, em alternância com o retroflexo) – trata-se de localidades que se situam em área onde o retroflexo é comum, tendo sido, inclusive registrado nesses pontos, em outras cartas.

Carta 156: arco-íris

Embora os dados dessa carta registrem numerosos casos de hipercorreção (*a[w]co-iris*, *a[t]co-iris*), as realizações com /r/ predominam, ocorrendo em 62 localidades. Desconsiderando-se a alternância com a semivogal ou com a lateral velarizada, e levando-se em conta apenas as realizações róticas, constata-se a ocorrência do retroflexo em 49 localidades, em 10 das quais em alternância com o tepe (1, 35, 39, 42, 53, 55, 57, 60, 61, 65). Em 13 pontos o retroflexo não ocorre, registrando-se, aí, somente o tepe (22, 26, 28, 29, 31, 32, 47, 48, 49, 54, 63) ou a alternância tepe/vibrante alveolar (56, 58).

Em termos geográficos, a distribuição da retroflexa é bem ampla. Por outro lado, a ausência da variante é observada em pontos a sudeste, a sudoeste e a oeste, que confirmam

dados de outras cartas, mas também se verifica em localidades a noroeste (22, 28, 29) e no norte (1), o que não é freqüente, conforme cartas examinadas anteriormente.

Carta 157: lagarto

O /r/ foi registrado no final da primeira ou da segunda sílaba, e se realizou predominantemente como retroflexo – essa variante ocorreu em 61 localidades, poucas vezes em alternância com o tepe (3, 47, 55, 58 62) ou com a vibrante alveolar (48). Nas 4 localidades em que o retroflexo não foi documentado, ocorreu apenas a vibrante (27, 56) ou a alternância vibrante/tepe (49, 57) – esses pontos se situam a sudoeste e a oeste, áreas em que o registro dessas variantes se confirma em dados de outras cartas.

A se destacar, nos dados dessa carta, a presença notável da retroflexão em grau mais acentuado – conforme o registro de Aguilera, são 28 ocorrências dessa pronúncia.

Carta 158: parteira / Carta 187: isófonas do /r/ em parteira

Na realização de *parteira*, a ocorrência do retroflexo em coda silábica foi documentada em 54 localidades. Em boa parte dessas localidades, todavia, a variante alternou com o tepe (18 localidades) ou com a vibrante alveolar (1 ponto). Em 11 localidades a retroflexa não foi registrada, ocorrendo nesses pontos o tepe (27, 28, 31, 32, 47, 49) ou a vibrante (54, 56, 58, 61), ou ambos (48).

Embora a distribuição da retroflexa seja ampla, também é relativamente extensa a área em que a variante não é a única realização do /r/, ou mesmo não ocorre. São pontos que se distribuem em larga faixa a oeste, acompanham a fronteira sul do Estado, de onde avançam para o centro-leste paranaense; já sem contigüidade, formam ainda dois focos a

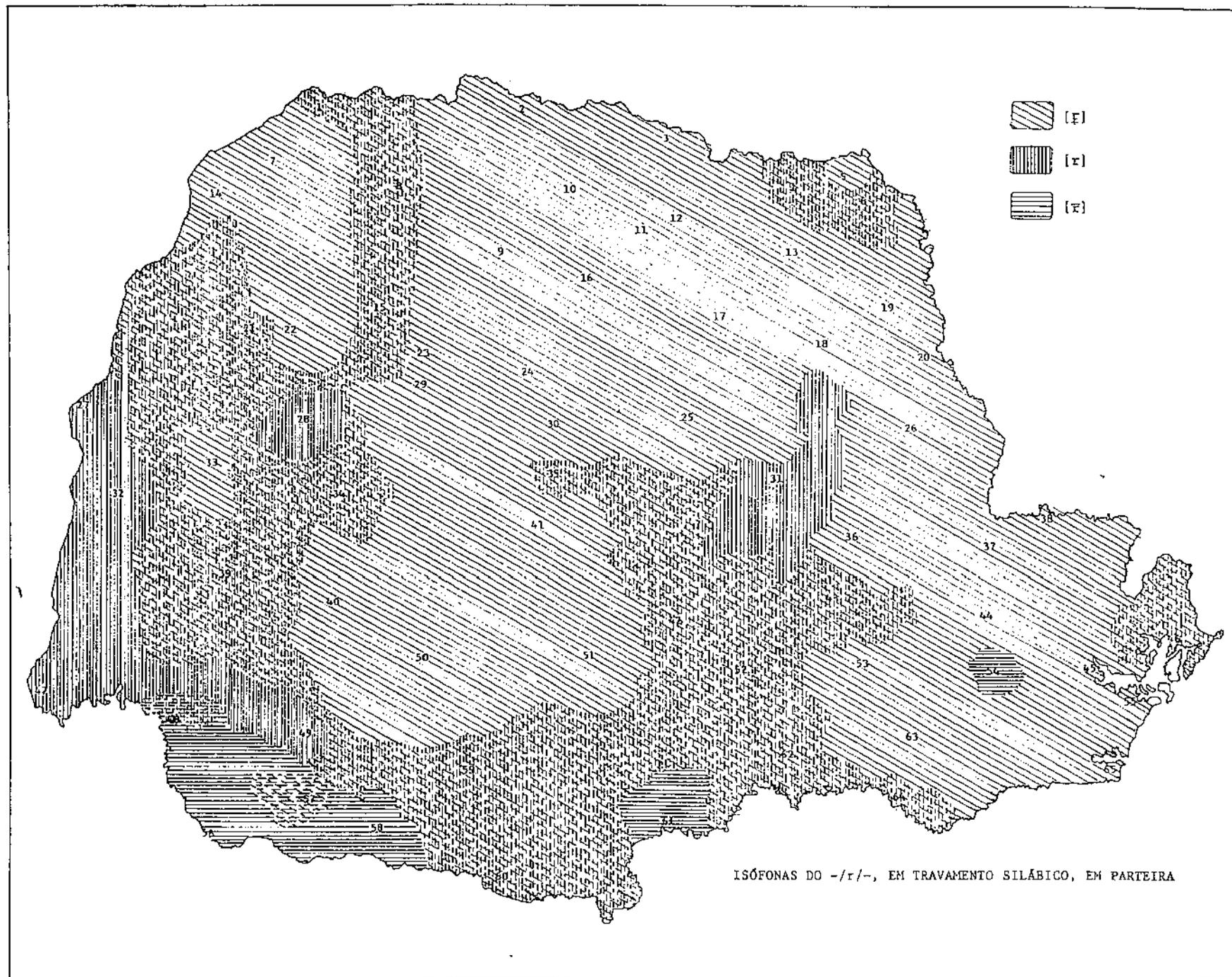
leste e um no extremo nordeste. Essa distribuição está retratada na carta 187 do ALPR, a seguir reproduzida, em que se podem observar as áreas de ocorrência exclusiva de cada variante, bem como as áreas de intersecção das realizações. (Na carta, o hachurado em diagonal representa a área do retroflexo; o vertical, a área do tepe; e o horizontal, a área da vibrante alveolar.)

Carta 160: tuberculose

A variante lexical *tuberculose* se prestou a muita variação na realização dos informantes, registrando-se, por exemplo, com : perda da 1ª sílaba; harmonização vocálica igualando todas as vogais a [o] , ou as duas primeiras a [e]; queda do /r/ em coda silábica ou deslocamento do fonema para antes da vogal da sílaba; variação na vogal átona final, realizada como [a] , [e] , [i] , [o] ou [u].

Quanto ao /r/, atestado no desempenho de pelo menos um dos informantes em 63 localidades, os dados acusam a realização retroflexa em 49 pontos, em 8 dos quais em alternância - com o tepe (9, 11, 35, 42, 49, 50, 64) ou com a vibrante alveolar (58). Nas 14 localidades em que o retroflexo não é registrado, ocorre o tepe (7, 29, 31, 32, 36, 39, 48, 52, 57, 60, 65), ou a vibrante (54, 56), ou ambos (27). Em termos geográficos, tais localidades constituem áreas de concentração de sudoeste a oeste, e a sudeste, mas também pontilham a região central do Estado, chegando até o noroeste.

Para uma visão geral do alcance do retroflexo pós-vocálico no Paraná, conforme os dados das cartas até aqui examinadas, apresentamos, adiante, o **Quadro 1**, que indica, em relação a cada carta, o número de localidades em que o retroflexo foi atestado; o número de localidades em que ele concorre com outras realizações do /r/ (e a porcentagem



correspondente em relação ao número total das localidades em que o retroflexo ocorre); o número de localidades em que o retroflexo não foi documentado.

Quadro 1. Retroflexo pós-vocálico – registro por nº de localidades

carta	número de localidades em que ocorre:				nº total de localidades
	a. retroflexo nº total	b. retrofl.~ tepe (% de a.)	c. retrofl.~ vibr. (% de a.)	d. ausência do retroflexo	
102 - terça	60	6 (10%)	-	5	65
104 - árvore	59	7 (11%)	-	6	65
109 - pernilongo	55	10 (19%)	1 (1%)	10* ⁸⁸	65
111 - hortelã	51	11 (21%)	-	14*	65
112 - borboleta	58	14 (24%)	4 (6%)	7	65
118 - alçapão	48	8 (16%)	1 (2%)	17*	65
141 - calcanhar	50	7 (14%)	1 (2%)	15*	65
153 - flor	54	7 (12%)	4 (7%)	11	65
156 - arco-íris	49	10 (20%)	-	16*	65
157 - lagarto	61	5 (8%)	1 (1%)	4	65
158 - parteira	54	18 (33%)	1 (1%)	11	65
160- tuberculose	49	7 (14%)	1 (2%)	16*	65

Pode-se constatar, pelo número de localidades em que ocorre em cada carta, que o retroflexo tem amplo alcance no Paraná (cf. **Quadro 1**). Além disso, fica também patente

⁸⁸ O asterisco indica que o número inclui casos de hipercorreção (em que o do /r/ é realizado por [w] ou por [ʃ]), de mudança da posição do /r/ (desfazendo-se o contexto pós-vocálico), de queda do fonema, ou mesmo de ausência de dados. Ou seja, o que se assinala como ausência do retroflexo nem sempre corresponde a realizações com o tepe ou a vibrante alveolar.

que, em cada carta, sua alternância com outras variantes tem alcance muito menor que sua ocorrência como realização exclusiva. A presença mais expressiva da alternância se verifica na realização de *parteira* (cf. carta 187 do ALPR, reproduzida em página anterior).

Nas demais cartas selecionadas para o estudo do retroflexo em coda silábica, o índice de ocorrência do /r/ foi baixo, por razões variadas, havendo, portanto, poucos dados relevantes para a análise. Isso se verificou no caso de variantes lexicais de baixa ocorrência no Estado (*surtiã* - carta 94; *garnisé* - carta 162), ou de alta frequência da apócope do /r/ (*coador* - carta 131), ou de baixo índice de rotacismo (*sol* - carta 138, *girassol* - carta 139, *anzol* - carta 140).

Carta 94: surtiã

As variantes com a primeira sílaba travada por um /r/ foram registradas somente em 5 localidades, e sempre atestadas no desempenho de um único informante. Em dois desses casos (pontos 7 e 24) a realização foi retroflexa. A carta registra uma outra ocorrência de [ɹ]: na localidade 53, a informante de sexo feminino trava a sílaba final da palavra com um retroflexo - *suti[ɹ]*-, aparentemente um caso de rotacismo, já que são documentadas, em várias localidades próximas, variantes com a lateral alveolar velarizada ou a semivogal no contexto em questão - *suti[ʎ]*, *suti[w]*.

Carta 162: garnisé

Entre as 7 variantes fonéticas registradas para *garnisé*, somente uma conservou o /r/, deslocado para a coda da última sílaba e realizado sempre como retroflexo – *ganise*[.ɻ]. Essa variante teve apenas 3 ocorrências (pontos 46, 55 e 58) e esse dados não alteram constatações anteriores em relação à distribuição do retroflexo.

Carta 131: coador

Na realização de *coador*, predominou a queda do /r/ final, atestada em 58 localidades, quase sempre no desempenho dos dois informantes. Todavia, em 8 localidades a apócope alternou com a ocorrência do retroflexo (pontos 2, 4, 9, 26, 52), ou do tepe (pontos 60, 61, 62). Nas 7 localidades em que não houve a queda do /r/ final, registrou-se a ocorrência da retroflexa (pontos 19, 48), ou do tepe (pontos 27, 32), da vibrante alveolar (pontos 54, 56), ou a alternância tepe/retroflexa (ponto 46). Nenhuma dessas ocorrências contraria os registros das cartas anteriormente analisadas.

Carta 138: sol / Carta 139: girassol / Carta 140: anzol

As observações referentes a essas três cartas são semelhantes:

- a) não é alto o número de localidades em que ocorre rotacismo (*sol* – 23 localidades; *girassol*, 19; *anzol*, 22);
- b) em todas essas localidades ocorre a retroflexa;
- c) todos os registros da retroflexa confirmam dados de cartas já examinadas.

1.1.2. Contexto intervocálico

Carta 93: garapa

Conforme os dados da carta 93, a ocorrência do retroflexo em *garapa* foi mínima – a variante se registra apenas em 3 localidades (6, 25, 61), distantes entre si, e é sempre realizada por um único informante.

Carta 104: árvore

Por se tratar de proparoxítona, foi bastante freqüente a redução da forma a paroxítona, desfazendo-se a posição intervocálica da variante em exame, ou ocorrendo mesmo a queda do /r/.

Variantes que não sofreram esses processos foram atestadas em 29 localidades (na maioria dos casos em concorrência com realizações paroxítonas) – em nenhuma dessas ocorrências se registrou a realização do retroflexo.

Carta 108: útero

No caso de *útero* também foi bastante geral a realização paroxítona, desfazendo-se o contexto intervocálico da variante em exame, quando não ocorreu a própria síncope do /r/.

As ocorrências que escaparam a esses processos, e em que se manteve, portanto, o contexto intervocálico para o /r/, foram pouco numerosas – foram atestadas em 9 localidades apenas e quase sempre em concorrência com realizações paroxítonas. Em nenhuma dessas ocorrências se documentou a realização retroflexa.

Carta 117: baixeiro

A carta registra a realização retroflexa em 11 localidades (6, 10, 16, 17, 18, 19, 25, 33, 35, 37, 42), na maioria dos casos em concorrência com o tepe, ou correspondendo ao

desempenho de um único informante. Apenas em duas localidades se acusa um uso mais consistente da variante: ela é atestada no desempenho dos dois informantes, que não apresentam outra realização em alternância. Essas localidades (18, 19) se situam no nordeste do Estado, em área próxima a São Paulo.

Carta 139: girassol

A carta registra a ocorrência do retroflexo em uma única localidade (61), no desempenho de um dos falantes (para o outro falante registra-se o tepe).

Carta 154: clara

Na realização de *clara*, a retroflexa intervocálica só foi atestada em 5 localidades (6, 10, 12, 13 e 60), em quatro delas, no desempenho do informante de sexo masculino. Em todas as outras localidades (59, pois houve lacuna de dados em um ponto), ocorreu o tepe.

Carta 156 – arco-íris

Conforme os dados da carta 156, a realização retroflexa no /r/ intervocálico de *arco-íris* não foi muito significativa – foi atestada apenas em 4 localidades (13 e 20 no nordeste do Estado, e 28 e 39 a oeste), sempre em alternância com outra realização.

Carta 158: parteira

Situação semelhante se verifica em relação a *parteira*, conforme os dados da carta 158: a realização retroflexa do /r/ intervocálico é documentada apenas em 9 localidades (6, 10, 12, 17, 18, 19, 37, 40, 51), sempre em alternância com o tepe.

Carta 161: erisipela

Na quase totalidade das variantes de *erisipela* documentadas na carta 161, ocorre uma redução da palavra com prejuízo do /r/ intervocálico, que sofre síncope (em geral com a vogal que o precede, e/ou com a vogal que o segue), ou, menos freqüentemente, passa à posição inicial da palavra, formando sílaba com a vogal /e/ que se encontrava nessa posição.

1.1.3. Comentário

A primeira observação a ser feita sobre o uso do retroflexo no Paraná, com base nos dados do ALPR, é que o contexto coda silábica se mostrou muito mais favorável à ocorrência da variante que o contexto intervocálico.

Em relação à ocorrência e à distribuição geográfica do retroflexo pós-vocálico no Estado, a análise das cartas relevantes nos leva a algumas conclusões:

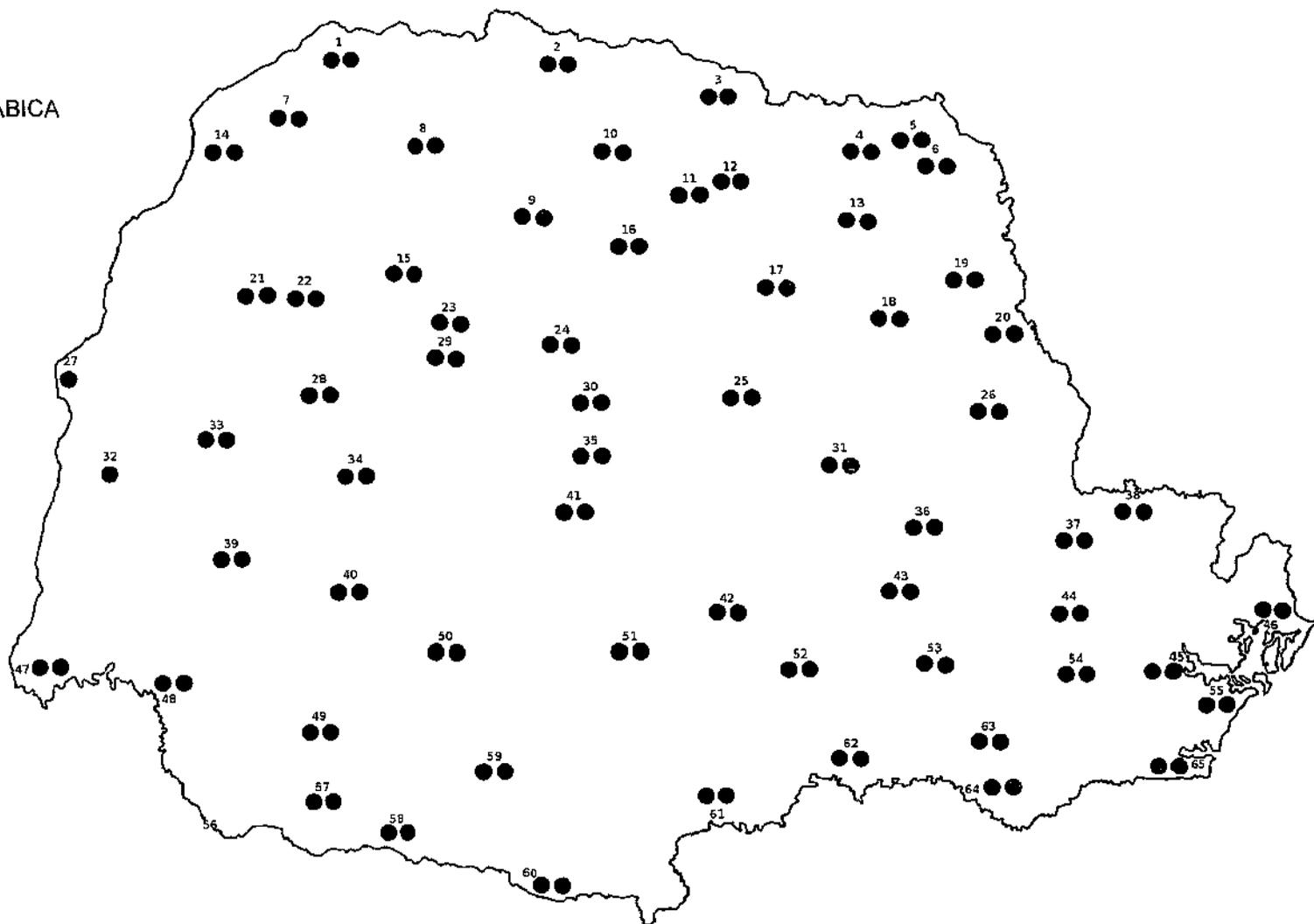
1. O retroflexo em coda silábica tem presença marcante no Paraná, uma vez que:
 - a) em numerosas cartas (cf. **Quadro 1**, já apresentado), a variante é atestada em uma porcentagem importante (entre 72% e 93%) das localidades investigadas;
 - b) em termos geográficos, em função mesmo do número de localidades em que ocorre em algumas cartas, o retroflexo atinge uma ampla distribuição no Estado. Veja-se, a propósito, a CARTA XIII (p.130), referente a *terça*. Veja-se, ainda, a CARTA XIV, apresentada a seguir, em que, com base no conjunto das cartas analisadas, assinalamos as localidades em que o retroflexo pós-vocálico foi registrado, indicando se a ocorrência foi documentada em uma única carta ou em mais de uma carta. Pode-se verificar que em apenas uma localidade (56, a sudoeste) não houve

CARTA XIV

PARANÁ

RETROFLEXO EM CODA SILÁBICA

(cf. dados do ALPR)



- retroflexo registrado em uma só carta
- retroflexo registrado em mais de uma carta

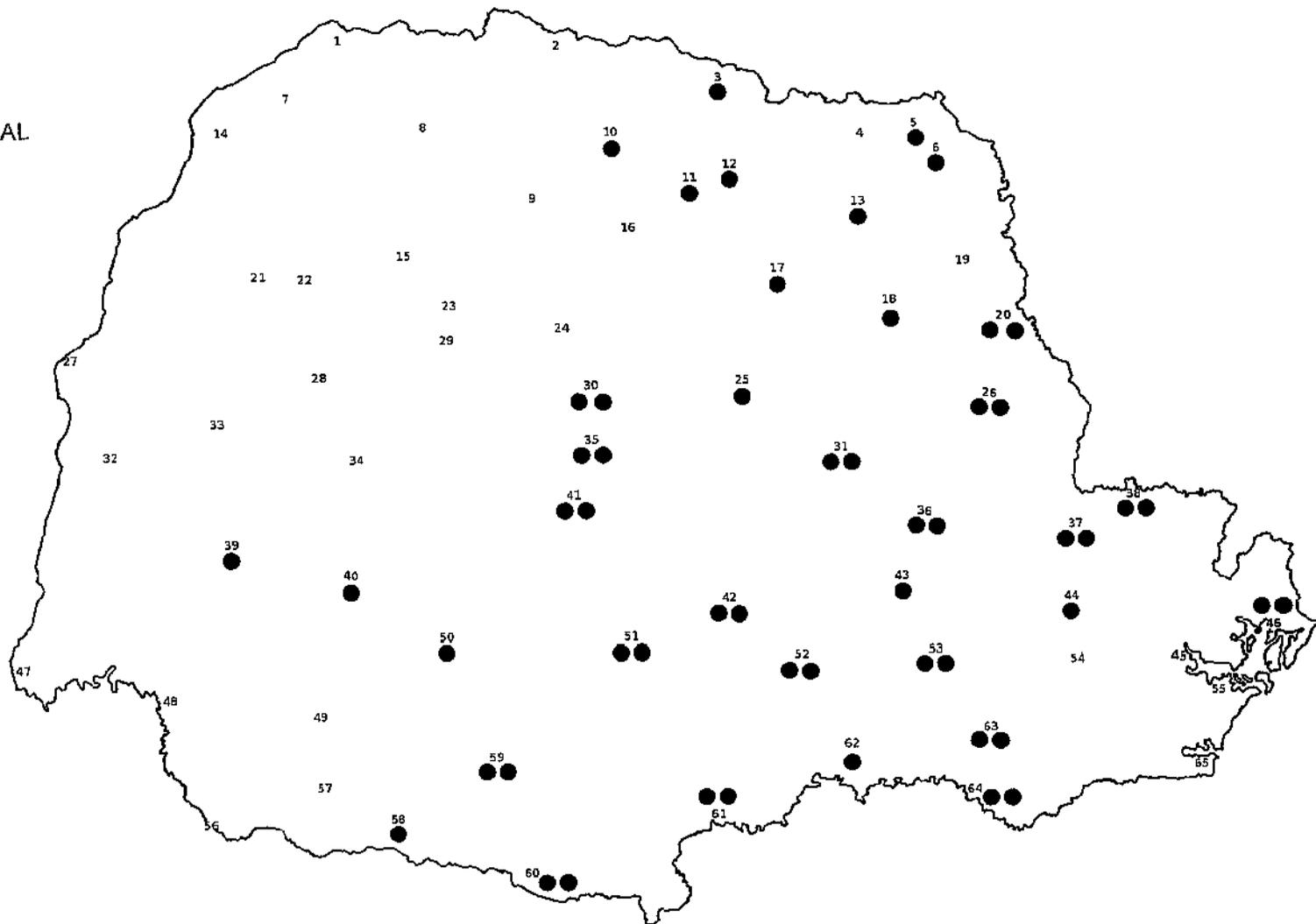
ocorrência do retroflexo, e em dois pontos (27 e 32, a oeste), houve uma única ocorrência da variante - deve-se assinalar que essas áreas foram povoadas mais tardiamente, na primeira metade do século XX, e foram marcadas pelos gaúchos, na ocupação e na tradição agro-pecuária (Aguilera 1996);

- c) em 34 localidades registrou-se a ocorrência da retroflexão em grau mais acentuado (retroflexa médio-palatal) no desempenho de um dos informantes ou dos dois, conforme representamos na CARTA XV, apresentada adiante. Em 17 dessas localidades a variante ocorreu em mais de um item lexical: no ponto 26, por exemplo, a retroflexa médio-palatal foi registrada em 4 cartas; nos pontos 37, 38 e 53, houve registro em 3 cartas; nos demais pontos, em 2 cartas. Como se pode observar na CARTA XV, a retroflexão mais acentuada basicamente se distribui na metade oriental do Estado (ressalvados alguns pontos, sobretudo na área próxima a Curitiba (54)). Trata-se de área que se inclui no “Paraná tradicional”, cujo povoamento se iniciou no século XVII e se consolidou nos séculos XVIII e XIX (Aguilera 1996: 8), e onde se fez sentir a presença sucessiva dos paulistas nas incursões dos bandeirantes, penetrando o estado a partir do sudeste; na rota dos tropeiros na direção de Sorocaba; no estabelecimento da cultura de café no norte pioneiro. Na metade ocidental do Paraná, com exceção das localidades 39 e 40, não se acusa a realização médio-palatal da retroflexa.

PARANÁ

RETROFLEXA MÉDIO-PALATAL

(cf. dados do ALPR)



- informante A (sexo feminino)
- informante B (sexo masculino)

2. Não obstante o amplo alcance do retroflexo pós-vocálico no território paranaense, nem sempre sua ocorrência é exclusiva. Ou seja, em várias localidades em que o retroflexo ocorre, atesta-se a concorrência do tepe e/ou da vibrante alveolar. Isso já foi retratado, em relação a *parteira* (o exemplo mais eloqüente), na carta 187 do ALPR, reproduzida anteriormente. Já na CARTA XVI, apresentada adiante, consideramos o conjunto das cartas analisadas e indicamos, para cada localidade, se o retroflexo ocorreu com exclusividade, se alternou com o tepe e/ou a vibrante, ou se deixou de ocorrer, registrando-se, então, o tepe e/ou a vibrante. Como se pode observar, é grande o número de localidades e extensa a área em que o desempenho dos informantes revela variação. Constatamos que a ocorrência exclusiva do retroflexo é atestada em 12 localidades (12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 26, 33, 41), a maioria delas concentrada no nordeste do Estado, área de proximidade geográfica e histórica com os paulistas. Embora a representação da CARTA XVI dê a idéia de uma presença volumosa da alternância do retroflexo com outras realizações do /r/, é preciso considerar que:

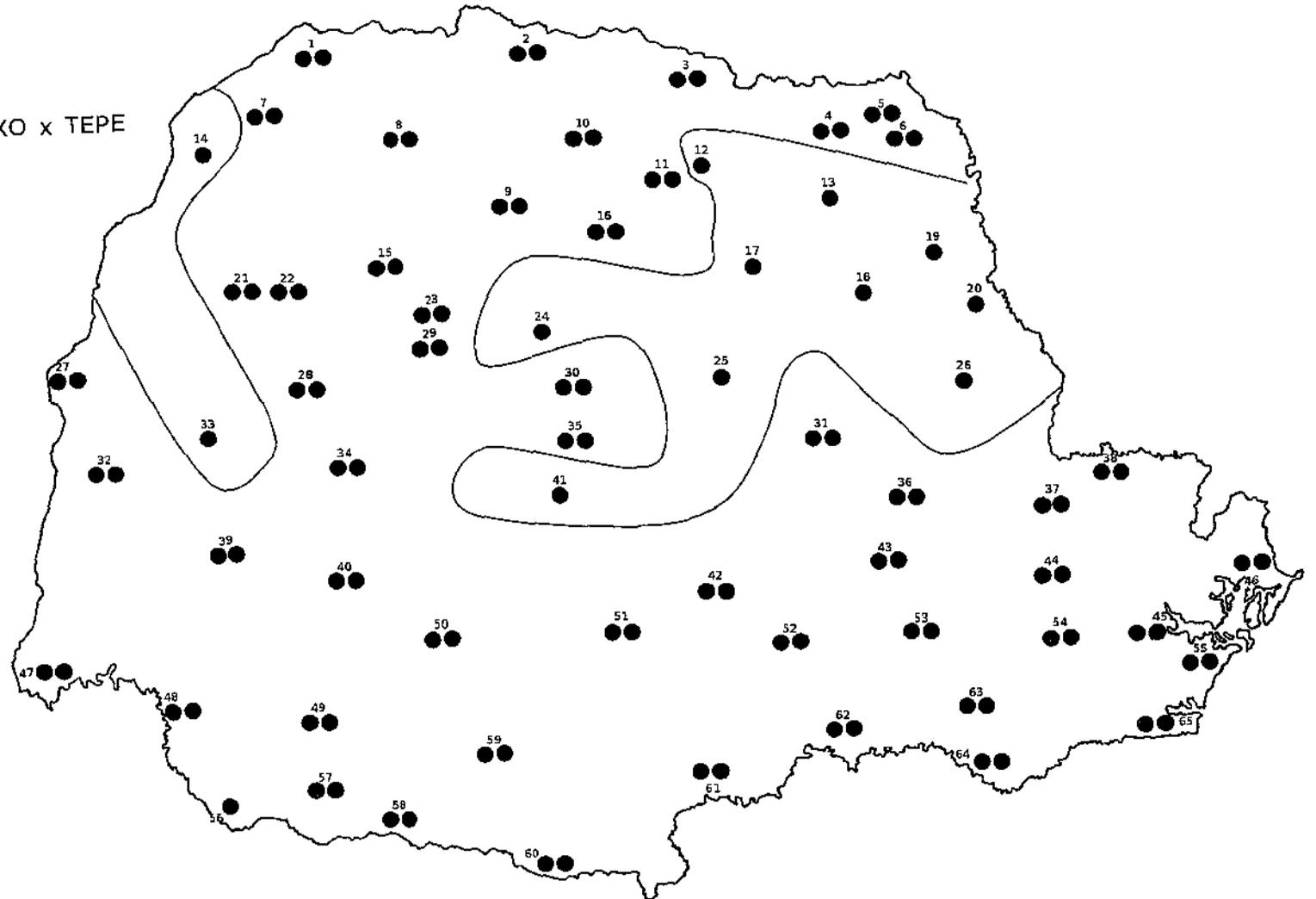
- a) observada carta a carta, a variação não tem grande alcance em comparação com a área em que o retroflexo ocorre de forma exclusiva, como se pôde constatar no **Quadro 1**;
- b) é grande o número de localidades em que o retroflexo, embora não ocorra de forma exclusiva, é a realização predominante. Em 37 localidades (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 16, 21, 22, 23, 28, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 55, 59, 63, 64), o retroflexo é documentado em mais de 75% das cartas pertinentes (na maioria das vezes, em 100% das cartas – caso das localidades destacadas em negrito),

CARTA XVI

PARANÁ

CODA SILÁBICA – RETROFLEXO x TEPE
OU VIBRANTE

(cf. dados do ALPR)



- retroflexo
- tepe e/ou vibrante

enquanto as realizações com o tepe e/ou a vibrante são observadas em índices muito inferiores, raras vezes chegando perto de 50% das cartas;

- c) por outro lado, não é grande o número de pontos em que a ocorrência das realizações não retroflexas é mais consistente. Em apenas 5 localidades (27, 32, 48, 49, 54) essas realizações são nitidamente predominantes, isto é, são registradas em mais de 80% das cartas, enquanto a retroflexa é documentada em menos de 50% das cartas⁸⁹. Em outras 10 localidades (29, 31, 39, 47, 57, 58, 60, 61, 62, 65) as realizações não retroflexas, mesmo não sendo predominantes, mostraram uma presença consistente, ocorrendo em índice um pouco acima ou um pouco abaixo do índice de ocorrência da retroflexa, configurando-se, então, nesses pontos, uma situação de equilíbrio na alternância retroflexa/não retroflexa⁹⁰.

Considerando todas essas constatações, elaboramos a CARTA XVII, apresentada a seguir, em que indicamos em quais localidades houve:

- ocorrência exclusiva ou predominante do retroflexo;

⁸⁹ Mais precisamente, nesses pontos, as variantes em questão foram registradas nos seguintes índices:

localidade	não retroflexas (% das cartas)	retroflexa (% das cartas)
27	100%	8%
32	91%	8%
48	84%	46%
49	100%	35%
54	85%	21%

⁹⁰ Nesses pontos, as variantes foram assim registradas:

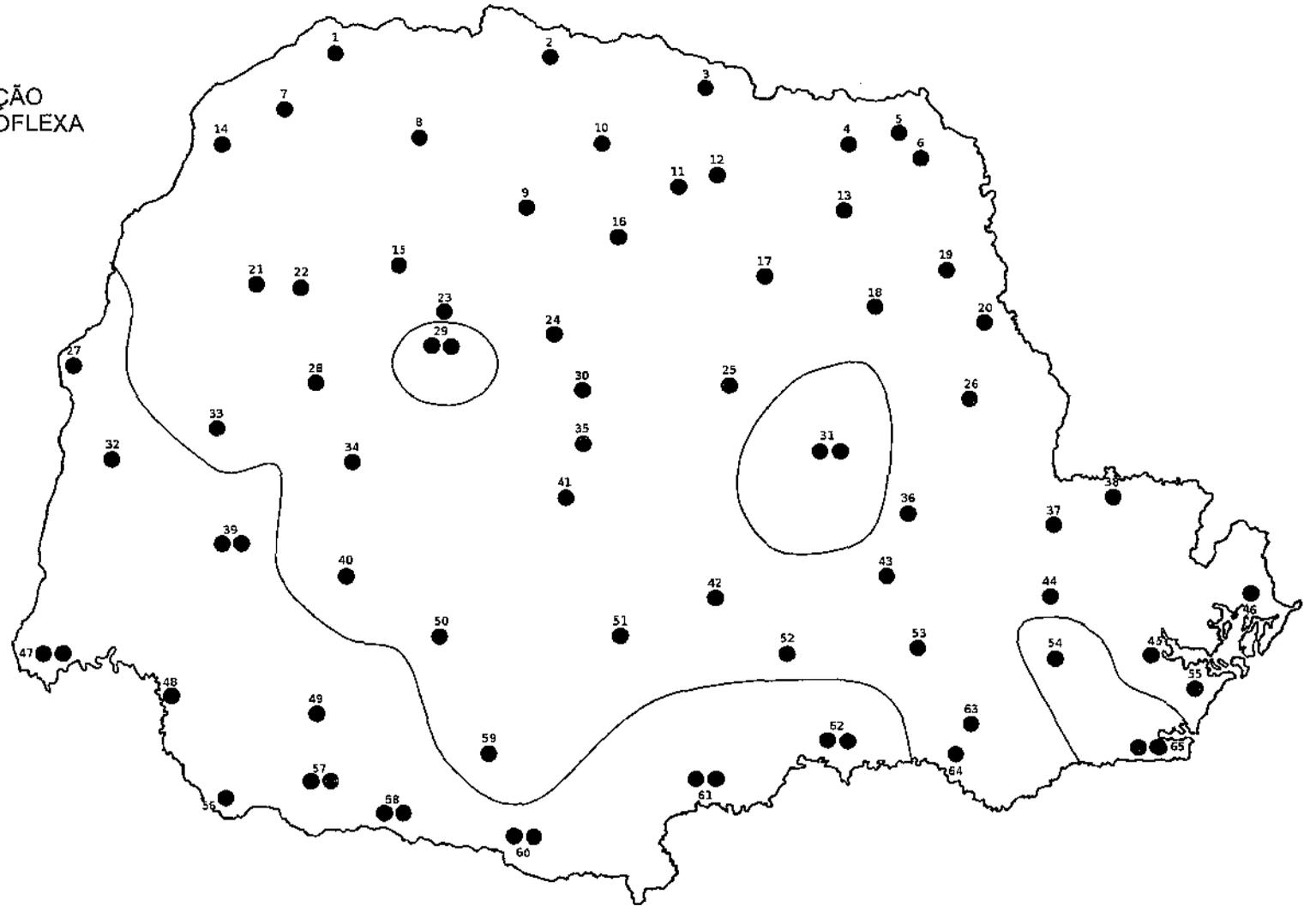
localidade	retroflexa (% das cartas)	não-retroflexa (% das cartas)
29	58%	41%
31	69%	61%
39	81%	72%
47	72%	63%
57	53%	76%
58	78%	71%
60	57%	71%
61	78%	76%
62	76%	61%
65	73%	40%

CARTA XVII

PARANÁ

CODA SILÁBICA - REALIZAÇÃO
RETROFLEXA / NÃO RETROFLEXA

(cf. dados do ALPR)



- realização retroflesa exclusiva ou predominante
- realização não retroflesa exclusiva ou predominante
- equilíbrio na alternância retrofleso/não retrofleso

- ocorrência exclusiva ou predominante de realizações não retroflexas;
- equilíbrio na alternância retroflexo / não-retroflexo⁹¹.

Essa representação nos permite perceber que as localidades em que as variantes não retroflexas tiveram ocorrência superior ou equilibrada em relação à retroflexa se situam basicamente em uma faixa que acompanha a fronteira sul do Estado (com uma exceção na altura do ponto 64), ampliando-se à medida que alcança o oeste paranaense. Além desse contorno, identificam-se duas ilhas no interior do Estado. (É um território mais suscetível à influência dos sulistas, pela proximidade geográfica e pela história do povoamento do Paraná. Mesmo as localidades 29 (Campo Mourão) e 31 (Tibagi), mais ao centro, conforme dados históricos mencionados por Aguilera (1996), desenvolveram-se com a vinda de colonizadores do Rio Grande do Sul e do sul paranaense.) Essa área, assim delimitada, pode ser identificada como a área de resistência ao retroflexo. Resistência não total, visto que mesmo aí, na maioria dos pontos, a alternância retroflexo / não-retroflexo é registrada em termos equilibrados, conforme fica patente na CARTA XVII.

O contexto intervocálico, como já foi mencionado, não se mostrou muito favorável à ocorrência do retroflexo, uma vez que:

- 1º em três das 9 cartas examinadas não há registro da variante. (Convém lembrar que nas três palavras em questão – *árvore*, *útero*, *erisipela* –, atestou-se, em alta frequência, a redução do vocábulo, implicando a síncope do /r/ ou a perda de sua posição intervocálica.);
- 2º nas 6 cartas em que há registro do retroflexo (*garapa*, *baixeiro*, *girassol*, *clara*, *arco-íris*, *parteira*), as ocorrências da variante são pouco numerosas e quase sempre concorrem com outras realizações.

⁹¹ Neste caso, a ordem dos ícones não é aleatória: o primeiro ícone corresponde à variante que ocorreu em maior número de cartas.

Para uma visão geral da área em que o retroflexo foi atestado em posição intervocálica, reunimos, na CARTA XVIII, apresentada a seguir, as ocorrências registradas nas 6 cartas mencionadas, indicando, pela repetição do ícone utilizado, onde a variante foi registrada em mais de uma palavra. Como se pode observar, no nordeste do Estado há uma área de concentração da variante em termos da proximidade dos pontos relevantes e da consistência no desempenho do informante. A retroflexa intervocálica, todavia, não se restringe a essa área próxima a São Paulo, chegando ao oeste e ao sul do Paraná.

Entre as localidades apontadas na CARTA XVIII, há apenas duas em que ocorreu a retroflexa no desempenho dos dois informantes em um mesmo item: isso se verificou nos pontos 18 e 19, em referência a *baixeiro*. Em todos os outros casos, apenas um dos informantes usou a variante, tendo se registrado outra realização ou nenhuma resposta para o outro informante. Observou-se, ainda, que, nos 26 casos em que, em um dado item, houve alternância na pronúncia do /t/ intervocálico, a realização retroflexa foi atestada mais entre os homens (21 registros, 80% do total) que entre as mulheres (5 ocorrências, 19% do total)⁹². Como se trata de variante estigmatizada, é possível que as mulheres se preocupem em evitá-la⁹³. Nos dois únicos casos em que a alternância se verificou no desempenho de um único falante (e não entre dois falantes diferentes), a variante alternativa ao retroflexo foi mencionada na reprodução da resposta ou mesmo “com a intenção de corrigir a primeira” resposta, conforme as notas de Aguilera (1994: 334), outra circunstância que pode apontar o caráter estigmatizado da variante.

⁹² No uso da retroflexão mais acentuada (médio-palatal) em posição pós-vocálica, também os homens superaram as mulheres, embora com pouca diferença: 42 vs 35 ocorrências (cf. CARTA XV).

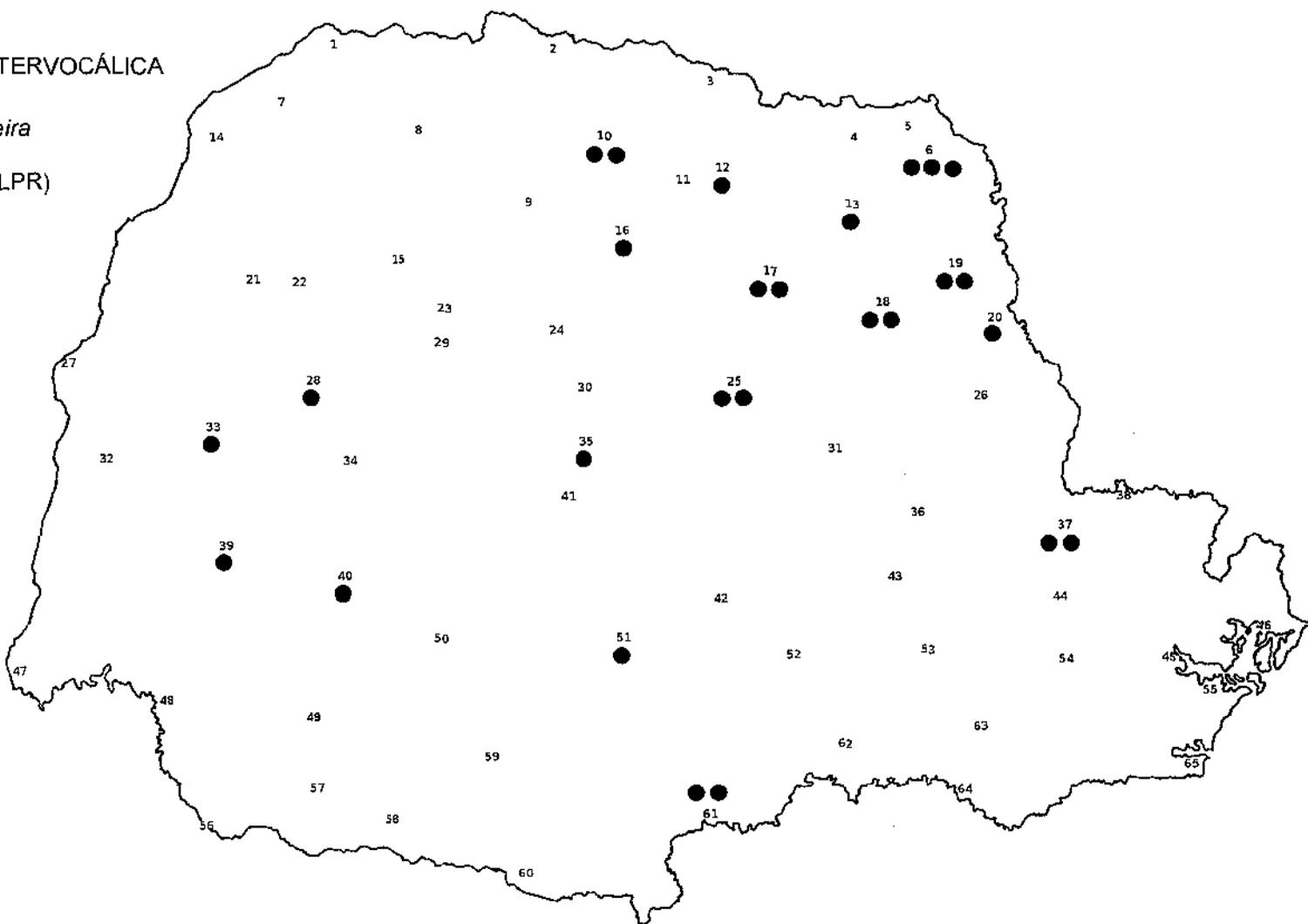
⁹³ Embora se trate de questão bastante complexa, estudos sociolingüísticos têm apontado a sensibilidade feminina às formas lingüísticas de prestígio (Paiva 2003).

PARANÁ

RETROFLEXO EM POSIÇÃO INTERVOCÁLICA

garapa, baixeiro, (arco-)iris, parteira

(cf. cartas 93, 117, 156 e 161 do ALPR)



● palavra com realização retroflexa

1.2. Queda do /r/ em final de palavra

1.2.1. Cartas relevantes

Para o estudo dessa variante examinamos as cartas *coador* (131), *calcanhar* (141), *flor* (153); e ainda: *sol* (138), *girassol* (139) e *anzol* (140), considerando a possibilidade de rotacismo seguido de apócope, conforme a descrição de Amaral (1920).

Carta 131: coador

Conforme os dados da carta, *coador* se realiza predominantemente com a apócope do /r/, atestada em 58 localidades (89% do total). As ocorrências que conservam a consoante final da palavra foram registradas em 15 localidades, em 8 das quais em alternância com variantes em que a consoante sofre apócope.

A queda do /r/ final alcança, assim, grande extensão do território paranaense. O processo só não é atestado em 7 pontos: quatro deles (27, 32, 48 e 56) constituem um contínuo de sudoeste a oeste, dois (46, 54) formam um foco a sudeste, e um (19) está isolado ao nordeste.

Carta 141: calcanhar

A variante lexical *calcanhar* é documentada em 62 das localidades investigadas, observando-se o absoluto predomínio de variantes com apócope do /r/, atestadas em todos esses pontos. Registra-se uma única ocorrência que conserva a consoante final da palavra, na localidade 54 (Curitiba), em alternância com variante sem o /r/ final.

Carta 153: flor

São pouco numerosas as variantes com apócope do /r/ - elas foram registradas em 6 localidades apenas (6, 10, 21, 22, 35, 40), em nenhum caso como realização exclusiva. Por outro lado, a manutenção do /r/, realizado como retroflexa, tepe ou vibrante alveolar (cf. 1.1.1.) foi atestada em todas as localidades.

Carta 138: sol / Carta 139: girassol / Carta 140: anzol

Com relação aos itens lexicais terminados em lateral, que abrem a possibilidade de rotacismo seguido de apócope, os dados não são muito numerosos. Na realização de *sol* (carta 138), a apócope não foi registrada em nenhuma localidade; por outro lado, registrou-se o rotacismo em 24 pontos. Em *girassol* (carta 139), a apócope foi documentada em 5 pontos; já o rotacismo foi registrado em 19. Quanto a *anzol* (carta 140), registrou-se a apócope em 19 localidades e o rotacismo, em 22. Em todas as localidades em que houve ocorrências com apócope, o registro confirma dados das cartas 131, 141 e 153, examinadas anteriormente.

1.2.2. Comentário

Com base nos dados analisados, a primeira observação a ser feita sobre o registro dessa variante no Paraná é que ela é atestada em índices muito diferentes se se trata de palavras terminadas em /r/, ou de palavras terminadas em //l/. No primeiro caso, a ocorrência da apócope é geral no Estado (cf. CARTA XIX, apresentada a seguir); no último caso, a ocorrência é pouco expressiva.

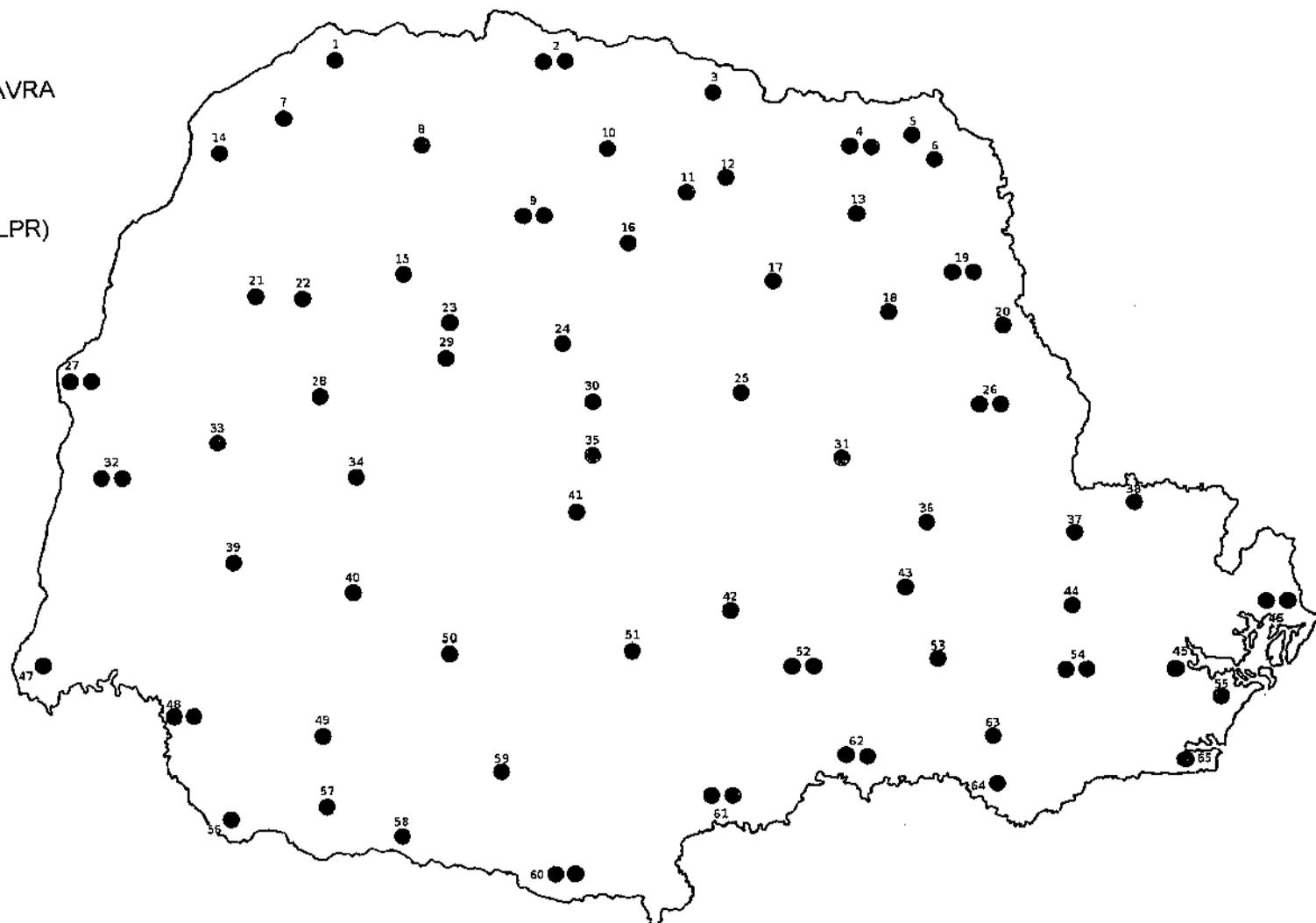
CARTA XIX

PARANÁ

QUEDA DO /r/ FINAL DE PALAVRA

coador, calcanhar, flor

(cf. cartas 131, 141 e 153 do ALPR)



- apagamento do /r/ final
- manutenção do /r/ final

Considerando-se o conjunto dos dados referentes às palavras terminadas em /r/, pode-se observar, conforme a CARTA XIX, que a apócope se estende por todo o Paraná – só não foi registrada em uma localidade (56), a sudoeste, e alterna com a manutenção da consoante, em 14 pontos, mais periféricos, que circundam grande parte do Estado, de forma descontínua. O fator geográfico, portanto, não parece particularmente relevante no caso. Por outro lado, considerando os dados carta a carta, pode-se constatar que a apócope ocorre em altos índices na realização de *calcanhar* e *coador*, em contraste com o inexpressivo registro atestado na realização do monossílabo *flor* (reforçando a observação de Amaral (1982) sobre a resistência dos nomes monossilábicos à apócope do /r/).

Quanto aos nomes terminados em /l/, considerando-se o conjunto dos dados analisados, pode-se observar, conforme a CARTA XX, apresentada adiante, que a apócope só foi registrada em 19 pontos (menos de um terço do total das localidades investigadas). Considerando-se os dados carta a carta, pode-se constatar que há uma variação na incidência da apócope conforme o item lexical: para *sol* não há nenhum registro, mas para *girassol* há 5 registros, e para *anzol*, 19. Repetindo o que se verificou em relação a *flor*, o fato de *sol* ser monossílabo, com pouca saliência fonológica, poderia explicar a resistência da palavra à apócope e a diferença de resultados em relação a *girassol*, particularmente, bem como a *anzol*.

1.3. A troca de líquidas – rotacismo

Lembramos que são dois os contextos em que pode ocorrer o rotacismo (l > r , r):

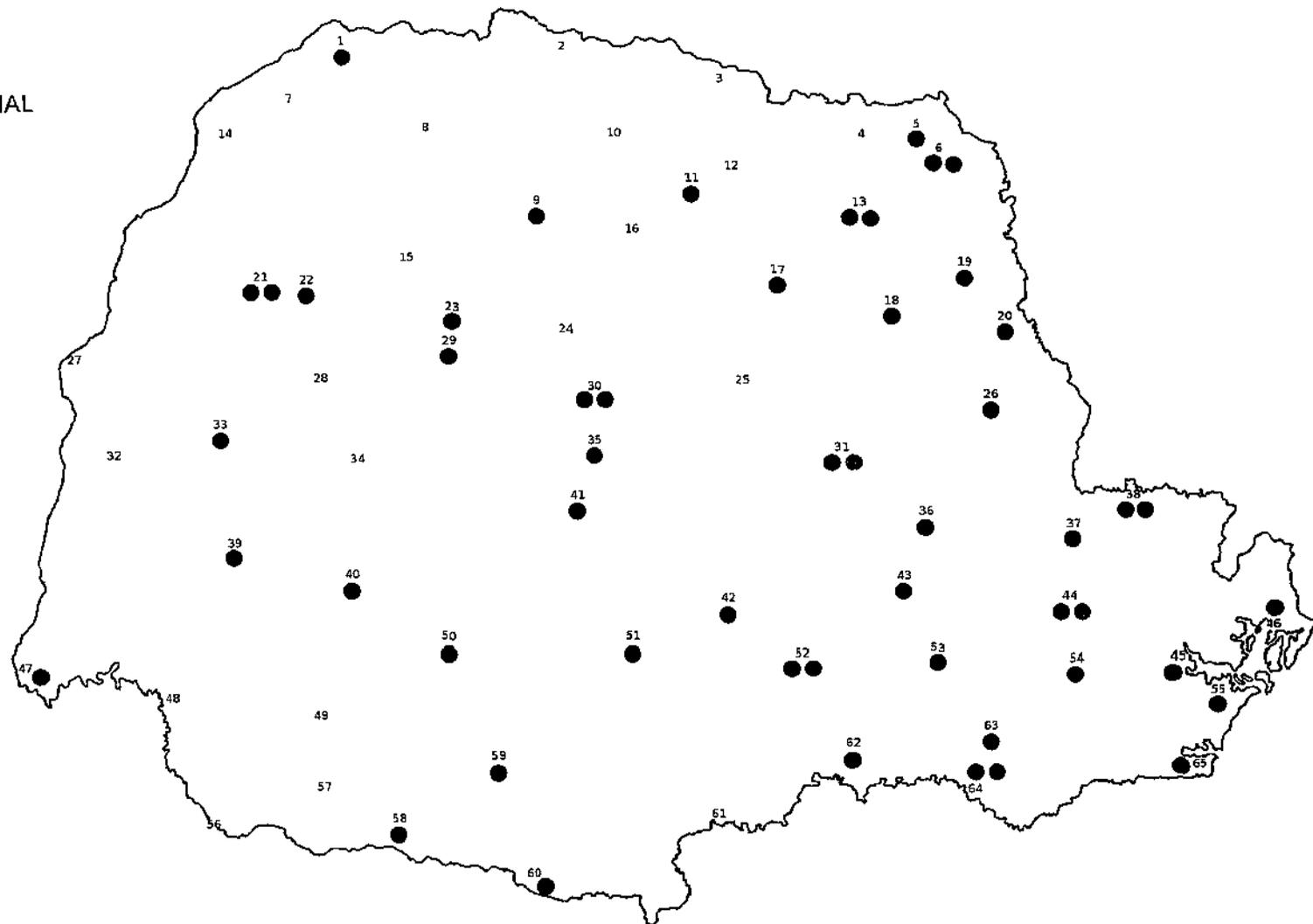
CARTA XX

PARANÁ

QUEDA DA CONSOANTE FINAL

sol, girassol, anzol

(cf. cartas 138 - 140 do ALPR)



- apagamento da consoante final
- rotacismo na consoante final

em encontro consonantal antes da vogal da sílaba, e em posição pós-vocálica. Em relação ao primeiro contexto, examinamos as seguintes cartas do ALPR: *neblina* (carta 151), *eclipse* (152), *flor* (1530), *clara* (154) e *glândula* (155). Na consideração do segundo contexto, examinamos as cartas referentes a *sol* (138), *girassol* (139), *anzol* (140), *calcanhar* (141) e *alçapão* (118).

1.3.1. Rotacismo no encontro consonantal

Carta 151: neblina

A variante lexical *neblina* ocorre em 28 localidades (- não é documentada em boa parte do centro e do sul do Estado, bem como em alguns pontos ao norte). No registro da variante, é nitidamente predominante a realização com rotacismo, atestada em 25 (89%) dessas localidades⁹⁴. As ocorrências com [bl], em que a lateral se mantém, foram registradas em 5 localidades apenas - 2, 16, 27, 32, 39 -, nas duas primeiras em alternância com variantes com rotacismo.

Em termos geográficos, o rotacismo, dentro da área de ocorrência da variante lexical, só não foi atestado nos pontos 27, 32 e 39, a oeste.

Carta 152: eclipse

Diferentemente de *neblina*, a variante lexical *eclipse* é atestada em 64 das 65 localidades investigadas, estendendo, portanto, a todo o Estado nosso campo de observação em referência ao rotacismo no encontro consonantal. Conforme os dados da carta, o rotacismo é a realização predominante, documentada em 53 localidades, em 46 como única

⁹⁴ Alguns dos dados considerados não constam da carta em si - foram recuperados das notas de Aguilera (1994: 151).

realização atestada. As variantes em que a lateral se mantém foram registradas em 18 localidades - em 10 (1, 2, 4, 7, 27, 32, 48, 54, 56, 62), como realização exclusiva. A ocorrência exclusiva de [kl] é observada em alguns pontos contíguos de oeste a sudoeste, no sudeste e ao norte. Em todo o restante do território paranaense ocorre o rotacismo.

Carta 155: glândula

A variante lexical *glândula*, registrada em 51 das localidades investigadas, manifesta-se por realizações bastante variadas. Em nossa análise, levamos em conta as variantes em que se reconhece a primeira sílaba de *glândula* pela seqüência oclusiva velar + líquida + vogal, interessando-nos, justamente, a realização da líquida.⁹⁵ Nos dados selecionados, predominam as variantes com rotacismo - [gr]ândula -, atestadas em 43 localidades. A manutenção da lateral - [gl] -, por sua vez, foi registrada somente em três localidades, em duas delas em alternância com o rotacismo. As variantes com rotacismo se distribuem pelas várias regiões do Estado.

Carta 153: flor

Enquanto nas cartas precedentes predomina a troca de líquida, na realização de *flor*, o rotacismo e a manutenção da lateral se alternam de forma equilibrada, com ligeira vantagem para a última - as variantes com [fl] ocorrem em 44 localidades, em 24 com exclusividade; as variantes com [fr] ocorrem em 41 pontos, em 21 com exclusividade; e em 20 localidades são registradas as duas pronúncias.

⁹⁵ Em várias localidades, o encontro consonantal não se mantém, perdendo-se a oclusiva ou a líquida (cf. ['gãgula, 'gãga, 'lãda]).

A situação se reflete na geografia das variantes: o rotacismo tem boa distribuição no Estado (em muitos pontos em alternância com a manutenção da lateral), todavia não é atestado em algumas áreas periféricas no oeste, no sul, no norte e no nordeste, áreas que, em geral, avançam para o centro do Estado.

Pode-se pensar em uma hipótese explicativa para o fato de o rotacismo não ser aqui predominante: a manutenção da lateral evitaria a seqüência *fror*, numa espécie de dissimilação antecipada.⁹⁶

Carta 154: clara

Em relação a *clara*, predominam as variantes que conservam a lateral (alveolar ou velarizada), atestadas em 50 localidades, em 26 como realização exclusiva. As variantes com rotacismo ocorrem em 38 pontos, em 14 como a única realização atestada, em 24 alternando com as variantes com lateral.

Em termos geográficos o rotacismo tem distribuição bastante ampla, sobretudo no centro, no nordeste e a leste do Estado. Não ocorre, todavia, em uma área contínua que, começando no norte, estende-se ao longo da fronteira oeste, continua junto à fronteira sul, penetrando, em alguns pontos, em direção ao centro.

Para se explicar a relativa resistência ao rotacismo observada em *clara*, poderíamos propor hipótese semelhante à que foi apresentada para o caso de *flor*: a manutenção da lateral teria um efeito de dissimilação antecipada, evitando a seqüência *c[r]a[r]a*.

⁹⁶ Neste caso, poderia se esperar que, ocorrendo o rotacismo, ocorresse também o apagamento do /r/ final. Não é o que se observa nos dados: a apócope do /r/ em *flor* foi pouco registrada (cf. 1.2.1.), e as ocorrências de rotacismo, maciçamente, coocorrem com a manutenção da consoante final da palavra (- só há dois registros de rotacismo concomitante com a apócope do /r/ final). Parece ter prevalecido o fato de *flor* ser monossílabo, o que favoreceria a manutenção do /r/ final (cf. 1.2.2.).

1.3.2. Rotacismo em final de sílaba

Carta 138: sol / Carta 139: girassol / Carta 140: anzol

Nas variantes lexicais *sol*, *girassol* e *anzol*, em que a lateral ocorre em final de palavra, o rotacismo concorre com a vocalização ou velarização do /l/ e com a apócope da consoante final, conforme os índices abaixo, relativos ao número de localidades em que cada realização é atestada.

	rotacismo	apócope da C final	vocalização do /l/	velarização do /l/
sol	24	0	58	24
girassol	19	5	54	10
anzol	22	19	42	13

Como se pode observar, em nenhum caso o rotacismo constitui a realização predominante, sempre em desvantagem em relação à vocalização da lateral.

Carta 141: calcanhar

Bem diferente é o que se constata na realização de *calcanhar*, variante lexical documentada em 62 localidades: o rotacismo é atestado em todos os pontos, alternando com a semivogal [w] em apenas 5 deles.

Carta 118: alçapão

De modo semelhante, na realização da variante lexical *alçapão*, atestada em 64 localidades, predominam as variantes com rotacismo, ocorrendo o /r/ na primeira ou na segunda sílaba: *a/r/çapão*, *(a)sa/r/pão*. Essas variantes são documentadas em 61 localidades, na grande maioria (53 pontos), como a única realização atestada. Em 8 pontos, o rotacismo ocorre em alternância com a velarização da lateral (a oeste e ao sul), ou com a vocalização da lateral (a oeste e mais ao norte). O rotacismo só não é atestado a oeste, em duas localidades (27 e 32); e no sudeste, no ponto 58 (e ainda no ponto 56, onde há lacuna de dados).

1.3.3. Comentário

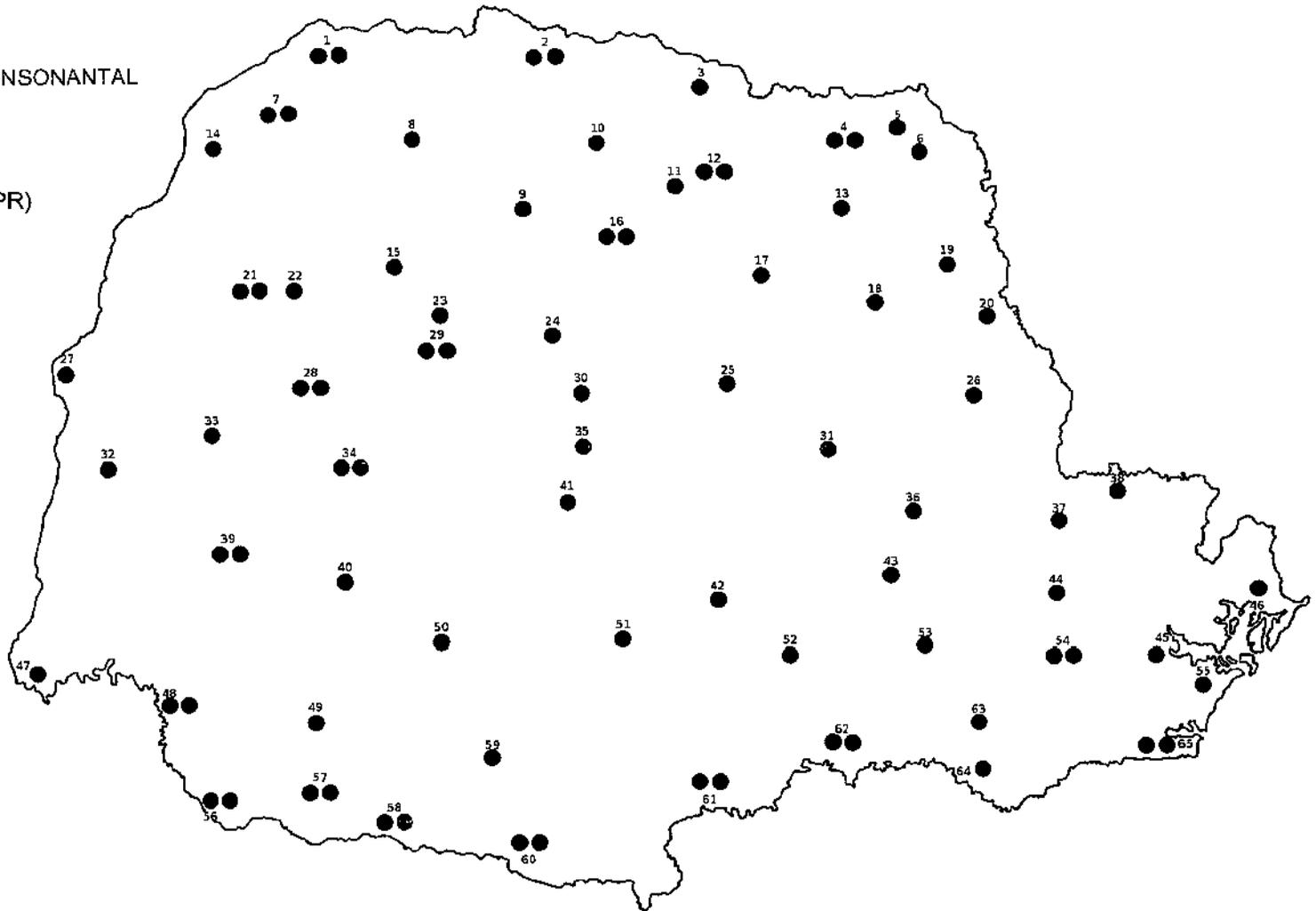
Conforme os dados analisados, o rotacismo no encontro consonantal é amplamente registrado no desempenho dos paranaenses no que diz respeito a *eclipse*, *glândula* e *neblina*, ocorrendo em menor índice na realização de *flor* e *clara*. (Nossa hipótese é que, com a manutenção da lateral em *flor* e *clara*, evita-se uma seqüência de sons de mesma natureza – fror, crara.) Comparem-se, a propósito, as CARTAS XXI e XXII, apresentadas a seguir, relativas a um e outro desses grupos de palavras, respectivamente. Na primeira carta, pode-se observar que o rotacismo é nitidamente predominante e se estende por todo o Estado – só não ocorre a oeste (pontos 27 e 32), e não são muito numerosas as localidades em que alterna com a manutenção da lateral. Já na segunda carta, observa-se que a troca da líquida ocorre quase sempre em alternância com a manutenção da lateral, e não se manifesta em 17 localidades (a oeste, ao sul, ao norte e a sudeste).

PARANÁ

ROTACISMO NO ENCONTRO CONSONANTAL

eclipse, glândula, neblina

(cf. cartas 152, 155 e 151 do ALPR)



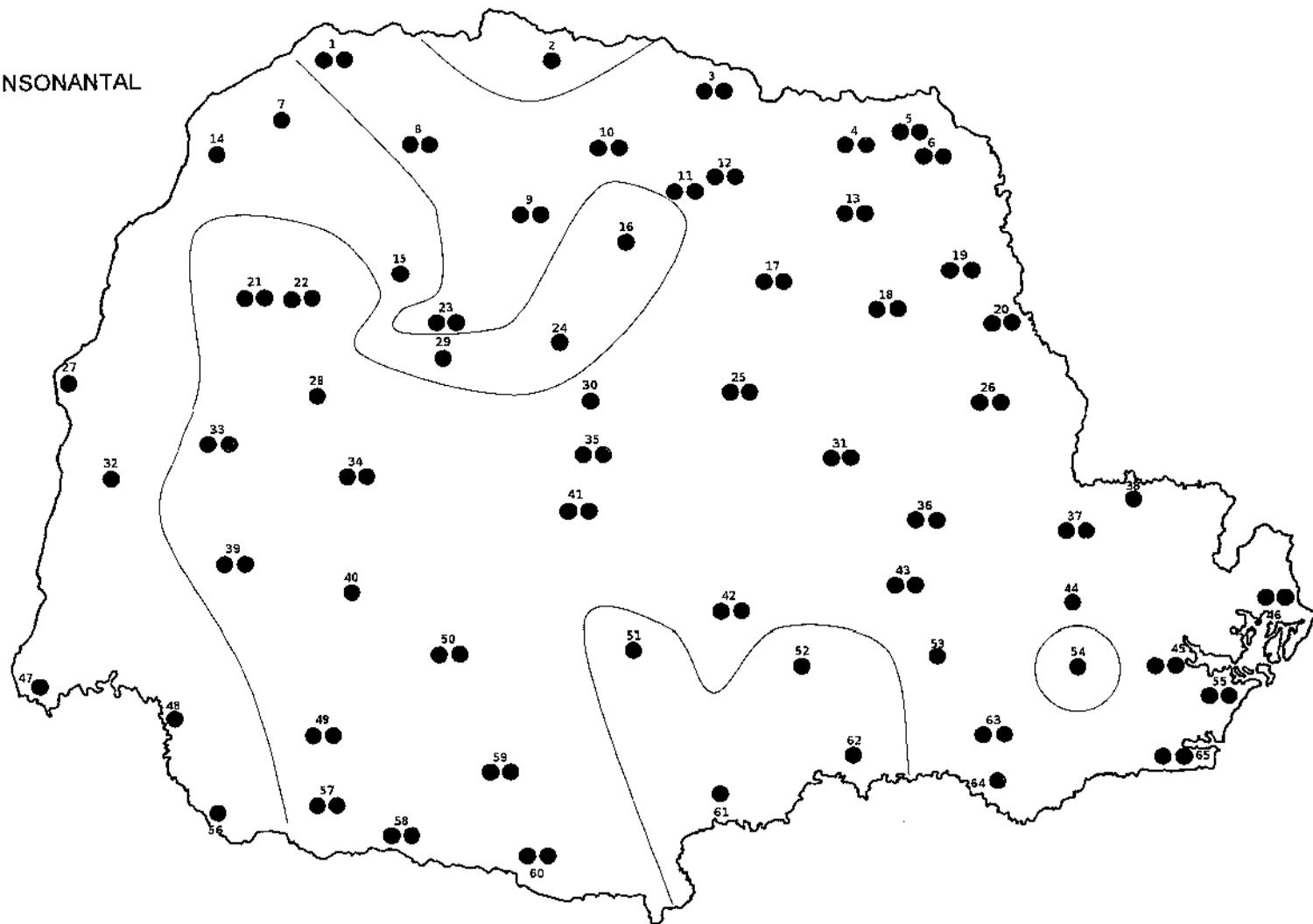
- rotacismo
- manutenção da lateral

PARANÁ

ROTACISMO EM ENCONTRO CONSONANTAL

flor, clara

(cf. cartas 153 e 154 do ALPR)



- rotacismo
- manutenção da lateral

Na posição pós-vocálica, também o índice de ocorrência do rotacismo varia dependendo da distribuição da sílaba relevante, se no final ou no interior da palavra. No primeiro caso, como se observa em *sol*, *girassol* e *anzol*, a troca da líquida nunca é predominante, e tem, em consequência, uma distribuição mais restrita. No segundo caso, o de *calcanhar* e *alçapão*, o rotacismo é geral e predominante, como se pode observar na CARTA XXIII, apresentada adiante, em que se representam os dados relativos a esses itens lexicais: a troca da líquida ocorre sobretudo como realização exclusiva, e alterna em 14 pontos com a velarização da lateral (de sudoeste a sudeste), ou com a vocalização da lateral (oeste e norte).

1.4. A iotização da lateral palatal

1.4.1. As cartas relevantes

No ALPR há oito cartas relevantes para verificarmos a iotização da lateral palatal no Paraná: *ilha* (142), *galho* (143), *folha* (144), *cangalha* (145), *silhão* (146), *pioelho* (147), *pioelho-de-cobra* (148), *milho* (149).

Carta 142: ilha

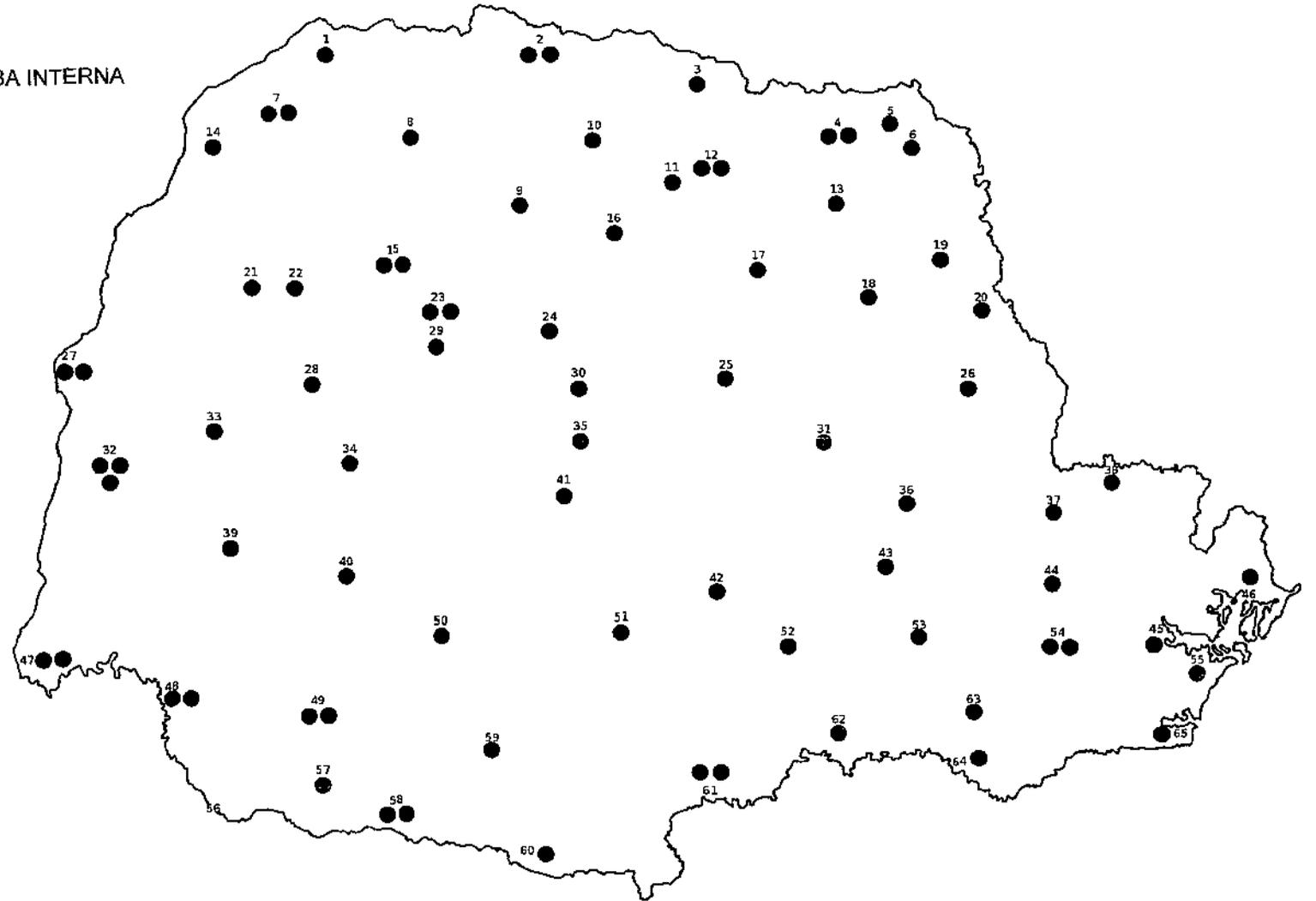
A variante lexical *ilha* ocorreu em 64 pontos. A iotização da lateral palatal (incluem-se os casos de fusão com /i/) manifestou-se nas realizações [ˈija] ou [ˈia], atestadas em 22 localidades, em 5 delas, apenas, como a única pronúncia. Predominaram, portanto, as ocorrências em que o /ʎ/ foi realizado como lateral palatal – i[ʎ]a – ou como a

PARANÁ

ROTACISMO EM FINAL DE SÍLABA INTERNA

caicanhar, alçapão

(cf. cartas 141 e 118 do ALPR)



- rotacismo
- vocalização da lateral
- velarização da lateral

seqüência lateral alveolar + semivogal – i[lj]a, realizações que, consideradas em conjunto, foram documentadas em 59 localidades.

As variantes em que ocorre a iotização não estão propriamente concentradas em uma área restrita: espalham-se na região central, ao leste, alcançam pontos ao sul, no nordeste, ao norte e a oeste, e, lembramos, quase sempre em alternância com ocorrências em que a palatal se manifesta como [ʎ] ou [lj].

Carta 143: galho

Ainda que de modo menos contundente, também nesta carta predominam as ocorrências em que a lateral se manteve, quer como palatal - ga[ʎ]o -, quer como alveolar seguida de iode - ga[lj]o -, realizações atestadas em 49 localidades. As ocorrências com iotização do /ʎ/ - ga[j]o – foram registradas em 37 localidades, em 16 delas como realização exclusiva, e se espalham por todo o Estado.

Carta 144: folha

A situação se repete nesta carta: predominam as realizações com [ʎ] ou [lj], atestadas em 58 pontos. A iotização, por sua vez, foi registrada em 41 pontos espalhados por todo o Estado, ocorrendo como realização exclusiva em 7 dessas localidades.

Carta 145: cangalha

A variante lexical *cangalha* só ocorreu em 45 localidades (70% do total). Diferentemente do que se verificou nas cartas anteriores, nesta predominam as ocorrências com iotização do /ʎ/, atestadas em 38 localidades, na maioria das vezes como realização exclusiva (31 pontos). Essas localidades se distribuem por todo o Estado. As ocorrências

com [ʎ] ou [lj] foram registradas em 14 localidades, em 7 das quais concorrendo com variantes com [j].

Carta 146: *silhão*

A variante *silhão* foi registrada em 19 localidades apenas; nos demais pontos foram atestadas outras variantes lexicais (*selim*, predominantemente), ou ausência de dados (20 pontos). Nas ocorrências de *silhão*, foi geral o processo de iotização da lateral palatal, manifestando-se o iode de forma explícita – si[j]ão -, ou fundido com o /i/ precedente – s[i]ão. Realizações desse tipo ocorreram em 18 das 19 localidades em que se documentou a variante lexical *silhão*, registrando-se apenas uma ocorrência com lateral palatal, em uma única localidade .

Em termos geográficos, a iotização em *silhão* se circunscreveu a uma área bem delimitada, correspondente à área de ocorrência da variante lexical, a saber, a parte superior do Estado, de leste a oeste, com exceção de alguns pontos no noroeste, no norte e nordeste, em que se acusou, na verdade, lacuna de dados.

Carta 147: *piolho* / Carta 148: *piolho-de-cobra*

Na carta 147, referente à forma simples *piolho*, as variantes com a iotização da lateral palatal - pio[j]o, pio[j] – ocorrem em 53 localidades, um pouco mais do que é atestado para as variantes que conservam a lateral - pio[ʎ]o -, registradas em 41 pontos. Em 29 dessas localidades há alternância entre os dois tipos de realização. Há, portanto, um certo equilíbrio entre realizações com iotização e realizações com manutenção da lateral.

Na realização da palavra composta *pioelho-de-cobra* (carta 148), registrada em 60 localidades, o processo de iotização se manifesta igualmente através de variantes em que o iode é seguido ou não da vogal átona final - *pio[j]o*, *pio[j]* -, com nítido predomínio da última constituição. Essas variantes são documentadas em 51 localidades, em 32 delas de forma exclusiva. Já as variantes que mantêm a lateral, como palatal ou como alveolar, - *pio[ʎ]o*, *pio[ʎi]*, *pio[li]* -, ocorrem, desta vez, em menor número: são registradas em 28 pontos, em 19 deles em alternância com as variantes sem a lateral. No caso da palavra composta, portanto, verifica-se que o constituinte *pioelho*, não recebendo o acento principal do vocábulo, é pronunciado de forma mais rápida, o que se evidencia na preferência pela realização com o iode, que demanda menos esforço articulatório; na síncope muito freqüente do /o/ átono; e, ainda, no registro de ocorrências (não consideradas em nossa análise) em que só a primeira sílaba da palavra é pronunciada - *pio(lho)-de-cobra*.

Carta 149: milho

Conforme os dados da carta, as ocorrências em que o /ʎ/ foi realizado como lateral - *mi[ʎ]o* - ou como lateral alveolar seguida de iode - *mi[lj]o* - foram atestadas em quase todas as localidades. Consideradas em conjunto, essas variantes ocorreram em 63 pontos. As variantes em que houve iotização do /ʎ/ ocorreram em 47 localidades, na maioria dos casos, alternando com formas com [ʎ] ou [lj]. No processo de iotização da lateral palatal, o iode se manifestou como um segmento - *mi[j]o* - ou se fundiu com a vogal precedente - [mio, miw]. Considerando as notas de Aguilera (1994: 320), observa-se que, freqüentemente, na primeira resposta, o informante usou [ʎ] ou [lj], e, em resposta a

outra questão, “em discurso mais espontâneo e distendido”, usou variantes como mi[j]o ou m[i]o.

1.4.2. Comentário

Os dados analisados nos mostram que, por um lado, a iotização da lateral palatal é observada em praticamente todo o território paranaense – em apenas uma localidade (27), a oeste, não se registrou a ocorrência do processo (cabendo a ressalva de que neste ponto há lacuna de dados referentes a *silhão* e *cangalha*, itens lexicais que apresentaram alto índice de variantes com iode). Por outro lado, a manutenção da lateral, como palatal [ʎ] ou como alveolar seguida de iode [lj], também é atestada em todo o Paraná – em todas as localidades investigadas se registrou no mínimo uma ocorrência desse tipo. Considerando o conjunto dos dados analisados, elaboramos a CARTA XXIV, apresentada a seguir, em que indicamos a distribuição geográfica das ocorrências com iotização ou com manutenção da lateral.

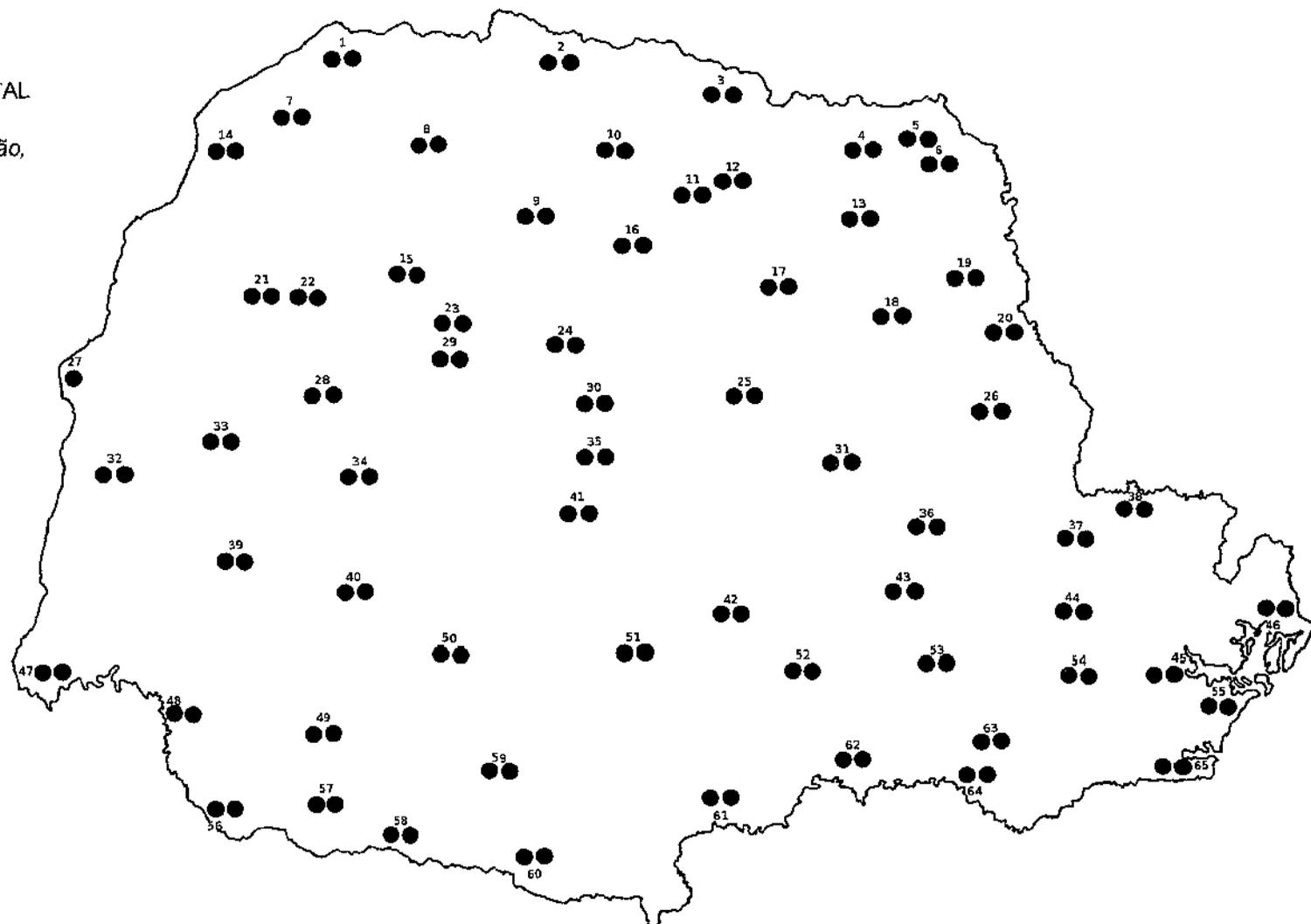
O que se conclui é que a alternância [ʎ, lj] x [j] é geral, não se mostrando particularmente relevante o fator geográfico. É preciso observar, todavia, que a representação da CARTA XXIV implica uma inegável simplificação dos fatos, já que não leva em conta que a ocorrência de um ou outro tipo de realização pode ser maior ou menor conforme a localidade e conforme o item lexical em questão. Assim, considerando carta a carta (cf. seção anterior), a alternância pode pender para uma realização ou outra, ou mostrar-se equilibrada – em referência a *ilha*, por exemplo, predominam as variantes com [ʎ, lj]; já na realização de *silhão*, *cangalha* e *pioelho-de-cobra*, predominam as variantes

PARANÁ

IOTIZAÇÃO DA LATERAL PALATAL

*ilha, galho, folha, cangalha, silhão,
piolho, piolho-de-cobra, milho*

(cf. cartas 142 - 149 do ALPR)



- iotização da lateral
- manutenção da lateral

com iotização; em relação a *pioelho*, há mais equilíbrio na concorrência. Da mesma forma, considerando as localidades uma a uma, observa-se que, em algumas, predominam as variantes com iotização da lateral palatal (nos pontos 37 e 64, por exemplo, registra-se uma única ocorrência com lateral); em outras, predominam as variantes com [ʎ] ou [lj] (nos pontos 2, 3, 32, 54, 60 e 61, ressalvando-se que há várias lacunas de dados, registra-se uma única ocorrência com iotização); em outras, há equilíbrio na alternância entre os dois tipos de variantes.

Em vista de todas essas observações, pode-se dizer que a iotização da lateral palatal é bastante geral no Paraná (só não alcançou o ponto 27), mas não é hegemônica. Conforme hipótese de Aguilera (1999: 166 – 167), em estudo sobre a iotização no português brasileiro, “em itens lexicais universais, isto é, não específicos do mundo rural, como *galho*, *folha*, *ilha*, *milho*, é mais freqüente a variante padrão, ao contrário de outras (*sic*) exclusivamente rurais, e muitas vezes arcaicas (*sic*) como *cangalha*, *arco-da-velha* (...), *silhão*, em que predomina a forma iotizada ou sincopada.” Complementarmente, podemos observar que um corpo fonológico mais extenso parece favorecer a ocorrência do processo (caso de *cangalha* e *pioelho-de-cobra*, em oposição a *ilha*). Podemos acrescentar, ainda, que as realizações com iotização, conforme as atestações referentes a *milho*, são preferidas em situação de maior espontaneidade da fala.

1.5. A redução da proparoxítona a paroxítona

1.5.1. As cartas relevantes

O ALPR traz oito cartas relevantes para verificarmos a redução da proparoxítona a paroxítona: *árvore* (104), *amígdalas* (105), *estômago* (106), *relâmpago* (107), *útero* (108), *eucalipto* (125), *eclipse* (152) e *glândula* (155).

Carta 104: árvore

Conforme os dados do ALPR referentes a *árvore*, as realizações paroxítonas foram registradas em 61 (93%) das 65 localidades investigadas e as realizações proparoxítonas, em 28 (43%) dos pontos.

A redução da proparoxítona a paroxítona se fez, basicamente, pela síncope da penúltima vogal e da consoante seguinte, resultando em formas com a estrutura VC.CV: *árv(or)e*. Houve apenas um registro de paroxítona que manteve a última consoante, resultando na estrutura VC.CCV: *árv(o)re*. As variantes paroxítonas apresentam sobretudo variação na realização da vogal átona final [i , e] e na realização do /r/ pós-vocálico (já comentado na seção 1.1.1.). A se destacar o registro de formas em que o /r/, por hipercorreção, é realizado como a semivogal [w], fato atestado não só em variantes paroxítonas como também em proparoxítonas.

Ocorrendo em grande número de localidades, as realizações paroxítonas alcançam, em termos geográficos, quase todo o Estado, não sendo atestadas apenas em dois pontos a oeste (27 e 32), um ponto a sudeste (55), e um ao norte (1).

Carta 108: útero

A variante lexical *útero* é documentada em 57 localidades, predominando as realizações paroxítonas, atestadas em 54 (94%) desses pontos, enquanto as proparoxítonas ocorrem em 9 pontos (15%).

Na redução da proparoxítona a paroxítona, alternam-se vários processos:

- síncope da penúltima vogal da palavra: *út(e)ro*;
- síncope da penúltima vogal e da consoante seguinte: *út(er)o*;
- apócope da vogal átona final, com eventual metátese do /r/: *úter(o)*, *útre(ro)*;
- queda da última sílaba: *úte(ro)*;
- queda da última consoante (e ditongação das vogais em seqüência): *úte(r)o*.

Registram-se duas ocorrências em que, além da síncope da penúltima vogal, há metátese da consoante seguinte: *úrt(er)o*.

Deste modo, as variantes paroxítonas mostram bastante diversidade, sobretudo na realização da sílaba final da palavra: *u[tru]*, *u[tro]*, *u[tu]*, *u[ter]*, *u[tre]*, *u[tri]*, *u[te]*, *u[tes]*, *u[tj]*, *u[tʃju]*, *u[t'iw]*, *u[ɫtu]*, *[oɫto]*.

Com presença maciça, as realizações paroxítonas, em termos geográficos, espalham-se por todo o Estado – sua ausência se observa apenas em duas (27, 31) das localidades em que ocorre a variante lexical.

Carta 125: eucalipto

A variante lexical *eucalipto* é registrada em 64 das localidades investigadas, ocorrendo como paroxítona em 59 pontos e como proparoxítona, em 18.

Evidenciando a rejeição dos falantes ao encontro das plosivas /pt/ antes da vogal da sílaba (Câmara Jr. 1970), a seqüência de consoantes é desfeita por um /i/ epentético nas

ocorrências proparoxítonas, e tampouco se conserva nas paroxítonas. Nas realizações paroxítonas, esse /i/ se mantém, formando sílaba com o /p/, como ocorre em [ka'lipi], ou se manifesta como semivogal, em ditongo com a vogal final átona, como se observa em [ka'lipjo].

A redução da proparoxítona a paroxítona se faz sobretudo pela queda da última sílaba da palavra, como se vê, por exemplo, em [ka'lipi, ka'lipis, ka'lipe], ou pela síncope da consoante da última sílaba, em ocorrências como [ka'lipjo, ka'lipju, ka'lipiw]. Em uma única variante observa-se o apagamento da penúltima sílaba: [ka'lito].

As ocorrências também mostram grande variação na realização da primeira sílaba da palavra, que pode se manifestar como [ew ~ aw ~ aɫ ~ a ~ o ~ zero], o que se verifica não só nas formas paroxítonas, mas também nas proparoxítonas. Em razão desses fatos, constata-se uma grande variedade de formas na realização de *eucalipto*.

Como se verificou nas cartas antecedentes, as realizações paroxítonas se estendem por todo o Estado.

Carta 152: eclipse

A variante lexical *eclipse* é atestada em 64 localidades: ocorre como paroxítona em 63 (98%) desses pontos e como proparoxítona em 5 (7%), registrando-se alternância entre as duas realizações em 4 localidades.

A seqüência /ps/ não se conserva em nenhum dos registros da carta: nas poucas realizações proparoxítonas, desfaz-se pela epêntese de um /i/, resultando em ocorrências como [e'klipisi, e'kripise, 'klipisi], de estrutura (V)CCVCVCV.

Nas formas paroxítonas, o /i/ epentético pode se manter, seguido da sibilante em coda silábica, constituindo exemplos as ocorrências [e'klipis, ew'klipis, 'klipis, 'kripis]; a redução da proparoxítona processa-se, assim, pela apócope da vogal final – (V)CCVCVC(V). A redução pode também se dar pela síncope da penúltima vogal e da consoante seguinte – (V)CCVC(VC)V –, como ocorre em [e'klipe, e'kripe, 'klipe, 'kripe]. Ocorrências como [e'kripi, i'kripi, 'klipi, 'kripi], a rigor, podem se explicar tanto pelo último processo, tendo em vista a possibilidade de alçamento do /e/ átono final (cf. exemplos de proparoxítonas), como pelo apagamento da última sílaba da proparoxítona, tornando final o /i/ epentético. A vogal final das paroxítonas pode, ainda, ser realizada pelas posteriores [o, u], como em ['kripo, 'krizo, 'krizu], provavelmente por influência do gênero da palavra. Variantes com [z], como os dois últimos exemplos e também ['krize], registradas em 15 localidades, poderiam implicar um outro processo de redução das proparoxítonas, a saber, síncope da penúltima sílaba – (V)CCV(CV)CV, seguida do vozeamento da sibilante.

Em termos geográficos, as realizações paroxítonas, amplamente atestadas, estendem-se por todo o Estado, só não se registrando na localidade 32, a oeste (e no ponto 18, por lacuna de dados).

Carta 105: amígdalas

A carta traz poucos dados (em 40 localidades não há nenhum registro para *amígdalas*, e em 12, documentou-se apenas a resposta de um dos informantes). Nas formas documentadas (25 localidades), há mais realizações paroxítonas que proparoxítonas – as primeiras foram atestadas em 16 localidades e as últimas, em 12 pontos. De uma maneira geral não se realizou a seqüência consonantal /gd/ como tal, nem foi ela resolvida pela epêntese de uma vogal, o que resultaria em uma forma bisesdrúxula (a.mí.gui.da.la). O /g/, todavia, se manteve em várias ocorrências, integrando a penúltima sílaba em proparoxítonas, ou a sílaba final de paroxítonas, conforme os exemplos [a'migola, a'migula, a'miglas, 'migla, a'mīgwa].

Nas formas proparoxítonas, atestou-se variação na realização da consoante e da vogal da penúltima sílaba: [d ~ g], [a ~ o ~ u].

As variantes paroxítonas, por sua vez, apresentam diversidade sobretudo na realização da sílaba postônica: (a)mi[glas], ami[dla], ami[da], ami[du], mas também mostram algumas realizações surpreendentes na sílaba tônica: a['miwda], a['mīgwa].

Pelos exemplos citados, observa-se que a redução da proparoxítona se faz pela síncope da penúltima vogal, às vezes com a C precedente, ou pela queda da sílaba final.

A ocorrência significativa de realizações proparoxítonas talvez se explique por não ser tão usual a palavra *amígdalas*, o que também explicaria variantes mais inesperadas, tanto proparoxítonas como paroxítonas: [az'midula, a'migola, 'miglas, a'miwda, a'mīgwa].

Carta 107: relâmpago

A variante lexical *relâmpago* é atestada em 55 localidades, ocorrendo como paroxítona em 47 desses pontos e como proparoxítona em 26.

Assim como se verificou em Minas Gerais, as variantes proparoxítonas apresentam grande diversidade nas sílabas finais da palavra: *relâm[pagu]*, *relâm[pago]*, *relâm[pogu]*, *relâm[pugu]*, *relâm[padu]*, *relâm[pido]*, *relâm[pidu]*, *relâm[piu]*.

A redução da proparoxítona a paroxítona se faz pela síncope da penúltima vogal e da consoante seguinte: *relâmp(ag)o*. Nas variantes paroxítonas atestadas, a vogal átona final se realiza como [o] ou [u], ou se ditonga em [jo, ju]: *relam[po]*, *relam[pu]*, *relam[pjo]*, *relam[pju]*.

Embora não sejam nitidamente predominantes, as realizações paroxítonas se distribuem por praticamente todo o Paraná (em parte, alternando com as proparoxítonas) – só não ocorrem em 8 localidades (das 55 que registram a variante lexical). Essas localidades (2, 5, 26, 27, 32, 50, 55, 65) não formam uma área compacta, antes, constituem focos em pontos variados do Estado.

Carta 155: glândula

Em relação à variante lexical *glândula*, atestada em 51 localidades, verifica-se um equilíbrio entre as realizações paroxítonas e proparoxítonas, registradas em 34 e 32 pontos, respectivamente, sendo 15 em alternância.

Nas variantes proparoxítonas observa-se bastante diversidade na realização da penúltima consoante: poucas vezes se manteve como [d], sendo mais freqüente a

ocorrência de [g] ou [n], por assimilação de traços da primeira sílaba (cf. ['grãdula, 'grãgula, 'grãgola, 'grãnula]). Na primeira sílaba, por sua vez, registra-se o rotacismo, mais freqüentemente, ou a perda da líquida (cf. ['grãgula, 'gãgula]). Também na consoante da última sílaba há variação da líquida (cf. ['gãgola, 'gãgora]. Essas alternâncias fonéticas, como se verá na exemplificação a seguir, também se observam nas paroxítonas (além dos processos de redução que lhes são próprios).

A redução da proparoxítona a paroxítona se faz sobretudo pelo apagamento da penúltima vogal e da consoante seguinte - *glând(u)la* -, acrescido das assimilações anteriormente mencionadas, o que resulta em ocorrências como ['grãna, 'grãga, 'gãga, 'grãda, 'lãda]. Outro processo de redução, menos freqüente, consiste na síncope da penúltima vogal, *glând(u)la*, com possibilidade de troca da líquida (cf. ['gãgla, 'gãgra, 'grãgra, 'lãdra]. Um caso diverso, registrado em apenas uma localidade, é constituído por ['gãgwa, 'glãgwa], em que há síncope da última consoante, seguindo-se uma ditongação das vogais em contigüidade.

Carta 106: estômago

Diferentemente do que se constatou nas outras cartas analisadas, em referência a esta variante lexical, documentada em 64 localidades, predominam as realizações proparoxítonas, atestadas em 58 pontos, enquanto as paroxítonas são registradas em 28 pontos.

Os dados mostram grande diversidade de formas proparoxítonas, incidindo a variação na primeira vogal da palavra [i ~ e], na vogal tônica [o ~ õ ~ a ~ o], na vogal da penúltima sílaba [a ~ a ~ e ~ i ~ o ~ u], na vogal final [o, u].

A redução da proparoxítona se faz sobretudo pela síncope da penúltima vogal e da consoante seguinte – *estôm(ag)o* -, resultando em realizações como [istãmu, istomo]. Atesta-se também a síncope da penúltima vogal – *estôm(a)go* -, mas é mais freqüente cair junto a consoante nasal, mantendo-se o traço nasal na vogal antecedente, o que se pode observar em ocorrências como [is'tãgu, is'tõgo]. A consoante nasal também pode deixar seu reflexo na consoante seguinte, que se realiza como bilabial (cf. [is'tãbu, es'tãbo]).

1.5.2. Comentário

De um modo geral, os dados do ALPR mostram a presença de realizações paroxítonas em vez de proparoxítonas por todo o território paranaense, como se pode verificar na CARTA XXV, apresentada a seguir, em que os dados das oito cartas analisadas são considerados em conjunto. Constata-se que em todas as localidades foi registrada pelo menos uma ocorrência paroxítona.

Por outro lado, as ocorrências proparoxítonas também foram registradas em praticamente todo o Estado (constituindo exceção o ponto 40). Pode-se concluir que o fator geográfico não parece ser definitivo na alternância.

Considerando-se carta a carta, constata-se que, de um modo geral, predominam as formas paroxítonas (só em relação a *estômago* a situação se inverteu, e, em *glândula*, há equilíbrio na alternância paroxítona/proparoxítona), o que mostra o avanço do processo de redução da proparoxítona pelo Paraná. As diferenças observadas entre as cartas, no que se

CARTA XXV

PARANÁ

REDUÇÃO DE PROPAROXÍTONA

*árvore, amígdalas, estômago, relâmpago,
útero, eucalipto, eclipse, glândula*

(cf. cartas 104 – 108, 125, 152, 155 do
ALPR)



- realizações paroxitonas
- realizações proparoxitonas

refere à maior ou menor ocorrência de um ou outro tipo de realização, podem ser associadas ao item lexical em questão. Assim, por exemplo, *eclipse* e *útero* favorecem a redução da forma à paroxítona, o mesmo se podendo dizer de *árvore* e *eucalipto*, ao passo que *estômago* favorece a manutenção da pronúncia proparoxítona.

1.6. Conclusão

Tendo examinado as cartas pertinentes do ALPR em relação às cinco variantes fonéticas selecionadas para nosso estudo, podemos, resumidamente, apontar as conclusões que se seguem.

1. De um modo geral, pode-se dizer que o retroflexo é um traço marcante da pronúncia paranaense, visto que:

- a variante é atestada em praticamente todo o Estado (com exceção da localidade 56, a sudoeste);
- na maior parte dessas localidades, a variante é a única realização atestada ou a realização predominante;
- em várias localidades, a retroflexão é registrada em grau mais acentuado (retroflexa médio-palatal).

Deve-se esclarecer, todavia, que essa descrição se refere ao contexto pós-vocálico (cf. CARTAS XIII, XIV, **Quadro 1**, seção 1.1.1.); na posição intervocálica a ocorrência da variante é muito mais restrita em termos diatópicos (cf. CARTA XVIII) e em termos de consistência no uso.

Não obstante o fato de o retroflexo pós-vocálico ter uma presença marcante no Paraná, deve-se precisar que, no contexto em questão, o tepe e/ou a vibrante alveolar são

também registrados, em maior ou menor grau de ocorrência, em grande parte do Estado, alternando com a retroflexa. Nessa alternância, em termos gerais, a realização retroflexa tem sempre maior alcance (cf. **Quadro 1**, seção 1.1.1.), e ocorre de forma exclusiva ou predominante na maior parte das localidades investigadas (cf. CARTA XVII), como já assinalamos. Todavia, as variantes não retroflexas não têm uma presença desprezível, e, particularmente, ocorrem de forma mais significativa (isto é, em índices superiores ou equivalentes aos da retroflexa) em uma área que acompanha a fronteira sul, quase integralmente, avança e se amplia a oeste, e ainda forma duas ilhas no interior do território paranaense (cf. CARTA XVII). Conquanto não exclua totalmente a realização retroflexa (lembramos que isso só ocorre na localidade 56), essa área poderia se reconhecer como uma zona de maior resistência a essa variante. Em contraposição, em todo o restante do território paranaense a retroflexa tem presença notável, cabendo destacar uma extensa área que vai do norte ao sudeste, incluindo o centro e o nordeste - nessa área, não só o retroflexo pós-vocálico ocorre de forma mais consistente (isto é, como realização exclusiva ou predominante), mas também aí se concentram as ocorrências da retroflexão em grau mais acentuado (cf. CARTA XV) e da retroflexa intervocálica (cf. CARTA XVIII), que, como já mencionamos, não é tão comum. O acúmulo desses três fatores nos leva a identificar essa área como mais tipicamente associada à retroflexão no Paraná. Essa área, justamente, tem contigüidade com a fronteira de São Paulo, e refletiria a influência paulista, que aí teria penetrado e se mantido. Por outro lado, a área anteriormente identificada como de maior resistência à retroflexa está distante geográfica e historicamente dos paulistas, e delimitaria o alcance do uso mais consistente desse traço tipicamente caipira.

2. As demais variantes fonéticas estudadas, como explicitamos a seguir, mostram uma distribuição geral no Paraná, apesar de coexistirem com variantes concorrentes, quase sempre de distribuição também ampla, o que esvazia o peso do fator geográfico e dificulta ou inviabiliza a delimitação de isoglossas precisas.

a) Conforme o conjunto dos dados analisados, a apócope do /r/ foi atestada em todo o Estado, com exceção da localidade 56, a sudoeste (cf. CARTA XIX, seção 1.2.2.). Se o fator geográfico não se mostrou particularmente relevante, o contexto lingüístico mostrou-se pertinente: os nomes terminados em /r/ favorecem a apócope (cf. CARTA XIX), enquanto os nomes terminados em /l/ desfavorecem (cf. CARTA XX, 1.2.2.); entre os nomes terminados em /r/, o processo é quase sistemático em não-monossílabos (*calcanhar, coador*), e desfavorecido em monossílabo (*flor*); no conjunto dos nomes terminados em /l/, da mesma forma, o monossílabo mostrou maior resistência ao processo (cf. *sol x girassol, anzol*).

b) O rotacismo, conforme o conjunto dos dados analisados, estende-se a todo o Paraná, com uso mais restrito a oeste, observando-se, todavia, a atuação do contexto lingüístico em dois aspectos:

- no encontro consonantal antes da vogal da sílaba, a ocorrência do processo é menor se resulta em uma seqüência de sons semelhantes (*fror, crara*) (comparar CARTAS XXII e XXI);
- na posição pós-vocálica, também é menor o índice de ocorrência do rotacismo se a sílaba em questão é a final da palavra.

c) A iotização da lateral palatal também se estende por todo o Estado (só não sendo atestada na localidade 27, a oeste), mas sempre em alternância com [ʎ] e/ou [lj]. A

presença maior ou menor da iotização ou da manutenção da lateral depende do item lexical em questão – itens mais próprios do universo rural favoreceriam a iotização e itens de uso geral favoreceriam a variante padrão (Aguilera 1999, Pontes 1999). Parece-nos, também, que itens mais extensos favoreceriam a realização iotizada (cf. *cangalha*, *piolho-de-cobra* x *ilha*), bem como situações de maior espontaneidade na fala (cf. observações referentes a *milho*).

d) Conforme os dados analisados, a redução da proparoxítona é atestada em todas as localidades do Paraná, mas a realização proparoxítona também se estende por todo o Estado (só não é registrada no ponto 40). Nessa alternância, observa-se que, na maioria das cartas, predominam as variantes paroxítonas, o que parece apontar a expansão do processo de redução da proparoxítona no Paraná. Certos itens se mostram mais suscetíveis ao processo, como *eclipse*, *útero*, *eucalipto*, *árvore*; já *estômago* mostra resistência à redução, sendo o único item em que predominam as variantes proparoxítonas.

Como verificamos até aqui, embora essas quatro variantes fonéticas focalizadas – apócope do /r/, rotacismo, iotização da lateral palatal e redução da proparoxítona -, tenham uma ocorrência bastante geral no Paraná, todas elas coexistem com variantes alternativas de presença maior ou menor no desempenho dos informantes. Na consideração da alternância nos diferentes casos, observa-se certa consistência de alguns pontos que, de um modo geral, mostram maior resistência às variantes não-padrão. É o caso sobretudo das localidades 27 e 32, a oeste, e, 47, 48, 56, 57, a sudeste, que mostram, por exemplo, resistência à iotização da lateral, ao rotacismo, à redução da proparoxítona. Essas localidades, juntas, formam uma área contínua que vai de sudoeste a oeste, e que é mais ou menos coincidente com o que já apontamos como a área de resistência ao retroflexo. Se

considerarmos informações referentes à história do povoamento do Paraná, veremos que essas áreas (oeste, sudoeste) correspondem a momentos e movimentos migratórios específicos da ocupação do Paraná, diferentes dos que envolveram a atuação de paulistas (cf. cartas dos Anexos 1 – 6, de Aguilera 1994). Essas áreas, ocupadas sobretudo a partir de 1900, integram a que Aguilera (1996: 8) identifica como “a do **Paraná moderno do sudoeste e oeste**, dos criadores de suínos e plantadores de cereais que, pelas origens e interesses históricos, ficou, de início, mais diretamente ligada ao Rio Grande do Sul”. Não é gratuita a ressalva do circunstancial *de início* no texto citado. Pelo que observamos nos dados, as localidades a que nos referimos mostram, em geral, um comportamento diferenciado, mas, certamente por força do contato com áreas vizinhas do interior do Estado, esse comportamento é mais de resistência e não de bloqueio total à penetração dos usos lingüísticos das comunidades próximas. Deve-se mencionar, ainda, que também a localidade 54 (Curitiba) mostra certa resistência às variantes não-padrão, o que poderia se explicar pela influência de um modelo padrão que emana da capital.

2. NÍVEL LEXICAL

O ALPR reúne farto material lexical, exposto em 92 cartas, centradas em dois grandes campos semânticos: TERRA (natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo; flora e fauna) e HOMEM (partes do corpo, funções, doenças, vestuário e calçados, agricultura, brinquedos e jogos infantis). Nesse material procuramos identificar vocábulos comuns ao léxico caipira reunido por Amaral (1920). Lembramos que os dados dos dois *corpora* não são propriamente convergentes, visto que decorrem de objetivos e metodologia diferentes. Apesar disso, encontramos, em várias cartas do ALPR, itens

lexicais que também figuram no vocabulário de Amaral (1920). Em alguns casos, porém, a variante em questão tem uma ocorrência pouco expressiva⁹⁷, ou não aponta um referente exatamente igual ao anotado por Amaral⁹⁸, ou mostra uma ocorrência geral e homogênea⁹⁹ em todo o Estado. Para nossos propósitos, selecionamos algumas cartas, de forma a privilegiar itens cujo uso define isoléxicas no interior do território paranaense ou que são reconhecidamente mais antigos (o que se confirma em avaliações dos próprios informantes, registradas nas notas de Aguilera (1994)). Sempre que possível, valemo-nos das cartas sintético-analíticas do ALPR.

2.1. As cartas

Carta 2: rio pequeno / Carta 163: córrego, sanga, arroio

A carta 2 do ALPR registra 6 variantes lexicais para o referente 'rio pequeno': *córrego, arroio, sanga, ribeirão, riacho, lajeado*. A primeira delas, *córrego*, integra o léxico reunido por Amaral (1920 / 1982: 119), aí figurando como *córgo*, conforme a pronúncia característica do dialeto caipira, assim representada pelo Autor. Conforme os dados da carta 2, sintetizados na carta 163, reproduzida a seguir, a variante *córrego* é documentada em todo o norte do Paraná, avançando para o interior do Estado e para o

⁹⁷ *Relâmpago*, por exemplo, registrado por Amaral (1920 / 1982: 175), ocorre na carta 28 do ALPR em apenas 10 localidades (sobretudo no norte do Estado), de forma esparsa. Acresce que a carta apresenta respostas como *tempestade, tormenta, trovejano*, o que nos faz suspeitar que a pergunta feita ao informante abria a possibilidade de respostas que iam além do referente preciso de *relâmpago*, resultando em ocorrências que não são exatamente variantes lexicais do termo.

⁹⁸ Por exemplo: *trilho* e *carreiro* são formas documentadas na carta 10 do ALPR em referência a "*caminho do gado no pasto*". Essa restrição de sentido não é contemplada no registro de Amaral (1920 / 1982: 111), onde se anota "*carrêro, carreirinho, s. m. – caminho estreito, trilho.*"

⁹⁹ É o caso de *indez* (carta 113), *picumã* (carta 115), *baixeiro* (carta 111), por exemplo, de uso geral no Estado, com variação de pronúncia, representada em cartas fonéticas do ALPR.



sudeste, e em alguns pontos isolados no sul. Nessas áreas, ocorre predominantemente como forma exclusiva, e em alguns pontos, em alternância com *sanga* e/ou *arroio*. A ocorrência maciça de *córrego* se verifica em áreas de influência de paulistas – a leste, onde, mais ao sul, penetraram os bandeirantes, ainda no século XVII (de que resultou o primeiro núcleo de povoamento do Paraná), e por onde, em direção a Sorocaba, posteriormente transitaram os tropeiros; ao norte, onde se estabeleceram, já no século XX, os fazendeiros paulistas que se dedicaram à cultura do café. A se destacar que, em seu limite setentrional e oriental, essa grande área faz fronteira com o Estado de São Paulo, favorecendo a continuidade do contato com os paulistas.

Carta 18: arco-íris / Carta 165: arco-da-velha

A lexia *arco-da-velha*, que Amaral (1920 / 1982: 90) registrou na fala do caipira paulista, foi atestada tanto em Minas Gerais, como no Paraná. Conforme os dados da carta 18 do ALPR, é uma das três variantes lexicais usadas pelos informantes paranaenses para ‘arco-íris’: *arco-íris* foi documentada em todas as localidades, *arco-da-velha/do velho* foi atestada em 44 pontos, e *(arco-da-)aliança*, em 8. *Arco-da-velha*, portanto, ocorre sempre em alternância com *arco-íris*, e, conforme as notas de Aguilera (1994: 58; 1999: 162), freqüentemente como segunda resposta do informante¹⁰⁰, emitida ao ser indagado sobre “outro nome” ou “o nome mais antigo” para o referente. Outras evidências confirmam a variante como mais antiga: comentários dos informantes identificam-na como a forma usada pelos pais ou avós, pelos “mais velhos”, pelos “antigos”, “antigamente”, “lá no mato”, ou usada pelo informante no seu tempo de “criança”, fato já apontado por Aguilera

¹⁰⁰ Só em 9 pontos a forma ocorreu “espontaneamente como primeira resposta e sempre pela informante feminina”, e em um ponto (30) “como forma única e exclusiva dos dois informantes”. (Aguilera 1999: 162)

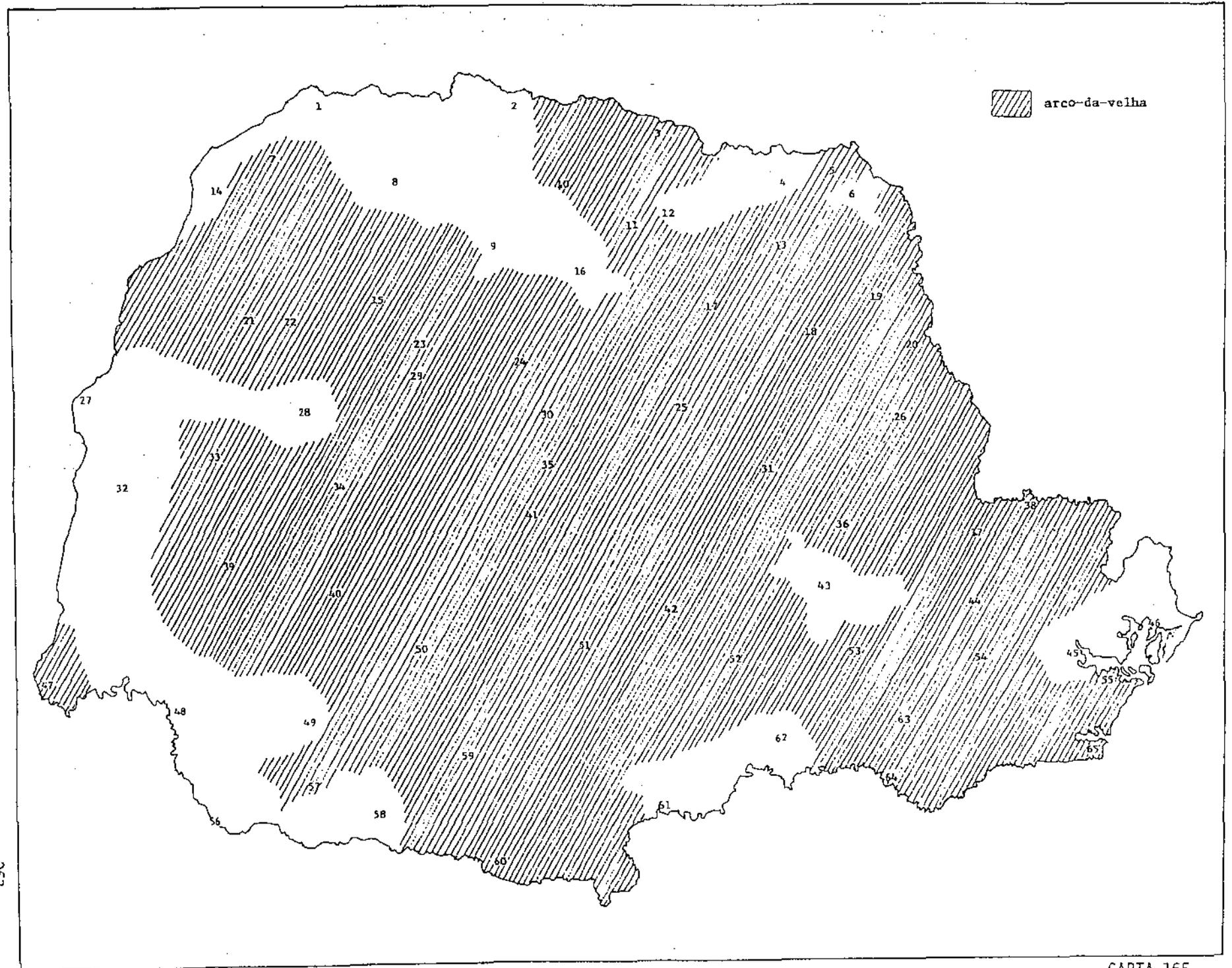
(1999) e Pisciotta (2000). Em contraste, *arco-íris* é vista como a forma “mais comum”, e associada ao uso de “hoje” ou dos “mais novos”. A avaliação abaixo reproduzida exemplifica essa visão:

“ah, falam dos dois jeito, um fala uma coisa, outro fala outra... É, agora os mais novo fala **arcu-íri** e os mais velho quase tudo fala **arco-de-véio**”. (Aguilera 1994: 58, ponto 20, inf. B)

Em termos diatópicos, como se pode observar na carta 165 do ALPR, reproduzida a seguir, *arco-da-velha* se estende por grande extensão do Estado e, confirmando seu caráter de forma mais antiga, por um lado, é documentada em todo o Paraná tradicional, e, por outro lado, não é registrada em áreas de povoamento mais recente, no sudoeste, oeste e noroeste. Embora o uso de *arco-da-velha* não se restrinja ao dialeto caipira, conforme já apontamos, a distribuição da variante no Paraná é compatível com a hipótese de que ela tenha sido introduzida por paulistas, em momentos mais distantes do povoamento do território paranaense, visto que seu uso emana de áreas de antiga penetração paulista (nos séculos XVII, XVIII e XIX).

Carta 52: beija-flor / Carta 174: cuitelo

Conforme os dados da carta 52, os informantes paranaenses usaram duas variantes lexicais para ‘beija-flor’: *beija-flor*, forma de uso geral (só não foi atestada na localidade 45); e *cuitelo*, registrada em 42 pontos. A última variante figura no léxico caipira reunido por Amaral (1920 / 1982: 122), com observação do Autor sobre a etimologia da palavra (“forma antiga de **cutelo** do lat. **cultellu(m)**”).



arco-da-velha

253

Houaiss e Villar (2001) e Ferreira (1975) registram o uso de *cuitelo* para ‘beija-flor’, apontando o caráter regional da variante - Houaiss e Villar indicam, como área de uso do termo, MS, MT e SP; Ferreira indica SP e observa: “entre os caipiras, designação comum aos beija-flores”.

Observando a distribuição de *cuitelo* no Paraná (cf. carta 174 do ALPR, reproduzida a seguir), constata-se que a variante, sempre em alternância com *beija-flor* (exceto no ponto 45, onde ocorre como forma exclusiva), é documentada nas zonas mais antigas do Paraná, não sendo registrada, por outro lado, em extensa área que vai de norte a oeste, bem como a sudoeste, zonas mais novas do Estado. Acrescente-se que, nas notas de Aguilera (1994: 126), figuram observações de vários informantes, como as abaixo reproduzidas, que identificam a forma como a mais antiga:

“... meu pai que falava” (loc. 22 inf. A)

“o primeiro nome nosso era **cuitelo**” (loc. 25 inf. B)

“primero nós conhecia por **cuitelo**” (loc. 40 inf. B)

“nós lá no mato fala **cuitelo**” (loc. 44 inf. A)

“nós chamamo, aqui antigo, nós chamava **cuitelo**” (loc. 55 inf. B)

“antigamente, sempre no meu tempo de moleque, só falava **cuitelo**” (loc. 30 inf. B)

Beija-flor seria, então, a forma mais usual e mais nova, embora, em algumas localidades, as duas variantes sejam vistas em pé de igualdade pelos informantes:

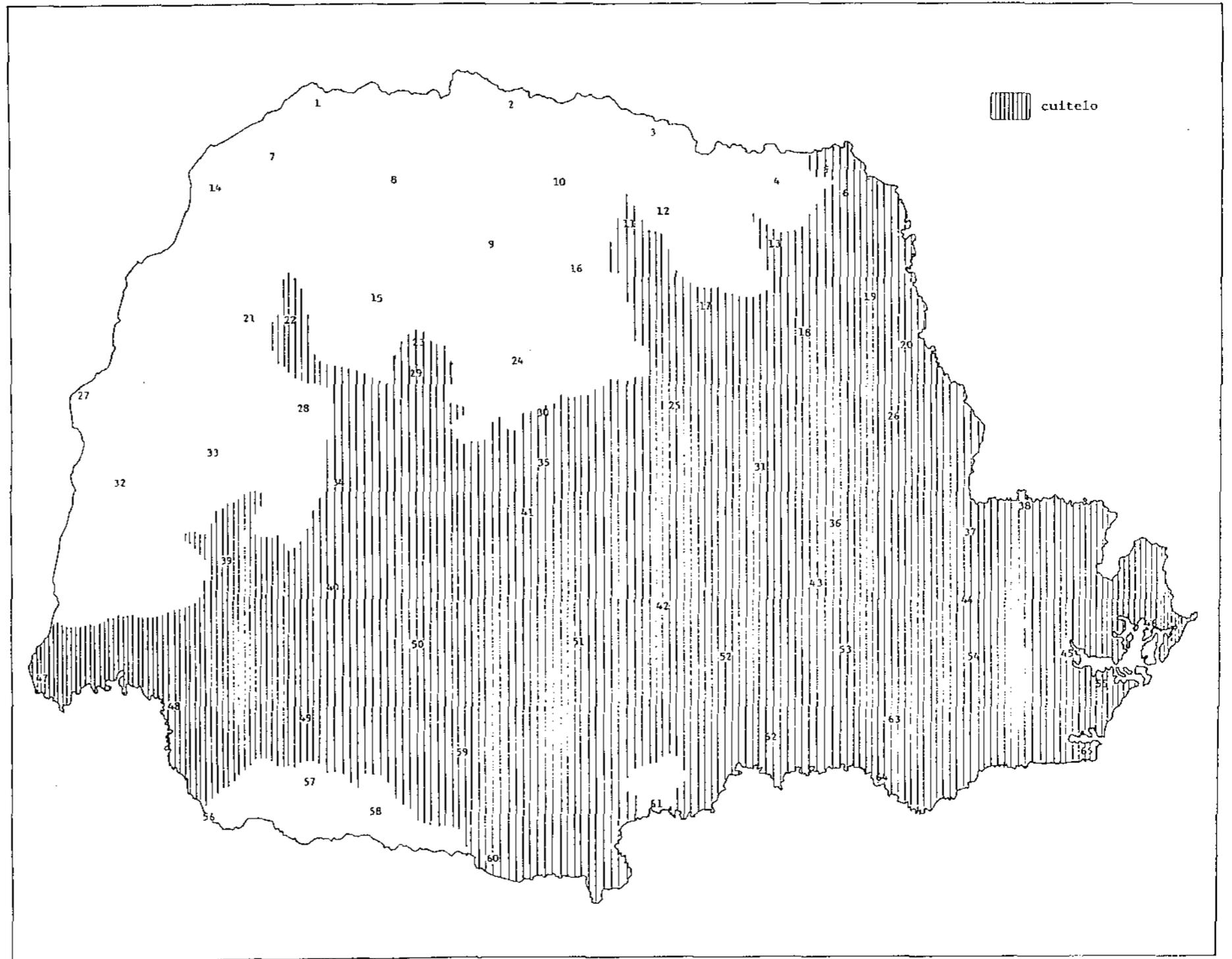
“aqui nós falamo **cuitelo** ô **beja-flor**, é um só, né” (loc. 20 inf. A)

“eu memo trato quase só de **beja-fror**, mais (...) tem os dois nome” (loc. 20 inf. B)

“é **cuitelo** (...) e **beja-fror**, (es)ses dois nome. A maió parte tem por **beja-flor**, né”

(loc. 53 inf. B)

“uns fala **beja-frô**, oto fala **cuitelo**, né” (loc. 6 inf. A)



Por todos os argumentos precedentes, pode-se concluir que *cuitelo* é uma forma antiga, que está perdendo terreno para *beija-flor*, mas ainda mostra vigor, pelo menos em algumas localidades. Considerando que ela ocorre em áreas historicamente marcadas pela presença dos paulistas, pode-se supor que tenha sido introduzida por eles – lembre-se que a forma é registrada em dicionários gerais como característica de SP (mais especificamente dos caipiras paulistas), e também do MS e MT, áreas em que a influência caipira é reconhecida (Almeida 2005).

Carta 37: picada

Conforme os dados da carta 37 do ALPR, *picada* é a variante lexical mais usada no Paraná para “caminho feito a machado no meio do mato”, alternando com *carreador* (carreadouro), *carreiro*, *estrada* e *trilho*. O termo foi registrado por Amaral (1920 / 1982: 165) com o mesmo sentido: “passagem aberta através do mato.(...) Entre nós é de emprego comuníssimo”. Trata-se de vocábulo antigo: Houaiss e Villar (2001) indicam 1789 como a data de registro do uso da palavra nessa acepção.

Em termos diatópicos, *picada* tem ampla distribuição no Paraná, como se pode observar na CARTA XXVI, apresentada a seguir¹⁰¹. Na área ao sul, em que a variante não é documentada, atesta-se sobretudo a ocorrência de *carreiro* (que avança para outros pontos no interior do Estado), e de *carreador* (por *carreadouro*). Tanto *carreiro* como *carreador* são registrados por Amaral (1920 / 1982:111), mas sem a restrição de sentido anotada para *picada* (“carrêro, carreirinho: caminho estreito, trilho”; “carreadô(r): caminho entre plantações”). Pode-se supor que *carreiro*, atestado nessa área do sul em que *picada* não é

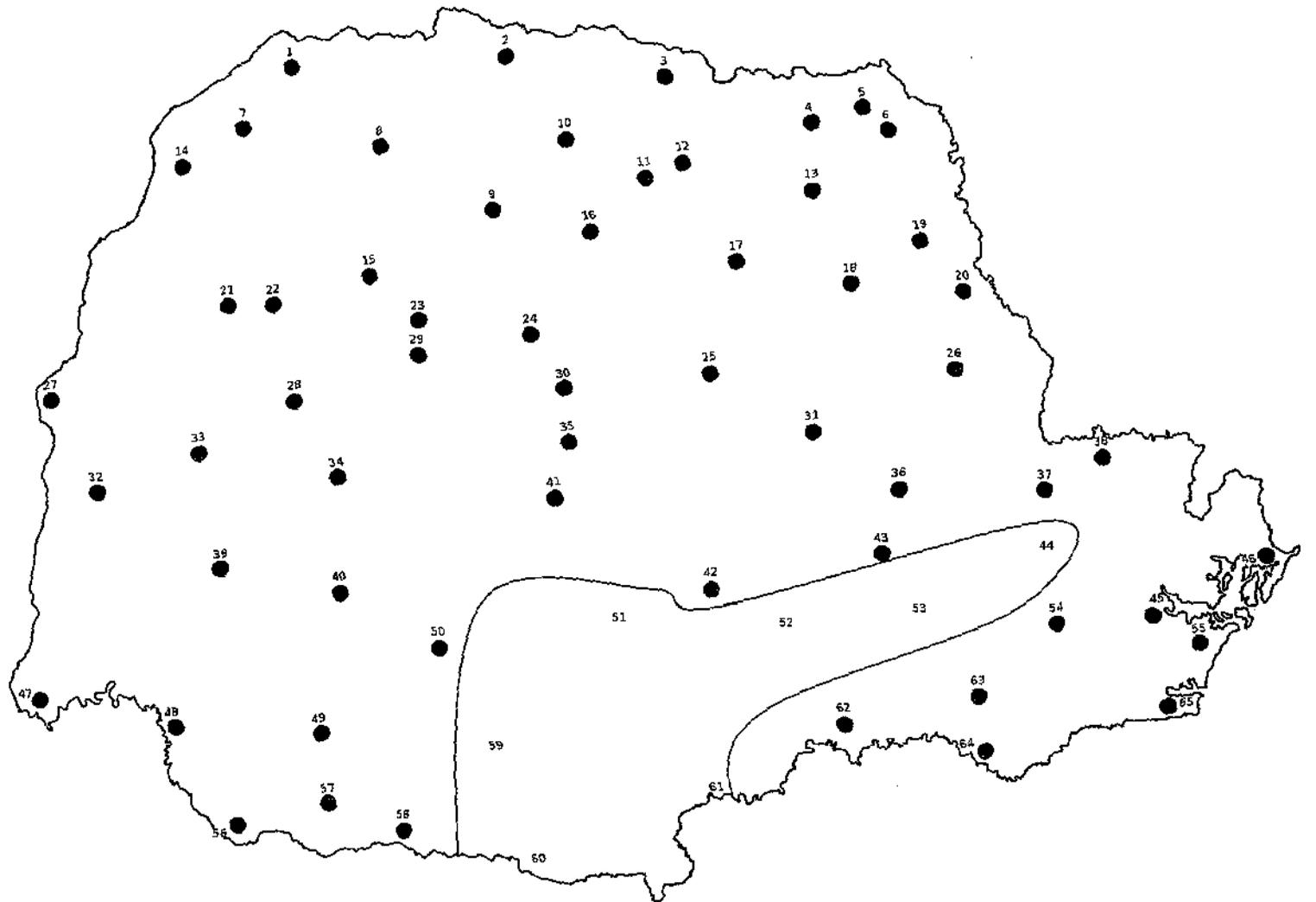
¹⁰¹ O registro no ponto 50 não está na carta 37, mas se fez a partir das notas de Aguilera (1994: 96), em que se informa que a variante foi obtida na repergunta.

CARTA XXVI

PARANÁ

PICADA

(cf. dados da carta 37 do ALPR)



registrada, seja a forma mais antiga, já que suas ocorrências se limitam a áreas mais velhas do Estado. Houaiss e Villar (2001), com base em Viterbo, situam em 1278 o registro de *carreira* com o sentido de “estrada estreita, caminho”; identificam a acepção de “caminho nas plantações”, no Nordeste; e observam que, no Brasil, é mais usada a forma *carreiro* nesse sentido. Por aí chegaríamos ao uso atestado no ALPR, “caminho aberto a machado no meio da mata”. Por outro lado, *picada*, atestada em toda a fronteira com São Paulo, poderia ter se introduzido pelo nordeste e pelo norte, áreas em que os paulistas penetraram posteriormente; a partir daí, a forma teria alcançado quase todo o Estado, inclusive as regiões mais novas. O fato de *picada* ser encontrada ao longo de toda a fronteira com São Paulo sugere fortemente que o uso da forma se mantém em território paulista.

Carta 92: gangorra / Carta 181: gangorra, pinhé

Na carta 92 do ALPR, estão documentadas as variantes lexicais *gangorra*, *balança/o*, *pinhé* e *monjolinho* para a designação do brinquedo infantil. A primeira variante foi registrada por Amaral (1920 / 1982:137) com a seguinte explicação:

“GANGORRA – aparelho conhecido, de que usam os meninos para se divertir. Consiste num pau colocado transversalmente no topo de um outro e girando sobre este, preso por um espigão ou por um prego servindo de eixo.(...)”

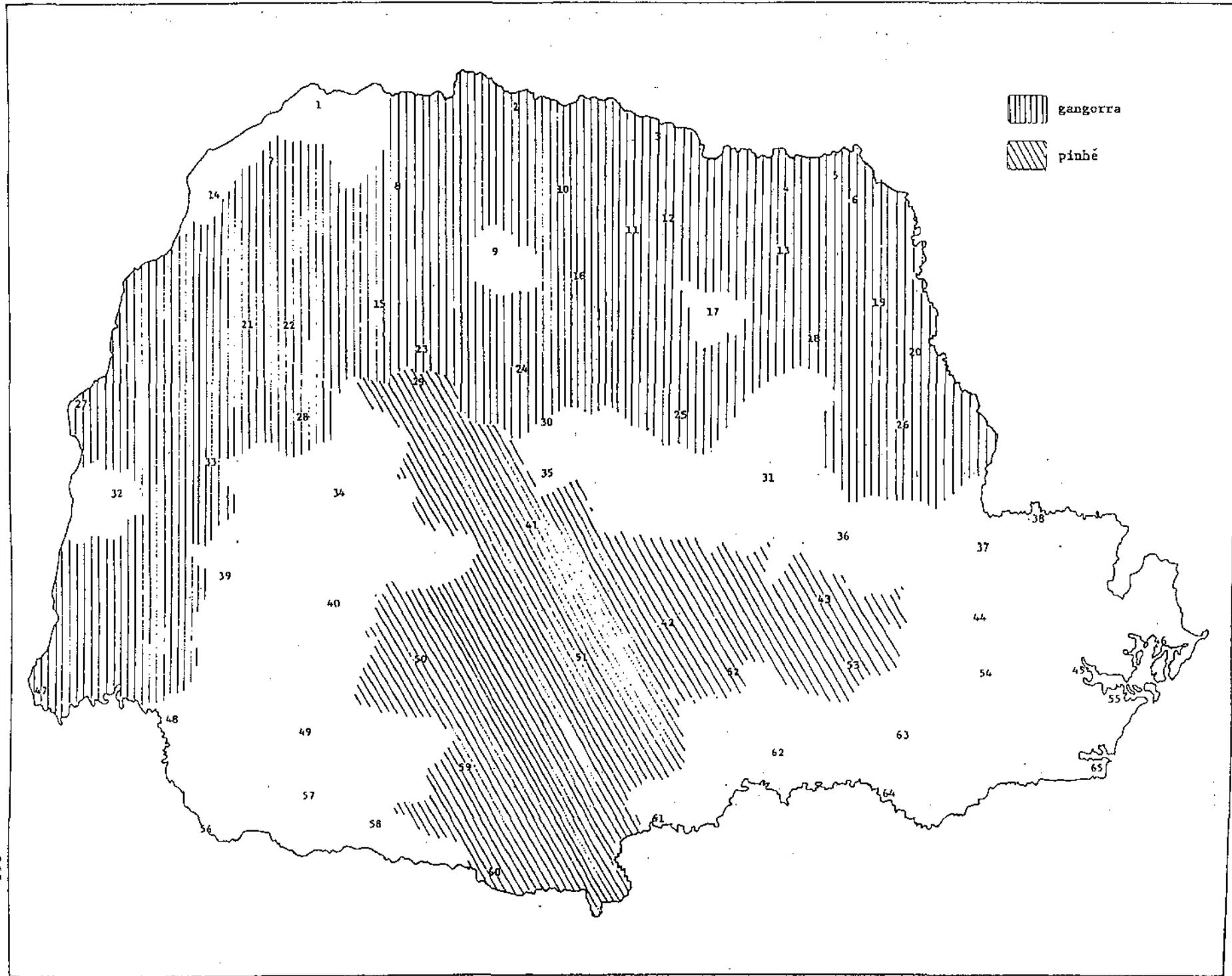
O brinquedo atualmente conhecido como *gangorra*, embora semelhante, não corresponde exatamente à descrição de Amaral – o movimento que executa é para cima e para baixo, em vez de circular. Os informantes da localidade 55 (conforme as notas de Aguilera 1994: 206) identificam como *catica/gatica* um brinquedo similar ao descrito por Amaral.

De qualquer forma, constata-se a ocorrência de *gangorra*, em referência a um brinquedo da mesma natureza do descrito por Amaral, do centro para o norte do Paraná. A distribuição diatópica da variante está representada na carta 181 do ALPR, a seguir reproduzida. Como se pode observar, a ocorrência de *gangorra* se concentra no norte do Estado (com exceção dos pontos 52 e 47), em área marcada pela presença dos paulistas, desde o estabelecimento das fazendas de café. É, pois, bastante possível que a forma tenha sido introduzida por paulistas. Mais uma vez, a presença da variante na fronteira com São Paulo faz supor seu uso em território paulista.

2.2. Conclusão

Vários itens lexicais registrados por Amaral constam dos dados do ALPR. Examinando esse material, pudemos constatar diferentes situações.

1. Alguns desses itens têm ocorrência geral no Paraná, como *picumã* (cf. carta 115 do ALPR), *indez* (carta 113), *baixeiro* (carta 111), *picada* (CARTA XXVI), podendo tratar-se de uma grande expansão de variantes do dialeto caipira ou de formas de uso geral no Brasil.
2. Alguns itens ocorrem em áreas mais velhas do Estado e são reconhecidos como formas mais antigas; e apesar de concorrerem com formas mais novas, em expansão no Estado, mostram resistência. É o caso de *cuitelo* (carta 174) e de *arco-da-velha* (carta 165). A variante *arco-da-velha*, embora documentada em outras regiões do País, como já mencionamos no capítulo anterior (2.2.1.), é atestada no Paraná Tradicional, sendo possível que sua introdução tenha sido feita nos primeiros séculos do povoamento do Estado, em que atuaram paulistas.



265

3. Alguns itens se concentram do centro para o norte do Estado, indicando que sua introdução se teria dado em fases mais recentes do povoamento do Paraná. Sabemos que os paulistas se instalaram no nordeste (século XIX) e no norte paranaenses (século XX), sobretudo com a introdução da cultura do café, sendo, portanto, possível associar essas formas à presença paulista. É o caso de *gangorra* (carta 181 do ALPR) e de *picada* (CARTA XXVI).

4. Há, ainda, o caso de *córrego* (carta 163), atestado em áreas mais antigas, a leste, e mais novas, ao norte, o que nos leva a pensar numa introdução continuada da forma, em diferentes momentos do povoamento do Estado.

De um modo geral, observamos que ocorrem no Paraná, em maior ou menor extensão, itens lexicais identificados por Amaral (1920) como característicos do dialeto caipira. Em termos diatópicos, esses dados mostram uma distribuição compatível com áreas em que, historicamente, a presença de paulistas foi importante. Por sua distribuição geográfica, é possível associá-los a uma influência paulista mais antiga ou mais recente. Nesse sentido, os dados permitem também inferir a manutenção de alguns desses usos no próprio território paulista em época recente.

CONCLUSÃO

O dialeto caipira de Amaral (1920) representa, inegavelmente, uma importante contribuição para o conhecimento do português do Brasil e da história da língua. A riqueza do trabalho não se esgota na cuidadosa descrição que Amaral nos apresenta do falar paulista, mas se projeta também na continuidade da obra, pelas questões que já suscitou e suscita até hoje, desafiando os estudiosos da língua a novas pesquisas. Entre as várias questões provocadas pelo trabalho, mencionamos:

1. *A questão da vitalidade do dialeto* – conforme Amaral (1920 / 1982: 42), o falar estava “condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve”, encontrando-se, à época em que o pesquisador colheu seus dados, “acantado em pequenas localidades” que teriam ficado à margem do progresso. Investigações realizadas cerca de 50 anos depois da pesquisa original (Rodrigues 1974; Penha 1972) demonstraram, entretanto, o vigor do dialeto, contrariando o prognóstico de Amaral.
2. *A questão da extensão geográfica do dialeto* – conforme Amaral (1920 / 1982: 41), o dialeto caipira era falado “no território da antiga província de S. Paulo”, sabendo-se, por informações de Duarte (1976: 91), que as investigações de Amaral se realizaram, mais precisamente, nas “zonas de Capivari, Piracicaba, Tietê, Itu, Sorocaba e São Carlos, onde [Amaral] fez suas observações e de onde se originavam muitos dos seus poucos informantes”. Desde a descrição de Amaral, tem-se mencionado, em abordagens gerais da língua (Silva Neto 1950, Cunha 1986), que o dialeto seria registrado não só no território paulista, mas também em Minas, Mato Grosso, Goiás e Paraná, áreas em que teriam penetrado os paulistas, sobretudo pelo movimento das bandeiras. (Essa visão parece tomar como referência o território da Capitania de São

Paulo – cf. mapa de Petrone (1995: 49) reproduzido em nossa Introdução.) Rodrigues (1974) voltou a uma das regiões focalizadas na pesquisa original, desenvolvendo sua investigação na zona rural de Piracicaba, onde atestou o uso do dialeto com as marcantes características apontadas por Amaral. Penha (1972) investigou a linguagem do bairro rural de S. Domingos, sul de Minas, e suas constatações podem ser vistas como uma confirmação das afirmações sobre a presença do dialeto nessa região mineira. O “r caipira”, um dos traços mais marcantes do dialeto, foi objeto de estudos específicos e sua ocorrência foi atestada no desempenho de falantes urbanos do norte de São Paulo - Franca (Head 1973) e S. José do Rio Preto (Leite 2004); na fala de informantes de zona rural, com pouca ou nenhuma escolaridade, em áreas mais distantes, a saber, no nordeste, conforme o registros de atlas lingüísticos da Bahia e Sergipe (Head 1987); e em áreas mais insuspeitadas, como o norte fluminense (Brandão 1991).

3. *A questão da origem histórica de variantes do dialeto* – ainda sobre o “r caipira”, que Amaral (1920) atribuiu à influência dos indígenas, Head (1987) apresenta uma hipótese diferente, explicando a variante não a partir de fatores externos, mas pela atuação de processos internos à língua relativos à variação e mudança das líquidas do português. A origem das africadas [tʃ, dʒ] em *chave, gente* também tem despertado muito interesse: Cunha (1986: 205) considera essas variantes arcaísmos (hipótese que está implícita na descrição de Amaral¹⁰²), observando que o [tʃ] “ainda prevalece na maioria dos dialetos setentrionais portugueses”; Silva Neto (1960) as vincula às línguas indígenas.

¹⁰² “Ch e j palatais são explosivos, como ainda se conservam entre o povo em certas regiões de Portugal (...)” (Amaral 1920 / 1982: 48).

4. *As atitudes em face do dialeto* – Amaral (1920 / 1982: 41) já registra a avaliação negativa do dialeto: segundo o Autor, esse falar, que dominava em absoluto a grande maioria da população e influenciava mesmo as “pessoas educadas e bem falantes (...), criou aos paulistas (...) a fama de corromperem o vernáculo com muitos e feios *vícios* de linguagem”. Em seu estudo sobre o “r caipira”, Leite (2004) atestou a estigmatização de que é alvo a variante, do que decorrem tentativas dos falantes de adotar uma articulação com menor grau de retroflexão e mais neutra do ponto de vista da avaliação social.

Dessas questões, só as duas primeiras se colocaram em nossos objetivos, e com um recorte preciso e limitado. Investigando a presença de variantes caipiras (fonéticas e lexicais) em Minas Gerais e no Paraná, pela análise de dados dos atlas lingüísticos dessas áreas, nosso estudo pretendeu trazer alguma contribuição para a discussão sobre a resistência do dialeto caipira e sobre sua extensão geográfica.

Quanto ao nível fonético, consideramos cinco variantes (o “r caipira”; o rotacismo da lateral alveolar – em grupo consonantal e em posição pós-vocálica; a apócope do /r/; a iotização da lateral palatal; a redução da proparoxítone), muito freqüentes no dialeto caipira, conforme Amaral (1920).

Analisado o *corpus*, constatamos a ocorrência das cinco variantes fonéticas consideradas, tanto em Minas como no Paraná. Quatro dessas variantes mostraram uma distribuição geral nas áreas estudadas – o rotacismo, a apócope do /r/, a iotização da lateral e a redução da proparoxítone. Somente o “r caipira” exhibe o caráter de uma variante propriamente geográfica ou regional (o que se percebe mais claramente no Estado mineiro):

- a) Em Minas Gerais, essa variante tem sua ocorrência circunscrita a uma larga faixa que acompanha a fronteira paulista, recobrando o Triângulo Mineiro e o sul do Estado (Cf. carta 47 do EALMG, reproduzida em 2.1.1.3. e a CARTA II, *idem*). Essa faixa, em sua borda voltada para o interior de Minas, apresenta sinais de área de transição, apontando São Paulo como o foco irradiador da variante.

É importante relacionar essa constatação com dados históricos. Historicamente se sabe que os bandeirantes penetraram em Minas pelo sul do Estado em busca de riquezas minerais, e avançaram pelo interior. Junto aos garimpos devem ter se formado os primeiros povoados em que pode ter ficado alguma herança paulista. Em confronto com os aventureiros que afluíram à rica região central de Minas, os paulistas acabam por procurar novas terras, o que os leva na direção de Goiás e Mato Grosso, penetrando o oeste mineiro em algumas dessas empresas. Inicia-se, também, nessa época, o movimento dos tropeiros, que proviam os suprimentos (inclusive os muares) que a área das minas demandava; mantém-se, portanto, o contato com os paulistas por essa via. Deve-se lembrar que a isoglossa do retroflexo em Minas nos mostra uma área compacta de uso da variante junto à fronteira paulista em toda a sua extensão, sugerindo o contato paulista/mineiro na região, provavelmente continuado, o que de fato se verifica. Conforme os Autores do EALMG (Ribeiro *et alii* 1977: 41), até a primeira metade do século XX, a maior parte dos municípios mineiros vivia em “inteiro isolacionismo com relação ao restante do Estado – que não fosse sua região mais próxima -, pois as estradas eram raras e ruins, os meios de comunicação difíceis”.

“Esta situação levou as populações a terem mais relações comerciais e sociais com outros estados, o que se nota perfeitamente nos falares regionais. Antigamente, para ir

de Juiz de Fora a Caxambu, o caminho mais fácil era pelo Estado de São Paulo. Verifica-se muita semelhança de pronúncia entre o mineiro do sul e o paulista limítrofe. Compare-se Lorena com Itajubá. Quem chega a Passos ouve falar constantemente de Ribeirão Preto e Franca. (...) Também o Triângulo Mineiro tem fortes ligações com São Paulo. (Ribeiro *et alii* 1977: 41)

O fato de um contato mais recente e continuado entre mineiros do sul e do Triângulo com paulistas ser uma das explicações para o uso do retroflexo na região apontada constitui-se em evidência do uso recente da variante na área paulista em questão.

- b) No Paraná, a presença do retroflexo é mais extensa, sendo, a rigor, registrada em todo o Estado (cf. CARTA XIV, 1.1.3.), embora em disputa com o tepe e a vibrante em algumas áreas. Considerando apenas as localidades em que a variante é exclusiva ou predominante, delinea-se como área de domínio do retroflexo um amplo território que recobre todo o norte paranaense, o leste, e o centro do Estado, definindo-se como áreas de resistência à variante (que aí tem presença menos acentuada) uma faixa que vai do oeste ao sul (mais larga a sudoeste), um foco a sudeste, na região de Curitiba, e duas ilhas no interior do Estado (cf. CARTA XVII, 1.1.3.). Essa constatação se harmoniza com a descrição de Koch (2000): analisando dados do ALERS referentes ao /r/ pós-vocálico, também identificou o uso da retroflexa em todo o Paraná, com exceção de uma área a sudoeste. (A isoglossa então definida avança pelo território de Santa Catarina, em estreita faixa que atravessa a área central do Estado.)

Também no Paraná a presença dos paulistas justifica a ocorrência tão acentuada da variante típica do dialeto caipira. Embora se tenham registrado incursões dos vicentinos em território paranaense desde o século XVI, só a partir de meados do século XVII o

povoamento do Estado efetivamente tem seqüência, no sudeste. No início do século XVIII, a criação de gado na região de Curitiba já alimentava a demanda da região dos garimpos de Minas Gerais, o que mobiliza os tropeiros no percurso que leva a Sorocaba, implicando o contato com os paulistas. Em meados do século XIX se verifica “o apogeu do comércio de tropas de mulas (...), que passam e invernam nos campos do Paraná, com destino às feiras de Sorocaba” (Cardoso e Westphalen 1986, apud Aguilera 1996: 5-6). Ainda no século XIX, fazendeiros paulistas se estabelecem no Norte Pioneiro para a plantação de café. No século XX, a presença de paulistas cresce, sobretudo a partir da década de 20, ainda com a cultura do café e outras culturas, agora na direção do Norte Novo e Novíssimo, na área identificada como o Paraná moderno do Norte (Aguilera 1996, 2000). (A propósito, v. mapas representando as fases do povoamento do Paraná, em Aguilera (1994: 406-11) - dois deles foram reproduzidos em nossa introdução.) Esses dados evidenciam a manutenção da variante em território paulista no século XX, e a presença compacta do retroflexo em toda a fronteira com São Paulo sugere a ação de um contato continuado e do uso continuado do retroflexo em nosso Estado.

Em relação às variantes lexicais, exploramos o que o *corpus* permitiu, oferecendo-nos material mais farto o atlas do Paraná que o de Minas. Quanto a Minas, se as variantes lexicais comuns ao dialeto caipira não se restringem à região próxima a São Paulo, em coincidência com a área do retroflexo, os dados nos mostram, todavia, que essas variantes ocorrem de forma mais compacta nessa região, o que poderia se explicar pela influência paulista, e, ocorrendo cumulativamente nessa área, contribuem para uma caracterização mais consistente do falar da região.

Quanto ao Paraná, as variantes lexicais comuns ao dialeto caipira apresentam comportamento variado, permitindo associar sua introdução em território paranaense a

diferentes momentos da influência paulista. Algumas dessas variantes - é o caso de *cuitelo* - se restringem a áreas mais antigas, mostrando resistência à expansão de formas inovadoras, e testemunham das primeiras fases do povoamento, em que a presença dos paulistas já se manifesta. Outras se circunscrevem a áreas povoadas a partir do século XX, e atestam da sólida presença de paulistas nas fazendas do norte do Paraná a partir dessa época - é o caso de *gangorra*. Algumas, mais gerais, como *picada*, sugerem a grande expansão de variantes caipiras ou se identificam como formas de uso geral no país. A ocorrência de variantes caipiras no Paraná moderno do Norte atesta o seu uso entre paulistas no século XX, e sua distribuição ao longo da fronteira com São Paulo sugere uma influência continuada proveniente de São Paulo.

Com base no que se descreveu até aqui, o que se poderia afirmar sobre a resistência do dialeto caipira nas áreas estudadas? De início poderia se obstar que, entre as variantes fonéticas, só o retroflexo permitiu o traçado de uma isoglossa e se mostrou mais claramente uma variante regional. As demais seriam de uso geral e insuficientes para identificar o dialeto. De fato, elas têm sido apontadas como características gerais do português popular brasileiro. Teyssier (1982 / 1984:79) considera que

“as divisões ‘dialetais’ no Brasil são menos geográficas que sócio-culturais. As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre o homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra. A dialetologia brasileira será, assim, menos horizontal que vertical.”

Apesar da acuidade dessa observação, devemos lembrar que o dialeto caipira é descrito como uma variedade *popular* e, conseqüentemente, agrega variantes do falar característico desse estrato social. Lembramos também que é o conjunto de traços que identifica uma variedade e grande parte desses traços são partilhados. Cunha (1968 / 1972: 53) acentua esse aspecto:

“Não há talvez dialeto ou falar que não tenha traços comuns a outros; porém, o que dá fisionomia a cada um não são os caracteres isolados, que podem separá-lo ou aproximá-lo de dialetos ou falares contíguos ou distantes, mas o conjunto dos traços que apresenta e que nenhum outro reproduz totalmente.”

Nesse sentido, o que atestamos em nosso *corpus* foi uma ocorrência nítida do “r caipira” em uma determinada área tanto em Minas como no Paraná. Nessas áreas ocorreram simultaneamente variantes fonéticas populares que, se por um lado são mais gerais no país, por outro lado são também integrantes do que Amaral descreveu como o dialeto caipira. A ocorrência acumulada desses traços dá ao falar da região em questão uma identidade peculiar que pode ser vista como uma continuidade do dialeto caipira. Os dados lexicais reforçam essa caracterização. Evidentemente a investigação se restringiu a poucos traços e deve ser estendida de forma a abarcar outras variantes, para se verificar a consistência dessa caracterização, mas as constatações a que chegamos nos parecem fortes indícios de que o falar caipira resiste ainda nessas áreas. Naturalmente não terá ficado imune à ação do tempo e certamente terá sofrido mudanças, mas permite ainda ser reconhecido como um falar diferenciado, que se associa a um tipo particular de falante. Teríamos assim, em Minas, uma área que integra o Triângulo Mineiro e o sul do Estado, como uma zona de resistência do dialeto caipira, cuja consistência deve ser verificada por

investigações complementares voltadas para outras variantes do dialeto. No Paraná, a área é mais ampla, e possivelmente a investigação complementar encontrará uma situação mais complexa, pelos reflexos da presença de falantes do sul e de imigrantes, que tiveram atuação importante no povoamento do Estado. De qualquer forma, é reconhecida a proximidade do português do Paraná com o de São Paulo. Koch (2000) postula a existência do que denomina o “Leque Catarinense” de isoglossas, que dividiria a Região Sul em duas grandes áreas lingüísticas – a paranaense e a rio-grandense -, caracterizando-se Santa Catarina como área de transição. O Autor aproxima o falar paranaense do da Região Sudeste, pela ocorrência de realizações fônicas atestadas também em São Paulo e Minas Gerais.

Um aspecto importante no reconhecimento de uma variedade é a questão da identidade. Na zona rural de Piracicaba, por exemplo, onde atestou a resistência do dialeto caipira, Rodrigues (1974) verificou que os falantes têm consciência da identidade e do valor social de seu modo de falar, que também é identificado e avaliado pelos falantes urbanos:

“Os informantes, pela sua maneira de ser e de viver, são representantes de uma cultura caipira, que (*sic*), embora sobre pressões exteriores, sentem-se unidos por um patrimônio comum – a sua maneira de falar”.

“No consenso dos moradores da área urbana, este dialeto é uma ‘fala caipira’ e os próprios informantes têm consciência disso, quando, para fugir à conotação pejorativa que se atribui ao caipira, tentam melhorar os seus recursos de expressão.” (Rodrigues 1974: 170)

A investigação de Leite (2004) mostrou que o “r caipira” é identificado como uma marca de um falar “caipira”, e é avaliado negativamente pelos usuários e por outros

falantes¹⁰³. Esse “r” foi atestado entre falantes cultos, não só por Leite, mas também por Head (1973), em Franca, e por Callou et alii (1996), em São Paulo e Porto Alegre. O “r caipira” se mostra, assim, como um traço caipira que migrou para o português culto da região em que se atestava o dialeto. Embora a avaliação negativa costume desencadear no falante atitudes de evitação da variante em questão, o que se observa atualmente é que o retroflexo continua resistindo. Pode-se pensar na hipótese de que haja, pelo menos entre alguns falantes, um sentimento de resistência, mais, ou menos consciente (lembrar o que Labov (1972) atestou em Martha’s Vineyard), um “assumir” da identidade interiorana (v. nota 102), o que encontraria um forte respaldo na pujança econômica do interior de nosso Estado, por exemplo.

Esses temas relativos ao dialeto caipira continuam despertando interesse. Pesquisas locais e aprofundadas são desejáveis, ao lado de investigações de caráter geolinguístico que recubram as áreas de antiga vitalidade do dialeto, comprovada ou suspeitada. O ALiB e o ALESP poderão responder muitas questões que nos interessam. Por exemplo: a ocorrência de variantes caipiras em Minas e no Paraná, em áreas limítrofes com São Paulo, conforme constatamos, apontam a existência desses usos em território paulista – isso poderá ser comprovado (ou refutado) com os dados dos esperados atlas lingüístico de São Paulo e do Brasil, quando se terá uma visão do contínuo dos três Estados.

¹⁰³ Na contra mão dessa avaliação, em *Rapaz caipira*, Renato Teixeira canta em verso o orgulho de ser um falante “caipira”, acentuando o “r retroflexo” como um traço típico da variedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. 1994. *Atlas lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado.
- _____. 1996. *Atlas lingüístico do Paraná: Apresentação*. Londrina: Editora da UEL.
- _____. (org.). 1998a. *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL.
- _____. 1998b. Atlas lingüístico do Paraná: veredas. In: *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL, p. 99 - 133.
- _____. 1999. Um estudo geolingüístico da iotização no português brasileiro. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). *Português no Brasil: estudos fonéticos e fonológicos*. Londrina: Ed. UEL, p. 155 - 179.
- _____. 2000. Estudos dialetológicos no Paraná: caminhos e perspectivas. In: GÄRTNER, Eberhard et alii (eds.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt am Main: TFM, p. 95-119.
- _____. et alii (orgs.). 2003. *Documentos I. Projeto Atlas lingüístico do Brasil - ALiB*. Salvador: ILUFBA: EDUFBA.
- _____. (org.). 2005. *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Eduel.
- ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago. 2004. As consoantes do português falado no Vale do Cuiabá. *Signum: Estudos da linguagem*, nº 7/1, p. 149 - 163.
- _____. 2005. Para a história do português brasileiro: lote cuiabano. In: ALMEIDA, Manoel M. Santiago & COX, Maria Inês P. *Vozes cuiabanas: estudos lingüísticos em Mato Grosso*. Cuiabá: Cathedral Publicações, p. 21-28.
- AMARAL, Amadeu. 1920. *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. 4ª ed., São Paulo: HUCITEC/INL - MEC, 1982. (ed. fac. simil. da 2ª ed. 1955).
- _____. 1925. O padre Rousselot. In: PINTO, Edith P. (org.) *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 2: 1920 - 1945 - fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1981, p. 8-11.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de & Menezes, Cleuza Palmeira Bezerra de. 1984. *Atlas lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 2 v.

- BORTONI, Stella Maris. 1989. A imigração rural-urbana no Brasil: uma análise sociolingüística. In: TARALLO, Fernando (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas : Pontes / Ed. da Unicamp, p.167 – 180.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. 1991. *A geografia lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática.
- BUENO, Silveira. 1958. O dialeto paulista. *Jornal de Filologia*, IV, 3/4: 1 – 42.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. 1981. *Elementos de fonética do português brasileiro*. Tese de livre-docência, Unicamp.
- CALLOU, Dinah. 1995. A linguagem do Rio de Janeiro: do rural ao urbano – quadro histórico. *Boletim Abralín*, 17: 87-91.
- _____. & LEITE, Yonne. 1990. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. et alii. 1996. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: KOCH, Ingedore G. Villaça (org.). *Gramática do português falado*. vol.VI, Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, p. 465 - 493.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. 1956. *Dicionário de filologia e gramática*. 3ª ed. rev. e aum., Rio de Janeiro: J. Ozon, 1968.
- _____. 1970. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- CANDIDO, Antonio.1964. *Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. 1999. A dialetologia no Brasil: perspectivas. *Lingüística 11*: 251 – 272.
- _____. 2002. La dialectologie au Brésil. Aperçue historique et bilan actuel. *Géolinguistique. La géolinguistique en Amérique latine*. Hors série nº 2, Grenoble, p. 197 – 221.
- _____. 2005a. *Atlas lingüístico de Sergipe – II*. Salvador: EDUFBA.
- _____. 2005b. O Atlas lingüístico do Brasil: de “nascituro” a “adolescente”. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Eduel, p. 1 – 12.

- ____ & MOTA, Jacyra Andrade. 2003. A geolingüística no Brasil e o Projeto ALiB. *Bolletino dell'Atlante Linguistico Italiano*. III Serie, 27: 255 – 267.
- CARUSO, Pedro. 1982. Amostra de um inquérito prévio para o Estado de São Paulo. *Alfa* 26: 69 – 77.
- ____. 1983. *Atlas lingüístico do Estado de São Paulo: questionário*. Assis: ILHP – Unesp / Prefeitura Municipal de Assis.
- ____. 1998. Metodologia da pesquisa dialetológica. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Edit. UEL, p. 189 – 195.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. 1992. O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. São Paulo: Ática, p. 237 – 269.
- ____. 2000. Para a história do português de São Paulo. *Revista portuguesa de filologia*, XXIII: 29 - 70.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. 2001. *Atlas lingüístico do Brasil. Questionários 2001*. Londrina: Edit. UEL.
- COSERIU, Eugenio. 1982. A geografia lingüística. In: *O homem e sua linguagem*. Trad. de Carlos Alberto Fonseca e Mário Ferreira, Rio de Janeiro: Presença, São Paulo: Edusp, p. 79 – 116.
- COX, Maria Inês Pagliarini. 2005. O rotacismo no falar cuiabano: a potência da voz mameluca em uma variedade do português brasileiro. In: ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago & COX, Maria Inês Pagliarini (orgs.). *Vozes cuiabanas: estudos lingüísticos em Mato Grosso*. Cuiabá: Cathedral Publicações, p.95 – 113.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. 1982. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2ª ed., 8ª impres., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- CUNHA, Celso. 1968. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.
- ____. 1969. *Gramática do português contemporâneo*. 2ª ed., Belo Horizonte: Ed. Bernardo Alves S. A., 1971.
- ____. 1986. Conservação e inovação no português do Brasil. *O eixo e a roda*. 5:199 – 230.
- DUARTE, Paulo. 1976. *Amadeu Amaral*. São Paulo: Hucitec, Secretaria de Cultura e

Tecnologia.

- ELIA, Sílvio. 1963. *Ensaio de filologia e lingüística*. 2ª ed., Rio de Janeiro: GRIFO/MEC, 1975.
- ELIAS NETTO, Cecílio. 2001. *Dicionário do dialeto caipiracicabano (arco, tarco, verva)*. Ed. rev. e ampl., Academia Piracicabana de Letras.
- ESTUDOS lingüísticos e literários*, nº 5, dez. 1986.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de. 1975. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Carlota *et alii*. 1987. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA/FUNDESC.
- FERREIRA, Carlota *et alii*. 1988. *Diversidade do português do Brasil; estudos de dialectologia rural e outros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.
- FERREIRA, Carlota & CARDOSO, Suzana Alice. 1994. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- FRANCISCO, Luís Roberto. 2004. A gente paulista e a vida caipira. In: SETÚBAL, Maria Alice (org.). *Terra paulista: histórias, arte, costumes. Modos de vida dos paulistas: Identidades, famílias e espaços domésticos*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado, p. 23 – 49.
- HEAD, Brian F. 1973. O estudo do 'r caipira' no contexto social. *Revista de cultura Vozes*. 67(8): 43-49.
- _____. 1978. Subsídios do Atlas prévio dos falares baianos para o estudo de uma variante dialetal controvertida. *Cadernos de estudos lingüísticos*, 1: 21-34.
- _____. 1985. A alternância entre consoantes líquidas: um caso de condicionamento múltiplo. *Estudos lingüísticos XI*: 142-158.
- _____. 1987. Propriedades fonéticas e generalidades de processos fonológicos: o caso do r caipira. *Cadernos de estudos lingüísticos*, 13: 5-39.
- HOUAISS, Antônio. 1985. *O português no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Unibrade – Centro de Cultura, 1988.
- _____. & VILLAR, Mauro de Salles. 2001. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KOCH, Walter. 2000. O povoamento do território e a formação de áreas lingüísticas. In:

- GÄRTNER, Eberhard *et alii*. *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt am Main: TFM, p. 55-69.
- ____ et alii. (orgs.). 2002. *Atlas lingüístico-etnográfico da região sul do Brasil (ALERS)*. Porto Alegre/ Florianópolis/ Curitiba: Ed. UFRGS/Ed. UFSC/Ed. UFPR, v. 1 – Introdução, v. 2 – Cartas fonéticas e morfossintáticas.
- LABOV, William. 1972. The social motivation of a sound change. In: *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, p. 1-42.
- LEITE, Cândida Mara Britto. 2004. *Atitudes lingüísticas: a variante retroflexa em foco*. Dissertação de mestrado, Unicamp.
- LEITE, Manoel Cerqueira. 1964. *A crítica funcional. Parte II: A poesia compensatória de Amadeu Amaral*. 2ª ed., São Paulo: Editoras Reunidas Ltda, 1972.
- ____. 1964. *A crítica funcional. Parte III: Amadeu Amaral. (Biografia. Bibliografia. Antologia poética.)* 2ª ed., São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1973.
- MARROQUIM, Mário. 1934. *A língua do nordeste*. 2ª ed., São Paulo: Edit. Nacional, 1945.
- MELO, Gladstone Chaves de. 1946. *A língua do Brasil*. 3ª ed. melh. e aum. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- MENDONÇA, Renato. 1936. *O português do Brasil: origens, evolução, tendências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- NASCENTES, Antenor. 1958. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, vol. I, 1958, vol. II, 1961.
- ____. 1923. *O linguajar carioca*. 2ª ed. compl. refund., Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- OLIVEIRA, Marilza de & KEWITZ, Verena. 2002. A representação do caipira na imprensa paulista do século XIX. In: DUARTE, Maria E. L. & CALLOU, Dinah (orgs.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. IV, Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, p. 125-154.
- PAIVA, Maria da Conceição de. 2003. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à sociolingüística: o tratamento das variação*. São Paulo: Contexto, p. 33-42.

- PENHA, João Alves Pereira . 1972. Aspectos da linguagem de São Domingos – tentativa de descrição da linguagem rural brasileira. *Alfa* 20/21: 83 – 118, 1975.
- PETRONE, Pasquale. 1995. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp.
- PINTO, Edith Pimentel (sel. e apres.). 1978. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edit. da Universidade de São Paulo.
- _____(sel. e apres.). 1981. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 2:1920/1945-fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP.
- PISCIOTTA, Harumi. 2000. A área semântica da natureza nos atlas lingüísticos regionais do Brasil. *Estudos lingüísticos*. XXIX: 405 – 410.
- POP, Sever. 1950. *La dialectologie. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques*. Louvain: Chez l'Auteur, 2 vol.
- PONTES, Ismael. 1999. A variação [ɶ] ~ [y] no falar rural do norte do Paraná. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). *Português no Brasil: estudos fonéticos e fonológicos*. Londrina: Ed. UEL, p. 143 – 154.
- RASKY, Abdelhak. 2003. Construção de atlas sonoros: procedimentos metodológicos para o ALiSPA. In: RASKY, Abdelhak (org.). *Estudos geo-sociolingüísticos no Estado do Pará*. Belém: Edit. Grafia, p. 173 – 183.
- _____. 2004. *Atlas lingüístico sonoro do Pará. ALISPA 1.1*. Belém: CAPES/UFPa/UTM, CD-room.
- _____. 2005. Atlas lingüístico sonoro do Pará: uma nova perspectiva para a organização de corpus geolingüístico. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Eduel, p. 209 – 227.
- RIBEIRO, Darcy. 1995. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, José et alii. 1977. *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa/UFJF.
- RODRIGUES, Ada Natal. 1974. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Ática.
- ROSSI, Nelson. 1963. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: MEC/INL.

- _____. 1965. *Atlas prévio dos falares baianos: introdução, questionário comentado, elenco das respostas transcritas*. Rio de Janeiro: INL.
- _____. 1967. A dialectologia. *Alfa* 11: 89 – 112.
- SILVA NETO, Serafim. 1950. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2ª ed. aum. Rio de Janeiro: INL, 1963.
- _____. 1955. *Guia para estudos dialectológicos*. Florianópolis: Faculdade Catarinense de Filosofia – Publicações do Centro de Estudos filológicos nº 4.
- _____. 1960. Um traço de pronúncia caipira. In: *Língua, cultura e civilização – estudos de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, p. 67 – 90.
- SILVA, Thaís Cristóvão. 1998. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 7ª ed., São Paulo: Contexto, 2003.
- SILVEIRA, Sousa. 1921. O dialecto caipira. *Revista de língua portuguesa*. 11: 20-32.
- TEYSSIER, Paul. 1982. *História da língua portuguesa*. 2ª ed., Trad. Celso Cunha, Lisboa: Sá da Costa Editora, 1984. (Ed. francesa original : PUF, 1980)
- VASCONCELLOS, José Leite de. 1901. *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 2ª ed. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1970.

